

Sociedade e Estado

Volume 34 – Número 3

Copyright © 2019
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard Ferreira Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Joaze Bernardino-Costa

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edson Silva de Farias

Editor responsável: Fabrício Monteiro Neves (UnB)

Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein (UnB) e Débora Messenberg (UnB)

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economía; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 34 – Número 3

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes Maria Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Débora Messenberg Guimarães (UnB)
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Bianca Aparecida Lima Costa, Edson Silva de Farias, Elder Patrick Maia Alves, Erich Fischer, Fabiano Engelmann, Fábio Marvulle Bueno, Joaze Bernardino Costa, José Luciano Gois Oliveira, Luciana Maria de Aragão Ballestrin, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, Marcelo Carvalho Rosa, Mauricio Schneider, Nadya Araújo Guimarães, Pedro Henrique Isaac Silva, Raphael Lana Seabra, Rodrigo Salles Pereira dos Santos & Sônia Marise Salles Carvalho.

Apoio:



Sumário

Artigos

- Identidades caribenhas: 637
crioulização em Édouard Glissant
Simone Rodrigues Pinto & Aristinete Bernardes
- Intersecções e identidades na docência do direito no Brasil 661
Maria da Gloria Bonelli, Patricia Tuma Martins Bertolin,
Rossana Maria Marinho Albuquerque, Veridiana P. Parahyba Campos
& Renne Martins Barbalho
- Sociologia na América Latina: 689
giros epistemológicos e epistêmicos
Paulo Henrique Martins
- Cidadania, corpo e punição:* 719
expansão e violação de direitos civis
de adolescentes internados na antiga Febem/SP
Liana de Paula
- A sociologia dos agenciamentos mercantis 745
de infraestrutura: uma discussão do Porto de
São Sebastião – São Paulo/Brasil
Marcelo Sampaio Carneiro
- O significado socioeconômico do turismo na natureza: 769
o Pantanal diante das normas reguladoras do Estado
Cleber J. R. Alho

Tiempo, legitimidad y trabajo. La metamorfosis del tiempo en la ética del trabajo <i>José Durán Vázquez & Eduardo Duque</i>	787
Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil <i>Luiz Inácio Gaiger & Patrícia Kuyven</i>	811
A nova sociologia fiscal: contribuições de um estudo de caso de tipo público para uma promissora subdisciplina na sociologia brasileira <i>Francisco Mata Machado Tavares</i>	835
Tradução:	
Teoria dos sistemas de exclusão: sobre o conflito entre o Estado de bem-estar social e a globalização dos sistemas funcionais <i>Rudolf Stichweh</i>	869
Comentário:	
Um comentário sobre o artigo: “Pluralidade e diversidade das ciências sociais. Uma contribuição para a epistemologia da ciência” Elton Bernardo Bandeira de Melo	889
Resenha:	
Sobre como um país se deixa manipular pela elite SOUZA, Jessé. <i>A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.</i> Rio de Janeiro: Leya; Casa da Palavra: 2015. <i>Rosendo Freitas de Amorim & Néelson Filice de Barros</i>	899
Resumos	905
Normas	921

Artigos

Identidades caribenhas: *crioulização* em Édouard Glissant

Recebido: 06.09.17
Aprovado: 20.05.19

Simone Rodrigues Pinto*
& Aristinete Bernardes**

* Simone Rodrigues Pinto é doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004), professora associada da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0002-2167-8596.

** Aristinete Bernardes é doutor em ciências sociais pela Universidade de Brasília (UnB), professor de filosofia no Instituto Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. <aristinete@gmail.com>.

Resumo: A consciência histórica tem sido o grande desafio das sociedades que desejam compreender sua identidade e se configurar no tempo. Provavelmente esse seja o esforço que Édouard Glissant, autor martinicano, tenha assumido por meio de suas obras: o árduo exercício de recuperar na opacidade da história os fragmentos dispersos que participam da composição das identidades caribenhas e latino-americanas. Esse artigo busca apresentar o pensamento desse autor, recuperando sua compreensão de memória, história, literatura e oralidade, que se apresentam em forma de novas categorias conceituais como rastros-resíduos, poética da relação ou caos-mundo. A partir de sua obra, reconstruímos sua trajetória analítica para a elaboração do conceito de *crioulização*.

Palavras-Chave: Memória. Identidade. Caribe. Édouard Glissant. *Crioulização*.

Caribbean identities: creolization in Édouard Glissant

Abstract: Historical awareness has been the great challenge of societies wishing to understand their identity and to shape themselves in time. Probably this is the effort that Édouard Glissant, a martinican author, has assumed through his works: the arduous exercise in recovering in the opacity of history the scattered fragments that participate in the composition of the Caribbean and Latin American identities. This article seeks to present the author's thinking, recovering his understanding of memory, history, literature and orality, which present themselves in the form of new conceptual categories such as traces-residues, poetics of the relation or chaos-world. From his work, we reconstruct his analytical trajectory for the elaboration of the concept of creolization.

Keywords: Memory. Identity. Caribbean. Édouard Glissant. Creolization.

Introdução

Um dos temas mais caros à América Latina é a mistura de raças, culturas, vivências e histórias. A América Latina é mestiça. Mais ainda: o Caribe, local das primeiras expedições de conquista vindas da Espanha e dos primeiros navios negreiros que traziam mão de obra escrava para o continente, região que foi colonizada por espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e que sofre como

nenhuma outra com a geopolítica imperialista dos Estados Unidos, conhecida pelos ritmos, pela arte, pela diversidade religiosa e pelos governos ditatoriais, pois a região do Caribe produziu uma riqueza ainda pouco conhecida no Brasil de pensadores e pensamentos impulsionados pela realidade local, com aplicações claras para além de suas fronteiras. Este texto busca em Édouard Glissant, originário de um país caribenho que vive a ambiguidade de pertencer à França como domínio além-mar, a compreensão dessa poética da relação, dessa face da mestiçagem que ele trabalha a partir de outros termos. Esse martinicano, a princípio afeito às concepções de negritude de Aimé Césaire, desenvolveu conceitos novos como *antilhanidade* e *crioulização* que são, em verdade, interpretações da dinâmica identitária caribenha. Suas reflexões sobre identidade inspiraram e continuam inspirando autores e atores de toda a América Latina.

Em cada contexto, em cada autor a mestiçagem passa por ressignificações, atendendo a necessidades específicas. O tema, portanto, foi objeto de inúmeras obras, de imensa riqueza teórica e prática, que não cabe aqui abordar em profundidade. Muito do debate sobre raça e mestiçagem foi carregado de etnocentrismo e racismo, atendendo a um projeto geopolítico eurocentrado, gerando também, por outro lado, análises que iam na direção oposta. Desde a conquista e a colonização das Américas, raça foi instrumento de naturalização e justificativa das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus e passou a ser parte das análises dos problemas dos países no contexto da formação das nações pós-independência.

Na América Hispânica e Portuguesa, raça não foi relacionada apenas à percepção da fenotipia e genotipia, mas às explicações da falta de progresso, às justificativas de imperialismo e configurou-se na base dos processos de supressão de diferenças e da produção da homogeneidade cultural nos projetos de construção da nação moderna¹. Ao partir do suposto de que as sociedades do continente americano se caracterizam pela heterogeneidade de culturas, povos e etnias, as interpretações que articulavam raça e nação postulavam a urgência da passagem para uma ordem homogênea e monocultural como projeto modernizador europeu. Assim, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, a heterogeneidade foi entendida, sobretudo, em termos raciais.

No fim do século XIX e início do século XX, a produção de José Martí, Gilberto Freyre, Manuel Gamio, José Vasconcelos e Uriel Garcia enfatizou os benefícios da mestiçagem racial. A fusão do mestiço tornou-se o moderno ideal racial, baseado na noção de assimilação e aculturação. Estas interpretações tinham um cunho mais propriamente biológico, focado nas características genéticas do negro e do

1. Esta interpretação se deu também em relação a outros continentes e grupos etnorraciais.

indígena, ainda que elementos culturalistas já começassem a ser debatidos. A partir de Gilberto Freyre abrem-se novas reflexões sobre a mestiçagem ao distinguir raça e cultura. Segundo o autor pernambucano, foi sob a orientação de Franz Boas que pôde entender o negro e o mulato em seu justo valor, separando os traços de raça dos efeitos do ambiente e a experiência cultural. Esta influência de Boas – como afirma o próprio Freyre – encontra-se na base de sua obra *Casa-grande & senzala* (Freyre, 2006: 32). A partir desta diferenciação entre raça e cultura, Freyre supera a ideia de que os portugueses assimilaram as diversidades culturais no Brasil, pois, considerando as influências do meio, entende que os portugueses, ao se adaptarem no Novo Mundo, tornaram-se quase uma nova raça. Então, pelo contrário da assimilação, ocorreu uma transformação de todas as raças que entraram em contato entre si.

Nesta perspectiva mais culturalista, além de Freyre, cabe mencionar as significativas contribuições de Fernando Ortiz (1987), Serge Gruzinski (2007) e Néstor García Canclini (2015).

Fernando Ortiz (1987) supera o conceito de “aculturação” com seu neologismo “transculturação” para expressar a ideia de que todo choque de culturas gera uma nova realidade cultural. Processo sempre aberto, em constante configuração. Neste sentido, pode-se entender a partir de Ortiz que a mestiçagem não retrata um ponto de chegada, fechado e estático, ao contrário, relata um constante acontecer histórico que expressa a dinâmica da formação das identidades. Gruzinski (2007: 76), em sua obra *El pensamiento mestizo*, recupera novamente a mestiçagem como processo de resistência diante da colonização ocidental, como fenômeno cultural que surge a partir dos escombros de uma derrota causada pela expansão ocidental. Ainda que a colonização, em um primeiro momento, tenha provocado uma violenta justaposição, posteriormente, inicia-se em várias regiões imbricações entre sociedades e grupos. O processo de ocidentalização que se desdobrou a partir da colonização não eliminou completamente a capacidade de reinvenção cultural. Convém mencionar o trabalho de Néstor García Canclini (2015) que, em sua obra *Culturas híbridas*, afirma:

[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (Canclini, 2015: xix).

Ao tangenciar o tema, este texto toma distância dos quadros teóricos antropológicos já pensados sobre mestiçagem e hibridismo, sem perdê-los de vista, e se lança no pensamento crítico caribenho em busca de compreensões locais sobre

mestiçagem e, simultaneamente, sobre as suas concepções de identidade. Neste sentido, escolhemos Glissant como sujeito histórico imerso na amálgama cultural caribenha e atento para alcançar a consciência de sua identidade a partir da Martinica, do Caribe e da América Latina.

A consciência histórica tem sido o grande desafio das sociedades que desejam se compreender e se configurar no tempo. Provavelmente esse seja o esforço que Glissant tenha assumido por meio de suas obras: o árduo exercício em recuperar na opacidade da história os fragmentos dispersos que participam da composição de suas identidades.

Por isso, na primeira sessão, chamamos atenção para a importância do passado na constituição do sentimento de pertencimento e de conscientização da alteridade e da diferença. Para Glissant, esse passado não pode ser entendido apenas pela escrita. Faz referência a categorias hegelianas de história, exalta o papel da oralidade, ainda que esta pareça fragmentada, na recuperação do que chama de rastros-resíduos do passado multifacetado do ser caribenho. É na busca da oralidade perdida que Glissant aposta na literatura como instrumental de recuperação das histórias vividas e pouco conhecidas e lança mão do conto como artifício fundamental para essa reconstrução da identidade martinicana.

Na sequência, dando continuidade ao desenrolar de seu pensamento, destacamos as diferenças com a tradicional compreensão de “mestiçagem”, já que Glissant propõe uma concepção de identidade dinâmica e peculiar a partir de novos conceitos, pouco trabalhados no Brasil. Esses conceitos – como rastro-resíduo, caos-mundo, totalidade-mundo, poética da relação – articulam-se em suas análises para dar vida a uma identidade que se opõe ao projeto hegemônico que elege um só relato do passado e define um sujeito monolítico, de raiz única. Assim nasce sua definição de *crioulização*, de identidade forjada na diferença, na multiplicidade, na relação ainda em processo. Ele se vê contribuindo para a compreensão dessa *crioulização* em constante construção com seu trabalho de escrever uma literatura crioula. Oralidade, literatura e história em articulação em prol da construção de uma memória própria de um povo considerado muitas vezes sem história e sem passado.

História, oralidade e literatura em Glissant

Para Édouard Glissant, a identidade martinicana só poderá alcançar a consciência histórica na medida em que as diversidades de experiências (de relações) sejam enunciadas. Ao partir desse pressuposto, o pensamento literário de Glissant assume, antes de tudo, a responsabilidade com o próprio passado ainda não vivenciado e desprovido de reflexão. O que provoca a sua escrita, afirma em *El discurso antillano*, não é a angústia literária em dar harmonia ao seu discurso, mas, sobretudo, a ausência de uma história capaz de dar conta das vivências do martinicano (Glissant, 2002: 182). Não se trata da história como “grande relato” no qual a Martinica não passa de um apêndice ultramarino da Metrópole, pelo contrário, Glissant se refere à história enquanto vivência constituidora do sentimento de pertencimento de um povo ao lugar em que se encontra. Desta forma, há um conjunto de questões presente ao longo de sua literatura: a ausência de uma relação coletiva dos martinicanos com o seu entorno, definida pelo autor como despossessão da própria história e do espaço. Este fato torna Glissant um valioso interlocutor para as ciências sociais, uma voz comprometida com a realidade social e cultural da Martinica e do Caribe.

A literatura de Glissant traduz a condição real do martinicano, introduzindo a alteridade e, conseqüentemente, a diferença. A despossessão discutida amplamente por Glissant tem se manifestado ao longo do tempo por meio da mimese da civilização europeia, pelo desejo do retorno à África e pela fantasia de emigrar para a Metrópole. A literatura glissantiana passa, primeiramente, pelo reconhecimento da alteridade para que, uma vez estabelecida as diferenças, o martinicano adquira consciência de sua identidade. Quando Glissant (2011) propõe a *Poética da relação*² para pensar a identidade martinicana, pode-se entender que se trata de estabelecer a diferença para que, por meio da relação com o outro o martinicano, adquira consciência de seu espaço e tempo na totalidade-mundo. Na medida em que se dá a consciência da relação com o outro (a exterioridade) também se realiza o encontro (relação) do martinicano consigo mesmo e, desta forma, espera que se dissipe, ainda que parcialmente, a névoa histórica que tem ocultado a constituição da identidade martinicana caribenha. É nesse sentido que Glissant propõe recuperar os rastros-resíduos, as identidades fragmentadas e ofuscadas pela história colonizadora. Nas palavras de Glissant:

A identidade-relação está ligada, não a uma criação do mundo, mas à vivência consciente e contraditória dos contatos entre culturas (2011: 139).

2. *Poética da relação* é o título da obra de Glissant publicada em 1990 pela editora Gallimard com a versão portuguesa de 2011, publicada pela Porto Editora, tradução de Manuela Mendonça. Nesta obra, entre outras questões, Glissant retoma o caos-mundo antilhano pontuando suas contradições históricas para, em seguida, apresentar novos caminhos como a *crioulização*. A *crioulização* não é apenas um fenômeno linguístico, mas, a realidade identitária martinicana e caribenha configurada por diversos elementos culturais que, em razão da colonização, foram negados pela ideologia da assimilação. Assim, a consciência da *crioulização* passa pela consciência da relação histórica e que Glissant espera alcançar pela poética. Como afirma o autor martinicano: “A identidade enquanto sistema de relação, enquanto capacidade de ‘dar-se com’, é, inversamente, uma forma de violência que contesta o universal generalizante e que tanto mais requer a severa exigência das especificidades” (2011: 138).

3. Para Glissant, o pensamento rastro-resíduo se distancia da concepção de ser ocidental e se insere na dinâmica do sendo. Quando os filósofos pré-socráticos Parmênides e Heráclito travam um debate sobre a realidade, o primeiro assume a posição de que o ser é imutável, eterno e sempre idêntico a si mesmo; o segundo entende que a realidade é movimento, a relação conflitante entre os contrários. O pensamento ocidental tem sido mais Parmênides que Heráclito, constituindo-se a partir dos pilares da identidade imutável e universal. Porém, o pensamento de Glissant, de certa forma, recupera Heráclito, na medida em que entende a realidade antilhana a partir do movimento (caos-mundo) como potencialidade originária.

4. Em sua obra *Poética da relação*, Glissant (2011) desenvolve mais detalhadamente seus conceitos de transparência e opacidade: o primeiro trata da maneira ocidental de compreender a identidade, como o fundo de um espelho pelo qual a sociedade europeia refletia o mundo à sua imagem. Opacidade consiste em sedimentos depositados

Para Glissant, os rastros-resíduos tratam de um pensamento não sistemático, fragmentado, que se desenvolve a partir da poética para recuperar por meio da memória os rastros-resíduos dos povos despojados que chegaram à Martinica. Para isso, o pensamento do rastro-resíduo supõe e traz em si a realidade fragmentada, e não o pensamento do ser único e universal (2006: 82)³.

A ação literária de Glissant se entrelaça com a história na expectativa de que ao recuperar a memória das vivências martinicanas se possa romper com a mentalidade ocidental, estabelecendo uma relação autônoma com a diferença. Para o autor, o martinicano ainda não vive em seu espaço uma relação consciente com a diferença, encontra-se alheio à sua própria realidade. Importante ter em mente que Glissant se distancia da história ocidental, do modelo hegeliano de classificar o tempo em a-história, pré-história e história, uma vez que foi a partir desta concepção que se legitimou a dominação dos povos de civilização oral (a-históricos) pelas civilizações que possuíam a escrita (história). O que leva Glissant a introduzir a estética da oralidade caribenha em sua literatura é precisamente a urgência de descolonizar a própria escrita e, conseqüentemente, o modo de fazer história e literatura. Coloca-se às margens da mimese literária para recuperar a “não história” do martinicano. Ao referir-se especificamente ao Caribe, escreve Glissant:

Los pueblos que hasta entonces habitaban en la faz oculta de la tierra han luchado – al mismo tiempo que por la comida y por la libertad – contra esta doble aspiración de una Historia con H mayúscula y de una literatura sacralizada en el absoluto del signo escrito (2002: 190).

Em diversas partes surgem histórias e literaturas fragmentadas tornando presente as vozes antes silenciadas. Para compreender as histórias fragmentadas caribenhas é necessário distanciar-se da história linear, de um caminho evidente. Existem rastros-resíduos (histórias vividas) opacos que resistem a se tornarem transparentes.

Por esta razão, considera Glissant que pensar a Martinica implica lidar com a *opacidade* e a *transparência*: com as vivências históricas ocultadas e com o impulso de enquadrar Martinica na história universal⁴. Glissant traz em sua novela *O quarto século* um descendente de uma família de *marroons*⁵ – papai Longoué – cuja vivência na ilha se deu desde o início na opacidade das florestas, negando-se apresentar-se diante da transparência do colono. Então, como ter acesso a essas histórias vividas? Como recuperar a memória das diferenças constituidoras do martinicano? Essas perguntas revelam a problemática que permeia o pensamento de Glissant, levando-o a pensar um estilo literário que permita o acesso aos vestígios do passado sem enquadrá-los em grandes relatos.

Ao considerar o pressuposto de que a Martinica não encerra o mito fundador que explica e legitima a origem de um povo e sua relação com o espaço e com o tempo, Glissant defende a ideia de que o *conto* passa a ser um importante recurso para que se dê uma *leitura estilizada do real* (Glissant, 2002: 203). Porém, deve-se ter em mente que enquanto o mito prepara o imaginário de um povo para a história – como é o caso do *Antigo Testamento*, da *Ilíada* e do *Popol Vuh* –, o conto, por sua vez, alcança apenas histórias particulares e de prolongação indeterminada. O conto não intervém na história de uma sociedade como fator decisivo. No entanto, para Glissant, esta incapacidade de unificação e universalidade (características dos mitos ocidentais) favorece a compreensão do espaço-tempo antilhano, restringindo a história escrita imposta pelo Ocidente. O conto nas Antilhas pode adquirir um caráter subversivo diante da historicidade ocidental. Nas palavras de Glissant:

[...] el mito consagra la palabra y la destina de antemano al ritual de lo escrito; en esto, el cuento actúa por arranques sacrilegos. Lo que así resulta agredido es, ante todo, lo sagrado del signo escrito. El cuento antillano delimita una historia deportada por el dicto y la ley. Es el antiedicto y la antiley, es decir, la antiescritura (Glissant, 2002: 204).

Então, de que forma o conto se torna um recurso literário para ter acesso à identidade martinicana? Enquanto o mito explora o desconhecido e o conhecido para instaurar uma filiação absoluta de um povo a uma origem e a um território, o conto, por meio de uma *concepção descontínua do tempo*⁶, traz à tona vivências contextuais sem pretensão de filiação única. Ainda que no caso caribenho o conto seja uma ação primordial das florestas (*marroons*) e plantações (escravos), não reivindica tal filiação. Pelo contrário, o cantar dos *marroons* e dos escravos apenas elucida uma carência de espaço e tempo, nas palavras de Glissant evidencia uma *anti-história* martinicana. Ao avançar um pouco mais, o autor percebe uma intrínseca relação com a natureza do conto e as questões de identidade.

Afirma o poeta martinicano que *“El cuento nos aportó el Nosotros, al expresar de manera implícita que debemos conquistarlo”* (Glissant, 2002; 2006). O que se entende por essa afirmação? Em outros textos, Glissant leva a pensar que a ação do conto leva o sujeito a examinar primeiramente a si mesmo e, conseqüentemente, suas relações mais imediatas com os demais indivíduos da comunidade. Assim, reconhece a alteridade e estabelece a diferença. O sujeito por meio do conto não se legitima a partir de uma grande narrativa, mas estabelece relações com o outro. É nesse sentido que se pode entender quando Glissant afirma que o conto separa o sujeito do “nós” como unidade, tão caro aos nacionalismos, porém sentindo a necessidade de conquistar um “nós” a partir das diferenças.

pelos povos que chegaram ao Caribe, sedimentos férteis, mas incertos, ainda hoje inexplorados e quase sempre negados (Glissant, 2011: 107).

5. No Caribe, *marroon* designa o escravo fugitivo das plantações, dando origem ao conceito *marronnage* como ato de resistência à escravidão e, posteriormente, adquire a conotação de resistir à dominação cultural. *Quimboiseur* é o feiticeiro e curandeiro, que utiliza seus conhecimentos medicinais trazidos da África. Estas duas figuras encontram-se presentes no personagem papai Longoué, o escravo rebelde da obra de Glissant *O quarto século*.

6. Glissant afirma que para compreender a realidade social martinicana se necessita de uma metodologia que considere a história como “fragmento”. A partir de uma concepção linear, se estabelece os períodos da história martinicana mais ou menos da seguinte forma:

- a. O tráfico negroiro e o povoamento;
 - b. o universo servil;
 - c. o sistema de plantações etc.
- Porém, enfatiza Glissant que esses fatos históricos não são completamente

martinicanos, senão que são decretados desde o exterior em função de outra história. Então, para pensar a realidade martinicana deve-se abster dos períodos e buscar os fragmentos martinicanos que não são projetos a partir dos quais uma sociedade narra os seus avanços, senão que tratam de fragmentos padecidos por sujeitos concretos.

Ainda que a obra *O quarto século* seja um romance, é importante considerar que a personagem papai Longoué utiliza o conto para recuperar e transmitir a memória (rastros-resíduos) de seus antepassados. O conto, para Glissant, torna-se fecundo na medida em que não necessita seguir uma narrativa linear e, portanto, pode trazer à tona os diversos fragmentos históricos, incluindo suas contradições e opacidades. Sobre os artifícios literários, comenta Damato:

Glissant, por meio de artifícios formais, procura subverter o processo pelo qual os povos europeus através de uma suposta coerência e unidade de sua história erigiram-na em História e impuseram-na aos povos que conseguiram submeter. O personagem-narrador-feiticeiro-maroon e seu interlocutor, ao revelarem o avesso da trama da história, questionam não só as respostas dadas pela civilização ocidental (o que seria bastante banal), mas principalmente suas perguntas que vêm orientando o sentido das investigações (Damato, 1995: 266).

Os artifícios formais estão em conflito com a maneira ocidental de fazer história, propondo novas formas de contar o passado a partir de seus fragmentos e sem a pretensão de desembocar na história absoluta. Nesse exercício literário, os personagens de *O quarto século* sempre se colocam em uma posição reflexiva diante do espaço-tempo, sem se apoiar em uma ordem cronológica da história oficial. Pois, o espaço-tempo martinicano não está dado, trata-se de uma reinvenção poética a partir dos vestígios vivenciados.

Estes vestígios (rastros-resíduos) ocultados pela história colonizadora aparecem no romance em forma de contos, como pequenas narrativas que detectam e justificam a própria carência de história (Glissant, 2005: 203). Enquanto o mito parte do obscuro para tornar-se história, o conto se mantém sobre a carência, como palavra detida, mas onde tudo está dito (Glissant, 2005: 205). É assim que Glissant considera o conto antilhano: anti-história, sem filiação à história absoluta. Então, o conto aparece como importante artifício para a compreensão da identidade antilhana.

Glissant menciona as seguintes características do conto em sua obra *El discurso antillano* e que estão presentes no seu romance *O quarto século*:

Los bruscos cambios de tono, la continua ruptura del relato y sus "acotaciones", cuya acumulación es la unívoca medida de la totalidad [...].

La ausencia de una "moraleja": la extrema fineza que consiste en siempre repetir el mismo tipo de situación y evitar proponer "resoluciones" ejemplares. El arte del Rodeo.

La desmedida, es decir, ante todo la libertad absoluta respecto de todo temor que paralice ante el ejercicio tautológico. El arte de la repetición es nuevo y fecundo. Repetir el texto es un goce. La onomatopeya o, más en lo profundo, la melopea, dan vueltas en la ebriedad de lo real (Glissant, 2005: 205).

O valor do conto em detrimento do mito está precisamente em permitir o “rodeio” e a “acumulação”, dois importantes conceitos de Glissant. Com o rodeio se dá um inventário do real: na medida em que o martinicano dá voltas buscando fora encontrar-se consigo mesmo acaba se dando conta de sua negatividade, de sua carência de história. Para Glissant, a pulsão do retorno à África foi um grande rodeio, pois na medida em que buscou a si mesmo em outro lugar lançou-se na alteridade-diferença, ampliando a compreensão de sua própria realidade. Neste sentido, o rodeio sempre desemboca em seu ponto de partida, ampliando a compreensão de seu próprio espaço-tempo. Assim, por meio dos rodeios realiza-se a acumulação-apropriação da realidade. Nas palavras de Glissant:

El rodeo es el último recurso de una población cuya dominación por el Otro se halla oculta: hay que ir buscar en otra parte el principio de la dominación, que no se evidencia en el propio país: porque el modo de dominación (la asimilación) es el mejor camuflaje, porque la materialidad de la dominación [...] no es directamente visible. El rodeo es el paralaje de esta búsqueda (Glissant, 2005: 50).

O rodeio é uma prática de relação, um conflito entre a interioridade e a exterioridade. Outro caso emblemático de rodeio encontra-se no movimento de emigração dos antilhanos para a Metrópole. Na França, os antilhanos percebem que são diferentes e tomam consciência de sua antilhanidade. Segundo Glissant, trata-se de uma dramática e insuportável experiência de rodeio e que demonstra a alienação na Martinica: deve-se ir a outro lugar para tomar consciência de si mesmo (Glissant, 2005: 53).

O rodeio também se dá pelo conto, pois, ao repetir inúmeras vezes situações sem propor uma lógica explicativa abrangente, dá-se a consciência de uma realidade fragmentada. Os contos narrados pelos personagens no romance *O quarto século* leva paulatinamente o leitor a compreender a formação da identidade como produto de uma constante relação, como um rizoma onde cada raiz vai ao encontro das demais. A acumulação também permite apropriar-se da realidade por meio da repetição. Como o tempo e o espaço caribenho são marcados pela descontinuidade, assim, a melhor via consiste em acumular seus fragmentos. Damato comenta:

7. Importante considerar os estudos de Michel de Certeau sobre a relação entre a escrita e a oralidade. Com a prática escriturística se deu uma disjunção entre a escrita e a oralidade, onde a primeira representa o progresso e a segunda tudo o que se refere ao mágico e ao supersticioso. O progresso é o escriturístico, que se distancia do mundo mágico das vozes e da tradição. Neste sentido pode-se dizer que chegou ao Caribe no século XVI uma modernidade ocidental constituída sobre a escrita, que se propôs produzir sociedades como textos, onde só se compreende o que se escreve e só se torna memória o que passa obrigatoriamente pela escrita. Então a escrita se torna um instrumento fundamental de apropriação do espaço exterior, ou melhor, de sua constituição. De forma esclarecedora Certeau afirma: “A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos, reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história” (Certeau, 1994: 224).

A acumulação não visa a ocultação. Muito pelo contrário, deve permitir o aparecimento de uma base que será progressivamente constituída a partir de várias camadas que as repetições forem nela depositando. Esse processo, necessariamente longo, num determinado momento levará a sedimentação. Só então haverá condições para o enraizamento. É a partir do enraizamento que deverá haver uma elaboração do passado coletivo, apagado sistematicamente pela cultura oficial (Damato, 2005: 166-167).

Entende-se, então, que por meio do conto se tem acesso a “identidades” diferentemente do “nós” excludente dos mitos fundadores. O nós triunfal, próprio das sociedades atávicas, tiraniza a diferença e quando elas aparecem são violentamente ocultadas. É nesse sentido que Glissant se refere que toda a “tragédia” no sentido ocidental acaba sendo discriminatória, recompõe a legitimidade da filiação no lugar de produzir a dispersão infinita de relação. Diante das diferenças culturais próprias da Martinica (sociedade compósita) e, em geral, do Caribe, torna-se impossível apelar a um mito fundador que não seja excludente. Diante da impossibilidade de alcançar o martinicano a partir da história e da literatura como ritual do signo escrito, a poética glissantiana encontra no conto, na tradição oral, um caminho viável para aceder à identidade martinicana⁷.

A literatura glissantiana se opõe ao “trágico”, ao mito de uma filiação única. Na Martinica – enfatiza o poeta –, houve sempre uma carência do trágico: o negro *maroon*, por exemplo, poderia ter sido fortalecido pela literatura como o grande mito fundador, o herói tutelar de todos os martinicanos. Porém, invocar unicidade e legitimidade por meio da tragédia seria repetir a história discriminatória do Ocidente. Desta maneira, propõe Glissant:

La historia y la literatura, deslastradas de sus mayúsculas y contadas en nuestros gestos, se vuelvan a unir para proponernos, más allá del deseo histórico, la novela del yo en el nosotros, del yo en el otro, del nosotros en el nosotros. La Relación perfila, en conocimiento, el marco de este nuevo episodio. Se dice que la novela del nosotros es imposible de escribir, que siempre se necesitará la encarnación de los destinos particulares. Eso es correr un hermoso riesgo (Glissant, 2002: 207).

Glissant desvencilha-se da história e da literatura predominantemente consagradas à escrita para, por meio do conto, alcançar os “fragmentos” martinicanos. A *escrita crioula* presente na literatura glissantiana representa o esforço de recuperar as diferenças culturais integrando a tradição oral – o conto – e a escrita europeia. A literatura e a história em Glissant estão comprometidas em recuperar o

“tempo” antilhano e a sua identidade. Sobre isso, o poeta martinicano expressa claramente:

Luchar contra lo Uno de la Historia, por la Relación de las historias, quizás sea recuperar a la vez nuestro tiempo verdadero y nuestra identidad: plantear en términos inéditos el tema del poder (Glissant, 2002: 217).

A partir da ideia de que a poética pode contribuir com a conquista da consciência histórica, Glissant se envereda pela narrativa crioula na expectativa de compreender a *crioulização* cultural. À medida em que o autor se aproxima de seu mundo mestiço irá tecer uma escrita crioula que se propõe a representar a *crioulização* martinicana, cujo fenômeno se estende a outras partes do arquipélago caribenho. Esta narrativa crioula se dá integrando a estética da oralidade caribenha à escrita francesa. Como bem observa Eurídice Figueiredo,

O projeto literário de Glissant é conciliar o absoluto da escrita com o não absoluto da oralidade, fazer uma síntese crioula, mestiça, híbrida entre dois mundos, o Ocidente e as tradições populares não europeias (Figueiredo, 1998: 100).

É preciso percorrer o itinerário poético de Glissant a fim de compreender as suas percepções de *crioulização*, cujo objetivo exigirá uma especial atenção ao estilo literário do autor caribenho.

A ação literária de Glissant passa por um viés descolonizador: enquanto a colonização se dá, entre outras formas, pela passagem da oralidade à escrita, nas obras de Glissant se encontra uma escrita a serviço da oralidade, expressando a linguagem do martinicano por meio da repetição, da redundância e do ritmo.

Essa simbiose entre a oralidade e a escrita rompe com o monolinguismo, dando espaço a uma *poética da relação*. Ao contrário do enquadramento nas tradições literárias francesas, o escritor martinicano interage com o *caos-mundo*, realidade imprevisível causada pelo choque entre culturas. Assim, longe de atender aos imperativos hegemônicos recupera, ao longo de sua narrativa, a memória dos componentes culturais dos povos dominados. A poética da relação trata de uma compreensão sobre a identidade martinicana em uma relação espaço-temporal e, portanto, escapa de qualquer perspectiva essencialista e universal. Desta forma, em Glissant há uma sintonia entre a compreensão do mundo martinicano e sua própria escrita permeada pela mestiçagem.

Essa escrita crioula constitui o que Glissant denomina *pensamento arquipélago*:

um pensamento não sistemático, indutivo, que explora o imprevisível da totalidade-mundo, e que sintoniza, harmoniza a escrita à oralidade, e a oralidade à escrita (Glissant , 2005: 54).

O *pensamento arquipélago* traduz justamente a *crioulização* martinicana, atendendo à relação e à imprevisibilidade que a constitui. E na configuração deste pensamento, o escritor martinicano utiliza a arte da fuga de uma língua a outra, sem deixar que se apague a oralidade caribenha e sem impedir a presença do francês (Glissant, 2005: 56). A busca constante da oralidade implica percorrer o rastro-resíduo das realidades culturais agredidas pela colonização. Deve-se levar em conta que a tradição oral crioula foi um componente cultural que permaneceu apesar do despojamento dos africanos transplantados no Caribe. Assim, pela oralidade os negros deixaram os seus resíduos-rastros (vivências) na história martinicana.

Mestiçagem e *crioulização*

A literatura crioula de Glissant está conectada à sua concepção de identidade. A partir da distinção entre “pensamento raiz” e “pensamento rizoma” feita pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari, Glissant desenvolverá sua ideia de “identidade raiz única” e “identidade rizoma”: enquanto a raiz única aniquila o seu entorno, a rizomática vai ao encontro das outras raízes. Para Glissant, no Caribe ocorreu em pouco tempo uma diversidade de influências culturais, tornando mais perceptível a realidade do caos-mundo: um emaranhado sociocultural desprovido de um mito fundador a partir do qual um povo adquire o sentido de pertença a um determinado território e se reconhece enquanto identidade raiz única. Pelo contrário, o que se encontra no Caribe são culturas compósitas imbricadas em um processo de *crioulização* e, desta forma, a identidade antilhana só pode ser pensada a partir da imagem do rizoma. Glissant entende como caos-mundo

[...] o choque, o entrelaçamento, as repulsões, as atrações, as convivências, as oposições, os conflitos entre as culturas dos povos na totalidade-mundo contemporânea (Glissant, 2005: 98).

Em outra obra, afirma:

Llamo caos-mundo al actual choque de tantas culturas que se prenden, se rechazan, desaparecen, persisten sin embargo, se adormecen o se transforman, despacio o a velocidad fulminante: esos

destellos, esos estallidos cuyo fundamento aún no hemos empezado a comprender, ni tampoco su organización, y cuyo arrebatado avance no podemos prever. El Todo-Mundo, que es totalizador, no es (para nosotros) total (Glissant, 2006: 25).

A *crioulização* tem sua força originária no caos-mundo, espaço por excelência da relação e a partir do qual se constituem as identidades. Quando se toma consciência do caos-mundo como realidade sociocultural impede-se a formação de uma identidade raiz única e identidades rizomáticas são então constituídas: cada raiz vai ao encontro das demais sem se diluir em um magma homogêneo. Então, Glissant deixa entender que seu projeto literário rompe com a ordem aparentemente estabelecida pela colonização (a ideologia de uma raiz única), elevando ao imaginário caribenho o caos-mundo presente nas Antilhas, fator imprescindível para pensar a *crioulização* em relação à concepção de identidade rizoma.

Glissant, diante do caos-mundo, propõe uma poética da relação com o intuito de alcançar a mestiçagem cultural caribenha. Essa poética atende a uma necessidade tanto epistêmica como hermenêutica. Se a realidade caribenha se constitui a partir de uma relação, então sua compreensão passa também por um pensamento mestiço (pensamento arquipélago) cuja relação é o marco decisivo para a sua compreensão. Assim, o imaginário antilhano se constituirá a partir de uma concepção rizomática da identidade cultural. Nas palavras do autor:

[...] Y llamo poética de la relación a esa posibilidad de lo imaginario que nos mueve a concebir la globalidad inasible de un caos-mundo como ése, al tiempo que nos permite hacer que despunte algún detalle y, muy particularmente, nos permite cantar el lugar que nos corresponde, insondable e irreversible e irreversible. Lo imaginario no es ni el sueño ni el vaciado de la ilusión (Glissant, 2006: 25-26).

O poeta martinicano tem como ponto de partida a imagem mais originária do que vem a ser o mundo antilhano: caos-mundo. Por meio de sua obra literária se insere na relação que o constitui para que, assim, alcance o imaginário antilhano. Importa observar que o autor lança mão da língua crioula, componente cultural que se salta à vista no contexto martinicano. A mestiçagem presente no falar crioulo torna-se um elemento simbólico por meio do qual se tem acesso a *crioulização* historicamente ocultada.

Para Glissant, a *crioulização* enquanto realidade espaço-temporal ainda não alcançou o imaginário caribenho. É nesse sentido que não se encontra em Glissant uma teoria explicativa sobre a *crioulização*, pelo contrário, o poeta oferece uma literatura crioula que se propõe a enunciar o Caribe a partir de seus rastros-resíduo.

Diante do caos-mundo tem-se levantado constantes pretensões identitárias de raiz única, que se impõem de forma excludente. A raiz única elimina as demais raízes, impondo-se como projeto hegemônico. No entanto, o Caribe como sociedade compósita tem como alternativas a mimese de uma identidade forjada em sociedades atávicas ou então lançar-se em uma poética da relação por meio da qual se dará conta de sua autoidentidade. O caos-mundo alcança o imaginário de um povo quando este se encontra mais profundamente marcado pelo choque das diversidades que compõem a totalidade-mundo. Porém, algumas sociedades chamadas por Glissant de atávicas se constituem a partir de um mito fundador na expectativa de forjar as suas identidades, excluindo as demais. A história da Europa ocidental tem sido um permanente esforço de se constituir como raiz única. O Caribe – região de encontros e entrelaçamentos – recebeu diversos povos transportados e despojados cujas identidades carecem de um mito fundador e, neste caso, a sua tomada de consciência passa imprescindivelmente pelo pensamento rastro-resíduo.

Esse pensamento rastro-resíduo está presente na obra *O quarto século*, onde o *marroon quimboiseur* papai Longoué, diante de uma fogueira, recupera a memória de seus antepassados e conta ao jovem Mathieu sedento por ouvir as verdades ainda não contadas de seu povo. À medida que recupera a memória dos rastros-resíduos dos negros transplantados no Caribe (tanto os *marroons* que ocuparam as selvas como aqueles que se submeteram às plantações), realiza um exercício imprescindível para pensar o martinicano e, por extensão, o antilhano. Assim, as identidades caribenhas não apresentam um mito fundador, nem a possibilidade de se constituírem com uma raiz única caribenha. Existem rastros-resíduos de diversas etnias africanas, dos europeus e caraíbas que só poderão revelar o martinicano uma vez que sobre esses rastros-resíduos seja lançada uma poética da relação. Este exercício – como já foi dito – se dá basicamente por meio da memória e da oralidade. Sobre esse fazer poético, Glissant comenta que se trata de uma voz profética em direção ao passado. Enquanto a história conta os fatos, a poesia revela os rastros-resíduos. Glissant comenta o que entende por rastros-resíduos no seguinte fragmento:

Os africanos, vítimas do tráfico para as Américas, transportaram consigo para além da Imensidão das Águas o rastro-resíduo de seus deuses, de seus costumes, de suas linguagens. Confrontados à implacável desordem do colono, eles conheceram essa genialidade, atada aos sofrimentos que suportaram, de fertilizar esses rastros-resíduos, criando, melhor do que sínteses, resultantes das quais adquiriram o segredo. As línguas crioulas são rastros-resíduos singrados na grande bacia do Caribe e do Oceano Índico (Glissant, 2005: 83-84).

A voz profética em direção ao passado, habilidade própria do poeta, consiste em que o passado não deve ser recomposto de maneira objetiva ou até mesmo subjetiva pelos historiadores. Não se trata de percorrer os fatos e os textos articulando-os de forma sistemática. Afirma Glissant que

[...] deve[m] também ser sonhado[s] de maneira profética, para as pessoas, comunidades e culturas cujo passado, justamente, foi ocultado (Glissant, 2005: 103).

Convém pontuar que a voz profética não é um delírio poético atemporal, senão que implica uma busca compreensiva dos rastros-resíduos como condições iniciais da imprevisibilidade. Assim, diz:

[...] conhecer o imprevisível é sincronizar-se com o presente, com o presente em que vivemos, mas de outra maneira, não mais empírica nem sistemática, mas sim poética [...]. Penso que a poesia, e em todo o caso o exercício do imaginário, a visão profética do passado justamente com a visão profética dos espaços longínquos é, em toda parte, a única forma que temos de nos inserir na imprevisibilidade da relação mundo (Glissant, 2005: 107).

Lançar a voz poética nas encruzilhadas do tempo e do espaço representa um ato voraz do poeta descontente com o seu mundo; mais do que registrar fatos consagrados pela história, conserva a memória de vivências reais. Assim, recuperam-se os interstícios da realidade dos ainda não ditos que permanecem latentes e inquietantes nos sujeitos marginalizados pelas verdades contadas.

Pode-se aludir a um encontro conceitual entre Glissant e o antropólogo cubano Fernando Ortiz: a poética aparece em Glissant como exercício transcultural (oralidade e escrita) que se propõe recuperar os resquícios culturais para pronunciar a identidade martinicana. O conceito *crioulização* como transculturação evidencia as diversidades que constituem a amálgama antilhana.

As culturas negras que chegaram ao Caribe nos ventres dos navios negreiros foram despossuídas de si mesmas, porém os negros, auxiliados pela memória e pela necessidade de se reinventarem, foram deixando rastros-resíduos na história do Caribe. Glissant, como outros autores caribenhos, recusa-se a conceber o Caribe como grande mistura homogeneizada, próprio das concepções essencialistas de cultura. O poeta considera o Caribe como uma nova realidade cultural na qual cada componente cultural é reconhecido em uma relação forjadora de novos significados. Sobre isso, adverte Glissant (2005: 98), “[...] trata-se de uma

mistura cultural, que não se reduz simplesmente a um *melting-pot* [...]”. Os rastros-resíduos são diferenças que se entrelaçam em um movimento de *crioulização*, sem se apagar.

Nessa perspectiva, Glissant afirma categoricamente o seu distanciamento do conceito de mestiçagem que – segundo o autor – implica determinismo. O conceito mestiçagem atende às expectativas do pensamento hegemônico no sentido em que nega o caos-mundo e a possibilidade de relação. Em outras palavras, para Glissant mestiçagem carrega a ideia ilusória de que a partir do encontro de duas ou mais culturas se constitui a identidade raiz com expectativas de atemporalidade. Em contrapartida, *crioulização* carrega como valor semântico a imprevisibilidade, processo sempre aberto, em constantes intercâmbios culturais. A *crioulização* não se define nem se restringe a uma determinada forma de “ser”, manifesta-se de forma ambígua e opaca que se recusa à transparência e, por esse motivo, exige um “pensamento arquipélago” capaz de lidar com a fragmentação espaço-temporal caribenha. Em fragmento de sua obra *Tratado del todo-mundo*, Glissant descreve o que entende por pensamento arquipélago:

El pensamiento archipelar encaja bien con la estampa de nuestros mundos. Le toma prestadas la ambigüedad, la fragilidad, la derivación. Admite la práctica del desvío, que no es ni huida ni renuncia. Reconoce el alcance de las imaginerías de la Huella y las ratifica. ¿Acaso es renunciar a gobernarnos? No, es sintonizar con esa parte del mundo que, precisamente, se ha extendido en archipiélagos, esas a modo de diversidades en la extensión, que, no obstante, aproximan orillas y desposan horizontes. Nos damos cuenta de qué lastre continental y agobiante, y que llevábamos a cuestas, había en esos suntuosos conceptos del sistema que hasta hoy han empuñado las riendas de la Historia de las humanidades y han dejado de ser adecuadas para nuestros desperdigamientos, nuestras historias y nuestros no menos suntuosos derroteros errabundos. La idea del archipiélago, de los archipiélagos, nos franquea esos mares (Glissant, 2006: 33).

Glissant (2005: 22) em sua obra *Introdução a uma poética da diversidade* argumenta que sua preferência pelo conceito *crioulização* se dá pela conotação de imprevisibilidade que a palavra carrega em si, enquanto o conceito mestiçagem permite calcular os seus efeitos como, por exemplo, o cruzamento nos animais e o enxerto de plantas. A *crioulização*, afirma o autor, é a mestiçagem acrescida de uma mais-valia que é a imprevisibilidade. Esta mais-valia é o que torna incalculável as diversidades de microclimas que podem ser originados pela interpenetração linguística e cultural.

A percepção da identidade caribenha constitui um pensamento arquipélago que recorda a ideia de pensamento mestiço de Serge Gruzinski. Contudo, não se pode desconsiderar as críticas dos autores caribenhos ao conceito mestiçagem. Bernabé, Chamoiseau, Confiant e Glissant são contrários à correlação entre mestiçagem e *crioulização*, pois, segundo sua percepção, a mestiçagem está vinculada à ideia de raça e nação (Gerheim & Carrizo, 2008: 152). É por esta razão que os autores da obra *Elogio de la creolidad* afirmam que: “*Ni Europeos, ni Africanos, ni Asiáticos: nosotros nos proclamamos creoles*” (Bernabé, Chamoiseau & Confiant, 2013). Esses autores não compreendem as mesclas culturais a partir das fronteiras nacionais, senão que se distanciam da temporalidade e espacialidade moderna ocidental e buscam no navio negreiro e nas plantações a não história ocidental. Além do mais, parece que Glissant entende que a mestiçagem carrega um “discurso de aceitação” enquanto fenômeno histórico ocorrido e com o qual nada poderá ser feito. Neste sentido, *crioulização* se contrapõe à mestiçagem por sua carga semântica de “contracultura” embrenhada pelas práticas de resistência.

Como também se pode observar nos autores do *Elogio de la creolidad*:

La oralidad creole, aunque contrariada en su expresión estética, encierra un sistema de contravalores, una contracultura; es portadora del testimonio del genio común aplicado a la resistencia, consagrado a la supervivencia (Bernabé, Chamoiseau & Confiant, 2013: 53).

Sobre essa questão, convém ainda considerar o seguinte fragmento:

Hemos visto el mundo a través del filtro de los valores occidentales y nuestra esencia resultó “exotizada” por una visión francesa que nos hemos visto obligados a aceptar. Condición terrible la del que tiene que percibir su propia arquitectura interior, su propio mundo, los instantes y los días, sus propios valores, con la mirada del Otro (Bernabé, Chamoiseau & Confiant, 2013: 22-23).

Busca-se, por meio da crioulidade, uma visão interior do antilhano, o que exige uma prática de resistência diante da exterioridade que impede a identidade de manifestar-se. Quanto a esta necessidade, tanto Bernabé como Chamoiseau, Confiant e Glissant estão convencidos de que o clássico conceito de mestiçagem não tem as potencialidades subversivas necessárias.

Em outro momento, afirma o autor que a mestiçagem é o primeiro elemento da relação que constitui a antilhanidade. Porém, adverte sobre a necessidade de di-

ferenciar a mestiçagem enquanto categoria e como potencialidade originária que lança as culturas em uma relação infinita. A categoria mestiçagem opõe-se à categoria “culturas puras”, realidade que não se aplica ao caso caribenho. No Caribe, não se encontra uma mescla a partir de culturas puras, pois aquelas que aqui chegaram já vieram sendo mescladas, nos ventres mesmos dos navios negreiros. Nesse sentido, a mestiçagem para Glissant não é uma categoria que exalta a formação complexa do Caribe, já que nenhum povo tem sido preservado dos cruzamentos raciais e culturais. Então, deve-se manter o cuidado em referir-se à mestiçagem em contraposição a existência de uma origem única, uma raça guardiã e sua continuidade. Como bem afirma Glissant:

Afirmar que los pueblos están mestizados, que el mestizaje es un valor, equivale a deconstruir así una categoría “mestiza” que sería como tal, intermediaria entre dos extremos “puros”. Esta categoría intermediaria ha sido oficializada sólo en los países barbarizados por la exploración (por ejemplo, Suráfrica) (Glissant, 2002: 281).

Essa glorificação de culturas puras encontra-se nos mitos fundadores que se propõem a garantir a unicidade e a legítima filiação. Glissant entende que a ausência de mitos fundadores no mundo antilhano gera a necessidade de uma poética da identidade, por meio da qual se pode recuperar a memórias dos rastros-resíduos que serão os componentes fundamentais para pensar o antilhano. E por esse motivo o poeta martinicano afirma que a mestiçagem enquanto proposta supõe a negação da mestiçagem como categoria para recuperar o imaginário insistentemente negado (Glissant, 2002: 281-282). Com esta compreensão de mestiçagem, supera-se o domínio das exterioridades que pretendem estabelecer as filiações culturais, por exemplo, com os mecanismos de aculturação e deculturação.

Nesse sentido, cabe algumas pontuais críticas a Aimé Césaire: ao invés de buscar uma origem caribenha na África, deve-se percorrer a transculturação dos povos no Caribe a fim de que de fato se dê a compreensão da identidade antilhana.

Bernabé, Chamoiseau e Confiant referem-se à identidade martinicana caribenha com o conceito antilhanidade, cujo acesso se dá por uma visão interior como aceitação da própria criouldade, como se pode observar neste fragmento:

Nosotros nos declaramos creoles. Declaramos que la creolidad es el cimiento de nuestra cultura y que debe regir los fundamentos de nuestra antillanidad. La creolidad es el agregado interaccional o transaccional de los elementos culturales caribes, europeos,

africanos, asiáticos y levantinos que el yugo de la Historia reunió sobre el mismo suelo (Bernabé, Chamoiseau & Confiant, 2011)⁸.

Glissant (2002: 456) entende a antilhanidade mais do que como mais uma teoria. Para o poeta, trata-se de uma visão, uma aspiração de que a civilização insular deixe de ser apenas uma realidade denegada e passe a conformar o imaginário antilhano. Em suas palavras:

Lo que falta a la antillanidad: pasar de la vivencia común a la conciencia expresada; superar la postulación intelectual considerada por las élites del saber; y anclarse en la afirmación colectiva que se apoya en el acto de los pueblos (Glissant, 2002: 426).

Nesse processo de conscientização da antilhanidade, a poética realiza o importante papel de luta contra as sombras que cobrem a identidade caribenha.

As obras de Glissant não são propriamente um tratado sistemático sobre antilhanidade e *crioulização*. Seus textos carregam aspirações de compreender Martinica a partir de sua despossessão histórica. Trata-se de percorrer os relevos da realidade caribenha, que, para Glissant (2005: 44), devem ser estudados como signos de relação. Por exemplo, trata-se de entender os negros da diáspora africana não apenas como fato histórico, senão como signos em relação a outros universos culturais. É a partir desse olhar que Glissant entende que os negros martinicanos já não são mais africanos, uma vez que a partir das relações constituídas ao longo da colonização inauguraram outra realidade.

Porém, essa “outra realidade” é produto de conflitos em razão das diferenças constituidoras: enquanto os europeus se trasladaram às Antilhas na expectativa de reproduzir mimeticamente as suas tradições, os africanos não puderam levar e usar as suas técnicas de existência materiais e espirituais praticadas antes do transbordo. Sendo assim, a “cultura branca” pode colocar-se em relação a partir de suas técnicas materiais e espirituais e a “cultura negra” teve de recuperar os seus rastros para constituir o novo por meio da relação. Portanto, pensar a antilhanidade implica recuperar os seus rastros-resíduos, transformar em narrativas a sua não histórica, a sua ausência de si mesmo. E diante dessa “aspiração cultural”, Glissant encontrará no poético uma via de acesso aos vestígios constituidores da identidade antilhana.

8. Eurídice Figueiredo entende que há uma diferença conceitual entre antilhanidade e criouliidade: o primeiro refere-se a uma concepção geopolítica, enquanto o segundo acentua um aspecto mais cultural e antropológico, fundamentando-se na cultura tradicional crioula que irriga a escrita dos autores martinicanos (Figueiredo 1998: 103).

Considerações finais

Glissant, em sua obra *Malemort*, por meio de um narrador sem nome descreve a trágica ausência da memória nas Antilhas, já que a história continua sendo registrada a partir da concepção metropolitana. Esta questão reaparece como tela de fundo em *O quarto século*, desta vez contando com a oralidade do velho *mar-roon-quimboiseur* como possibilidade de reconstrução da memória ocultada. As questões teóricas abordadas nas páginas anteriores se entrelaçam ao longo da narrativa: a escrita, a oralidade, a imaginação e a relação a possibilitarem o acesso à visão interior do martinicano, sua *crioulização*.

O estilo literário de Glissant rompe com a linearidade da narrativa por meio de consecutivos encontros que confrontam a história já contada sobre a Martinica com os vestígios, os rastros-resíduos de seu povo. “O passado antilhano precisa ser inventado” e, neste caso, a poética vai além da história. Pois, seguindo em companhia de Damato,

[...] a apropriação da história (como a do espaço) não poderá ser feita com os instrumentos produzidos por uma cultura que não permitiu que essa memória permanecesse viva (Damato, 1995: 242).

Pode-se dizer que em Glissant se dá uma transculturação da memória, fontes de conhecimento são contrapostas e a partir delas se espera reinventar o passado. Comenta Glissant em *El discurso antillano* que sua literatura estabelece uma síntese entre a escrita e a rítmica falada, em um movimento contrário ao que tem ocorrido na literatura martinicana:

Mi lenguaje intenta construirse en el límite del escribir y del hablar; intenta señalar el paso, lo cual es desde luego muy arduo en toda aproximación literaria (Glissant, 2002: 288).

Roland Walter (2008: 88) entende esse exercício glissantiano como uma “transcrita”, uma maneira de escrever que se move por meio de um espaço “intersticial”, dentro e entre fronteiras, atravessando territórios culturais compostos de múltiplas zonas de contato e que persiste em ir além desse limbo intersticial no esforço de transformá-lo.

Papai Longoué, personagem de *O quarto século*, comenta que os *marroons* davam a si mesmos os seus nomes, enquanto os Béluse eram nomeados por seus senhores:

“Pronto, meu nome é Tal”. Estás vendo a diferença. Eles próprios se nomeavam, antes que os nomeassem. Batizavam-se por assim dizer (Glissant, 1986: 214).

A poética de Glissant é uma ação de resistência das nomeações colonizadoras e uma busca incansável por sentidos nos interstícios da história para que ocorra um novo nomear da identidade martinicana.

Michael Pollack (1992) refere-se à disputa da memória como o enquadramento realizado por determinados grupos, que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de um aspecto previamente escolhido. Ele é feito no presente e muitas vezes se fala com uma perspectiva voltada para o futuro na tentativa de se construir uma história oficial para gerar uma identidade a partir de outro olhar. Glissant busca romper com essa linearidade, até mesmo na forma de fazer história e de construir memória. É nesta nova fórmula, não ortodoxa, que ele nos faz compreender os encantos da *crioulização*.

Há muito se discute a “mescla”, seja ela cultural, linguística ou racial. Mas em Glissant um elemento fundamental se destaca nesta discussão: a memória. A construção da memória, da história, de mitos fundadores, do passado, é essencial na constituição da identidade individual e coletiva. Ao fugir de uma história escrita, linear, sua proposta se ajusta à multifacetada história da formação do povo caribenho e latino-americano. Por isso, seu aporte analítico é de grande riqueza para a compreensão de um conjunto semelhante de questões no Brasil.

Glissant estabelece uma distinção entre a poética da relação e a poética do magma, pois as identidades e as línguas quando interagem não se diluem em um magma indiferenciado, senão que permanecem em suas diferenças embora passem por transformações. Como bem ressalta Glissant:

Para que haja relação é preciso que haja duas ou várias identidades ou entidades donas de si e que aceitem transformar-se ao permutar com o outro (Glissant, 2005: 52).

A *crioulização* conserva as relações estabelecidas para a formação das novas realidades culturais, recuperando a memória do intercâmbio cultural.

Referência

BERNABÉ, Jean; CHAMOISEAU, Patrick; CONFIANT, Raphael. *Elogio de la creolidad*. La Habana: Casa de las Américas, 2013.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. Brasília; São Paulo: Paralelo 15; Unesp, 2006.

CARRIZO, Silvina. Mestiçagem. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói (RJ); Juiz de Fora (MG): EdUFF; EdUFJF, 1012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v. 1: "Artes de fazer". 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Argentina; Espanha; México: Akal, 2015.

———. *Cahier d'un retour au pays natal / Diário de um retorno ao país natal*. São Paulo: Edusp, 2012.

CHAMOISEAU, Patrick; CONFIANT, Raphael. *Lettres créoles*. Paris: Gallimard, 1999.

COSE, Stelamaris. Híbrido, hibridismo e hibridização. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói (RJ); Juiz de Fora (MG): EdUFF; EdUFJF, 1012.

DAMATO, Diva Barbaro. *Edouard Glissant: poética e política*. São Paulo: Annablume, 1995.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas interamerícas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

———. *Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói (RJ): EdUFF, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

———. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.

GERHEIM NORONHA, Jovita Maria; CARRIZO, Silvina Liliana. Crioulidade e mestiçagem: os conceitos e suas interfaces. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 9, n. 17, Jul./Dez. 2008, p. 149-164.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34; Editora Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Lisboa: Sextante, 2011.

———. *Tratado del todo-mundo*. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2006.

———. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2005.

———. *Sol de la consciencia*. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2004.

———. *El discurso antillano*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2002.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo: cultura amerindia y civilización del renacimiento*. Barcelona: Paidós, 2007.

———. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LEÓN, Erelis Marrero. Transculturación y estudios culturales. Breve aproximación al pensamiento de Fernando Ortiz. *Tábula Rasa*, n. 19, p. 101-117, Bogotá, Jul./Dez, 2013,

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.

OLIVEIRA NETO, Aristinete Bernardes. *La filosofía latinoamericana como política cultural: un diálogo con Richard Rorty y Raúl Fornet-Betancourt*. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2014.

ONG, Walter. *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires: FCE, 2011.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano de tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

———. *La Africanía de la música folklórica de Cuba*. La Habana: Editora Universitaria, 1965.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales: literatura de viajes y transculturación*. Buenos Aires: FCE, 2011.

RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones El Andarriego, 2008.

REIS, Livia Maria de Freitas. Transculturização e transculturização narrativa. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói (RJ); Juiz de Fora (MG): EdUFF; EdUFJF, 1012.

VIANNA, Magdala França. *Crioulização e criouldade*. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói (RJ); Juiz de Fora (MG): EdUFF; EdUFJF, 1012.

WALTER, Roland. Memória, história e identidade cultural: Maryse Condé, Édouard Glissant, Gisèle Pineau e Patrick Chamoiseau. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 9, n. 17, p. 85-116, Brasília, 2008.



Intersecções e identidades na docência do direito no Brasil*

Recebido: 25.11.17
Aprovado: 27.03.19

Maria da Gloria Bonelli**
Patricia Tuma Martins Bertolin***
Rossana Maria Marinho Albuquerque****
Veridiana P. Parahyba Campos*****
& Renne Martins Barbalho*****

* A investigação contou com auxílio pesquisa da Fapesp (processo 2016/08850-1) e do CNPq (processos 443416/2015-0 e 303364/2015-7). Teve o apoio de Bruna Verdadeiro Moraes, com Bolsa Fapesp de Treinamento Técnico I. Agradecemos a assessoria da Profa. Fabiana Luci de Oliveira no processamento dos dados e na construção de tabelas.

Resumo: O artigo analisa as mudanças na docência do direito, relacionando a maior participação das mulheres e da diferença no professorado, com a pulverização das instituições de ensino, a distribuição regional, os regimes de trabalho e o maior de grau de titulação docente. Investiga como esses deslocamentos se refletem nas identificações profissionais e em suas intersecções, bem como no jogo para produzir o centro e o descentramento dos grupos estabelecidos e do cânone jurídico. Baseia-se em dados do Censo Nacional da Educação Superior, Inep (2015) e em entrevistas qualitativas realizadas com docentes homens e mulheres de seis faculdades de direito do país.

Palavras-chave: Profissionalismo. Docência do direito. Diferença. Intersecções. Identidades.

** Maria da Gloria Bonelli é professora sênior do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid: 0000-0003-3877-9825. <gbonelli@uol.com.br>.

Intersections and identities in the Brazilian legal academy

Abstract: The article focuses on the changes in legal academy in Brazil, linking the increase in the participation of women and difference among the professoriate, with the fragmentation of institutional models, regional distribution of schools, type of labor agreement and higher titration of faculty members. It examines how such dislocations are articulated with professional identifications and their intersections, as well as the play to produce the center and to decenter the canonical knowledge and established groups. The research gathers data from the 2015 National Census of Higher Education, Inep, and from qualitative fieldwork, interviewing male and female professors of six Brazilian Law schools.

Keywords: Professionalism. Legal teaching. Difference. Intersections. Identities.

*** Patricia Tuma Martins Bertolin é professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil. Orcid: 0000-0002-3835-829X. <ptmb@uol.com.br>.

Introdução

A expansão dos cursos de direito é conhecida na literatura sobre o ensino jurídico no Brasil (Observatório do Ensino do direito, FGV-SP). Na década de 1990, o número de cursos privados salta, gerando impacto no mercado docente. Segundo Geller (2012: 10), em 1991 havia 165 cursos de direito no Bra-

**** Rossana Maria Marinho

Albuquerque é professora adjunta de sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
Orcid: 0000-0002-6199-1392.
<rossanamarinho@yahoo.com.br>

**** Veridiana P. Parahyba Campos é doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista da Fundação Carlos Chagas.
Orcid: 0000-0003-0014-754X.
<veridianacampos01@gmail.com>

***** Renne Martins Barbalho é doutora em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professora voluntária na Universidade de Brasília (UnB) e no Mestrado Internacional em Gestão de Empresas – Ibrap/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.
Orcid: 0000-0001-9052-2010.
<rennemartinsbarbalho@gmail.com>

1. Mais adiante, discutiremos detidamente sobre os dados do campo (tópico 3).

sil; dez anos depois, em 2001, esse total havia subido para 380 cursos e, em 2004, chegaram a 733. Os dados do Censo da Educação Superior (Inep) de 2015 indicam que o total de cursos de direito é de 1.171.

Essa multiplicação é vista como perda de qualidade do ensino e do profissional formado nesses cursos, além da precarização da atividade docente desses estabelecimentos. O estudo aqui desenvolvido reflete sobre as formas como tal proliferação produziu fragmentação nos modelos institucionais e na diversificação do corpo de professores, reverberando nas lutas para produzir o centro e para descentrar a docência do direito. A padronização costuma acompanhar os diagnósticos da massificação desses cursos, e os dados aqui reunidos procuram dar visibilidade também ao que escapa ao enquadramento da reprodução, deslocando a profissão de sua posição fixa e central nas experiências e identificações de seus membros.

Metodologicamente, o trabalho analisa dados quantitativos do Censo da Educação Superior de 2015 sobre os docentes, os discentes e os cursos de direito no Brasil e apresenta os primeiros resultados das entrevistas qualitativas que estão sendo realizadas com professores dos cursos de direito de seis instituições de ensino superior, com alguma diversidade territorial e regional, com formatos administrativos e organizacionais variados, seja por serem privadas ou públicas, de maior ou menor porte, com ou sem pós-graduação *stricto sensu*. Quanto aos docentes entrevistados, buscou-se uma distribuição além de distintos regimes de trabalho, graus de formação e perfil demográfico. O total de entrevistas disponíveis é de 53, tendo em vista que o trabalho de campo continua em andamento.

Em sua dimensão qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, apoiadas em um roteiro que orientou as cinco pesquisadoras visando obter uma referência comum de investigação, como também espaço para as questões que surgissem no processo de interação com as entrevistadas e entrevistados. Houve solicitação para a realização das entrevistas nas instituições através de coordenações, chefias ou direção. Os docentes foram contatados por e-mail ou presencialmente e aqueles que aceitaram participar também indicaram outros colegas – como na técnica da bola de neve. Houve consentimento para a gravação das entrevistas com compromisso de não se identificar os participantes nem nomear as instituições. Em sua dimensão quantitativa, obtidos os dados referentes exclusivamente à graduação em direito, eles foram selecionados de acordo com os objetivos da investigação, sendo processados em SPSS para proceder aos cruzamentos de variáveis. A construção de tabelas e gráficos foi feito no Excel, e alguns deles foram incorporados neste artigo¹.

A proliferação dos cursos de direito nos estabelecimentos de ensino superior privados foi acompanhada do predomínio da lógica empresarial sobre a lógica profissional, resultando num modelo híbrido e fragmentário. A organização do trabalho profissional articula a obtenção de uma formação universitária – para o domínio de uma área do saber por meio do conhecimento abstrato – com o controle de mercado pelos pares. Essa lógica é sustentada no ideário da prestação de serviços especializados com qualidade, além de autonomia da expertise em relação aos interesses do Estado, do mercado e do cliente. A lógica dos negócios que dá embasamento ao ensino superior privado se nutre do discurso da livre concorrência, que é crítica ao fechamento e à proteção de mercado – como no profissionalismo –, mas conta com apoio financeiro do Estado, sem vê-lo como intervenção no mercado. O Estado, por sua vez, opera em torno da lógica burocrática, que dá mais valor à eficiência e às relações verticalizadas de comando e execução, do que às relações horizontais mais características aos pares profissionais. Se o avanço do conhecimento é o maior valor na expertise, a relação entre custo e benefício predomina na gestão gerencial das organizações e da burocracia².

2. Sobre essas três lógicas de organização do trabalho, ver Freidson (2001).

A participação das mulheres no ensino do direito decorre do deslocamento do modelo profissional dominante até então, que ao construir monopólios de mercado também fecha o espaço para quem ingressa mais tarde na atividade. A hibridização do profissionalismo com a lógica empresarial e organizacional, junto com o crescimento de posições disponíveis, diversificou o perfil social dos docentes nos cursos jurídicos.

A nova composição da docência do direito tem uma história a ser contada, tanto sobre a conquista feminina de posições nessa carreira, como sobre as idas e vindas do longo processo de deslocamento do corpo acadêmico “normásculo” (Chabaud-Rychter *et alii*, 2014), dando expressão às diferenças.

Para essas autoras, “normásculo” remete ao papel histórico dos discursos científicos dominantes em tornar invisíveis as questões de gênero na produção do conhecimento. Sem perceber, impregnam de masculinidade teorias e resultados considerados como neutros e objetivos, mostrando indiferença às desigualdades e ao domínio dos homens sobre as mulheres (Chabaud-Rychter *et alii*, 2014: 3).

Processo semelhante ocorreu nas faculdades de direito, cujo ingresso feminino no corpo discente tornou-se maioria do alunado, mas não teve o mesmo resultado na composição do professorado. A inclusão das mulheres e da diferença na docência ganhou expressão recentemente, mas elas devem lidar com a ideologia profissional da neutralidade do conhecimento e do cânone dos grupos estabelecidos.

Enquanto a presença de profissionais com marcas sociais distintas foi ínfima, elas e eles buscaram apagar as diferenças que os subalternizam, aderindo a tal ideário até mesmo na corporalidade. Neste sentido, dar visibilidade à diferença dos corpos, dos cabelos, do vestir faz parte desse descentrar do padrão dominante, das cores neutras dos terninhos, da “discrissão” que apaga registros dissonantes, pluralizando a diversidade na aparência e atuando para que outras imagens sejam reconhecidas como profissionais.

Por outro lado, com o adensamento dos marcadores da diferença entre os docentes, a visibilidade do feminino e da diversidade passou a ser vocalizada por aqueles e aquelas que se identificavam não só com a profissão, mas também com sua condição de gênero, de sexualidade, sua condição étnico-racial e de classe, descentrando a produção teórica concentrada nos modelos analíticos neutros e nos conceitos que sustentavam essas abordagens. Novas perspectivas elaboradas por homens e mulheres, brancos e não brancos, heterossexuais e homoafetivos, dos grupos privilegiados e de origem social desfavorecida, provenientes das Regiões Norte ou Sul têm contribuído para deslocar a produção canônica de conhecimento (Connell, 2012).

Os indicadores quantitativos de alguns aspectos dessa mudança estão no Censo Nacional de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep). Segundo os dados referentes aos cursos de direito, em 2015 havia 32.249 docentes, sendo 60% homens. Dos 23.735 docentes para os quais havia informação quanto à cor/raça, 22,7% eram de pardos, pretos e indígenas. Do total de cursos de direito, 14,2% são públicos ou especiais, 46,4% são privados sem fins lucrativos e 39,4% de privados e com fins lucrativos.

O artigo apresenta a intersecção entre gênero e cor/raça com o grau de titulação, localização regional, o tipo de instituição e o regime de trabalho. Tem por objetivo mostrar que a interseccionalidade tanto contribui para descentrar o ensino do direito, como para produzir a estratificação profissional, reordenando diferenças e desigualdades sem erradicá-las. Entende que a fragmentação dos modelos institucionais e a variação do perfil docente geram oportunidades e constrangimentos distintos, burilados pelos professores que constroem suas carreiras cotidianamente, com respostas que escapam aos padrões. Apesar de serem várias as formas de estratificação na docência, a que separa a pós-graduação *stricto sensu* da graduação estabelece uma clivagem evidente quanto às condições profissionais.

A pesquisa mapeou deslocamentos na produção do conhecimento, no conteúdo do profissionalismo, na fragmentação institucional e no perfil docente. Produzir o

centro e seu descentramento é um jogo continuado, uma incessante negociação de sentidos, nos enfrentamentos morais e na diversidade de valoração entre os profissionais. Assim, há docentes que se percebem como “ilhas”, lecionando e difundindo seu conhecimento na instituição como múltiplos focos endógenos de expertise e inovação, sem uma nucleação centralizadora a predominar nesse mundo. Há os que querem fazer parte do que consideram mais valorizado, ser docente da pós-graduação, e contribuem para a construção desse espaço, a partir de fora. Há aqueles que fazem parte da pós-graduação, mas se sentem deslocados por acumularem outras ocupações, sendo interpelados por essas identidades. Outros se percebem descentrados na relação com as abordagens canônicas, sejam as jurídicas ou as acadêmicas. O centro é mais uma identificação atribuída do que uma concepção de si mesmo, dando alma ao jogo, aos embates em torno do que é ser bom ou boa docente. É também uma posição situacional, fluída em vez de fixa, na qual um mesmo docente pode se sentir parte do centro e excluído dele. Pode se ver com autoridade na condição de gestor universitário, e desprestigiado por não ser credenciado na pós-graduação ou, ao contrário, com influência como coordenador de mestrado, mas sem a respeitabilidade da carreira jurídica pública de um magistrado.

Na perspectiva profissional, destaca-se a passagem do predomínio do profissionalismo ocupacional para a presença do profissionalismo organizacional. No primeiro, o grupo profissional valoriza a expertise, o conhecimento específico que dá identificação, orienta a ação e as normas comuns da profissão. O segundo é acionado como uma ideologia pelos gestores e pelas corporações para produzir comportamentos no grupo, disciplinando-o e controlando-o de cima para baixo. Os múltiplos usos do profissionalismo diluem as fronteiras que as profissões tradicionais construíram para preservar sua autonomia frente aos negócios empresariais e à lógica administrativo-gerencial.

Na dimensão da fragmentação dos modelos institucionais, tais deslocamentos podem gerar mais oportunidades, diversidade e distanciamento do ensino jurídico estabelecido, tanto em seu conteúdo como em sua avaliação, seja pela perda de qualidade, pela conversão em negócio com fins lucrativos, seja pela amplitude das formas de conceber o direito como conhecimento. Essas evidências sustentam o argumento de que os modelos dominantes de profissionalismo jurídico e de professor de direito têm de lidar com as modificações no professorado, com a estratificação da docência, com as práticas empresariais, que concebem alunos como clientes e com o controle administrativo das atividades docentes.

A nova composição social docente mostra a diferença nos corpos vistos pelos alunos à frente das disciplinas nas salas de aula, dando visibilidade ao que antes não era

percebido como possível. Nesse sentido, os descentramentos também são identitários (Hall, 2000), incorporam os deslocamentos da experiência à própria identificação, podendo interseccionar a profissão, com o gênero, a cor/raça, a origem social, a sexualidade, a geração, na forma como os docentes compreendem sua trajetória profissional. Nas entrevistas qualitativas, observa-se que, mesmo quando os discursos constroem explicações naturalizadas ou essencializadas sobre a diferença, elas são vivenciadas subjetivamente, gerando hibridismos.

Para além das disputas entre credencialismo profissional, empresários do ensino do direito, Ministério da Educação, docentes e discentes há a incorporação de novos sujeitos na docência envolvidos no jogo para a produção de centros e para descentrá-los, diluindo essas posições como fixas. A visibilidade das mulheres e, em menor proporção, das minorias, expande a diversidade na profissão e os referenciais para o corpo discente, construindo novos exemplos por meio de orientações e tutorias.

A pesquisa registra a expansão dessa diversidade e dos deslocamentos que a acompanham, entendendo que as mudanças observadas não resultam de determinismos que reduzem os sujeitos às marcas que portam como gênero, cor/raça, sexualidade. Ao contrário, entende que é do hibridismo, do encontro e do embate das diferenças que surgem as abordagens dissonantes que descentram o saber canônico. Elas podem ser produzidas por mulheres e homens, por negros e brancos, por heterossexuais ou homoafetivos, que partilham conhecimentos elaborados em relações distintas daquelas que marcaram as concepções hegemônicas.

O ensino jurídico praticado por estes docentes tornou-se uma área de produção acadêmica bem vasta no Brasil e na América Latina, refletindo o tamanho do campo. A diversificação dos estudos e pesquisas sobre o tema, com múltiplas perspectivas contempladas, é um indicador de como o processo fragmentário está presente nessa especialização do saber que se constitui com alguma autonomia, enfrentando seus embates em torno do que foi um cânone mais hegemônico e hoje examina a estrutura curricular, disciplinas e metodologias, pedagogias como ainda pluralismo jurídico, pensamento contra-hegemônico e outros temas (Veronese, Farranha & Felix, 2018; Wolkmer & Lippstein, 2017; Caovilla & Fagundes, 2016; Feferbaum & Ghirardi, 2012; Ghirardi & Feferbaum, 2013).

Há associações que articulam as problemáticas do ensino do direito, publicando trabalhos, livros, organizando congressos, focalizando metodologias, pesquisa empírica em direito. Na impossibilidade de sistematizar neste artigo tal expertise

– que foca a docência como profissão, mas não os conteúdos, a produção de saber e a relação ensino-aprendizagem –, recortamos apenas o aspecto do ensino jurídico no que respeita à diversificação social docente e como a presença feminina é percebida ou tornada invisível no curso de direito.

Especificamente sobre isso há a recente pesquisa desenvolvida na Faculdade de Direito da USP sobre o currículo oculto nas interações de gênero nas salas de aula. A investigação coordenada por Neder Cerezetti *et alii* (2019) identificou as dinâmicas de gênero nas relações entre as alunas e os alunos e entre estas e estes e as professoras e os professores, bem como a convivência dos docentes entre si. A naturalização da autoridade e da presença masculina na docência contrasta com o estranhamento e reconhecimento do feminino, esperando comportamentos mais lineares delas, enquanto eles transitam com facilidade entre o afeto e a rigidez. Para as autoras, as sutilezas nas diferenças de comportamento em relação a homens e mulheres na sala de aula mostram que o marcador de gênero está oculto, o que torna a discriminação mais difícil de ser percebida e enfrentada.

Como vem ocorrendo em pesquisas com esse tipo de recorte e problema (Deo, 2019), as diferenças e desigualdades de gênero na vida acadêmica do direito constituem menos situações de discriminação aberta e mais de viés implícito a desvalorizar o que é feminino, homoafetivo, negro, produzindo privilégios para o masculino, o hétero, o branco. As desvantagens sutis para as mulheres, desde sua entrada na área, vão potencializando discriminações interseccionais quando isso é entrecortado por outras marcas de diferenças, como a cor/raça e a sexualidade.

Profissionalismo, gerencialismo e identificações na docência do direito

Margaret Thornton (2015) analisou a articulação entre o regime de gênero³ e o neoliberalismo no mundo acadêmico do direito na Austrália. Segundo a autora, o pilar desse regime é a ideologia do mérito; sua suposta neutralidade obscurece a preferência pela masculinidade que acompanha o modelo da “melhor pessoa para o trabalho”. A virada neoliberal nas universidades, orientada pela lógica gerencial das corporações e dos negócios teria proporcionado novo gás aos critérios normásculos que direcionam o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e as demais atividades acadêmicas, reconfigurando o regime de gênero, em um contexto no qual as mulheres já representavam 56% da docência do direito.

Ela entende que, nos anos 1980 e 1990, o ideário da justiça social encontrava-se em ascensão e as universidades estavam mais abertas às políticas de inclusão,

3. Raewyn Connell (2006) refere-se ao regime de gênero como parte integrante do local de trabalho a partir de um estudo de dez organizações do setor público na Austrália. A autora constrói uma abordagem multidimensional de gênero, mostrando as limitações do conceito de teto de vidro, que pensa gênero como duas categorias fixas de pessoas. O ponto de partida apresentado é que as instituições são genderezadas e que políticas de igualdade para superação do teto de vidro concebem essas administrações como independentes de gênero. Ela destaca quatro dimensões do regime de gênero:

1. divisão do trabalho segundo o gênero;
2. relações de poder e as hierarquias de autoridade segundo o gênero;
3. relações humanas e emoções nas organizações; e
4. cultura de gênero e simbolismo no ambiente de trabalho.

observando-se agora o retrocesso desse cenário, apoiado na ideologia do mérito e da “escolha” das mulheres pela dedicação às crianças em detrimento do avanço profissional. Para Thornton, o mito da objetividade do mérito esconde elementos inegáveis de “reprodução homossocial”, apoiado na dimensão subjetiva do processo de seleção sobre quem se “encaixa” ou não na cultura do ambiente do trabalho. Tanto a construção do mérito como o regime de gênero não são estáticos e se ajustam a contextos distintos. Com o predomínio da lógica gerencial e de negócio nas universidades, os professores foram perdendo força enquanto grupo e o ensino foi ficando mais feminizado. No modelo universitário neoliberal, as funções de gestão e avaliação acadêmica ganharam poder e prestígio, masculinizando-se ao serem ocupadas pelos docentes que conseguiam viabilizar suas ambições de carreira.

Hilary Sommerlad (2015) analisa como o mérito – por ser fluido, contingente e instrumental – foi construído como neutro e objetivo mediante uma “mágica social” que reflete as relações sociais dominantes e o poder das elites das profissões jurídicas na Inglaterra e no País de Gales, atribuindo à excelência profissional os padrões masculinos e ao mérito as práticas informais racializadas. Desta forma, reproduz-se a hegemonia dos homens brancos de classe média alta na profissão, como resultado legítimo e justamente merecido de seus privilégios sistemáticos, com a inclusão subalternizada da diversidade.

Ao pensar o conceito do profissionalismo diante do predomínio da lógica das organizações que se globalizam e do gerencialismo que acompanha esse padrão, Julia Evetts (2012) procurou diferenciar a forma como o profissionalismo foi construído enquanto valor normativo partilhado pelo grupo ocupacional (profissionalismo ocupacional) do tipo de visão de mundo organizacional, que ressignifica esse ideário por meio de discursos para controlar o trabalho e os corpos nas empresas (profissionalismo organizacional).

Segundo Evetts, essas duas formas de organização do trabalho baseadas em conhecimento podem ser sistematizadas em:

i. profissionalismo ocupacional, que se relaciona ao discurso construído dentro do grupo profissional, à autoridade colegiada, à discricionariedade e controle ocupacional do trabalho, à confiança no praticante por parte de clientes e empregadores, aos praticantes que operacionalizam os controles, à ética profissional monitorada por instituições e associações, localizando-se no modelo durkheimiano de comunidades morais;

ii. *profissionalismo organizacional*, que se refere ao discurso de controle cada vez mais usado pelos administradores nas organizações de trabalho, às formas e à autoridade racional-legal, aos procedimentos padronizados, às estruturas hierárquicas de autoridade e decisão, ao gerencialismo, a prestar contas e ter formas externas de regulação, estabelecimento de metas e supervisão de desempenho, relacionando-se ao modelo weberiano de organização (Evetts, 2012: 7).

Assim, o tipo profissionalismo, conceituado por Eliot Freidson (2001), em contraste com o tipo burocrático ou o tipo do livre mercado, se hibridiza na concepção de Evetts, sendo usado não só pelos profissionais, mas também pelos gestores e pelas corporações. Em consonância com a tipologia proposta por esta autora – que articula a possibilidade de um profissionalismo como sentimento comum interno ao grupo, profissionalismo esse que vem de cima para baixo, como discurso de controle –, seu estudo investiga a profissionalização da carreira docente nos cursos de direito (Bonelli *et alii*, 2008).

Se o profissionalismo se consolidou ao longo do século XX sustentado pelo ideário de uma identidade partilhada e um *ethos* comum ao grupo, a produção dessa coesão é hoje uma narrativa que não se sustenta diante dos processos fragmentários objetivos e subjetivos vivenciados pelos profissionais. Mesmo que ao longo do século passado a imagem de uma identidade estável na profissão já revelasse o empenho da associação profissional na produção de tais laços, hoje a multiplicação dessas entidades e a amplitude da estratificação profissional inviabiliza tal crença.

O debate em torno das identidades sociais requer uma definição deste conceito. Ao reconhecer o problema do essencialismo e da fixação estável de pertencimentos atribuídos à identidade, a perspectiva aqui adotada foca as interações cotidianas como forma de negociação de identificações e desidentificações,

nas múltiplas maneiras de se combinar as noções de semelhança e continuidade com as noções de diferença e especificidade (Scott, 2015: 2).

O sentido do termo “identidade social” é assim negociado como a suturação de identificações (Hall, 2000), criativamente burilada e manuseada no processo de interação social.

Gênero, diferenças e suas intersecções

A maioria das análises internacionais sobre a expansão da participação das mulheres na docência do direito enfatiza a dimensão estrutural das práticas de gênero, destacando a segregação, a incorporação das mulheres em posições subalternas do meio acadêmico, a reprodução dos estereótipos de gênero da vida privada na carreira, com a concentração das professoras em disciplinas identificadas como femininas (McGinley, 2009; McGlynn, 2006; Merrit & Reskin, 2003; Schultz, 2016; Thornton, 2015).

No Brasil, as pesquisadoras e os pesquisadores do gênero e das diferenças nas profissões jurídicas vêm construindo esse conhecimento e combatendo as discriminações. Sobre as mulheres nas carreiras jurídicas no país há uma significativa produção, que ganha mais visibilidade a partir da década de 1990. Predominam as análises sobre as mulheres na advocacia e na magistratura. Os estudos pioneiros foram os de Elias (1989) e Junqueira (1998; 1999), seguidos das contribuições de Sadek (2006), Bonelli *et alii* (2008), Barbalho (2008), Marques Jr. (2014), Fragale Filho *et alii* (2015), Campos (2018), Oliveira e Ramos (2016) e Bertolin (2017).

Ao deslocar identificações fixas e posições estáticas na produção e reprodução de saberes, gênero e diferença no mundo acadêmico do direito, buscam-se as negociações de significados que ocorrem entre os sujeitos que experimentam a vida profissional em contextos fragmentários. Como em outros campos do conhecimento, os processos globalizantes no ensino jurídico engendram formas de homogeneização na profissão, mas estas apresentam espaço suficiente para uma fragmentação articulada do mundo, reordenando diferenças e desigualdades sem erradicá-las (García Canclini, 2014).

O gênero é abordado como construção cultural e social, categoria analítica que questiona a naturalização da dualidade sexual como constitutiva da essência fixa e imutável do ser, reconhecendo que a ênfase nas diferenças anatômicas foram essencializadas em contextos históricos e culturais específicos. Tal concepção apoia-se em Joan Scott (1990), que critica a essência que se atribui à diferença física entre homens e mulheres, universalizando a dominação masculina no tempo e no espaço, destacando a dimensão relacional da categoria de gênero, focalizando a mulher nas relações sociais e culturais com outros homens e mulheres. O gênero como categoria analítica desconstruiu a concepção biologizada, mostrando como a diferença sexual é socialmente construída, em vez de ser a base da subordinação

feminina. A autora evidenciou também como a segregação no mercado de trabalho é parte do processo de construção binária do gênero e das relações de poder que engendraram.

Quanto à diferença, a pesquisa utiliza a conceituação de Avthar Brah (2006). Para ela, gênero e raça não são fixos nem experimentados da mesma forma pelos sujeitos, as marcas sociais não denotam sempre o sentido excludente da diferença. Assim, o diferente é negociado, ganhando novos contornos, como a diversidade e seu sentido de inclusão.

Embora as diferenças venham sendo estudadas nas organizações, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe conjuntamente é pouco abordada (Acker, 2012). O foco na intersecção permite compreender como ela atua para reproduzir ou mudar os regimes de desigualdades, dando visibilidade ao que pode parecer imperceptível, como a distinção entre o que está em processo daquilo que já está estruturado.

A pulverização institucional e a diversificação da composição docente e discente dos cursos de direito

A fragmentação dos modelos institucionais no Brasil tem mais semelhança com os processos de massificação ocorridos em sociedades periféricas, embora tenha as características neoliberais apontadas nas análises sobre a Austrália, os Estados Unidos e o Reino Unido. Nesses países, a expansão das faculdades é significativa, mas o total de cursos é bem menor que o brasileiro. Os Estados Unidos possuem 205 escolas de direito credenciadas pela American Bar Association, num total aproximado de 250 cursos. No Brasil, em 2016, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recomendou 146 cursos, 11,3% do total existente nesse ano (*Exame da Ordem em números*, 2017).

A pulverização começa pelo tipo de mantenedora (pública ou privada), passa pela categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES) (privada sem fins lucrativos, com fins lucrativos, federal, estadual, municipal, especial), pela organização acadêmica (faculdade, centro, universidade), pela localização regional (macrorregiões), pela divisão territorial e administrativa (capital, interior) e pelo regime de trabalho (dedicação exclusiva, tempo integral, tempo parcial, horista). Ela chega ao perfil docente, com a diferenciação segundo sexo, cor/raça e grau de titulação mais elevado.

4. Refere-se a um número pequeno de instituições que são gratuitas, mas não são públicas.

O Censo da Educação Superior do Inep, de 2015, identificou 1.107.405 matrículas nos cursos de direito no Brasil, sendo 54% de mulheres. Do total, 67% estavam cursando, 10% haviam se formado e 23% haviam sido desvinculados. Dos 746.538 alunos que estavam cursando, 10% encontravam-se matriculados em IES públicas ou especiais⁴, e 46,7% estavam nas IES privadas sem fins lucrativos e 43,3% em IES privadas com fins lucrativos. Entre os 210.582 alunos que ingressam em 2015, 60% vinham do ensino médio público. Quanto ao gênero, 55,3% é de mulheres. Quanto à cor/raça, a presença feminina branca/amarela é um pouco mais elevada que a masculina, com 41% para elas e 39% para eles. Observa-se a expansão constante dos discentes pretos, pardos e indígenas, mais acentuada entre os homens (30%) do que entre as mulheres (28%), e nas instituições privadas com fins lucrativos.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA COR/RAÇA E SEXO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE DIREITO INGRESSANTES EM 2015, SEGUNDO TIPO DE INSTITUIÇÃO ONDE ESTUDAM, SE CONTAM COM ALGUM FINANCIAMENTO, E SE SÃO PROVENIENTES DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO OU PRIVADO

	Cor/raça			Sexo	
	Branca/ Amarela	Preta/ Parda/ Indígena	Sem info	Mulher	Homem
Tipo de Ensino Superior					
Pública	8%	8%	8%	8%	9%
Privada sem fins lucrativos	55%	41%	36%	46%	44%
Privada com fins lucrativos	37%	51%	56%	46%	47%
Financiamento					
Sem financiamento	57%	50%	49%	52%	53%
Com financiamento	43%	50%	51%	48%	47%
Tipo de ensino médio					
Privado	43%	33%	42%	40%	41%
Público	57%	67%	58%	60%	40%
N	84.489	60.739	65.354	116.487	94.095

Fonte: Bonelli, baseado em dados do Censo da Educação Superior, Inep, 2015.

O alunado de direito cursa o ensino superior principalmente no período noturno (64%), não sendo observada diferença em termos raciais entre os diversos turnos; quanto ao gênero, embora as mulheres sejam maioria em todos os períodos, no noturno isso é menor. Os programas de reservas de vagas com recorte étnico, deficiência, proveniente de escola pública ou renda familiar atingiram menos 2% do total de discentes cursando em 2015. Dos ingressantes nesse ano, 45%

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DO REGIME DE TRABALHO, DA MAIOR TITULAÇÃO
E DA CATEGORIA DA INSTITUIÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE DIREITO,
SEGUNDO O SEXO E A COR/RAÇA (BRASIL, 2015)

	Sexo		Cor/raça		
	Mulher	Homem	Branca/ Amarela	Preta/ Parda/ Indígena	Sem info
Regime					
Horista	23%	28%	28%	26%	21%
Parcial	38%	38%	39%	41%	34%
Integral DE	9%	7%	5%	5%	15%
Integral sem DE	30%	27%	28%	28%	30%
Titulação					
Doutor	30%	27%	28%	24%	32%
Especialista	22%	27%	25%	31%	22%
Graduado	0%	1%	0%	1%	2%
Mestre	48%	45%	47%	44%	44%
Instituição					
Privada	84%	82%	88%	86%	70%
Pública	16%	18%	12%	14%	30%
N	12.918	19.331	18.342	5.393	8.514

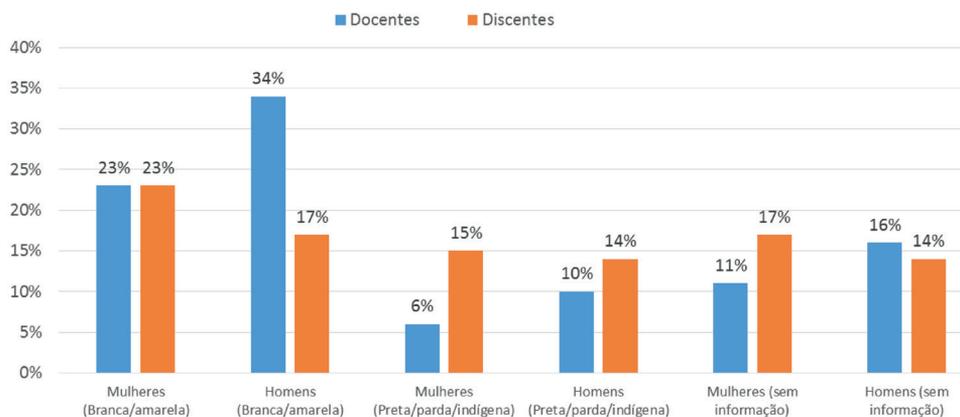
Fonte: Bonelli, baseado em dados do Censo da Educação Superior, Inep, 2015.

recorreram aos diversos programas de financiamento estudantil, na sua maioria públicos.

No tocante às disciplinas do curso de direito, o Censo da Educação Superior de 2015 encontrou 32.249 docentes, sendo 60% homens. Não há informação sobre cor/raça para 26,4% do universo, mas 57% é branco ou amarelo e 16% é preta, parda ou indígena. Embora o doutorado venha crescendo entre esses profissionais, apenas 27% dos homens e 30% das mulheres possuem esse grau de titulação, predominando o mestrado para ambos. O quadro de professores nas instituições públicas é de 5.489, 17% do total, havendo mais homens do que mulheres, sendo mais acentuada aí a presença de doutores. Também são essas instituições que concentram os docentes em tempo integral e dedicação exclusiva. Nos últimos cinco anos, há uma tendência de redução na porcentagem de docentes no regime de trabalho horista, distribuindo-se pelo regime de tempo parcial e o integral sem dedicação exclusiva.

Embora os docentes pardos, pretos e indígenas representem o menor montante no grupo, eles estão proporcionalmente bem nas instituições públicas e entre aqueles

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES E DISCENTES DOS CURSOS
DE DIREITO NO BRASIL, SEGUNDO O SEXO E A COR/RAÇA (BRASIL, 2015)



Fonte: Bonelli, baseado em dados do Censo da Educação Superior, Inep, 2015.

com titulação de mestrado, mas encontram-se sobrerrepresentados entre os especialistas e docentes em regime de tempo parcial.

Há expressiva concentração de homens brancos na docência, se comparada com a proporção deles no alunado (34% a 17%). A porcentagem de mulheres brancas é a mesma entre professoras e alunas (23%).

Ao considerarmos a intersecção entre o gênero e a cor/raça, observamos que o grupo dos homens brancos deixa de ter a hegemonia na composição do corpo

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES E DOS DISCENTES
SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA
DOS CURSOS DE DIREITO*

Categoria Administrativa	Docentes	Discentes
Privada com fins lucrativos	31%	43,3%
Privada sem fins lucrativos	36%	46,7%
Pública /Especial	32%	10,0%
N	33.873	746.538

* O total de docentes foi extraído da planilha do Inep sobre os cursos, e não da planilha sobre os docentes. Assim, o total é superior ao das outras tabelas pelo fato de o mesmo docente dar aulas em mais de um curso/IES. O total de alunos refere-se aos que estavam matriculados em 2015, excluindo-se os desvinculados e os formados.

Fonte: Bonelli, baseado em dados do Censo da Educação Superior, Inep, 2015.

docente. Excluindo os casos sem informação para cor/raça, em 2009 os homens brancos eram 50% e em 2015 os homens brancos/amarelos são 46,6%.

A distribuição dos docentes e discentes pelas categorias administrativas das IES revela a disparidade na concentração de alunos de graduação no sistema privado de ensino, enquanto os docentes estão relativamente bem distribuídos entre privadas com fins lucrativos, privadas sem fins lucrativos e públicas/especiais.

Observa-se o maior investimento na constituição de um modelo acadêmico para a docência do direito que vai se ampliando perante o padrão majoritário do profissional com experiência prática. Isso resulta de controles do Ministério da Educação sobre a qualidade dos cursos e de seus docentes, como também da concorrência por alunos no mercado do ensino jurídico. A carreira acadêmica no direito que hoje se globaliza é mais evidente nas universidades públicas, que, entre 2009 e 2015, saíram de 29% de docentes com doutorado para 40%. O esforço das IES privadas neste sentido também é observado, partindo de 12% para 26% no mesmo período.

Com a propagação do ensino jurídico, a docência tem se tornado um mercado de atuação profissional. As carreiras acadêmicas vêm se ampliando associadas aos 106 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* existentes no Brasil, em 2016. Eles ofereceram 137 cursos, sendo 34 de doutorado. Segundo dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2015, dos 2.159 docentes dos programas de pós-graduação em direito, 71% eram homens. Os alunos matriculados nos cursos de mestrado em direito, em 2015, somavam 8.360 (58% homens) e nos cursos de doutorado eram 2.933 (61% homens). Em estudo sobre a nucleação acadêmica dos programas de pós-graduação em direito, Marcelo Varela (2017) procurou identificar a procedência institucional do maior grau de titulação dos docentes, analisando o universo de professores existente no sistema de dados da Capes, Ministério da Educação, de 2012. Sua conclusão é que no Brasil nenhum programa exerce de fato a nucleação, já que nenhuma instituição tem predominância nacional, havendo em cada região uma escola que detém essa influência, com recrutamento endógeno dos docentes entre seus egressos (Varela, 2017: 124).

Docência do direito: sujeitos da pesquisa e a categorização das identificações

Este tópico apresenta uma síntese do trabalho de campo extraída das primeiras análises das entrevistas realizadas com o objetivo de elaborar uma tipologia que articule as identificações e os descentramentos.

5. O trabalho de campo com IES que visam fins lucrativos ainda não foi iniciado, sendo a próxima etapa da pesquisa.

Dos docentes entrevistados, 33 são homens e 20 mulheres. Quanto às instituições nas quais eles e elas atuam, as entrevistas foram feitas em duas IES localizadas em capitais do Nordeste, duas em capitais do Sudeste, uma em cidade da Região Sul fora da capital, uma em capital do Centro-Oeste. Dessas seis IES, duas são públicas e quatro privadas sem fins lucrativos, uma delas é de grande porte e as outras três são geridas por mantenedoras pequenas⁵. Dos até agora 53 entrevistados, 28 estão em IES que oferecem cursos de mestrado e doutorado e os demais em IES que só oferecem graduação, podendo ter pós-graduação *lato sensu*.

A distribuição do grupo quanto à faixa etária é bem variada, indo dos 26 aos 71 anos, mas concentra-se entre 30 e 49 anos; quanto à raça/cor predominam os brancos, havendo na amostra 36% de docentes pardos e pretos. A autodeclaração de cor “brasileira” apareceu tanto nas entrevistas no Nordeste quanto no Sudeste e no Sul. Houve também a situação de dois entrevistados no Nordeste que se declararam negro e cafuzo por serem contra a política de ação afirmativa, embora se considerassem brancos. A indagação sobre a sexualidade foi motivo de surpresa ou dificuldade de compreensão da pergunta em várias entrevistas, mas quase todas se declararam heterossexual e raras vezes houve a opção de não responder à questão.

O grau de titulação também é bastante diverso, havendo casos de o maior título ser a graduação, a especialização, o mestrado, o doutorado e a livre-docência. Entrevistados(as) mencionaram a posição de docente titular, de pós-doutorado, de bolsa produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Houve casos de jovens docentes com elevada titulação e de docentes mais idosos apresentando a graduação como grau mais elevado ou a especialização. Também encontramos essa diversidade em IES pública.

A remuneração mensal como professor apresentou bastante variação, já que do regime de trabalho horista à dedicação exclusiva encontramos docentes recebendo menos de R\$ 2.000 e outros com até R\$ 20.000. A renda mensal no conjunto das atividades teve uma amplitude bem maior, com professores que têm a docência como única ocupação, disputando turmas com colegas para sua remuneração total ficar entre R\$ 2.000 e R\$ 5.000 e alguns ganhando acima de R\$ 40.000. As dificuldades de manter o número de turmas nessas IES menores surgiram com a perda de financiamento público, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que resultou em mais acentuada evasão discente e em problemas de caixa dessas instituições privadas. Além disso, esses estabelecimentos enfrentam forte concorrência das IES com mantenedoras corporativas lucrativas, que “prospectam” alunos de outras faculdades para transferência com menor mensalidade. O impacto

na oferta de disciplinas é significativo, sendo mais acentuado entre as optativas, com perda de turmas e redistribuição interna de uma grade mais apertada.

A motivação para atividade docente aparece como fator de satisfação, de prazer, gosto, de escolha natural, vocação na grande maioria dos depoimentos, mas vários entrevistados não têm a docência como atividade principal e, embora se sintam sobrecarregados, não querem abrir mão dela, assim como não pretendem dedicar-se exclusivamente a ela. Várias narrativas enfatizaram como ser professor é formar pessoas, contribuir para que os estudantes tenham uma visão mais ampla e tomem contato com a realidade para além dos códigos. A docência chega a parecer uma atividade lúdica em comparação às demais ocupações, seja de advogado, procurador, juiz, promotor, defensor, servidor judiciário, servidor público, assessor jurídico, de relações governamentais, oficial da polícia, delegado.

No decorrer das conversas, lecionar vai se revelando como uma forma de construir redes, de ampliar a visibilidade e a respeitabilidade profissional na atividade principal, de ter prestígio e reconhecimento. Fala-se também em vaidade. Alguns se referiram à época em que a docência era bico para complementar renda, dando a entender que hoje a realidade é diferente. Em termos materiais, ser professor significa maior capacidade de atrair clientes e isso não é exclusividade das IES mais bem avaliadas. Em instituições que recebem alunos de origens sociais mais desfavorecidas, também se consegue cliente pela indicação deles, na área do direito civil, trabalhista, penal. A estratificação social se manifesta nas diferentes oportunidades que podem ser mobilizadas pelos docentes como também nos constrangimentos à sua ação. Há docentes que difundem seus livros, recebendo direitos autorais, além do salário como docente e de sua remuneração na outra ocupação. Há docentes que efetivamente necessitam da complementação salarial da docência para sua manutenção, já que a renda da outra atividade é insuficiente. Existem professores em dedicação exclusiva à docência, em IES com carreiras estruturadas e regras definidas de progressão e remuneração. Outros são exclusivamente docentes, mesmo em regime de trabalho horista ou tempo parcial, e precisam enfrentar a disputa por turmas para pagar suas contas.

A tipologia das identificações docentes que esta pesquisa sugere é construída mapeando as disputas por legitimação que eles e elas travam cotidianamente com seus pares. Embora o Ministério da Educação, a Capes, o CNPq, a OAB definam regras de avaliação, produzindo “juízos” sobre as hierarquias docentes, a legitimidade desses profissionais não se reduz aos valores e à autoridade dessas instituições. Em vez da concepção weberiana do mando da autoridade legítima, a perspectiva analítica é a da legitimidade como conflitos decorrentes da plura-

lidade de valoração, como espaços de ação criativa nos quais os professores e as professoras produzem estratégias de legitimação por meio dos embates morais.

Tais enfrentamentos retóricos são parte relevante do jogo para produzir os centros e para descentrar os grupos estabelecidos e o cânone jurídico. Em vez de um centro estático, encontra-se a produção de centros que escapam a essa fixidez, a partir das interações e dos lugares de fala dos sujeitos. Eles também se veem simultaneamente em posições centradas e descentradas dependendo da forma como significam as situações nas quais se reconhecem ocupando postos que geram competição ou desvalorização, diferenciando-se da concepção que estabelece um centro a difundir sua influência para a periferia. Assim, sugere-se a seguinte categorização das identificações na docência do direito, sintetizando as narrativas registradas:

1. *Produção da identificação docente como centro*: profissão como núcleo identitário, fornecendo as principais referências em termos de subjetividade, sintonia com o ideário do profissionalismo e da excelência, saber predomina sobre diferenças. Descentrar, neste caso, refere-se ao deslocamento do ensino tradicional por meio de novas metodologias, de tecnologias online, de participação de alunos, da produção de pesquisas, da atualização de conteúdos disciplinares em decorrência de mudanças na legislação e no conhecimento canônico.

2. *Produção da identificação docente descentrada em relação ao cânone*: a desconstrução dos conteúdos estabelecidos, a difusão de saberes situados nas fronteiras do campo focaliza o direito pelas perspectivas das minorias e dos desfavorecidos valoriza a influência das políticas de ação afirmativa na universidade, podendo se suturar às intersecções identitárias. Descentrar é pluralizar numa perspectiva crítica, emancipatória, que se articula à presença da diferença na docência, mesmo que a narrativa seja de professor com outra ocupação além da acadêmica, hétero, branco, de origem social favorecida.

3. *Lutas por identificação não estabelecidas, embates morais em busca de reconhecimento dos pares*: conflitos pela produção de novas identidades (como a que afirma a pesquisa empírica em direito em contraste ao ensino dogmático); alteridade entre carreira exclusivamente acadêmica e a docência como reflexo da posição bem-sucedida fora da universidade. Descentrar relaciona-se às mudanças decorrentes dos embates e deslocamentos de grupos de poder profissional, à fluidez de centros que escapam à sua fixação.

4. *Construção da identificação interseccional (entrecruzamento da identidade docente com a de gênero, cor/raça, classe, geração, religião):* a identidade profissional sutura-se a outras como o pertencimento racial, os cuidados com a família, as experiências de preterimento e discriminação decorrentes das diferenças, mas sem acentuar a crítica à dogmática jurídica. Descentrar é combinar essas identificações antes ausentes, deslocando mais a composição do grupo do que do cânone.

5. *Processos de desidentificação:* as percepções daqueles que estão se distanciando ou saindo da atividade para priorizar outra ocupação ou a aposentadoria. Descentrar decorre desse afastamento produzindo novas identificações fora da docência do direito ou da vida profissional ativa.

Anselm Strauss (1999: 37) abordou como a identidade torna-se central quanto mais os sujeitos se empenham e se dedicam a ela, considerando-a como um esforço pessoal e um empreendimento compartilhado, vinculando o compromisso com o senso de identidade. Stuart Hall (2005: 21) conceituou o “jogo de identidades” concebendo-as como contraditórias, na qual nenhuma predomina sobre as demais. Segundo ele, a interseccionalidade e a fragmentação contemporâneas erodiram a ideia de uma identidade mestra – como a identidade de classe – fraturada pela constante interpelação dos sujeitos, confrontados pela multiplicidade de identificações, podendo ser conquistadas ou dissipadas ao longo da vida.

A docência do direito revela-se uma combinação particular desse “jogo de identidades”, no qual o esforço e o tempo dedicados à atividade docente nunca podem ser “os mesmos”, “idênticos”, pela existência ou não de vínculos com outra ocupação. Assim, estar nesse centro depende mais da ênfase no empreendimento compartilhado que tenta gerar um “senso de identidade” entre esses empenhos distintos. O compartilhamento é fragmentado pela diversidade de posições profissionais a interpelar os sujeitos que cotidianamente se deparam com os pares em outros trabalhos, como pelas disputas com os colegas de dedicação exclusiva à carreira acadêmica, sendo parte relevante do jogo em torno dessas identificações.

Os pares que ocupam a gestão da faculdade costumam invocar, a partir deste lugar de fala, a “mesma” identidade para os colegas de dedicação exclusiva e os que acumulam docência com outras ocupações, procurando mediar as competições no ambiente acadêmico, acentuadas na pós-graduação. Assim, observa-se nas narrativas de coordenadores e chefes o empreendimento moral ao negociar o sentido sobre os vínculos profissionais “de fora” incorporados como “de dentro”, como capital simbólico que valoriza o ensino, a expertise e a produção do

conhecimento. Neste aspecto, é uma atribuição de identidade que visa reduzir os conflitos e criar alguma coesão. As disputas morais sinalizam as dificuldades para isso se constituir como sentimento compartilhado pelos docentes, haja vista a alteridade e a pluralidade dos movimentos de suturação das identificações.

Por outro lado, além da pesquisa encontrar a produção de identidades centradas em sujeitos de posições deslocadas, observou o inverso: discursos descentrados construídos na pós-graduação de excelência, em concorrência com as visões estabelecidas nesses espaços de poder. As identificações descentradas em relação ao cânone vieram de homens e mulheres, brancos ou não, exercendo a docência na graduação e/ou na pós-graduação. Se os paradigmas dominantes circulam amplamente nos espaços fragmentários do ensino jurídico, sua crítica se faz presente nos diferentes modelos institucionais, regimes de trabalho e regiões de atuação. Na pós-graduação, os sentidos do descentramento do cânone mediavam a relevância da excelência com outros fatores deslocados da perspectiva autorreferida à dogmática jurídica.

Um aspecto que dá fluidez à percepção centrada e descentrada dos docentes refere-se à valorização junto ao alunado dos professores com outras carreiras jurídicas de prestígio. Isso gera sentimentos de desvalorização naqueles de dedicação exclusiva, inclusive na pós-graduação, vista com frequência como espaço central de atuação.

Nesses programas, a métrica da titulação mais elevada e da produção acadêmica extensa é considerada a forma de avaliação e de reconhecimento, gerando deferência, competição e contestação, tanto internamente quanto nas margens, entre aqueles que esperam ingressar ou que se opõem a tais medidas. Ainda mais recente na luta por legitimação é a realização de pesquisa empírica como critério diferencial dessa produção. Os docentes homens e mulheres que valoram outras qualidades – como a excelência na experiência profissional extra acadêmica, a gestão institucional, a capacidade pedagógica e a boa avaliação entre os alunos – resistem ao predomínio da métrica estabelecida. Houve, em entrevistas, ironia na forma de se falar sobre os docentes afinados com as regras em vigor para o credenciamento na pós-graduação. Indicativo do discurso normásculo presente nessa disputa é a brincadeira que desqualifica os professores que entram no embate com sua produção, como se o Currículo Lattes fosse o “pênis acadêmico”, relacionado às medidas da virilidade.

Já naquelas IES que oferecem o curso de graduação e o *lato sensu*, as fontes de conflito entre os colegas são outras, como os ganhos com os cursos de extensão, a obtenção de mais carga de aulas – e em resistência a isso – a preservação de uma

disciplina que outro docente está pleiteando, o horário das aulas, principalmente quando envolve deslocamento entre cidades, a competição pela oferta de atividades de extensão que atraem inscrições e a visibilidade. Os postos de coordenação e gestão são considerados importantes, produzindo distinção, embora estejam fora do âmbito da disputa, por resultar de laços do profissional com a mantenedora, que decide quem o preenche. Há insatisfação com as mantenedoras por direitos trabalhistas, pagamento de horas, depósito de FGTS, reconhecimento da titulação mais elevada no salário, vigilância de bedel sobre o docente, anulação de faltas discentes na lista de presença com o pagamento de multas, aceitação de matrícula na disciplina depois de meses de iniciadas as aulas, entre outras situações que fraturam a condição profissional.

Nos cursos de graduação em direito com ingresso mais facilitado em termos de desempenho discente, comunicar-se com as turmas, ser compreendido, é um diferencial. Há casos de abaixo-assinados para tirar professores que os alunos “não entendem”, cujo conteúdo da aula é considerado muito teórico e pouco prático. Exercer uma profissão jurídica, além do ensino, gera admiração e legitimidade maior do que ter titulação mais elevada, até mesmo porque certos estabelecimentos não reconhecem essa qualificação no valor da hora aula. Nesses casos, a supervisão do Ministério da Educação (MEC) e as visitas à IES ajudam os docentes, que mesmo tendo a princípio mais facilidade de acesso à Justiça, na prática do trabalho docente perdem direitos com salários atrasados, alteração nos cálculos das horas, falta de depósito do fundo de garantia para fins de desemprego, maternidade, aposentadoria.

A distância social entre o topo da pirâmide no *ranking* dos programas de pós-graduação e a base nesses cursos de graduação dá visibilidade a essa forma de desigualdade. O mundo desses graduandos é muito distante das disputas entre os docentes do doutorado, mas o fato de os discentes valorizarem o sucesso profissional fora da vida acadêmica, produz uma agência conjunta que influencia os processos de legitimação do professorado, como produto dos valores em conflito. Mesmo entre os docentes dos cursos de graduação das pequenas mantenedoras, observam-se as barreiras de acesso a esses títulos. Vários tentam admissão, não obtêm aprovação na pós-graduação da IES pública e seus rendimentos não são suficientes para custear o mestrado ou doutorado em IES privada. Esses docentes, principalmente os jovens, valorizam a titulação mais elevada.

A identificação e a percepção da diferença aparecem relacionadas em algumas entrevistas, sendo vividas como excludentes ou não. Houve depoimentos nos quais as marcas de cor/raça ou gênero não foram relatadas pelo/a entrevistado/a

como fatores de preconceito na docência, mas divergentes disso, colegas coordenadores mencionaram situações que discriminavam tais docentes, como alunos procurando a coordenação para pedir transferência de turma – fato associado ao racismo –, professora sendo retirada da disciplina e substituída por professor sem receber nenhuma comunicação da direção. Várias docentes mencionaram a intersecção entre gênero e geração, para apontar situações de desrespeito em sala de aula, inclusive no caso de um aluno que se sentou na fileira da frente para fotografar as pernas da professora e postar no WhatsApp da turma.

A intersecção da identificação profissional e racial foi mencionada na forma como docentes enfatizam a visibilidade de sua presença na sala de aula, sua projeção como referência e possibilidade de êxito acadêmico em especial para as alunas e os alunos negros, e na desconstrução dos estereótipos sobre as minorias, inclusive daquele sobre quem comete crime. Também se revela na articulação do programa da disciplina com o tema do racismo, das discriminações e da concepção do direito como técnica de transformação social, vista pela perspectiva do lugar subalterno, discutindo conteúdos além dos códigos, trazendo diferentes leituras da realidade e da desigualdade social.

A experiência do racismo na docência foi compartilhada no relato do professor que é confundido com o segurança do estabelecimento, na solicitação para que o docente ligue o projetor, atividade regularmente realizada naquele estabelecimento pelo pessoal de apoio. Ocorreu de forma ostensiva no caso de um aluno que escreveu a suástica nazista na prova e em xingamentos racistas feitos por estudantes pelas costas do professor. Há também a crítica ao conteúdo da disciplina por não se ater ao que cai em concursos públicos ou no exame da Ordem.

No jogo de identidades, há entrevistas que relatam a percepção da profissão como núcleo do sujeito, costurando as narrativas profissionais como mérito e agência criativa resultante da dedicação pessoal a ponto de apagar marcas da diferença. Nesses casos, elas permanecem na subjetividade e a experiência é vivida como “neutra”, tendo como referência a perspectiva dominante. Essa é a visão de uma docente que não considera que o gênero influencie na obtenção de posições profissionais. Por outro lado, ela percebe muito mais como a indicação abre portas na profissão, e como ter conhecidos que lhe apresentam é decisivo para isso. Segundo essa professora, sua postura profissional não foi interseccionada pelo gênero, porque ela estava disposta a se dedicar totalmente ao trabalho, como fazem os homens. As normas profissionais produzidas no masculino estão presentes entre homens e mulheres, revelando a força binária dessa construção.

Considerações finais

O artigo aborda as mudanças na docência do direito com base em dados do Censo da Educação, que confirmam a pulverização institucional, a fragmentação profissional e a diversificação do corpo docente. Relaciona esse quadro com os novos discursos do profissionalismo e do gerencialismo no mundo do direito, resultando em lógicas hibridizadas no profissionalismo organizacional. A luta concorrencial com o profissionalismo ocupacional desloca a profissão de sua posição fixa e central nas experiências e identificações de seus membros.

Os dados mostram que essa docência é exercida por um grupo diversificado quanto à inserção profissional e social que leciona para um corpo discente muito desigual quanto às origens e oportunidades. A pós-graduação *stricto sensu* surge como o principal diferenciador a produzir os enfrentamentos retóricos internos ao professorado. Nas instituições privadas, a direção aparece como a instância geradora dos conflitos sobrepondo-se às relações *inter pares*.

Quanto ao alunado, a distância social entre a base da pirâmide dos cursos de graduação e o topo do *ranking* dos cursos de pós-graduação parece constituir mundos sociais que não se comunicam, fortalecendo as disputas para legitimar os professores que dominam a prática como profissionais do direito e comunicam esses conteúdos, dando menos valor aos critérios da excelência acadêmica reconhecidos pela Capes. Essa pluralidade de valores, que se manifestam em embates morais, atua para descentrar as identificações profissionais, já fragmentadas pelo hibridismo no ideário do profissionalismo e pela lógica empresarial.

A análise preliminar das entrevistas possibilitou sugerir uma tipologia das identificações dos docentes vinculada às formas como são negociados os sentidos do centrar e descentrar as identidades e os cânones jurídicos.

A produção dessa centralidade não é fixa, movendo-se junto com os lugares de fala, podendo revelar-se como um empreendimento coletivo que atribui a identidade comum docente aos profissionais deslocados pelos vínculos extra acadêmicos. Esses sujeitos são interpelados de “dentro” e de “fora” da universidade para assumirem identificações com ocupações concorrentes, que eles precisam manusear e suturar. De outro lugar, registrou-se a crítica feita por professores de dedicação exclusiva à centralidade atribuída aos profissionais que exercem simultaneamente outra ocupação jurídica. Nessa visão, trazer para dentro das faculdades de direito o poder e o prestígio profissionais externos borra as fronteiras

acadêmicas. Resulta assim a construção do “nós” e “eles”, a alteridade identitária no professorado e o discurso descentrado se constituindo como nova força.

As narrativas revelam como essas suturas não constituem blocos recortados por uma clivagem predominante, uma identidade mestra articulando as demais. Assim, há docentes que exercem outra ocupação, mas se identificam com a excelência acadêmica na pós-graduação e com a desconstrução do cânone jurídico.

Se a pós-graduação for tomada como um centro, é neste degrau da carreira que a diversidade dos marcadores sociais entre os professores é menor, com predominância masculina. As entrevistas realizadas apontam para a maior participação das mulheres e dos docentes não brancos na graduação, com rendimentos menores do que o dos professores credenciados no mestrado e doutorado. O topo do segmento acadêmico tem controles de entrada que tornam o acesso mais fácil para aqueles com as características sociais privilegiadas.

A incorporação das mulheres e da diferença na docência do direito diversificou o grupo, interseccionou as identificações reverberando nos embates para a produção dos centros e dos descentramentos, mas isso não reduziu as desigualdades. A estratificação baseada no gênero, cor/raça e classe acentuou-se com o processo fragmentário na educação superior e o descolamento da pós-graduação em relação à graduação, em que a mercantilização do ensino fraturou mais a autonomia do profissionalismo.

Referências

ACKER, Joan. Gendered organizations and interseccionalidade: problems and possibilities. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, v. 31, n. 3, p. 214-224, 2012.

BARBALHO, Renne M. *A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, 2008.

BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. *Mulheres na advocacia: padrões masculinos de carreira ou teto de vidro*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

BONELLI, Maria da Glória; CUNHA, Luciana G.; OLIVEIRA, Fabiana L.; SILVEIRA, Maria Natália B. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 265-290, Jun. 2008.

BRAH, Avthar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, Jan/Jun 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Veridiana. *O processo de feminização da magistratura no Brasil: mecanismos e possibilidades de uma mudança social* [e-book]. Recife, UFPE, 2018. Disponível em https://www3.ufpe.br/editora/UFPEbooks/Serie_Sociologia/processo_feminizacao_magistratura_BR/.

CAOVILLA, Maria Aparecida L.; FAGUNDES, Lucas M. (Orgs.). *Temas sobre constitucionalismo, interculturalidade e pluralismo jurídico na América Latina* [e-book]. São Leopoldo (RS): Karywa, 2016.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virgine; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (Orgs.). *O gênero nas ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução da teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20, Out. 2012.

———. Glass ceilings or gendered institutions? Mapping the gender regimes of public sector worksites. *Public Administration Review*, v. 66, n. 6, p. 847-849, Nov./Dec. 2006.

DEO, Meera E. *Unequal profession: race and gender in legal academia*. California: Stanford University Press, 2019.

ELIAS, Roseli. *Mulher e advocacia: Elementos de ideologia e trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1989.

EVETTS, Julia. *Professionalism: value and ideology*, 2012. Disponível em: <<http://www.isa-sociology.org/publ/sociopeda-isa>>. Acesso em: 05 Mar. 2014.

EXAME DE ORDEM EM NÚMEROS. Volume III, 2016. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/oab_3_edicao_v4_web_espelho.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2017.

FEFERBAUM, Marina; GHIRARDI, José Garcez (Orgs.). *Ensino do direito para um mundo em transformação*. São Paulo : Fundação Getulio Vargas, 2012.

FRAGALE FILHO, Roberto; MOREIRA, Rafaela; SCIAMMARELLA, Ana Paula. *When seniority breaks up the glass ceiling: women judges as court administrators in Brazil*. Seattle (WA): Law and Society Association Meeting, 2015.

FREIDSON, Eliot. *Professionalism, the third logic*. Cambridge (UK): Polity Press, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Imagined globalization*. Durhan (NC): Duke University Press, 2014.

GELLER, Rodolfo Hans. *OAB recomenda*. 4. ed. Brasília: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/pdf/Geral/Programa_OAB_Recomenda.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2017.

GHIRARDI, José G.; FEFERBAUM, Mariana (Orgs.). *Ensino do direito em debate : reflexões a partir do I Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. São Paulo: Direito GV, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

———. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, p. 103-133. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, Eliane. B. *A profissionalização da mulher na advocacia* (Relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1999.

———. A mulher juíza e a juíza mulher. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H. B. *Horizontes plurais: Novos estudos de gênero no Brasil*, p. 135-162. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998.

MARQUES JR. Gessé. Espaço, profissões e gênero: mobilidade e carreira entre juízes e juízas no estado de São Paulo. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 265-297, Jan./Jun. 2014.

MCGINLEY, Ann C. Reproducing gender on Law Schoolsfaculties. *Brigham Young University Law Review*, n. 1, p. 99-155, 2009.

MCGLYNN, Clare. Women, representation and the legal academy. *Legal Studies*, v. 19, n. 1, p. 68-92, Apr. 2006.

MERRIT, Debora Jones; RESKIN, Barbara. New directions for women in legal academy. *Journal of Legal Education*, v. 53, n. 4, p. 489-495, 2003.

NEDER CERZETTI, Sheila Christina *et alii*. *Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de direito da USP: um currículo oculto?* São Paulo: Cátedra Unesco de Direto à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019.

OLIVEIRA, Fabiana L.; RAMOS, Luciana. Os diretores jurídicos e os advogados corporativos: carreiras em ascensão no mundo profissional do direito. In: BONELLI, M. G.; SIQUEIRA, W.L. *Profissões republicanas: experiências brasileiras no profissionalismo*, p. 107-144. São Paulo: EdUFSCar/Fapesp, 2016.

OBSERVATÓRIO DO ENSINO DO DIREITO. Ensino Superior 2012 – Instituições, Quem oferece os cursos de direito no Brasil. *FGV Direito SP*, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <direitosp.fgv.br/observatório-ensino-direito>. Acesso em: 15 Jul. 2015.

SADEK, Maria Tereza. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora; FGV Direito Rio, 2006.

SCHULTZ, Ulrike. *Gender and careers in the legal academy*, 2016. Disponível em: <https://www.fernuni-hagen.de/videostreaming/rewi/lis_haratsch/20160621.shtml>. Acesso em: 20 Out. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista de Educação e Realidade (Gênero e Mulheres)*, v. 16, n. 2, p. 5-22, Jul./Dez. 1990.

SCOTT, Susie. *Negotiating identity: symbolic interactionist approaches to social identity*. Cambridge (UK): Polity Press, 2015.

SOMMERLAD, Hilary. The “social magic” of merit: diversity, equity, and inclusion in the English and welsh legal profession. *Fordham Law Rev*, N. 83, p. 2325-2347. Sep./Oct. 2015. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol83/iss5/7/>>. Acesso em: 10 Set. 2015.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras: em busca da identidade*. São Paulo: EdUSP, 1999.

THORNTON, Margaret. *The changing gender regime in the neoliberal legal academy*, 2015. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2482926>. Acesso em. 10 Nov. 2015.

VARELLA, Marcelo. Quem influencia a pós-graduação em direito no Brasil? Uma análise empírica da nucleação acadêmica. *Revista de direito Brasileira*, v. 12, n. 5, 2015. Disponível em: <<http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/213>>. Acesso em: 29 Mar. 2017.

VERONESE, Alexandre; FARRANHA, Ana Claudia; FELIX, Loussia. Anais do X Congresso Nacional do Ensino do Direito e do VII Seminário Nacional de Ensino Jurídico e Formação Docente. Brasília: Associação Brasileira de Ensino do Direito (Abedi), 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/129477473-Abedi-associacao-brasileira-de-ensino-do-direito.html>>. Acesso em: 10 Abr. 2019.

WOLKMER, Antonio C.; LIPPSTEIN, Daniela. Por uma educação latino-americana em direitos humanos: pensamento jurídico crítico contra-hegemônico. *Revista de direitos e Garantias Fundamentais (FDV)*, v. 18, p. 283-301, 2017.



Sociologia na América Latina: giros epistemológicos e epistêmicos

Recebido: 02.12.17
Aprovado: 06.05.19

Paulo Henrique Martins*

* Paulo Henrique Martins é professor titular de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ex-presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas). Orcid: 0000-0002-6297-3575. <paulohenrique.mar@gmail.com>.

Resumo: Este artigo destaca a emergência de uma sociologia geral na América Latina, organizada a partir de três diferentes perspectivas sociológicas: aquela “sobre” a América Latina, aquela “da” América Latina e aquela “na” América Latina. Estes diversos campos de sentidos foram organizados a partir das leituras intelectuais sobre as brechas surgidas entre a colonização capitalista na região e as reações anticoloniais, desde o século XIX até o presente. Uma grande novidade neste debate é compreender que a emergência de uma sociologia geral marcando os traços de uma sociologia regional transnacional constitui um fato inédito, quando se observa que as tendências dominantes no século XX foram entre a defesa de uma sociologia universalista de base eurocêntrica, por um lado, e de uma sociologia nativista ou nacional, por outro. Os rumos da sociologia geral da América Latina, hoje, são centrais para se pensar os avanços de uma teoria crítica da colonialidade que contribua para desconstruir a nova colonialidade que vem sendo difundida pelo neoliberalismo.

Palavras-chaves: Sociologia geral na América Latina. Representações conceituais da América Latina. Luta anticolonial e descolonialidade.

Sociology in Latin America: epistemological and epistemic turns

Abstract: This article proposes to highlight the emergence of a general sociology in Latin America organized from three different sociological perspectives: that “about” Latin America, that “from” Latin America and that “in” Latin America. These diverse fields of meanings were organized from the intellectual readings on the gaps between capitalist colonization in the region and anticolonial reactions from the nineteenth century to the present. A great novelty in this debate is to understand that the emergence of a transnational general sociology marking the traits of a regional sociology, is an unprecedented fact when one observes that the dominant tendencies of the twentieth century were between the defense of a Eurocentric, on the one hand, and of a nativist or national sociology, on the other. The directions of the general sociology of Latin America today are central to think the advances of a critical theory of coloniality that contributes to deconstruct the new coloniality that has been diffused by neoliberalism

Keywords: General sociology in Latin America. Conceptual representations of Latin America. Anti-colonial struggle and decoloniality.

Introdução: o ineditismo de uma sociologia geral na América Latina

A emergência de uma sociologia geral na América Latina e no Caribe é um processo histórico datado desde o século XIX, fundando-se em dois giros técnicos relevantes: um epistemológico e outro epistêmico. O giro epistemológico se relaciona com o modo como foi constituído o pensamento social latino-americano nas interfaces de diferentes disciplinas como a sociologia, a antropologia, a geografia, a economia e a história e integrando diversas correntes de pensamento como o marxismo, o weberianismo, o keynesianismo, o positivismo, entre outros. O giro epistêmico tem a ver com as rupturas paradigmáticas nas representações anticoloniais da América Latina a partir de descontinuidades nos dispositivos produtores de narrativas coloniais que interferiram nos planos da ciência, da história e da política. Ao acompanhar Foucault (1981; 2001), diríamos que se verificou na região a emergência de redes discursivas funcionando como dispositivos de ordenamento dos saberes anticoloniais, estabelecendo reconfigurações epistemológicas no campo acadêmico e organizando de modos diversos os múltiplos olhares disponíveis sobre a colonialidade. Podemos dizer, pensando na ontologia do eurocentrismo, que aqui tivemos uma espécie de latinocentrismo, isto é, processos que se desdobram desde uma perspectiva mimética do colonial, se reconfigurando a partir de uma certa determinação geográfico-histórica anticolonial até conhecer novo giro com a emergência no campo analítico da América Latina como rede discursiva.

Neste artigo vamos focar estes deslocamentos de sentidos a partir de três padrões de significação da América Latina que chamamos de sociologia sobre a América Latina, sociologia da América Latina e sociologia na América Latina. Não se trata de periodização histórica do desenvolvimento da sociologia geral na região como já foi feito em outras oportunidades (Tavares dos Santos, 2005; Martins, 2012), mas de reorganizar o entendimento da teoria social pelos deslocamentos do imaginário intelectual sobre a realidade regional a partir do questionamento do historicismo desenvolvimentista e da valorização da América Latina como conjunto de narrativas que disputam a verdade histórica.

Pensar a sociologia na América Latina – a terceira tópica desta classificação – é uma decisão que emerge do reconhecimento da atualidade de um sentimento anticolonial que se transmuta no esforço de desconstrução dos paradigmas coloniais anteriores, abrindo assim novos horizontes para a teoria crítica da colonialidade. Esta operação reflete contribuições recentes dos estudos pós-estruturalistas, sobretudo na linha da *French theory* sugerida por autores como Foucault (2001),

Derrida (1967), Deleuze e Guattari (1992), entre outros. Ela incorpora igualmente as tradições dos estudos pós-coloniais de Fanon (1952), Césaire, (1955), Memmi (2007), Said (1996), que se complementam com os estudos culturais nas orientações de Hall (1998), Bhabha (2003; 2010), Gilroy (1993) e Canclini (1990). Estas diversas tradições, em conjunto, contribuem para renovar, por um lado, o sentimento libertário que motivou parte dos estudos pós-coloniais na região como a filosofia da liberação (Zea, 1975; Freire, 1976; Dussel, 1977) e a teoria do colonialismo interno (Gonzalez Casanova, 1963; 2007), na segunda metade do século XX. Por outro, o giro epistemológico da teoria social influenciou decisivamente os estudos decoloniais (Quijano, 2003; Mignolo, 2005; Grosfoguel, 2008; Walsh, 2013), que ganharam prestígio a partir do final dos anos 1990, com a criação do grupo Estudos Subalternos Latino-Americanos, que depois passou a ser conhecido simplesmente como Modernidade e Colonialidade (Castro Gómez & Mendieta, 1998).

No meu entender, o fato de o pensamento social latino-americano sempre ter testemunhado preocupações práticas com a organização das sociedades nacionais numa perspectiva anticolonial permite-nos designá-lo como uma sociologia geral que lembra as propostas clássicas da escola francesa de sociologia, as teses do fato social de Durkheim (1972) e do fato social total de Mauss (2003) entre os séculos XIX e XX, e que foi atualizada nos últimos tempos por autores como Bourdieu (2015) e Caillé (2014). A ideia da sociologia geral voltada para estudar nas fronteiras disciplinares um conjunto de fenômenos coletivos que têm propriedades distintas das consciências individuais, reforçando as teses durkheimianas, implicando todos os aspectos materiais e simbólicos relevantes no conjunto de trocas e rituais envolvendo as pessoas morais, continua sendo de grande relevância, sobretudo neste contexto transnacional. Lembra Martuccelli (2006: 432-433) a importância de se repensar o objeto sociedade a partir do momento em que não se pode limitar os estudos sociológicos ao antigo enquadramento institucional dos Estados nacionais. Para ele, a validade analítica da ideia de sociedade se desloca com a sociedade mundial, devendo ser considerada a perspectiva do *intermundo*, de suas texturas e coerções, para explicar a nova dinâmica da ação social. Isto amplia obviamente a ideia da sociedade como fato social total.

Na verdade, a dinâmica do *intermundo* ou do transnacional que abre o campo intelectual para uma sociologia geral, parece estar presente no subcontinente latino-americano desde o século XIX¹. Como explicar esta novidade de uma sociologia transnacional na América Latina desde esta época? Entendo que há dois fatores explicativos. Um diz respeito ao fato de haver tradicionalmente um sentimento anticolonial relevante compartilhado pelos países de colonização ibérica; o outro remete ao fato de que grande parte dos países da região conheceram seus pro-

1. Este é um fato muito importante, considerando que o desenvolvimento da sociologia como disciplina, no século XX, oscilou entre a perspectiva de uma sociologia universal e eurocêntrica que não considerava as particularidades sociais e históricas na construção conceitual, por um lado, e a perspectiva de campos sociológicos limitados pelas restrições institucionais de cada sociedade nacional, por outro.

cessos de independência ainda no século XIX, ao contrário dos movimentos de independência mais recentes de ex-colônias na África e na Ásia. Este fenômeno político deslocou parte do sentimento anticolonial para os esforços de mapeamento do movimento de constituição do Estado nacional, exigindo dos intelectuais comprometimentos diretos na organização dos dispositivos de formação da segurança territorial, da nação, da burocracia e das políticas públicas. Ou seja, a convergência do sentimento anticolonial com as tarefas de organização dos Estados nacionais implicou esforços paralelos de organização da soberania em contextos de pressões importantes dos países imperialistas.

A bandeira da América Latina está presente durante todo o processo de estruturação do pensamento latino-americano desde o século XIX na obra *Nuestra América*, de José Martí (2005), publicada ainda em 1889. No Brasil, não podemos deixar de referenciar a obra deste intelectual misto de médico, sociólogo, psicólogo e historiador que foi Manoel Bomfim. Seu livro *A América Latina. Males de origem* (Bomfim, 2008) teve sua primeira versão publicada em 1903. Também vale lembrar o argentino Manuel Ugarte com seu livro *La evolución política y social de Hispanoamérica*, de 1910. Este sentimento de América Latina como um corpo histórico transnacional foi compartilhado por diferentes autores em diversas sociedades regionais (Martins, 2012), permitindo a progressiva formação do que chamamos uma sociologia geral da América Latina.

José Vicente Tavares dos Santos (2005) propôs uma tipologia para explicar o desenvolvimento de tal sociologia constando de três momentos: a “sociologia da cátedra” (1890-1950), o período da “sociologia científica” e a configuração da sociologia crítica (1950-1973) e a crise institucional, a consolidação da “sociologia crítica” e a diversificação da sociologia (1973-1983). A partir de uma leitura pós-colonial, Martins sugere uma classificação do desenvolvimento desta sociologia a partir de três pontos: *el movimiento postindependentista*, *el postcolonialismo crítico* e *la recolonialidad y la decolonialidad* (Martins, 2012), que são a base para a leitura de aprofundamento que fazemos neste artigo, mirando os desafios da sociologia geral latino-americana.

Dentro deste quadro mais geral de deslocamentos do campo sociológico no atual contexto de mudanças profundas das sociedades nacionais na América Latina sob a égide do neoliberalismo, temos de focalizar alguns desafios. Um primeiro diz respeito à factibilidade de se pensar a sociologia regional como um campo *intermundo* que atravessa os distintos campos de sociologias criados no interior das sociedades nacionais durante o século XX, para explicar fenômenos sociais compartilhados que somente podem ser parcialmente apreendidos a partir dos

campos sociológicos nacionais. São exemplos os estudos relativos à desigualdade; à violência urbana; à discriminação racial, étnica e sexual; à opressão contra as mulheres; ao comércio desigual; à organização do trabalho, entre outros que apresentam particularidades em cada caso, mas que exigem debates e soluções coletivas.

A sociologia geral latino-americana está na origem de importantes e originais discussões sobre imperialismo, desenvolvimento e dependência que colocaram os sociólogos latino-americanos como referências no debate internacional. Nesta direção, Luciana Ballestrin (2017) contribui para este avanço do campo ao propor a expressão “imperialidade” que lhe parece mais adequada para revelar a lógica do imperialismo que é constitutivo da colonialidade. A autora observa ainda de forma pertinente que o termo imperialidade é mais adequado para revelar as estratégias de descolonização, o que me parece bem convergente com as reflexões que estamos aqui buscando desenvolver sobre os elementos constitutivos da teoria crítica da colonialidade.

Este é o primeiro e tradicional argumento a favor de uma sociologia geral latino-americana que vem se organizando por redes de pesquisas e, sobretudo, por reuniões institucionais mais amplas promovidas por associações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), a Associação Latino-Americana de sociologia (Alas), entre outras.

Para avançar no debate, é importante se perguntar: que usos pode ter a ideia de sociologia da América Latina, hoje, para explicar as transformações conhecidas pela região no contexto de expansão do neoliberalismo? Numa outra perspectiva: que desafios existem para se promover uma sociologia de caráter *intermundo* regional que implique os intelectuais em redes transnacionais voltadas para a produção de cartografias que permitam melhor entender os impactos do capitalismo global sobre os modos de organização do poder e sobre os processos e as políticas sociais nos planos nacional e local, e que devem ser incrementados para reverter o quadro de deterioração dos regimes democráticos?

Uma segunda questão a ser discutida neste texto tem relação com a polissemia da noção de América Latina. Trata-se de um termo genealogicamente confuso por vincular o processo de formação das sociedades nacionais à supremacia étnica dos latinos ibéricos, sem valorizar o complexo processo de miscigenação entre povos originários, africanos, europeus e asiáticos (Martins, 2012). Neste sentido, os interessados podem desistir do debate em vista dos conflitos linguísticos que

apresenta. Mas quais as alternativas disponíveis? Reforçar os movimentos de provincianização dos estudos científicos, naturalizando as sociologias nacionais? Mas que garantia tem a reprovincianização se a própria narrativa de Estado nacional, que funcionou como aparato institucional e simbólico necessário para a definição das fronteiras territoriais nacionais, também está deslizando no contexto de deslocamentos do sistema-mundo? É ainda possível se falar de sociedades nacionais na América Latina, quando a desigualdade social aprofunda a separação entre cidadãos e subcidadãos e a nação se limita a um dispositivo técnico com apelo sentimental ambíguo?

Não há respostas fáceis para estas questões. De todo modo, considero haver um território de imprecisões semânticas que pode ser aproveitado para se avançar com a perspectiva de uma sociologia latino-americana que fortaleça a teoria crítica da colonialidade na presente conjuntura. Por um lado, o nacional como referência simbólica substantiva na definição de campos científicos particulares está tremulando no contexto de enfraquecimento dos aparatos estatais com diminuição de recursos para pesquisas e formação de quadros intelectuais². O anti-intelectualismo favorecido sempre a partir da emergência de regimes populistas, fascistas, fundamentalistas e outros, que rechaçam o pensamento democrático, ameaça diretamente a sobrevivência do campo das ciências humanas e sociais – em particular a sociologia – na região. Logo, não há porto seguro para o trabalho crítico, caso busquemos garantias políticas e institucionais nos limites das articulações entre nossos pares “nacionais” sem identificar alternativas mais amplas no cenário transnacional.

No lado oposto do espectro nacional, temos a narrativa de uma sociologia global formada por circuitos culturais e linguísticos transnacionais e que vêm se afirmando há algumas décadas. Há questões importantes relativas à sociedade mundial como um todo e que exige a criação de foros especiais para discutir temas como as mudanças climáticas e o desequilíbrio ambiental, as migrações e ondas de refugiados, os movimentos políticos populistas e fascistas, a desorganização dos espaços urbanos, os novos movimentos sociais, entre outros (Sosa Elízaga, 2018). São temas que obrigam os campos intelectuais nacionais a se abrirem para novos arranjos institucionais e para novos horizontes interpretativos. Mas a sociologia global emergente não pode responder aos desafios tradicionais da sociologia com relação aos fenômenos da vida cotidiana que têm particularidades a serem observadas caso a caso. Aqui, a sociologia precisa lidar com as dimensões nacionais e locais, estando atenta aos impactos “glocais” (Robertson, 1995) ao mesmo tempo que mantém a crítica do imperialismo global (Pieterse, 2004), o que favorece a tradição da sociologia geral latino-americana.

2. No caso brasileiro, a situação é singular na medida em que a língua portuguesa, por não ter a influência internacional de outras como o inglês e o espanhol, exige que os pesquisadores se esforcem para dominar outros idiomas para não permanecerem prisioneiros do circuito de ferro do provincianismo linguístico.

Enfim, as narrativas da sociologia nacional e da sociologia global devem se complementar para atualizar o pensamento crítico cosmopolita e transnacional que busca articular o global e o local. Os desafios deste diálogo abrem necessariamente, no meu entender, brechas importantes para a emergência de sociologias regionais que podem funcionar como zonas de fronteiras (Santos, 2008) onde se realizam traduções de ideias, experiências e iniciativas compartilhadas, com vistas a assegurar cartografias teóricas adequadas para os novos desafios da teoria crítica. A sociologia latino-americana ganha legitimidade neste contexto na medida em que sua natureza transnacional pode ser uma alavanca importante para articular os campos sociológicos nacionais no âmbito da sociologia global.

A sociologia geral da América Latina aparece, então, como importante recurso para sinalizar um novo ciclo que favoreça a otimização das capacidades intelectuais e a necessidade de organizar redes mais consistentes de pesquisas e debates no plano transnacional e, em particular, naquele regional latino-americano. No Brasil, a tarefa de organizar e disseminar esta sociologia regional no interior dos estudos em ciências sociais não é fácil, visto o forte avanço da divisão do trabalho intelectual no campo acadêmico, reforçando a sociologia profissional de sentido estrito. Muitos ainda continuam fascinados pelo ciclo de expansão da sociologia profissional nos últimos 40 anos, e que foi marcado por uma expressiva expansão quantitativa dos cursos de pós-graduação e pela existência de financiamentos relevantes para bolsas de estudos e para pesquisas. Há resistências de muitos intelectuais a se engajarem num debate epistemológico que necessariamente rebata sobre as fronteiras das disciplinas, sobre os pontos de contatos entre teorias e teóricos e sobre os modos de organização dos currículos acadêmicos. Agora, a realidade está mudando e é importante que os intelectuais se adéquem aos novos tempos, o que exige amplo e solidário diálogo acadêmico.

Antes de me aprofundar nos desafios de atualização conceitual da sociologia geral da América Latina, devemos nos debruçar sobre alguns aspectos relevantes da recolonialidade em curso e sobre os limites do nacionalismo metodológico para dar conta dos giros epistemológicos necessários com o propósito de se pensar os novos usos da sociologia regional.

Recolonização e revisão metodológica do nacional

No momento presente, há uma nova onda de recolonização planetária, sob iniciativa de norte-americanos e chineses, ampliando os antigos dispositivos de colonialidade em termos materiais e simbólicos. O antigo sistema de coloniali-

dade organizava a dominação capitalista a partir de modelos de Estado nacional nos quais o poder estatal centralizado era o agente privilegiado para estruturar a dominação territorial e nacional. O novo sistema colonial transfere o poder de dominação para grandes firmas transnacionais que influenciam os hábitos dos indivíduos e grupos sociais pelo consumo compulsivo e pela submissão das oligarquias burocráticas, econômicas e políticas ao novo eixo de poder transnacional (Martins, 2019). O novo modelo de colonialidade ameaça reduzir a América Latina e os países aí existentes a sistemas extrativistas (Gudynas, 2013) e fornecedores de matéria-prima. A “desnaturalização” do nacional ocorre pelo enfraquecimento do Estado e pela valorização de uma cultura cosmopolita que enaltece o consumo e o enriquecimento especulativo, transformando as pessoas em mercadorias (Bauman, 2008). Os impactos que estão sendo gerados nas sociedades periféricas pelos novos processos de recolonização planetária, sob a égide do capitalismo financeiro e rentista, revelam a inadequação dos conhecimentos gerais da modernidade central para explicar os desequilíbrios sistêmicos em curso.

O novo contexto obriga a crítica intelectual a rever seus fundamentos epistemológicos nos lados internos e externos dos marcos da colonialidade, nos campos do Norte global e do Sul global. As ciências sociais e a sociologia estão sendo instadas a redefinir as fronteiras geopolíticas do conhecimento entre o local e o global; e o nacional se desvenda como disposição territorial que tanto condiciona como libera as capacidades intelectuais. Assim, os estudos sociológicos na América Latina estão sendo reorganizados por uma nova geopolítica mundial do conhecimento que está deslocando o lugar da região no sistema-mundo, abrindo novas brechas para se repensar as instituições e as subjetividades coletivas.

No campo da produção científica propriamente dita vale lembrar a importância do nacional nas metodologias científicas nas ciências sociais e na sociologia, visto que ele foi central na organização das sociologias nacionais. Se consideramos a importância de repensar os rumos da sociologia da América Latina, como campo transnacional, é necessário rever o lugar do nacional na produção do pensamento social. Esclarece Ulrich Beck (2000; 2003) que o paradigma dominante no século XX foi o nacionalismo metodológico, legitimando a compreensão da sociologia pelo nacional. Para ele, a valorização da relação arbitrária entre nacionalismo e território levou a se privilegiar as fronteiras nacionais antes das fronteiras sociais, prejudicando o entendimento das posições de indivíduos e grupos. A afirmação de Beck é interessante por salientar como o elemento nacionalidade, embora frequentemente ocultado em nome do universalismo, interferiu na organização das metodologias científicas “nacionais”. O lugar ambíguo deste nacional

na organização do pensamento sobre a modernidade periférica contribuiu para ocultar os dispositivos de biopolítica (Foucault, 2008) que reproduzem hierarquias de saber e desvalorizam experiências que não se enquadram no universalismo abstrato. Nesta perspectiva, o nacionalismo metodológico condicionou as possibilidades de compreensão das dinâmicas de disciplinamento dos corpos e das mentes. Isto é, o entendimento dos modos de disposição do poder e da vida através das fronteiras nacionais que determinavam as distâncias entre o nativismo e o estrangeirismo, entre as diásporas e os movimentos sociais internos.

O tema do nacionalismo metodológico tem particular interesse para se repensar os rumos da sociologia nacional e de como se organizam e se legitimam territorialmente saberes considerados como científicos e usados para explicar a realidade social mais abrangente no plano transnacional e global. No contexto das sociedades periféricas, o nacionalismo metodológico reproduz o provincianismo iluminista europeu que buscou monopolizar a produção do moderno (Chakrabarty, 2000) e que – acrescenta Sérgio Costa (2006) – interferiu simultaneamente na provincialização das sociologias central e periférica, sobretudo na macrosociologia da modernização. No fundo, o nacionalismo metodológico exalta uma geopolítica localizada do conhecimento com pretensões de universalidade. Ele responde a impossibilidade prática de uma razão universalista monopolizada pela experiência eurocêntrica. Em termos da sociologia da América Latina, podemos dizer que ela também não superou o elemento da provincialização na medida em que ficou enredada na busca de um macroconhecimento preso ao mito da modernização regional no embate com a colonialidade.

O eurocentrismo e sua variável periférica nas Américas – o americanocentrismo – impuseram como invariantes analíticas para fundar a teoria social uma série de dispositivos abstratos reputados como invariáveis, a exemplo de sociedade civil, de Estado, de democracia, de cidadania e de direitos humanos, sem questionar suas tensões ontológicas. No caso latino-americano, deve ser ressaltada a força do tema da modernização econômica que impactou sobre as teorias do desenvolvimento. Ao não se perguntar sobre os fundamentos ontológicos de tais conceitos e sua pretensa universalidade, a teoria social de base iluminista desvalorizou a importância da tradução como operação simbólica necessária para adequar experiências de ideias produzidas em diferentes territórios do conhecimento. Este aspecto foi observado por Marcelo Rosas (2008) em seu estudo comparativo sobre ações coletivas na África do Sul e no Brasil. Para o autor, o dualismo sociológico “moderno” entre Estado e sociedade civil não pode ser generalizado pois nas regiões de fronteiras por ele analisadas o Estado adquire diferentes formas de emergência, de acordo com o modo como se organizam os movimentos sociais³.

3. A omissão sobre o lugar da tradução no plano metodológico contribuiu para esconder as particularidades da geopolítica do conhecimento nas fronteiras da colonialidade ocidental. Sob o manto do universalismo científico, o eurocentrismo continua a esconder, em verdade, os efeitos sobre os imaginários intelectuais periféricos de um conjunto de dispositivos de poder e de saber organizados pelo iluminismo para justificar a expansão das potências imperialistas (Dussel, 1993; Wallerstein, 2007).

A crise dos paradigmas europeus – e, por extensão, dos paradigmas americanistas neoliberais da modernização – conduz à revisão dos usos de teses pensadas no centro do sistema mundial para a explicação das modernidades periféricas. Isto reforça, no meu entender, a pertinência de revisão da sociologia geral da América Latina para inspirar um modelo de produção sociológica que não se dissolve nem na sociologia global nem na sociologia nacional. Neste sentido, a universidade e as ciências sociais precisam atualizar-se para dar conta da complexidade das experiências e racionalidades que não se enquadram no modelo da razão metonímica europeia (Santos, 2008) e que devem reconsiderar a sociedade como redes plurais situadas no *intermundo* (Martuccelli, 2006). A superação do nacionalismo metodológico como dispositivo ideológico da colonialidade é necessária para ampliar olhares múltiplos sobre saberes e práticas, reconectando o trabalho intelectual acadêmico e aquele operado pelos movimentos sociais, culturais e ambientais nos planos das lutas e resistências concretas. Os sociólogos são convidados a pensar novos modos de cooperação acadêmica que deem conta da diversidade do real e dos modos de produção variados da geopolítica do conhecimento. Um ganho importante nesta reflexão é a de favorecer o entendimento de que não há uma hierarquia de saberes *a priori* aprovionada a partir do universalismo europeu (Wallerstein, 2007), mas uma variedade de saberes distintos que refazem os sentidos dos diálogos não apenas na direção Sul-Norte, mas também Sul-Sul (Santos, 2008).

Esta reflexão tem interesse teórico e, sobretudo, político pois convida a se repensar o lugar da sociologia latino-americana neste processo de deslocamento de fronteiras reais e imaginárias entre o local, o nacional, o transnacional e o global. Neste deslocamento, os espaços locais e extralocais são ressignificados por novas subjetivações que refazem as relações entre memórias, desejos, afetos e práticas⁴, que são necessários para se ampliar as brechas de uma práxis emancipadora que respeita as diversidades dos lugares de construção da vida comunitária e social.

O trabalho de revisão do nacionalismo metodológico como sistema ideológico aparece como estratégico para liberar novos entendimentos decoloniais das realidades transnacionais, nacionais e locais, desvendando as tensões entre capitalismo e colonialidade e as hierarquias cognitivas e morais que organizaram a expansão do capitalismo colonial (Martins, 2012). Este trabalho de revisão – em curso – avança pela diversificação de temas, de objetos de pesquisas, pelas inovações curriculares e por redes de pesquisas internacionais. Ele é decisivo para abrir novos modos de articulação dos campos sociológicos nacionais e para criar territórios de produção transnacionais de narrativas, em forma de redes que permitam liberar uma reação anti-hegemônica eficaz contra o neoliberalismo. Isto significa ampliar os dispositivos cognitivos, linguísticos, emocionais, morais e estéticos das

4. Arturo Escobar define pela categoria lugar este entre-espaço situado na fronteira do colonial e sua contestação prática e teórica. Para o autor, o lugar revela a importância da experiência localizada na produção de identidades variáveis e de sentidos da natureza cultural gerados por dispositivos cognitivos entre o local e o global (Escobar, 2003: 117-119).

teorias críticas da colonialidade que refletem sobre a realidade do lugar desde dentro e desde fora do nacional. Isso leva a uma necessária reposição dos lugares dos sujeitos que pensam e agem sobre esta realidade flutuante, mediante o fortalecimento das redes virtuais e presenciais que possam libertar aspirações e práticas democráticas.

Para avançar nesta discussão, é importante salientar as diferenças sutis entre as ideias de uma sociologia “sobre” a América Latina, de uma sociologia “da” América Latina e de uma sociologia “na” América Latina. Precisamos explorar estas nuances de modo a encontrar o melhor lugar de elocução de um pensamento sociológico transnacional na América Latina que se libere do nacionalismo metodológico tradicional para encontrar o registro próprio da teoria crítica entre o nacional, o global e o local no atual contexto da sociedade mundial. Por isso é relevante analisar as representações e diferenças entre sociologias “sobre”, “da” e “na” América Latina.

Uma sociologia sobre a América Latina

Uma sociologia “sobre” a América Latina sugere a presença de um marco interpretativo externo que se aplica a uma realidade sócio-histórica específica – no caso, a América Latina –, dispensando o interesse das experiências históricas e culturais internas na produção de regimes de verdade sobre esta mesma realidade. A pretensão de se pensar uma realidade sócio-histórica a partir de fora expressa os processos de construção de saberes coloniais sobre as áreas colonizadas. Nessa situação, podemos identificar a ambição de uma sociologia sobre a América Latina como produto do eurocentrismo⁵.

A representação do não europeu como um “outro” inferior é moralmente problemática, mas foi estratégica para gerar – lembrando Albert Memmi (2007) – os retratos dos colonizadores e dos colonizados. Orientalismo, africanismo e latino-americanismo fazem parte destes “outros” projetados no seio da ocidentalização, revelando as facetas do racismo colonizador que serviu como dispositivo de controle na expansão do imperialismo. Com as proporções históricas preservadas, observa-se que a organização de um pensamento ocidentalista sobre a América Latina – o latino-americanismo –, seguiu a lógica do orientalismo, o qual, segundo Edward Said (1996), foi uma invenção gerada pela expansão colonial europeia visando caracterizar o Oriente como exótico e inferior.

O latino-americanismo – que é objeto da sociologia “sobre” a América Latina – re-flete a construção do pensamento colonial que aqui identificava o exotismo com

5. A invenção do pensamento eurocêntrico foi possível pela projeção no espelho da cultura colonial da figura de um “outro” visto como inferior em vários níveis – da racionalidade, da racialidade, da religiosidade e dos costumes (Dussel, 1993). Devemos desde logo lembrar com François Julien que a pretensão da universalidade do conhecimento que inspira a tradição eurocêntrica nos campos da filosofia e da ciência não é ideologicamente neutra. Ela está relacionada ao universo religioso, o que se comprova pelo fato de a palavra “católico” ser uma herança grega que significa universal (Julien, 2009: 7). Esta herança foi atualizada no processo de ocidentalização do mundo, servindo para justificar a expansão moral do imperialismo como projeto patriarcal e racista.

traços particulares, como aquele do sensualismo paradisíaco ou da natureza abundante. Neste sentido, o reconhecimento das diferenças entre sociologias centrais e sociologias periféricas faz sentido para se entender como as fronteiras da colonização permitem visualizar uma multiplicidade de experiências produzidas entre os antigos dispositivos tradicionais relacionados a memórias de resistências e novos dispositivos produzidos pela colonialidade que visam apagar as memórias para liberar a exploração e o consumismo improdutivo. Reconhecer a experiência intelectual da periferia convida a se entender mais claramente os desafios de saberes produzidos nas fronteiras entre o capitalismo e a colonialidade e que revelam hibridismos culturais inéditos (Bhabha, 2003: 21; Hall, 1998; Canclini, 1990).

A divulgação do pensamento europeu – e, ainda, do norte-americano – na América Latina, nos séculos XIX e XX, contribuiu para moldar uma visão “etapista” da história ocidental que reforçou a ideologia colonizadora. Esta visão é bem evidente na proposta de Rostow (1960) sobre a modernização das economias que deveriam superar a fase tradicional para chegar à maturidade. Por esta visão, a experiência de modernização dos países centrais deveria ser copiada, pois ela seria a representação do futuro das sociedades periféricas. Acreditava-se que os avanços tecnológicos, científicos, econômicos e políticos deste centro asseguravam a superioridade racional das potências coloniais sobre as sociedades colonizadas. A experiência da modernidade europeia seria superior às demais experiências e saberes pois estaria respaldada no sucesso de um programa de modernização e de desenvolvimento (Dussel, 1993: 24) – aquele do capitalismo. Este deveria ser o modelo de progresso econômico, social e político a ser adotado obrigatoriamente nas regiões periféricas, que estariam submetidas a uma lógica funcional de dependência entre centro e periferia (Gunder Frank, 1967; Marini, 1973).

6. Nesta direção, teve importância destacada a eleição de intelectuais do centro como “clássicos” universais na organização dos programas de ensino e de pesquisas em ciências sociais. Autores como Marx foram eleitos como canalizadores de metateorias que poderiam ser usadas em qualquer tempo e em qualquer época, independentemente dos contextos históricos particulares.

A ciência eurocêntrica, inspirada na racionalidade instrumental moderna, buscou sustentar o paradigma da universalidade do conhecimento científico para apoiar a expansão do capitalismo colonial e a organização do poder nas periferias do sistema mundial. O universalismo racionalista (Wallerstein, 2007) legitimou-se em marcos epistemológicos supostamente passíveis de usos em todas as sociedades, independentemente de suas particularidades históricas, culturais e linguísticas. A transformação em verdade universal incontestável da experiência teórica produzida numa província cultural – a europeia – inspirou-se na crença de uma ideologia evolucionista centrada na emancipação da Europa. Segundo Hegel (1995), o autodesenvolvimento do espírito europeu seria o modelo mais bem-sucedido do desenvolvimento humano. No quadro normativo do evolucionismo social, cabia aos intelectuais do centro assumir as funções de legisladores de uma nova ordem social em emancipação⁶.

A crítica da colonialidade vem permitindo revisar a relação entre cultura local e pensamento social, de modo a desfazer o mito do universalismo científico que explica a proposta da sociologia sobre a América Latina. Este tema é bem colocado por Raewyn Connell (2007), que enfatiza na organização de sua discussão sobre “Southern Theory” o comprometimento das teorias de autores como Giddens, Bourdieu e Coleman com o ponto de vista do Norte global. Observa-se então que o tema da colonialidade tem sido relativamente ocultado no debate, possivelmente pelo fato de presumir uma hierarquia moral dos conhecimentos que compromete as teses universalistas e o valor da teoria social sem adequação contextual a outras realidades.

Valorizou-se o marcador de classe como sendo uma ontologia e não apenas um dispositivo entre outros de organização das relações industrialistas. Certamente, aquelas condições de organização do industrialismo no século XIX, que foi objeto da atenção de Marx, contribuíram para a identificação dos conflitos como sendo essencialmente produto das condições de classe ao se analisar o caso europeu. Mas tal modelo de análise necessita necessariamente se referir a outros marcadores que podem redimensionar a luta econômica como são aquelas étnicas, de gênero e de religião. Enfim, a sociologia sobre a América Latina reproduziu uma série de conceitos que não foram pensados a partir da realidade das sociedades pós-coloniais mas das representações sobre uma modernização necessária do capitalismo em escala mundial.

No campo da sociologia periférica, os limites de aplicabilidade das teorias modernas fundadas nas classes sociais se fizeram acompanhar de novas teorizações que buscavam contemplar a complexidade dos conflitos e dos processos de modernização destas sociedades periféricas. Ao longo do século XX, autores como José Carlos Mariátegui (1978) no Perú, Pablo Gonzalez Casanova (1963) no México, Gino Germani (1973) na Argentina ou Florestan Fernandes (1981) e Heleieth Saffioti (1979) no Brasil ofereceram contribuições relevantes para a adaptação das teses das classes sociais e do evolucionismo funcional a sociedades marcadas pelos elementos étnicos. Tais revisões estão contribuindo para desobstruir um pensamento pós-colonial que explora novos modos de organização do poder e da sociedade a partir do reconhecimento da racialidade como dispositivo de opressão, como vemos nas obras recentes de Enrique Dussel (1993), Anibal Quijano (2003) e Walter Mignolo (2005), e da dominação de gênero (Burgos, 1993; Mohanty, 2008; Paredes, 2010; Segato, 2015; 2016).

Este é o contexto no qual se pode pensar a superação de uma sociologia sobre a América Latina para se conceber a pluralidade de lugares de enunciação de discursos voltados para deslocar a colonialidade.

Uma sociologia da América Latina

Uma sociologia “da” América Latina sugere a emancipação de um pensamento original fundado na experiência histórica própria de cada sociedade nacional. Neste contexto, a metáfora latino-americanista aponta para um modo de produção do conhecimento que muito valoriza o elemento da geopolítica e do nativismo. O nacionalismo metodológico prospera neste clima de se pensar a sociedade desde a cultura nacional, na medida em que a relação entre nação e território parece delimitar um espaço próprio da civilização e da reação anticolonial. O nacionalismo metodológico revela-se – no caso da América Latina – como regionalismo metodológico, ao considerarmos que ele se refere a realidades nacionais múltiplas que, em seu conjunto, se identificam com os sentimentos de marginalização periférica. Assim, os escritos sobre *Nuestra América* de José Martí (2005) ou a ideia de *América independente*, de Simón Bolívar (1981) devem ser entendidos como esforços intelectuais e práticos de organização de uma frente anticolonial própria que se inspira do regionalismo metodológico e na criação de uma comunidade semântica situada nas fronteiras externas do ocidentalismo.

A proeminência da geopolítica do conhecimento que inspira a utopia de macrocomunidades regionais independentes revela como a imaginação geopolítica esteve entrelaçada com a imaginação sociológica na periferia, valorizando temas como civilização, progresso, razão e nação (Bringel & Domingues, 2015). Assim, o pensamento social periférico buscava distanciar-se daquele do centro mas apoiando-se, em linhas gerais, nas representações de poder e de sociedade do eurocentrismo, dando ênfase particular ao tema da autonomia nacional.

A representação sociológica de campos de conhecimentos originais justificando uma geopolítica diferente entre os séculos XIX e XX nos sistemas periféricos tem uma relação ambígua com o pensamento eurocêntrico. No fundo, a sociologia da América Latina, que prosperou a partir da busca de construção de padrões de identidades nacionais autônomas na região, repetia, paradoxalmente, o olhar do colonizador sobre a organização dos processos periféricos (Costa, 2006).

Na justificação racional da colonialidade, o universalismo científico escondia um jogo de disputas entre sociologias nacionais entendidas ilusoriamente como comunidades intelectuais territorialmente autonomizadas. Tais representações apenas começaram a se enfraquecer com os deslocamentos das referências espaciais e temporais da modernidade ocidental pela crítica teórica pós-moderna e pós-estruturalista e pelos estudos culturais. Estas produziram questionamentos importantes sobre as políticas de identidade (Hall, 1998) e de história evoluti-

va e linear da Europa moderna, liberando o pensamento pós-colonial para outras perspectivas analíticas (Dussel, 1993). A criação de espaços transnacionais de pesquisas e debates sobre a colonialidade, ampliando a virada epistemológica europeia – sobretudo a *French theory* –, contribuiu para deslocar a ideologia do ineditismo geopolítico universalista. Tal evento permitiu o avanço da crítica teórica na América Latina para abrir novas possibilidades e ressignificar os elementos da colonialidade oferecidos pelo patriarcalismo e pelo racismo.

No caso da periferia colonial latino-americana, as tarefas de se organizar a nação influenciaram na valorização de uma elite intelectual que se posicionou como legisladora na organização dos dispositivos de poder, reforçando a importância simbólica do elemento nacional e popular, como bem lembra Daniel Pécaut (1990). Quando consideramos, por exemplo, a perspectiva de uma sociologia tropical na obra de Gilberto Freyre, não podemos deixar de ver esta pretensão de um conhecimento original fundado em particularidades históricas e geográficas próprias da “civilização do açúcar”. Nos últimos anos, esta ideia do original foi sugerida por pensadores considerados promotores da crítica decolonial – como Walter Dignolo (2008) – que chegou a defender uma ruptura epistêmica com o pensamento eurocêntrico, embora tenha revisto esta proposição num momento seguinte.

A ênfase na nação e no território valorizou um pensamento nacionalista latino-americano paradoxal pois tinha pretensões autonomistas do ponto de vista econômico, político e cultural, por um lado, mas que continuava a se inspirar em teses do pensamento moderno eurocêntrico, por outro. O caso de Gilberto Freyre é exemplar na medida que sua sociologia tropical apresentava evidentes influências do antropólogo norte-americano Franz Boas⁷, revelando a influência estrangeira no seu pensamento⁸.

A sociologia regional teve papel de destaque na organização dos projetos nacionais desenvolvimentistas a partir de meados do século XX. A articulação do nacional desenvolvimentismo é obra de uma conjunção de esforços produzidos pela sociologia do desenvolvimento, pela economia do desenvolvimento e pela geografia, atualizando o nacionalismo metodológico e o regionalismo metodológico a partir do industrialismo e do consumo. Os sociólogos foram artífices importantes na organização da identidade nacional e da valorização do popular (Ortiz, 1986; Pécaut, 1990), atualizando o antigo debate sobre cultura e identidade para outro, que reorganiza estes termos a partir da matriz do desenvolvimento nacional. Aliás, um dos temas básicos dos teóricos militares positivistas e desenvolvimentistas da Escola Superior de Guerra no Brasil, nos anos 1950, particularmente nos discursos de Cordeiro de Farias (Miguel, 2002), era o de transformar o lema da “Ordem e progresso” em outro: “Segurança e desenvolvimento”.

7. A sociologia da América Latina tem se constituído, de fato, nas brechas geradas pela colonialidade do saber e nas ambiguidades do marcador de nacionalidade que tanto pode ser visto como reforço da colonialidade ou, no sentido oposto, como disposição liberadora. Hommi Bhabha, inspirando-se em Edward Said, explica que a nação é uma forma de elaboração cultural ambivalente que tanto funciona como força que subordina como pode ser uma força que cria e produz (Bhabha, 2010: 14).

8. Associações regionais como Clacso e Alas dão contribuição especial para avançar este processo de uma sociologia regional no interior da sociologia global que contribui para liberar um imaginário crítico transnacional, permitindo destacar as nacionalidades como dispositivos anticoloniais. Assim, o regionalismo metodológico neste contexto aparece como condição para a existência de experiências intelectuais estratégicas nas fronteiras da sociologia global, valorizando as particularidades das experiências dos movimentos sociais regionais como, por exemplo, os indigenistas.

A releitura do regionalismo metodológico a partir dos anos 1950 se fez pela teorização histórico-estrutural cepalina que redefiniu as representações mais positivistas tradicionais da geopolítica do conhecimento latino-americano para acolher o tema do desenvolvimento econômico nacional como pedra angular. A ideia de nação foi ressignificada pelo nacional-desenvolvimentismo, sendo substituída a busca idílica pelo tipicamente brasileiro ou latino-americano por outra representação imaginária oferecida pelo trabalho assalariado e pelo consumo. As teorias da dependência – sobretudo as de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1969) – contribuíram para trazer o debate desenvolvimentista para o plano da política. Tais atualizações discursivas ajudaram a construir uma linguagem neo-colonial e desenvolvimentista que promoveu a revisão da leitura mais ortodoxa da sociologia da América Latina, que valorizava fortemente o elemento cultural e identitário para liberar outro olhar sobre o nacional e o popular. Tal revisão contribuiu para estimular certo cosmopolitismo nacionalista periférico que foi apropriado pelos movimentos sociais no campo e na cidade, na segunda metade do século XX.

Neste deslocamento de significações, os temas da nacionalidade e da territorialidade foram atualizados a partir de novas perspectivas discursivas transnacionais que se liberam pelas redes virtuais e pelos sentimentos do cosmopolitismo (Beck, 2000; 2003; 2012), que recortam o nacional por fora e por dentro. Esta possibilidade de visualizar o fenômeno do nacional por fora e por dentro produziu a relativização dos dispositivos geopolíticos tradicionais e facilitou as ondas de profissionalização dos sociólogos dentro e fora da América Latina.

Por fim, o desenvolvimento da sociologia geral da América Latina na região e no Brasil vem demonstrando que a saída não passa por uma sociologia racionalista universal que se aplicaria igualmente em todos os lugares sem considerações das particularidades. Também não passa, no lado oposto, por uma sociologia relativista, que negaria qualquer valor heurístico aos elementos universais na construção do debate sociológico, dando ênfase exagerado ao nacional e ao territorial. A saída passa pelo entendimento dos processos inter, multi e transculturais que atravessam as fronteiras do conhecimento e dos imaginários nacionais e que sofrem adaptações geradas pelas resistências e pela criatividade dos indivíduos e dos grupos sociais no cotidiano, por um lado, e dos intelectuais na organização institucional da cultura e da política, por outro.

Uma sociologia na América Latina

A ideia de uma sociologia “na” América Latina tem em conta que a prática intelectual não deve adotar *a priori* modelos teóricos e epistemológicos como se fossem crenças imutáveis, mas, ao contrário, deve estar aberta ao processo de revisão de todos os dogmas. A ideia de uma sociologia geral na América Latina instiga o sociólogo a considerar seriamente em sua prática analítica os temas da colonialidade e da decolonialidade. Ambos os procedimentos são necessários para se poder traduzir adequadamente ideias formatadas discursivamente em outras realidades para a realidade na qual se vive e se observa o mundo. Há, logo, um giro epistêmico – que considera o deslocamento de sentidos sobre a América Latina – e um giro epistemológico – que considera a reorganização das disciplinas e introdução de outras – a serem considerados, tendo a ver com a reorganização das matrizes temporal e espacial onde se vive, para poder articular o local e o global desde um outro lugar (Escobar, 2003). O risco de se defrontar e viver choques transculturais e transnacionais exige uma atenção metodológica do intelectual intérprete entre pensamento, moral e política, pois os deslocamentos das fronteiras simbólicas da modernidade no centro e na periferia estão impactando sobre os lugares dos sujeitos observadores.

Assim, Zigmunt Bauman (2010: 18) destaca um problema central neste processo de descentramento do processo de observação reflexiva, aquele da perda de eficácia da ambição dos intelectuais modernos continuarem a atuar como legisladores de um mundo entendido como uma totalidade em essência ordenada e externa ao observador (presentes nas duas perspectivas anteriores da América Latina). Antes – acreditava-se –, a tarefa dos legisladores seria apenas a de ordenar probabilidades de um mundo existente fora da vontade do intelectual e criar critérios de classificação entre práticas inferiores e superiores. Nos tempos “pós-modernos” – diz o autor –, reconhece-se, contrariamente, que a ordem não precede as práticas. O intelectual é então obrigado a exercer o papel de intérprete para traduzir afirmações entre diferentes tradições comunais e facilitar a comunicação entre participantes autônomos (Bauman, 2010: 20). As teses pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais recentes vêm avançando nesta releitura da ação intelectual, permitindo o aprofundamento dos estudos sobre as subjetivações na organização da ação social e da agência humana e para estruturar a crítica pós-colonial (Costa, 2006).

O intelectual é convidado a se colocar como intérprete das experiências e das ideias tanto no plano das relações entre culturas acadêmicas nacionais e internacionais como naquele das relações entre saber especializado e saber comum.

Traduzir, adaptar e contextualizar são atividades fundamentais para o exercício do trabalho intelectual neste contexto de multiculturalidade e pluridiversidade dos fenômenos sociais e culturais (Santos, 2008). Induz o sociólogo a exercitar sua imaginação sociológica (Mills, 1982) como recurso metodológico para lidar com o deslizamento dos conceitos. Uma sociologia geral na América Latina convida o pesquisador a buscar generalizações possíveis sem cair na armadilha do universalismo abstrato e descontextualizado; tampouco, no relativismo cultural e nacionalista também descontextualizado.

O intercâmbio internacional de autores e a difusão das produções acadêmicas nacionais, em escala internacional, nas direções Norte-Norte e Norte-Sul, desde os anos 1980 revelam a importância dos deslocamentos conceituais liberando a multiplicidade de olhares sobre os modos de organização da vida social e cultural. Os giros epistêmicos e epistemológicos dos anos 1980 nas ondas da pós-modernidade e do pós-estruturalismo deslocaram a centralidade dos dispositivos de poder colonial, liberando o imaginário intelectual pós-colonial crítico que alguns chamam de decolonial (Walsh, Schiwy & Castro-Gomez, 2002)⁹.

9. Em outros termos, podemos sugerir que os deslocamentos epistemológicos em curso durante as diferentes fases da colonialidade e, sobretudo, a partir de meados do século XX, questionam os lugares tradicionais dos intelectuais periféricos como legisladores da modernização nacional. Há de se aprender a refazer o lugar de julgamento da realidade para liberar os processos criativos e a imaginação estética (Rancière, 2012).

Em paralelo, há deslocamentos de sentidos relevantes gerados pelo modo como o neoliberalismo está contribuindo para a decomposição da matriz espacial e temporal que era organizada pelo Estado nacional, os quais estão influenciando sobre as novas representações do mundo no campo acadêmico. A reorganização de uma sociologia da América Latina apenas vem acontecendo com as revisões importantes do imaginário da modernidade a partir das críticas filosóficas, linguísticas e literárias. Tais revisões permitem repensar as narrativas dos “subalternos” e rever temas tradicionais da teoria social, como lembra Partha Chatterjee (2008: 58), “aqueles de sociedade civil e Estado, cidadania e direitos, afiliações universais e identidades particulares”.

Ou seja, rever as capacidades de conceituar e classificar as coisas a partir do reconhecimento do pluralismo de possibilidades de organização do mundo e da cultura. Por conseguinte, os deslocamentos dos modos de interpretação e construção da realidade estão fragmentando a matriz espacial e temporal tradicional fundada nas representações da sociedade nacional como produto de fora (sociologia sobre) ou como razão histórica autônoma (sociologia da) que foram marcantes na organização dos imaginários sociológicos modernos no centro e na periferia. Isto implica dizer que os novos posicionamentos do sujeito passam a ocorrer nos interstícios e nas brechas porosas do nacional e do cultural, abrindo-se ao *inter-mundo* (Martuccelli, 2006) ao transnacional e ao transcultural.

A desconstrução discursiva de uma ordem moderna racional em declínio para a reconstrução de novos discursos plurais e descentrados que reelaboram a ação racional a partir das experiências de afetos e desejos, como diria Espinoza (2007), é fundamental para o reconhecimento do pluralismo de racionalidades possíveis na organização do mundo. Um agir sociológico aberto a um sentir amplo da experiência plural ajuda-nos a entender que o caminho adequado do pensamento não é o da negação ou aceitação simples e sem questionamentos de uma pretensa universalização do conhecimento humanista. Há que se rever o universalismo como campo de força e de poder. Para isso, é importante aprofundar as implicações multi, trans e interculturais na organização dos processos sociais para liberar as subjetivações coletivas, as memórias e experiências reprimidas e as novidades que ainda não emergiram.

Nesta perspectiva, o nacionalismo metodológico pode ser redirecionado para ajudar a sociologia latino-americana a ressignificar a nacionalidade não como substância ou como excesso, mas como marcador cultural e histórico útil para se repensar a agência pós-colonial na confluência de outros marcadores de gênero, etnicidade, religiosidade e ancestralidade. A capacidade da sociologia repensar positivamente o nacional como lugar de produção de experiências políticas e culturais abertas para dialogar com os sistemas do cotidiano constitui um desafio importante neste trabalho de revisão epistêmica e epistemológica.

Uma sociologia “na” América Latina compreende o trabalho de articulação de teorias e métodos a partir do objeto que se elege como central para a reflexão sociológica em certo momento e em certo lugar – e não em função de sua origem geográfica ou de uma determinação positiva externa. Uma tal sociologia deve estar aberta para rever dogmas da sociologia moderna como aqueles de mercado, Estado, ciência, sociedade civil, democracia e indivíduo. Essa revisão é essencial para demonstrar a insuficiência dos conceitos em questão e para revelar tanto a complexidade dos processos de subjetivação coletivos como a presença de instituições variadas que nascem das tensões fronteiriças entre culturas e campos de conhecimentos diversos.

A contextualização do saber sociológico permite entender que a presença fenomênica do sujeito histórico – individual ou coletivo – não pode ser congelada pela valorização de um único marcador, seja ele o de classes, o de função social, o de raça e de etnicidade, o de gênero, o de sexualidade, o de nacionalismo, o de religiosidade ou o de meio ambiente. Nos sistemas periféricos, os conflitos têm outras conotações que escapam das representações entre capital e trabalho para

incluir antigos e novos marcadores articulando transversalmente classe, racialidade, nacionalismo, gênero e sexualidade com religiosidade, natureza e ancestralidade. O modo de incidência desses marcadores na produção de conflitos e pactos conhece variadas possibilidades que são dadas pelas disposições culturais e pelos modos de apresentação do sujeito da diversidade que ganhou destaque particular na América Latina a partir das lutas antirracistas e feministas (Segato, 2015; 2016). Tais marcadores obrigam a teoria social na periferia a flexibilizar a tese da universalidade do conhecimento sociológico produzido nos países centrais, de modo a reorganizar a agência humana pós-colonial a partir de outra matriz espaço-temporal.

A reorganização dos marcadores a partir das encruzilhadas das culturas leva necessariamente a rever os conceitos basilares. Neste sentido, Hommi Bhabha faz um comentário exemplar ao afirmar que

não é tanto a oposição Estado ↔ sociedade civil, mas antes a oposição capital ↔ comunidade que parece ser a grande contradição que a filosofia ocidental não consegue superar (Bhabha, 2003: 316).

Em síntese, a revisão dos sentidos da modernidade ocidental a partir da tensão entre capitalismo e colonialidade, explorando as brechas abertas pela crítica pós-colonial, pós-moderna e pós-estruturalista está ampliando o trabalho de desmonte do universalismo científico para liberar novos modos de construção imaginária da realidade pós-colonial¹⁰.

Também é necessário assinalar que a produção intelectual moderna não vem sendo reorganizada somente a partir da academia. Há importantes movimentos intelectuais à margem do campo acadêmico: no interior das instituições sociais, nas Igrejas, nos sindicatos, nas organizações não governamentais, nos movimentos de bairros, nas ações voluntárias e solidárias. Tais produções não acadêmicas devem ser consideradas por colocarem em evidência a importância de sociologias que articulam o saber reflexivo com saberes e experiências diversas fornecidos pelo lugar e pelo cotidiano no contexto de uma modernidade seletiva (Souza, 2000). Esses movimentos intelectuais são importantes para a articulação das reflexividades de alta e baixa complexidade que contribuem, a partir da academia e das instituições diversas da vida social, para organizar os pensamentos, as crenças, os valores e as rotinas dos indivíduos e grupos sociais, para gerar novos modos de subjetivação da realidade. Assim, a sociologia na América Latina se realiza simultaneamente nos planos do erudito e do popular a partir de linguagens diversas que precisam ser objeto de articulação institucional e política.

10. Enrique Dussel (1993) e Anibal Quijano (2003) sugerem que a modernidade começa nas antigas colônias da América Latina, que forneceram o ouro e outras riquezas necessárias para a expansão do capitalismo colonial e para o enriquecimento das burguesias europeias. Assim, a modernidade foi um processo de duas vias, implicando em uma significativa imbricação cultural entre as culturas do centro e as culturas da periferia do capitalismo mundial. Não há uma modernidade ocidental que se espalha pelo globo, mas processos transmodernos (Dussel, 1993) que geram modernidades múltiplas (Eisenstadt, 2002). Tal entendimento descentra o sujeito (Hall, 1998) e faz deslizar as várias significações da modernidade por dentro e por fora.

Para concluir: rumos da sociologia geral Latino-Americana

Neste artigo procuramos defender a importância da sociologia latino-americana como projeto intelectual transnacional inédito que surge ainda no século XIX, no contexto das lutas anticoloniais nas sociedades da América Latina e do Caribe, e que conheceram precocemente seus processos de independência colonial e de formação dos Estados nacionais. O surgimento de gerações de intelectuais pensando o sistema macrorregional desde então, tem grande importância. Trata-se de uma novidade histórica no campo de formação das humanidades nos sistemas periféricos, mas também daqueles centrais, pois grande parte das escolas de sociologia surgiram a partir de campos nacionais – na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos etc. – e que se comunicavam pouco entre si até pelo menos a virada epistemológica dos anos 1980. Por isso, é relevante destacar a novidade histórica da sociologia geral latino-americana, contribuindo para emancipar um pensamento social pós-independentista que reverberou na formação de associações humanistas continentais como a Clacso, a Cepal e a Alas, com impacto sobre os programas desenvolvimentistas, as políticas públicas e os movimentos sociais.

A ideia de uma sociologia geral vem sendo, agora, revalorizada pela teoria social na Europa, sobretudo na França e na Alemanha. Alguns consideram mesmo que esta revalorização deveria significar uma rearticulação da sociologia como filosofia moral e política (Chanial, 2011), permitindo aos profissionais questionarem suas bases conceituais a partir de um horizonte humanista mais amplo e adequado para esclarecer os desafios cognitivos, emocionais e existenciais da atualidade. De fato, os limites técnicos observados com os excessos da especialização disciplinar levaram a sociologia profissional e acadêmica tanto no Norte como no Sul global a reforçar as fronteiras de seus pressupostos fundadores e a valorizar o espírito corporativista, negligenciando os compromissos normativos da disciplina com as tarefas de explicação das mudanças mais gerais da sociedade global e das sociedades nacionais.

Curioso observar que – diferentemente do caso brasileiro – na América Latina, grande parte da sociologia continua imbricada com outras disciplinas das ciências sociais, confirmando a presença de uma sociologia geral que se espalha institucionalmente sobre o conjunto do pensamento humanista na vida universitária (Domingues, 2009). O caso do Brasil com seus mais de 50 programas de pós-graduação completos, com mestrado e doutorado somente em sociologia, é uma exceção neste universo latino-americano e caribenho. Isto pode esclarecer por

que esta influência do *decolonial studies* foi mais lenta e menos impactante do ponto de vista institucional, visto que a ortodoxia disciplinar resistiu a incorporar as fronteiras disciplinares de modo mais consistente.

Este contexto de uma sociologia ampliada, que muitas vezes se confunde com as ciências sociais e humanas, ajuda a explicar a recepção favorável nos países de língua hispânica das teses pós-estruturalistas da *French theory* de Foucault, Derrida, Deleuze, entre outros. A emergência dos estudos decoloniais implicaram uma revisão da sociologia acadêmica a partir dos giros epistemológicos ocorridos por influência da filosofia e da linguística, contribuindo para a valorização das relações dos estudos sociológicos com a linguística, a filosofia, a literatura e a etnologia em campos intelectuais abertos para este diálogo, desde final do século XX, no México, na Colômbia, no Peru e em vários departamentos e institutos sobre a América Latina na Europa e nos Estados Unidos.

Mas a expansão dos estudos pós-coloniais e decoloniais ainda encontra resistências nos departamentos e programas de sociologia, sobretudo no Brasil, reforçando – no meu entender – certa impermeabilidade do campo disciplinar profissionalizado de se abrir para o diálogo inter e transdisciplinar. Isso limita os esforços de se entender a sociologia geral como campo disciplinar de abrangência interdisciplinar e *intermundo* a permitir uma crítica mais vertical das diversas narrativas que estão povoando a recolonialidade e sua desconstrução crítica no momento presente.

Por isso, o desenvolvimento da sociologia geral na América Latina, considerando as três perspectivas que desenhamos sobre percurso desde o século XIX – sociologias “sobre”, “da” e “na” América Latina – expressam este esforço de sublinhar a originalidade da contribuição do pensamento social latino-americano e caribenho, neste momento. Trata-se de um contexto complexo em que se verificam pressões geopolíticas importantes da *intelligentsia* governamental e das grandes empresas norte-americanas para fatiar a região e para desmobilizar este sentimento anticolonial e liberador que mantém a chama dos movimentos sociais e democráticos na região, ressaltando-se, em particular, a sociologia, que é a disciplina mais comprometida com a crítica anticolonial.

Os desafios de reorganização do campo da sociologia são amplos. Não há que se negar o valor da sociologia moderna e contemporânea, mas há que se ampliar o entendimento do que seja sociedade num mundo que se expande em redes variadas e multiplicadas nos planos real e virtual. Emergem novos desafios postos pelos giros epistêmicos e que estão deslocando rapidamente as matrizes espa-

ciais e temporais no âmbito das quais o progresso histórico moderno e linear foi pensado, favorecendo a emancipação de uma teoria crítica da colonialidade que integra todas as tradições anteriores. Os giros epistêmicos em curso apontam para uma ressignificação radical do universo social que conhecíamos, para o esgotamento das matrizes do tempo do progresso histórico que marcou o paradigma da modernização capitalista e do desenvolvimentismo nacional na região. Os giros epistemológicos voltam-se para a reorganização das disciplinas e marcos interpretativos, considerando mais claramente as tensões entre os problemas globais e locais, com atenção tanto nas mudanças sistêmicas no plano macrossociológico como aquelas nos planos locais, microssociológicos, abrindo para os temas da diversidade e da ecologia (Farah & Gil, 2012).

Surgem brechas, descontinuidades e incertezas que revelam tanto as novas possibilidades da sociologia geral pós-iluminista, no lado positivo, como um anti-intelectualismo conservador e reativo à emancipação do humano como projeto ético e fundado numa diversidade complexa, no lado negativo. É possível que o novo ciclo de desenvolvimento da sociologia acadêmica avance no sentido da revisão das interpretações da agência humana e de seus modos de subjetivação da realidade. A valorização da experiência interior (Bataille, 2016) na organização do mundo objetivo deixa de ser um tema marginal na sociologia para aparecer como área importante dos estudos sobre as condições de colonização e descolonização de crenças e práticas. Ao se valorizar o tema da interioridade, prestigiam-se os temas da criatividade, das emoções e dos afetos para se pensar as conexões do corpo humano e dos sistemas vivos no contexto de emergência do antropoceno (Chakrabarty, 2009) e de recolonização em curso inspirada pelo neoliberalismo.

Questão importante a ser enfrentada, do ponto de vista teórico e acadêmico, diz respeito a necessária superação de paradigmas dualistas que reproduzem a colonialidade do saber (Lander, 2003) e que informam o atual processo de recolonização planetária. As dificuldades de organização de uma consciência ampla sobre a relação entre o ser humano e a natureza é um desafio importante para se pensar as perspectivas do pós-desenvolvimento (Escobar, 2010; Martins, 2012; Martins e Araújo, 2016). Há que se superar os modos egocêntricos de construção mental e afetiva do mundo. O binarismo do pensamento continua a funcionar como dispositivo de classificação moral, contribuindo para fixar crenças epistemológicas e teóricas que separam e impedem movimentos empáticos no interior da sociedade. O binarismo inibe a visualização dos nexos éticos que deveriam se sobrepor às distintas realidades históricas e culturais de indivíduos e de grupos, contribuindo para desvalorizar as experiências afetivas, emocionais e cognitivas comuns. O reenquadramento de olhares e modos de subjetivação da realidade convida o

pensamento acadêmico e sociológico a ajustar os sentidos de produção de ideias e a autorresponsabilidade de cada um na promoção do cuidado de si e do outro e na promoção da democracia (Ansaldi, 2007).

A superação da colonialidade do saber exige a superação do fosso entre saber especializado e saber comum de modo a se avançar em saberes compartilhados que espelhem a complexidade do mundo da vida, por um lado, e que favoreçam reflexões críticas sobre este, por outro. Há que se reorganizar o Estado e as ações públicas, gerando maior inclusão social, com justiça cognitiva e moral. Todas estas revisões teóricas consideram um ponto comum relevante: a importância de sair de teorizações abstratas sobre a realidade que reforçam as ideologias universalistas para ressignificar o valor da experiência vivida no cotidiano, o evento. Pois somente pela redescoberta do sentido do corpo, das emoções e das percepções múltiplas sobre a realidade, podem os indivíduos superar o fetiche da mercadoria para reintegrar o homem e sua natureza, corporal e comunitária.

Referências

ANSALDI, Waldo (Org.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Araújo. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados* [online], v. 60, n. 2, p.505-540, 2017.

BAUMAN, Zigmunt. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

———. *Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BATAILLE, George. *A experiência interior*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BHABHA, Hommi. *Nación y narración. Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

———. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BECK, Ulrich. La redefinición del proyecto sociológico: el desafío cosmopolita. *Sociológica*, v. 2, n. 7, p. 269-280, 2012.

———. Toward a new critical theory with a cosmopolitan intent. *Constellation: An International Journal of Critical and Democratic Theory*, v. 10, n. 4, 2003.

———. The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, p. 79-105, 2000.

BOLÍVAR, Simón. *1981: Simón Bolívar ideário político*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, p. 59-76, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie générale. v. 1, Cours au Collège de France 1981-1983*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2015.

BURGOS, Elizabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CAILLÉ, Alain. *La sociologie malgré tout. Autres fragments d'une sociologie générale*. Paris: Presses Universitaires de Paris-Ouest-Nanterre, 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CASTRO GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. Introducción: La translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (Eds.) *Teorías sin disciplina. Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México (DF); San Francisco (CA): Miguel Angel Porrúa; University of San Francisco, 1998.

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Édition Présence Africaine, 1955.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 97-222, 2009.

———. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2000.

- CHANIAL, P. *La sociologie comme philosophie politique et réciproquement*. Paris: La Découverte; Bibliothèque du Mauss, 2011.
- CHATERJEE, Partha. *La nación en tempo heterogéneo y otros estúdios subalternos*. México (DF): Siglo Veintiuno; Clacso, 2008.
- CONNELL, Raewyn . *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge (UK): Polity Press, 2007.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1967.
- DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- DUSSEL, Enrique. 1492. *O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- . *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.
- EISENSTADT, Shmuel. *Multiple modernities*. New Jersey: Daedalus, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. *Una minga para el postdesarrollo. Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Universidad Mayor de San Marco, 2010.
- . El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1952.
- FARAH, Ivonne; GIL, Maurício. Modernidades alternativas: una discusión desde Bolivia In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. *Fronteiras abertas da América Latina. Diálogo na Alas*. Recife: Editora UFPE, 2012.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

———. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

———. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Editora Mestre JEU, 1973.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso, 1993.

GONZALES CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, p. 431-458. Buenos Aires: Clacso, 2007.

———. *Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo*. Paris: Unesco, 1963.

GROSFUGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedad civil. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. *Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A problemática da realidade brasileira. In: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB). *Introdução aos problemas do Brasil*, p. 13-32. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

GUNDER FRANK, André. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. México (DF): Siglo Veintiuno, 1967.

HALL, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da história*. Brasília: Editora UnB, 1995.

JULIEN, François. *O diálogo entre as culturas. Do universal ao multicultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanistas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México (DF): Ediciones Era, 1973.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México (DF): Ediciones Era, 1978.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique. Neoliberalism and crisis of the republican pact. In: SCRIBANO, A.; LOPEZ F. T.; KORSTANJE, M. E. (Orgs.). *Neoliberalism in multi-disciplinary perspective*. Zurique (CH): Springer, 2019.

———. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Estudios Sociologica Editora, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique; ARAÚJO SILVA, Marcos. *Democracia, pós-desenvolvimento e bem comum*. Recife: Editora UFPE, 2016.

MARTUCCELLI, Danilo. Penser l'intermonde, ou comment oublier le problème de l'ordre social. *Revue du Mauss*, n. 27 – “De l'antiutilitarisme: anniversaire, bilan et controverses”, p. 431-443, 2006.

MAUSS, Marcel. *sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5, p. 40-56, 2002.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – “Dossiê: Literatura, língua e identidade”*, n. 34, p. 287-324, 2008.

———. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente. In: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. (Eds.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitário. Mujeres creando comunidad*. La Paz: Melanie Cervantes, 2010.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Globalization or empire?* New York; London: Routledge, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente coletivo*. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROBERTSON, Roland. Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott; ROBERTSON, Roland (Eds.). *Global modernities*, p. 25-44. London: Sage, 1995.

ROSAS, Marcelo. Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares. *sociologias*, Ano X, n. 20, p. 292-318, Jul./Dez. 2008.

ROSTOW, Walt Whitman. *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1960.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

SAID, Edward. *Orientalismo e Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortêz, 2008.

SEGATO, Rita. *La Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

———. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SOUZA, Jessé. *Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOSA ELÍZAGA, R. *Facing an unequal world. Challenges for global society*. London: Sage, 2018.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Contribuições da sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise crítica e compromisso social. *sociologias*, Ano VII, n. 14, p. 178-243, Jul./Dez. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Eds.). *Indisciplinar las ciencias sociales*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar-Abya-Yala, 2002.

ZEA, Leopoldo. *La filosofía americana como filosofía sin más*. 3 ed. México (DF): Siglo Veintiuno, 1975.



Cidadania, corpo e punição: expansão e violação de direitos civis de adolescentes internados na antiga Febem/SP*

Recebido: 18.02.18
Aprovado: 06.05.19

Liana de Paula**

Resumo: Este artigo discute a garantia de direitos civis e a proteção contra agressões físicas para adolescentes em cumprimento de medida de internação. A relação entre direitos civis e proteção do corpo dos adolescentes é aqui entendida a partir do conceito de *cidadania disjuntiva* e da noção de *corpo incircunscrito*, que remetem aos processos contraditórios de constituição da cidadania no Brasil. Com base em pesquisa qualitativa realizada em prontuários e pastas de adolescentes que deram entrada na antiga Febem de São Paulo, entre 1990 e 2006, e focando o que esses documentos permitem dizer sobre a violência física nas unidades de internação, o artigo apresenta como essa violência revela um paradoxo entre expansão e violação de direitos civis, tornando possível que investimentos na garantia desses direitos ocorram ao mesmo tempo em que sua violação permaneça na forma de castigos físicos.

Palavras-chave: Cidadania. Direitos civis. Agressões físicas. Adolescentes em conflito com a lei. Medida de internação.

Citizenship, body, and punishment: *expansion and violation of the civil rights* *of young offenders in custodial sentences at Febem/SP*

Abstract: This article analyses the guarantee of civil rights and the prevention against physical abuse for young offenders during custodial sentences. The analytical framework of this discussion considers the guarantee of rights for these young persons as an issue of citizenship, which constitution in Brazil is characterized by contradictory processes that are here defined in the concept of disjunctive citizenship and in the notion of unbounded body. The data presented in this article refers to a qualitative research in the dossiers of young offenders who had been sentenced to incarceration in one of the juvenile detention centers of Febem/São Paulo, from 1990 until 2006. And the results demonstrate how the situations of physical violence registered in the dossiers (including unofficial corporal punishments) reveal important changes and permanencies that can be understood as part of the contradictory processes of violation and expansion of the civil rights of young offenders.

Key words: Citizenship. Civil rights. Physical abuse. Young offenders. Custodial sentence.

* Este artigo apresenta resultados de pesquisa que realizei entre 2013 e 2016, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma análise parcial destes dados foi apresentada em 2015, no formato de *paper*, no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, em Porto Alegre, e no XXXIX Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu. Agradeço a colaboração de Laís Silva Vieira, bolsista de iniciação científica da pesquisa, na preparação destes dados.

** Liana de Paula é professora de sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Cidadania, Violência e Administração da Justiça – CiVAJ/Unifesp e

pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Administração de Conflitos – Gevac/UFSCar, que integra o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – INCT/InEAC, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Orcid: 0000-0002-0755-1468. <liana.paula@unifesp.br>.

1. A promulgação do ECA também esteve relacionada a um contexto internacional específico, marcado pelo surgimento de diversas normas das Nações Unidas para os direitos da infância e juventude, nos anos 1980.

2. O termo “justiça juvenil” é aqui utilizado em referência ao ramo específico dos poderes Judiciário e Executivo que atua na responsabilização de adolescentes que cometeram atos infracionais. Atualmente, a idade mínima para essa responsabilização no Brasil é de 12 anos, e a máxima é de 17 anos. A partir de 18 anos, o infrator é tratado como adulto e direcionado à Justiça Criminal.

3. O recorte temporal e a escolha dos casos para análise qualitativa foram efetivados em pesquisa anterior, realizada entre

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado um marco na legislação brasileira. Sua promulgação, em 1990, foi resultado do processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e da ação de movimentos sociais que, mobilizados desde meados dos anos 1970, defendiam o acesso de crianças e adolescentes a direitos como forma de enfrentar a até então chamada “questão do menor” (Paula, 2015)¹. Com o ECA, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, esses movimentos sociais buscaram garantir o alinhamento da legislação da infância e adolescência com a agenda democrática de promoção da cidadania e a garantia de direitos.

No que se refere especificamente aos adolescentes que cometeram atos infracionais – e que podem ser equiparados a crimes na legislação penal –, o ECA os define como sujeitos de direitos, além de prever uma série de mudanças no funcionamento da justiça juvenil². Entre essas mudanças, estão a previsão do devido processo legal; a previsão de um conjunto de medidas socioeducativas a serem aplicadas conforme a gravidade do ato infracional cometido; a limitação da privação de liberdade a casos excepcionais e respeitando o princípio de brevidade; e a garantia dos direitos que não tenham sido restringidos pela medida aplicada.

Neste artigo, proponho a discussão sobre essas mudanças legais, a visarem a constituição dos adolescentes autores de ato infracional como sujeitos de direitos, que promoveram rupturas nas práticas da medida socioeducativa de internação, tornando possível o acesso dos adolescentes privados de liberdade a direitos de cidadania. Para tanto, parto da construção da garantia de direitos desses adolescentes como uma questão de cidadania, o que remete aos processos contraditórios a partir dos quais os direitos de cidadania têm se constituído no Brasil e que são compreendidos por Teresa Caldeira (2000) e James Holston (2013) com fundamento no conceito de *cidadania disjuntiva*.

A partir desses processos, foco a discussão sobre os direitos civis e sua relação com a noção de corpo incircunscrito, desenvolvida por Caldeira (2000), para apresentar parte dos resultados da pesquisa qualitativa realizada em prontuários e pastas de adolescentes que deram entrada nas unidades de internação da antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem/SP) entre os anos 1990 e 2006³. Esses resultados referem-se à questão da violência física nas unidades de internação e como essa revela um paradoxo entre a expansão dos direitos civis dos adolescentes e a permanência de sua violação no emprego de

castigos físicos, reiterando a importância da noção de *corpo incircunscrito* como aspecto-chave da *cidadania disjuntiva* no Brasil.

Cidadania, tutela e garantia de direitos

Uma das principais rupturas entre o ECA e a legislação anterior é a constituição formal de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo-lhes juridicamente o direito a ter direitos. A ruptura dá-se, portanto, no sentido da universalização dos direitos de cidadania, passando a incluir crianças e adolescentes no *status* de cidadãos (Paula, 2015). Contudo, essa universalização traz consigo novas tensões, que são, em parte, características da própria constituição da cidadania no Brasil e, em parte, específicas da questão da infância e adolescência.

No início do século XX, quando a justiça juvenil foi criada no país como Justiça de Menores, o público a quem se destinava eram as crianças e os adolescentes pobres que circulavam pelas ruas das cidades. No Rio de Janeiro e em São Paulo, industriais, juristas e autoridades da época defendiam a retirada dessas crianças e desses adolescentes das ruas, evitando o que acreditavam ser o perigo moral que as ruas representavam (Gregori, 2000). Em um primeiro momento, não havia consenso se a solução seria inseri-los diretamente no mundo de trabalho, como aprendizes, ou se deveriam ser encaminhados a instituições de assistência e reforma para serem preparados para essa inserção (Alvarez, 2003; Santos, 1999).

Com a promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927, estabeleceu-se a internação em instituições de assistência e reforma como a principal resposta do Estado para lidar com crianças e adolescentes pobres que fossem considerados abandonados, carentes ou infratores pela então criada Justiça de Menores, conferindo-lhe, assim, um caráter assistencial. Contudo, como observa Marcos César Alvarez (2003), esse caráter assistencial não significou uma ampliação de direitos para a população pobre urbana, mas definiu um tratamento penal especial para os que fossem considerados potencialmente perigosos.

Muito mais, portanto, que uma lei que garantisse direitos à população pobre, o Código reuniu principalmente um conjunto de dispositivos legais a partir dos quais o Estado poderia tutelar as crianças e os adolescentes “anormais”, que potencialmente poderiam se tornar criminosos, ao garantir, em contrapartida, procedimentos penais especiais, mais adequados a evitar a impunidade e obter a necessária recuperação moral desses indivíduos.

2008 e 2010 sob a coordenação de Marcos César Alvarez, com financiamento do CNPq. Esse recorte abrange prontuários e pastas com data de início entre 1990, ano de promulgação do ECA, e 2006, ano em que a denominação da Febem/SP foi substituída por Fundação Casa/SP. Os 32 casos para análise qualitativa (aproximadamente dois casos para cada ano do recorte temporal) foram selecionados a partir da coleta de dados de amostra quantitativa (de 1.581 casos).

O Código de Menores se constituiu, portanto, muito mais como um instrumento de defesa social do que como um instrumento de ampliação da cidadania (Alvarez, 2003: 211-212).

Ao visarem a tutela de crianças e adolescentes pobres considerados abandonados, carentes ou infratores – e, portanto, potencialmente perigosos –, o Código de Menores e seus procedimentos penais especiais engendraram o *processo de menorização* dessas crianças e desses adolescentes, circunscrevendo-os à categoria *menor* (ver, principalmente, Alvarez, 1989; também, Alvim & Valladares, 1988). Além disso, ao operar no registro da tutela, o Código de Menores excluía-os do registro de cidadania, de modo que seu acesso a serviços de assistência social não poderia ser entendido como um direito.

A legislação brasileira, a partir dos anos 1930, manteve as tendências presentes no Código de Menores (Alvarez, 2003), excluindo o acesso de crianças e adolescentes pobres ao registro de cidadania, uma vez que esse acesso passou a depender exclusivamente da carteira de trabalho assinada.

Para Wanderley Guilherme dos Santos (1994), o conceito de *cidadania regulada* é central para compreender a legislação desse período, bem como a política econômica e social entre os anos 1930 e 1980, uma vez que esse conceito permite compreender como se operavam as desigualdades entre os incluídos e os excluídos no registro da cidadania. Nesse sentido, Santos chama atenção para o fato de que a *cidadania regulada* implicava um *status* de cidadania que não era universal, mas dependente do *status* ocupacional. Assim, a carteira de trabalho assinada era o documento que regulava o acesso aos direitos de cidadania.

Se a cidadania era definida pelo *status* ocupacional, crianças e adolescentes estavam fora desse registro, uma vez que a legislação produzida a partir dos anos 1920 e 1930 tendia a restringir o uso de sua força de trabalho. Para crianças e adolescentes pobres, o registro que se colocava então era o da tutela estatal, definida nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e exercida por meio da Justiça de Menores e dos serviços e instituições especializados de assistência social (Alvarez, 1989; 2003; Paula, 2017).

Estar no registro da tutela estatal significava, portanto, estar fora da cidadania, isto é, inseriam-se no registro da tutela aqueles a quem não se aplicava o *status* de cidadão. A tutela significava também que os que estavam fora desse *status* tornavam-se objeto da intervenção do Estado. Assim, as crianças e os adolescentes pobres que fossem considerados pela Justiça de Menores como abandonados, ca-

rentes ou infratores não eram vistos como cidadãos perante o Estado, mas como objetos de sua tutela.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do ECA, em 1990, a cidadania deixa de ser regulada pela ocupação de posto formal no mercado de trabalho e ganha *status* universal conferido a todos os nascidos no país, o que significa a inclusão, ao menos formal, de crianças e adolescentes no registro da cidadania. Assim, passaram eles a ser reconhecidos legalmente como cidadãos perante o Estado, e não mais como objeto de sua tutela. Por isso, e diferentemente dos Códigos de Menores, o ECA pode ser considerado instrumento formal de ampliação da cidadania.

Contudo, como aponta James Holston (2013), a universalização do *status* da cidadania não implica, necessariamente, a anulação de operações de produção de desigualdades no seu acesso. Nesse sentido, Holston observa que a cidadania no Brasil é caracterizada por ser, ao mesmo tempo, universalmente incluível na afiliação e fortemente desigual em sua distribuição. Mesmo após a Constituição de 1988, o acesso à cidadania permanece desigualmente distribuído entre a população nacional, levando à “coincidência da política democrática com a violência disseminada e a injustiça contra os cidadãos” (Holston, 2013: 397).

Para compreender a distribuição desigual do acesso à cidadania, Holston trabalha com a perspectiva de *cidadania disjuntiva*, segundo a qual:

[...] os processos e as práticas que definem a cidadania são inerentemente disjuntivos – não cumulativos, lineares ou distribuídos de maneira homogênea entre os cidadãos, mas sempre uma mistura de elementos progressivos e regressivos, desequilibrados, heterogêneos e corrosivos (Holston, 2013: 398).

Também a trabalhar nessa perspectiva, Teresa Caldeira (2000) defende que a cidadania brasileira pode ser considerada disjuntiva porque, embora os direitos sociais – e políticos – sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania não o são, são mesmo continuamente violados.

Ao retomar a definição de Thomas H. Marshall (1967) em seu ensaio sobre a evolução da cidadania na Inglaterra, entendemos como aspectos civis da cidadania aqueles que se referem à liberdade individual, ao direito de ir e vir, aos direitos de imprensa, pensamento e fé, ao direito de propriedade e de concluir contratos válidos e ao direito à Justiça. Segundo Marshall, o direito à Justiça difere dos demais porque é o direito do devido processo legal e de defender e afirmar todos

os demais direitos em termos de igualdade. Por isso, as instituições mais relacionadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Os direitos políticos, por sua vez, englobam o direito de participar do exercício do poder político, seja como autoridade política seja como eleitor, sendo as instituições correspondentes o Parlamento e os conselhos de governo. Os direitos sociais, enfim, são mais abrangentes, a começar pelo direito de mínimo bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e de condução da vida de acordo com os padrões civilizatórios da sociedade. As instituições mais ligadas a esses direitos são o sistema educacional e os serviços sociais.

Para Marshall (1967), esses três tipos de direitos de cidadania evoluíram historicamente, sendo os direitos civis os primeiros a se desenvolverem na Inglaterra, no século XVIII, seguidos pelos direitos políticos, no século XIX, e pelos direitos sociais, no século XX.

Contudo, como aponta Santos (1994) – e reitera José Murilo de Carvalho (2004) –, a experiência de outros países indica que não é possível defender a universalidade dessa ordem de evolução histórica dos direitos de cidadania, tal como proposta por Marshall. Segundo os autores, no caso brasileiro, os direitos sociais desenvolveram-se antes dos direitos civis e políticos, além de ter havido momentos em que uns eram suspensos, enquanto outros expandiam-se.

Holston (2013) e Caldeira (2000) também se contrapõem à noção de evolução universal dos direitos de cidadania ao trabalharem com a perspectiva de *cidadania disjuntiva*. Para Caldeira, a cidadania no Brasil caracteriza-se como disjuntiva por ser marcada por processos contraditórios de simultânea expansão e desrespeito aos direitos de cidadania. Mais especificamente, o caso brasileiro é marcado pela disjunção porque os aspectos civis da cidadania são continuamente violados, apesar da expansão dos direitos políticos e sociais. E uma das principais dimensões dessa disjunção é a relação entre violação de direitos civis e violência, como será tratado a seguir.

Cidadania, corpo e direitos civis

Segundo Caldeira (2000), embora as violações de direitos humanos sejam comuns no mundo contemporâneo, o que é único no caso brasileiro é a associação dos direitos humanos a “privilégios de bandidos” e não a direitos universais. Para compreender essa associação, Caldeira observa como, na transição democrática dos anos 1980, o tema dos direitos humanos aparece relacionado aos direitos dos presos comuns e ao crescimento da violência urbana.

Mais especificamente, a autora analisa a oposição aos defensores de direitos humanos e à campanha pela introdução da pena de morte – ambas nos anos 1980 – e pontua que o tema central nesses dois debates é o limite – ou sua inexistência – para a intervenção no corpo do criminoso. Ao focar o caso de São Paulo e do governo de Franco Montoro (1983-1987), Caldeira (2000) descreve tanto as dificuldades dos defensores de direitos humanos em fixarem a noção da universalidade desses direitos a partir da defesa dos direitos dos presos, quanto o sucesso da oposição a eles em associá-los a privilégios de criminosos. Para os opositores da expansão dos direitos humanos aos criminosos, a pena de morte seria uma resposta mais adequada ao crime e à natureza cruel do criminoso.

Nas entrevistas com moradores de São Paulo, realizadas entre os anos 1980 e 1990, Caldeira observa a forte adesão dos entrevistados a essa associação entre direitos humanos e privilégios de criminosos, além da aceitação e do apoio a formas dolorosas de punição ao crime. A pena de morte não era percebida, pelos entrevistados, como uma pena cruel, degradante ou desumana, além de estar menos associada ao processamento pelo sistema judiciário e mais à possibilidade de execução sumária dos criminosos pela polícia.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados revelaram a tensão entre duas visões da punição, sendo a primeira relacionada à lei, à justiça e ao sistema judiciário; a segunda à vingança, ao corpo e à dor como instrumento de punição. A aceitação das formas dolorosas de punição, que aparece nessas falas, vincula-se à segunda visão, isto é, ao

[...] universo da vingança privada, imediata e sempre bastante física. Esse universo revela uma concepção específica de corpo e especialmente de inflicção de dor como um meio de desenvolvimento moral e social (Caldeira, 2000: 360).

Nesse universo, a dor e as intervenções no corpo são meios de criar a ordem.

Caldeira chama atenção para a naturalidade com que se aceita, no Brasil, a punição física, defendendo-se o caráter pedagógico da dor, especialmente para aqueles que são considerados como não racionais (as crianças, os adolescentes, as mulheres, os pobres e os criminosos). Contra essas pessoas, que não compreenderiam outra linguagem, a violência seria necessária, pois seria uma linguagem que qualquer ser pode entender. A dor, portanto, seria um instrumento usado pela autoridade para corrigir o caráter, melhorar o comportamento ou produzir a submissão nos corpos dos dominados.

Para Caldeira, a centralidade do corpo e a aceitação do uso da dor e da violência como formas de punição são manifestações de uma concepção específica de corpo, o *corpo incircunscrito*. Este, por sua vez, está associado à violência e à deslegitimação dos direitos civis no Brasil. O corpo do criminoso, sendo *incircunscrito*, é um corpo manipulável e aberto a intervenções e a castigos dolorosos.

[...] o que todas as intervenções relevam é uma noção de corpo incircunscrito. Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente de sua ausência. No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à intervenção ou abuso de outros (Caldeira, 2000: 370).

A concepção de *corpo incircunscrito* e sua relação com a deslegitimação dos direitos civis são um ponto fundamental para se observar as contradições entre expansão e desrespeito aos direitos de cidadania no Brasil. E é nesse sentido que Caldeira afirma que a compreensão dos aspectos disjuntivos de nossa cidadania passa por essa associação entre *corpo incircunscrito*, violência e violação dos direitos civis.

Ao adotar a perspectiva de Caldeira (2000) da *cidadania disjuntiva* e da concepção de *corpo incircunscrito* como produtora da disjunção dos direitos de cidadania no Brasil, no sentido de deslegitimar os direitos civis em relação aos demais, tenho buscado identificar se e como as práticas das medidas socioeducativas estão relacionadas à expansão ou ao desrespeito dos direitos civis e sociais de adolescentes em conflito com a lei. Enquanto os direitos sociais dos adolescentes podem ser entendidos, empiricamente, como o acesso à educação, à saúde e à assistência social, os direitos civis estão relacionados ao acesso à justiça e à circunscrição do corpo, vedando intervenções e punições físicas. São, portanto, duas principais linhas de análise que buscam identificar as possíveis contradições entre expansão e desrespeito aos direitos de cidadania e, com isso, avaliar em que medida a proposta de garantia de direitos do ECA tem promovido ou não rupturas nas práticas destinadas a esses adolescentes. Apresento, a seguir, parte dos resultados da pesquisa que desenvolvi nos arquivos da antiga Febem/SP e que são relativos à primeira linha de análise, focada nas relações entre direitos civis, corpo e violência especificamente na medida socioeducativa de internação.

Corpo e violência nos registros institucionais

Como a violência física aparece nos registros institucionais da antiga Febem/SP? Pode-se dizer que há regularidades nas formas como esse tipo de violência é registrada nos documentos?⁴ E o que esses registros permitem dizer sobre possíveis mudanças a partir da promulgação do ECA, no sentido de maior circunscrição dos corpos dos adolescentes e, portanto, de expansão de seus direitos civis?

Para responder a essas questões, analisei uma amostra qualitativa de 32 casos de adolescentes que deram entrada em unidades de internação da antiga Febem/SP entre os anos 1990 e 2006. Essa amostra havia sido selecionada em uma pesquisa anterior, de caráter exploratório, coordenada por Marcos César Alvarez e financiada pelo CNPq (Alvarez *et alii*, 2009)⁵.

Duas observações metodológicas em relação à amostra qualitativa são necessárias. A primeira se refere ao recorte temporal usado. O primeiro ano incluído na amostra é o da própria promulgação do ECA, portanto as mudanças que analisarei neste artigo se referem ao processo de implantação da lei, que tem sido marcado por resistências, disputas políticas e lentidão⁶. Já o ano final do recorte temporal foi escolhido por ser último ano de existência da Febem/SP com essa nomenclatura. Em dezembro de 2006, a nomenclatura foi alterada para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa), simbolizando a adequação do órgão estadual ao léxico do ECA pela substituição dos termos “bem-estar” e “menor” pelos termos “atendimento socioeducativo” e “adolescente”.

A segunda observação metodológica diz respeito à fonte dos dados: os prontuários e as pastas dos adolescentes são conjuntos documentais produzidos ao longo de sua permanência nas unidades de internação e contam sua vida institucional. Quando o adolescente ingressava pela primeira vez na Febem/SP, era aberto um prontuário, que permanecia no Núcleo de Documentação do Adolescente (NDA), e uma pasta, que seguia com ele para a unidade onde fosse internado. Prontuário e pasta recebiam a mesma numeração, que os vinculava àquele adolescente, e eram localizados e alimentados com novos documentos toda vez que ele voltasse à Febem/SP. Uma vez que era o adolescente que recebia um único número de identificação institucional, foi possível estabelecer que ele fosse a unidade de análise, apesar da existência de dois conjuntos documentais – prontuário e pasta.

Conforme constatado em pesquisas anteriores (Alvarez *et alii*, 2009; Hernandes, 2005), os prontuários compilam cópias e originais de documentos referentes à

4. A análise dos dados privilegiou os registros de violência física nas unidades de internação, embora seja possível também identificar a ocorrência de violência simbólica. Sobre as definições de violência física e simbólica, ver Porto (2010).

5. Durante a coleta dos dados da amostra quantitativa, os pesquisadores foram orientados a registrar em um caderno de pesquisa os casos que haviam chamado sua atenção e justificar o interesse. Desses, indicaram 32 para análise qualitativa, a partir da orientação de distribuir a seleção cobrindo os 16 anos do recorte temporal da pesquisa (portanto, dois casos para cada ano). Entre as justificativas para a escolha dos casos para análise qualitativa, estão históricos familiares dos adolescentes, questões de saúde dos adolescentes e conflitos entre a equipe da Febem e o Poder Judiciário.

6. A lentidão pode ser exemplificada no período de 22 anos que separa o ECA e a promulgação da lei que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas

socioeducativas (Lei Federal 12.594/2012).

7. Cabe lembrar que a pesquisa enfocou os registros de violência física quando esta ocorreu dentro das unidades de internação da Febem. Registros de violência física ocorrida em delegacias e cadeias públicas, embora existentes nos casos analisados, não foram considerados.

comunicação institucional entre a Febem/SP e, principalmente, o Poder Judiciário, constituindo um registro da prestação de contas sobre o período em que o adolescente esteve sob custódia. Nos prontuários, eram juntados documentos como cópia do boletim de ocorrência do ato infracional cometido pelo adolescente, cópias de partes do processo judicial (em especial, a sentença determinando a internação), dados sobre o adolescente coletados na Febem/SP, ofícios trocados entre essa instituição e o Poder Judiciário, guia de transferência do adolescente para outra unidade de atendimento (internação provisória, internação ou semiliberdade), relatórios técnicos de acompanhamento do caso, termo de entrega do adolescente aos pais ou responsável (quando desinternado), entre outros.

Já as pastas, além de espelharem a documentação dos prontuários, contêm outros registros originais, referentes às atividades realizadas no interior das unidades da Febem/SP, tais como os atendimentos feitos pelos técnicos (assistentes sociais e psicólogos). Nas pastas, portanto, há o registro mais minucioso do cotidiano institucional, com cartas, anotações, manuscritos e outros documentos cujas informações ora serviam de base para a produção de relatórios e ofícios encaminhados ao Poder Judiciário, ora eram omitidas dessa comunicação institucional. Assim, a documentação específica das pastas é importante fonte para o conhecimento das práticas realizadas durante a internação.

Ao buscar identificar as formas como a violência física aparece nos prontuários e nas pastas dos adolescentes, é preciso considerar que a violência registrada nesses conjuntos documentais é somente aquela que a Febem/SP permitia registrar, a partir de um conjunto de regras formais e tácitas. Ou seja, havia regras formais e tácitas que estabeleciam o que poderia ou não ser registrado e como poderia ser registrado, e isso incluía as ocorrências de violência física nas unidades de internação.

Nesse sentido, ao adotar a perspectiva de Michel Foucault (2002) de olhar as limitações das práticas discursivas como positivities, isto é, como regras que estabelecem o conjunto de objetos, enunciações e conceitos sobre os quais se pode falar, é possível identificar nos prontuários e pastas dos adolescentes internados algumas regularidades sobre o que a Febem/SP se permitia dizer a respeito da violência física em suas unidades.

Dos 32 casos analisados, foram encontrados registros de violência física nas unidades de internação em 18⁷, e esses registros apareceram em diferentes tipos de documentos. Nos prontuários, os registros foram encontrados em ofícios, boletins

de ocorrência, pedidos de exame de corpo de delito e relatórios técnicos, que informavam o Poder Judiciário sobre o desenvolvimento da medida socioeducativa de internação. Nas pastas, além do espelhamento dos documentos dos prontuários, há os registros de atendimento de psicólogos e assistentes sociais que relatam queixas dos adolescentes vítimas ou orientações dadas a adolescentes agressores. Também podem ser encontrados registros de ferimentos e queixas realizados pelos adolescentes nas chamadas pastas de saúde ou pastas médicas, que se encontram pensadas às pastas.

Os tipos de documentos e o volume de informação encontrados nos casos analisados variou de acordo com os autores da violência física, havendo diferenças substantivas nos registros que se referem aos próprios adolescentes internados enquanto perpetradores de violência física dentro das unidades de internação e nos registros que se referem à violência física causada pelos funcionários da antiga Febem/SP.

A violência perpetrada pelos adolescentes internados teve como vítimas tanto os funcionários como outros adolescentes e os resultados desta pesquisa indicam que os prontuários e as pastas são importantes fontes no registro desse tipo de violência. Dos 18 casos em que há registros de violência física dentro das unidades de internação, em 17 adolescentes foram apontados como agressores (todos os casos do Quadro 1 abaixo, exceto o caso 2), em situações muitas vezes traduzidas na linguagem institucional como ocorrências disciplinares⁸. Em 15 desses casos, os adolescentes a quem os prontuários e as pastas pertenciam foram apontados como autores de agressão física, sendo outros adolescentes as vítimas em 11 casos (casos 1 e 5 a 14), funcionários as vítimas em um caso (caso 16), e tanto adolescentes quanto funcionários as vítimas em três casos (casos 4, 15 e 18). Dentre os apontados com autores de violência física, sete deles também foram vítimas de agressão por parte de outros adolescentes e/ou de funcionários (casos 4, 6, 8, 11, 13, 14 e 18). Em apenas dois dos 17 casos os adolescentes a quem os prontuários e as pastas pertenciam foram indicados somente vítimas de violência física, e em ambos os casos a agressão foi perpetrada por outros adolescentes internados (casos 3 e 17).

O volume e a variedade dos tipos de documentos produzidos para registrar a violência física entre adolescentes são relativamente extensos, se comparados aos que relatam a violência física perpetrada pelos funcionários, e envolvem o encaminhamento de ofícios, relatórios técnicos, cópias de boletins de ocorrência e documentos de saúde (exames e laudos) ao Poder Judiciário, como pode ser observado nos prontuários. Nas pastas dos adolescentes, também há maior deta-

8. São ocorrências disciplinares a agressão a outros internados e aos funcionários, o envolvimento em tumulto e rebelião, e a fuga. Os casos de fuga foram desconsiderados para a análise da violência perpetrada por adolescentes.

QUADRO 1
CASOS DE ADOLESCENTES INTERNADOS NA ANTIGA FEBEM/SP,
ENTRE 1990 E 2006, EM QUE HÁ REGISTROS DE AGRESSÃO FÍSICA

Caso	Ano de início do Prontuário e da Pasta	Apontado como autor de agressão		Apontado como vítima de agressão	
		Contra outro(s) adolescente(s)	Contra funcionário(s)	Agressor(es): outro(s) adolescente(s)	Agressor(es): funcionário(s)
1	1993	Sim			
2	1994				Sim
3	1996			Sim	
4	1997	Sim	Sim	Sim	Sim
5	1997	Sim			
6	1998	Sim		Sim	Sim
7	1998	Sim			
8	1999	Sim		Sim	Sim
9	1999	Sim			
10	2000	Sim			
11	2001	Sim		Sim	
12	2001	Sim			
13	2002	Sim		Sim	Sim
14	2002	Sim		Sim	Sim
15	2003	Sim	Sim*		
16	2005		Sim*		
17	2006			Sim	
18	2006	Sim*	Sim		Sim

* A autoria da agressão não foi confirmada ou negada posteriormente pela própria equipe de funcionários.

Fonte: Pesquisa Práticas socioeducativas e garantia de direitos: a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes em conflito com a lei, 2016.

lhamento desse tipo de violência nos registros de atendimento técnico e médico, além da repetição dos documentos dos prontuários. Tudo somado, os documentos das pastas e dos prontuários oferecem informações sobre vítimas, agressores, as circunstâncias em que a violência física ocorreu (motivação e local) e quais foram os procedimentos adotados pela direção da unidade, principalmente em relação à punição do agressor.

9. Nos casos analisados, não foi encontrado nenhum registro de denúncias de violência física que tivessem sido remetidas à Corregedoria da Febem/SP.

Os registros de violência física perpetrada pelos funcionários da antiga Febem/SP estão menos presentes que os da violência entre adolescentes, tendo sido encontrados em sete dos 18 casos em que havia registro de violência física. Além disso, o volume de documentos produzidos é comparativamente menor, havendo poucas informações sobre circunstâncias, envolvidos e providências tomadas pela direção da unidade ou pela própria direção da Febem/SP⁹. Cabe observar que,

em todos os casos, os agressores foram funcionários da área de segurança (ou o próprio diretor da unidade, em um caso), enquanto os funcionários das áreas técnica, pedagógica e de saúde, responsáveis por elaborar os registros, não aparecem como agressores.

A relativa escassez de informações indica, por um lado, que prontuários e pastas de adolescentes não constituem uma fonte que permita conhecer em detalhes a violência física perpetrada por funcionários¹⁰. Por outro lado, contudo, há registros desse tipo de violência nesses conjuntos documentais e eles assumem formas cujas regularidades merecem ser destacadas. A primeira delas, já indicada acima, refere-se à pouca quantidade de informações sobre as circunstâncias em que esse tipo de violência ocorreu, isto é, aquilo que a Febem/SP permitia registrar sobre a violência física de seus próprios funcionários era mais limitado do que o que permitia registrar sobre a violência física dos adolescentes ali internados. Nesse sentido, as práticas discursivas dos prontuários e das pastas enfatizavam que, quando havia violência física dentro das unidades de internação, essa era perpetrada principalmente pelos próprios adolescentes. E o efeito mais imediato dessas práticas é associar a violência ocorrida sob custódia – ou seja, na unidade de internação – aos sujeitos custodiados e não às formas assumidas pelo próprio exercício da custódia.

A segunda regularidade observada na pesquisa é a de que esses registros estão mais presentes nas pastas do que nos prontuários: dos sete casos, em apenas dois a violência física perpetrada por funcionários foi claramente registrada nos prontuários (casos 2 e 8, do Quadro 1)¹¹. Já nos cinco casos em que os registros de violência física dos funcionários foram encontrados apenas nas pastas, houve também registros de violência física entre adolescentes, sendo somente esta última registrada nos prontuários (casos 4, 6, 13, 14 e 18).

Uma vez que os prontuários são um conjunto documental caracterizado pela prestação de contas da Febem/SP ao Poder Judiciário, o fato de o tipo de violência física – principalmente aquela enunciada nesse conjunto documental – ser aquela cometida pelos adolescentes, reforça o efeito discursivo de associar a violência sob custódia à violência do custodiado, produzindo uma noção do sujeito custodiado – o adolescente em cumprimento de medida de internação – como violento. Nesse sentido, a prestação de contas junto ao órgão de controle externo focava a violência física ocorrida entre adolescentes para justificar o uso de contenção física e eventuais ferimentos sob custódia, sendo o uso da força pelos funcionários apresentado nos prontuários como moderado e limitado ao necessário, portanto, não excessivo, não violento.

10. Nesse sentido, processos administrativos da Corregedoria da Febem/SP, órgão de controle interno criado em 2003, e do Tribunal de Justiça do Estado, que exerce o controle externo, podem vir a ser fontes mais detalhadas desse tipo de violência. Outra possível fonte é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual há ao menos um processo que resultou em condenação do Brasil por tortura e maus tratos no Complexo do Tatuapé da Febem-SP, em novembro de 2005.

11. Em apenas um desses registros foi o diretor da unidade de internação onde a agressão teria ocorrido quem oficiou a denúncia do adolescente ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Polícia Civil e à Polícia Civil (caso 2 do Quadro 1). No outro caso (8), a informação sobre violência física perpetrada pelos funcionários estava em um ofício da Polícia Civil para a Febem/SP, solicitando que o adolescente internado comparecesse ao distrito policial para depor sobre denúncia de tortura que haveria sofrido.

12. Cabe ressaltar que, em 2008, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n.º 647, que estabelece a notificação compulsória, pela equipe de saúde, de tortura e maus tratos em unidades de internação e internação provisória. Contudo, os possíveis impactos dessa portaria nos procedimentos dos profissionais de saúde que atuam nessas unidades não foram observados nesta pesquisa, possivelmente devido ao recorte temporal.

13. O estudo de caso em profundidade é uma abordagem qualitativa que trata das relações entre biografia e história, conforme pode ser exemplificada no estudo clássico de Florestan Fernandes (2007). A análise aqui usada traça paralelos entre a biografia institucional dos adolescentes e a trajetória da própria instituição Febem/SP, fundamentada em documentos e outras referências bibliográficas, das quais destaco minha tese de doutorado, recentemente publicada (Paula, 2017).

A terceira regularidade a ser destacada refere-se aos tipos de documentos produzidos para registrar a violência física perpetrada pelos funcionários. Nos dois casos em que houve registro nos prontuários, foi produzido apenas um tipo de documento – o ofício –, usado para a comunicação entre a Febem/SP e outros órgãos – Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil. Já nos cinco casos em que os registros foram encontrados somente nas pastas, os principais tipos de documento foram o registro de atendimento técnico, produzido pelos psicólogos e assistentes sociais das unidades, e os registros de enfermagem, na pasta de saúde. Nesse sentido, a violência física perpetrada pelos funcionários, seu excedente do uso de força, foi pouco informada a outros órgãos, sendo tratada como questão interna à própria unidade onde ocorreu. Além disso, a análise dos registros das pastas aponta que os castigos físicos, a tortura, os maus tratos – que aparecem nos relatos dos adolescentes em seus atendimentos técnicos e de saúde – não levaram à adoção de procedimentos internos de averiguação e responsabilização dos funcionários em nenhum dos cinco casos em que os registros ficaram circunscritos às pastas¹².

Direitos civis e os adolescentes apontados como agressores

Em relação às formas de como a violência física aparece nos registros institucionais, as possíveis regularidades desses registros e as eventuais mudanças ocorridas a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, resta ainda discutir se houve ou não mudanças nesses registros. Esta e a próxima seção tratarão desta questão, pensando-a a partir das proposições de Caldeira (2000) sobre direitos civis, circunscrição dos corpos e castigos físicos.

Para identificar possíveis mudanças ocorridas a partir da promulgação do ECA no que se refere aos direitos civis dos adolescentes internados, selecionei para análise em profundidade dois dos casos listados no Quadro 1¹³. A escolha deles deveu-se, primeiramente, por apresentarem duas situações de violência física identificadas nos registros, a saber, situações nas quais foram apontados como agressores e foram vítimas de violência. Em segundo lugar, ambos contêm um alto número de ocorrências disciplinares registradas e extensa documentação. Além disso, os casos referem-se a adolescentes que estiveram internados em momentos diferentes, tendo como data de início dos registros os anos de 1999 (caso 8) e 2006 (caso 18). Eles serão aqui tratados como sendo respectivamente de Mauro e de Felipe (nomes fictícios).

O caso Mauro, que data do final dos anos 1990, é caracterizado pelo elevado número de ocorrências disciplinares nas quais ele se envolveu. Mauro era de Araraquara,

onde cometeu um ato infracional equiparado a roubo, em junho de 1999, aos 17 anos, e foi encaminhado para a capital a fim de cumprir a medida de internação. O período de internação de Mauro, que vai de julho de 1999 a janeiro de 2001, foi marcado por uma crise severa na antiga Febem/SP, com uma série de rebeliões e fugas que culminaram na destruição e posterior desativação do Complexo Imigrantes, em outubro de 1999 (Vicentin, 2005; Anistia Internacional, 2000).

Em seu prontuário, Mauro acumulou um extenso histórico de ocorrências disciplinares nas unidades pelas quais passou, totalizando dez boletins de ocorrência lavrados na Polícia Civil, encaminhados ao Poder Judiciário e que se referiam ao seu envolvimento em rebeliões, tentativas de fuga, agressões a outros adolescentes e porte de entorpecentes (maconha). Na pasta, os registros de atendimento técnico informam as orientações e punições recebidas por ele a cada ocorrência. Prontuário e pasta também informam o elevado número de transferências de Mauro entre unidades de internação e que essas transferências eram uma das formas de punição para as ocorrências disciplinares.

Os documentos do caso Mauro apontam que parte dos procedimentos adotados para tratar o adolescente internado que fosse acusado de agredir fisicamente outros adolescentes era o registro de boletim de ocorrência e a informação ao Poder Judiciário, o encaminhamento de ofício, cópia do BO e de requisição de exame de corpo de delito das vítimas. Esses procedimentos formais também aparecem nos outros casos dos anos 1990 e início dos anos 2000 que registram violência física entre adolescentes.

Contudo, não há registros indicando se esses procedimentos consideravam o princípio de contraditório ou o direito de defesa das acusações de agressão, sendo a autoria atribuída ao adolescente pelos funcionários ou por outros adolescentes simplesmente informada ao Poder Judiciário, utilizando uma tecnologia inquisitorial (Kant de Lima, 2009). Além disso, nos confrontos coletivos – tais como rebeliões ou tentativas de fuga – não havia uma individualização de condutas, de modo que o conjunto dos adolescentes era considerado envolvido e assim era informado ao Poder Judiciário.

Os documentos também apontam para os procedimentos internos, que envolviam a adoção de punições nas formas de restrição de direitos e transferência para outras unidades, se houvesse reiteração de ocorrências disciplinares. No caso Mauro, essas restrições referiram-se à imposição de isolamento do convívio com outros adolescentes e de suspensão da participação nas atividades da unidade, incluindo o acesso à escola e a atividades de formação profissional, esporte e lazer.

Os registros de atendimento técnico mencionam também seu encaminhamento para o “quarto de reflexão”, defendido pelos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) como forma de proporcionar a “reflexão” sobre seu comportamento e suas atitudes.

Já no caso Felipe, que data de meados dos anos 2000, os documentos apontam mudanças de procedimentos. Nascido na capital, Felipe foi internado provisoriamente na Febem/SP pela primeira vez em setembro de 2006, aos 14 anos, por roubo. Antes de ser sentenciado a cumprir medida de internação, Felipe teve quatro internações provisórias no sistema socioeducativo, sendo duas por roubo, uma por tráfico de entorpecentes e outra por furto, e as medidas socioeducativas recebidas foram de liberdade assistida e semiliberdade. Em dezembro de 2007, com 16 anos, Felipe foi sentenciado com medida de internação pelo cometimento de novo roubo, sendo desinternado um ano depois, em dezembro de 2008. Ao todo, Felipe cumpriu duas sentenças de internação (sendo a segunda de março de 2009 a julho de 2010, quando retornou para a liberdade assistida), tendo se envolvido em nove ocorrências disciplinares – de tumulto, fuga e agressão a funcionários e adolescentes – durante o período em que esteve internado.

Seu prontuário aponta que, embora os procedimentos de lavratura de boletim de ocorrência e encaminhamento de cópia ao Poder Judiciário tenham sido mantidos, surgiram novos procedimentos de apuração e aplicação de sanção disciplinar no final dos anos 2000.

Após a mudança da nomenclatura de Febem/SP para Fundação Casa/SP, em dezembro de 2006, foi publicado em setembro de 2007 novo regimento interno válido para todas as unidades da Fundação (Portaria Normativa n.º 136/2007). Esse regimento prevê uma série de procedimentos a serem adotados referentes à apuração de ocorrência disciplinar, dentre eles, a constituição de uma Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), composta pelo diretor da unidade e mais quatro funcionários, sendo um representante da área de segurança, um da área pedagógica e dois da técnica (um psicólogo e um assistente social). Outros procedimentos previstos são a necessidade de individualização das condutas, o direito à defesa e ao contraditório, e a especificação das sanções disciplinares, aplicáveis conforme a gravidade da falta cometida. As sanções disciplinares são advertência verbal; repreensão; suspensão de atividades recreativas e de lazer; suspensão de saída autorizada; e recolhimento em local separado, com diminuição do tempo de visita.

Juntamente com a publicação do Regimento Interno, merece destaque, no caso Felipe, o papel do Poder Judiciário na fiscalização da aplicação dos procedimentos

previstos nesse regimento. Os primeiros ofícios da Fundação Casa/SP informando as ocorrências disciplinares de Felipe repetiram os mesmos padrões observados no caso Mauro; porém, foram respondidos pelo juiz com solicitações de esclarecimentos quanto à apuração das ocorrências, à individualização da conduta de Felipe e ao direito de defesa e contraditório, conforme consta no regimento. Nesse sentido, as solicitações do juiz levaram a unidade a adotar os procedimentos e adequar as informações e os documentos encaminhados a ele.

[...] Por tais razões, entendo inconcebível que a direção da [unidade] da Fundação Casa atribua, no âmbito administrativo, ao jovem submetido à medida socioeducativa de internação a participação em episódios de indisciplinas, sem prévia apuração do fato por comissão de avaliação disciplinar formada pelas pessoas indicadas no artigo 74 da Portaria Normativa n.º 136/2007, que instituiu o Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e Semiliberdade, e segundo o procedimento indicado nos artigos 70 e seguintes da mesma portaria, com individualização da conduta, ainda que se trate de distúrbio coletivo, respeito aos direitos fundamentais, entre os quais a ampla defesa (artigo 47, §§1º e 5º, e 72), decisão fundamentada que contenha descrição, em relação a cada envolvido, separadamente, a falta disciplinar atribuída, as provas colhidas e as razões do que se decidiu (parágrafo único do mencionado artigo 72), nem tampouco aplique a sanção cabível sem observância do princípio da proporcionalidade, da natureza, dos motivos, das circunstâncias e das consequências do fato, e análise da pessoa do faltoso (artigo 61). [...] Ante o exposto, desconsidero os informes em episódios de indisciplinas de fls. [...] e determino que seja expedido imediatamente ofício à direção da [unidade], instruído com cópia desta decisão; requisitando a remessa da comunicação sobre eventual falta disciplinar apurada, somente após a decisão da Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), conforme dispõem os artigos 53 e 73, inciso III, ambos do Regimento Interno da Fundação Casa¹⁴.

Na comparação com o caso Mauro, o caso Felipe chama atenção por indicar a implantação de um conjunto de direitos e garantias para adolescentes internados quando acusados de cometerem faltas disciplinares, dentre elas, a agressão física. O estabelecimento de uma regulamentação interna para apuração e punição dessas faltas – que prevê o direito de defesa e contraditório, a individualização de condutas, dentre outros – e o papel exercido pelo Poder Judiciário como órgão de controle externo, cobrando a incorporação desses direitos e garantias, apontam para um duplo investimento no sentido de expansão dos direitos civis dos adolescentes internados, cuja continuidade precisa ser observada em novas pesquisas.

14. Excerto de decisão do juiz encaminhada por ofício à direção da unidade da Fundação Casa em 14 de maio de 2008, em resposta ao ofício desta que comunica a primeira participação de Felipe em ocorrência disciplinar na unidade. Prontuário e Pasta de Felipe).

Além disso, esse duplo investimento da cúpula da Fundação Casa/SP e do Poder Judiciário na direção das unidades de internação incide sobre as distribuições internas de poder nas unidades. A atribuição de faltas disciplinares e a aplicação de sanções eram, até então, atividades exercidas pelas equipes de segurança e direção da unidade. A exigência de formação de uma CAD, com funcionários das áreas pedagógica e técnica, juntamente com a necessidade de apuração do ocorrido, para além da palavra dos funcionários de segurança, podem tensionar essa distribuição de poder.

Por fim, o sistema de apuração e sanção das faltas disciplinares que foi criado pelo Regimento Interno de 2007, e que aparece no caso Felipe, é mais próximo de uma visão de punição que se relaciona à lei, à Justiça e ao Sistema Judiciário, reduzindo a discricionariedade dos funcionários da área de segurança e da direção da unidade. Nesse sentido, verifica-se o reforço na construção de um sistema que estabelece uma relação entre Justiça e direitos civis, limitando o poder desses funcionários como forma de proteger os adolescentes de eventuais arbitrariedades. Porém, esse sistema mantém o isolamento como forma de punição, passando do antigo “quarto de reflexão” para o “recolhimento em local apropriado”.

Castigos físicos e a violência dos funcionários

O isolamento como forma de punição – atualizando o “quarto de reflexão” como “recolhimento em local apropriado” – não foi o único recurso punitivo mantido como possibilidade nos casos examinados. Há também a permanência dos castigos físicos, e os registros analisados não indicam nenhuma ruptura mais relevante no uso desses castigos, apesar da criação da Corregedoria, em 2003, e da publicação do Regimento Interno, em 2007.

Na totalidade dos casos em que houve registro de violência física perpetrada pelos funcionários, chama atenção o fato de que essa violência não pareceu constituir um foco de tensão entre os funcionários das diferentes áreas que compõem as unidades de internação. Dos sete casos em que houve esse tipo de registro, os seis que contam com as pastas e, portanto, com registros de atendimento técnico e documentos de saúde, informam sobre as violências sofridas pelos adolescentes, sem que essas sejam retratadas como extraordinária ou fonte de indignação pelos psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e auxiliares de enfermagem (casos 4, 6, 8, 13, 14 e 18 do Quadro 1; no caso 2, não há pasta, apenas prontuário). Pelo contrário, é possível observar uma aceitação tácita, por parte dos funcionários das diferentes áreas, de que castigar fisicamente os adolescentes faça parte

de um repertório de recursos punitivos possíveis para manter a ordem das unidades, especialmente quando o adolescente é considerado indisciplinado ou, no jargão da equipe técnica, não se dispõe a refletir sobre seu comportamento¹⁵.

A indisciplina marca os casos Mauro e Felipe, sendo o elevado número de ocorrências disciplinares um dos critérios de escolha para análise em profundidade de seus casos. Mauro e Felipe estiveram envolvidos em rebeliões, tumultos e tentativas de fuga, também foram apontados como autores de agressões contra funcionários e outros adolescentes. Em seus prontuários e pastas, foram retratados como insubmissos e resistentes às demandas de colaboração com a medida de internação e de manutenção da ordem da unidade, adentrando, assim, em espirais de enfrentamentos e retaliações, no âmbito das quais a violência física foi o recurso tacitamente aceito pelo conjunto dos funcionários como forma de obtenção da submissão dos adolescentes. Nesse sentido, a comparação de seus casos não chegou a identificar alguma alteração significativa nos registros desse tipo de violência de modo a circunscrever o corpo, protegendo-o contra a violência física perpetrada por funcionários.

Como dito anteriormente, quando Mauro foi transferido à Febem/SP da capital, em julho de 1999, essa passava por um período de crise, com várias fugas e rebeliões, além de diversas denúncias de tortura e maus-tratos, registradas, por exemplo, no relatório *Brasil: desperdício de vidas*, produzido pela Anistia Internacional (2000), e analisadas por Maria Cristina Vicentin (2005). Essa instabilidade institucional pode ser percebida na trajetória de Mauro, marcada por fugas, rebeliões e transferências de unidades e complexos.

Em setembro de 1999, Mauro fugiu do Complexo Imigrantes, sendo recapturado em outubro e encaminhado ao Complexo do Tatuapé. Em sua pasta de saúde, dois registros do mês de dezembro chamam a atenção. O primeiro, com data do dia 6, refere-se ao quadro de saúde de Mauro, informando que seu estado geral era bom, mas que havia uma contusão nasal ocorrida aproximadamente 15 dias antes. O segundo, do dia 21, é uma guia de comunicação interna, solicitando atendimento de saúde devido à queixa da irmã de Mauro de que este estaria com dores no corpo. Porém, não há registro de que o atendimento tenha sido realizado ou quais seriam as causas das dores no corpo; tampouco, há registro da situação que ocasionou a contusão nasal.

Já em sua pasta, um registro de atendimento técnico, datado de 10 de janeiro de 2000, apontou que Mauro se queixou de fratura no nariz e pediu atendimento médico. O foco da técnica foi, porém, abordar o mau comportamento de Mauro

15. Uma análise mais pormenorizada dos relatórios e da atuação dos funcionários da área técnica, a partir das mesmas fontes usadas nesta pesquisa, pode ser encontrada em Vinuto & Alvarez (2018).

por estar provocando um funcionário da segurança no pátio da unidade. Ao final do registro, sua queixa é mencionada, juntamente com a indicação de que seria feito um encaminhamento ao setor responsável. Passaram-se quatro meses antes que Mauro fosse avaliado por um especialista, apesar de suas reiteradas queixas de dor e dificuldade para respirar, registradas nos atendimentos técnicos, em uma carta redigida por ele (em que apela por ajuda), e em dois ofícios do Poder Judiciário, solicitando que Mauro fosse encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para avaliação médica por haver notícias, trazidas por sua irmã, de que apresentava problemas no aparelho respiratório. Quando finalmente foi avaliado por especialista, este informou que havia, de fato, uma fratura já calcificada no nariz e que uma cirurgia poderia ser feita por razões estéticas.

Apenas um documento dos conjuntos que compõem o caso Mauro refere-se abertamente à violência sofrida por ele e perpetrada por funcionários. Trata-se da cópia de um ofício do delegado ao juiz solicitando autorização para que Mauro comparecesse à delegacia para prestar esclarecimentos em um inquérito de tortura, ocorrida meses antes na unidade em que ele se encontrava no Complexo de Franco da Rocha. O ofício, cuja cópia está no prontuário de Mauro, data de agosto de 2000 e remete a fatos ocorridos em maio daquele ano. Também data de maio de 2000 um boletim de ocorrência de rebelião, em que Mauro foi acusado de agredir funcionários e adolescentes e destruir patrimônio. Como resultado de sua “liderança negativa” (termo usado pela técnica no registro de atendimento), Mauro foi transferido para o Centro de Observação Criminológica (COC) ainda em maio, retornando para a unidade no Complexo de Franco da Rocha em agosto. No início de 2001, Mauro foi desinternado e não há documentos que informem se ele prestou depoimento ou se houve outros desdobramentos da denúncia de tortura.

O período de internação de Felipe, com passagens pela internação provisória entre 2006 e 2007, e pela medida de internação entre 2007 e 2010, é caracterizado por uma série de ações tomadas no pós-crise institucional da Febem/SP. Vários investimentos foram feitos pelo governo do estado a partir do início dos anos 2000, no sentido de diminuir rebeliões e fugas, bem como reduzir a superlotação das unidades, desativar o Complexo do Tatuapé e construir unidades menores. Embora as principais motivações desses investimentos tenham sido evitar novas crises e tirar a Febem/SP dos noticiários, boa parte deles veio ao encontro das diretrizes do ECA e das resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em especial a Resolução n.º 119/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Foi nesse contexto que houve a alteração da nomenclatura de Febem/SP para Fundação Casa/SP (Paula, 2017).

Porém, a análise do caso Felipe aponta que, não obstante esses investimentos, o uso de castigos físicos e sua aceitação tácita permaneceram como parte do cotidiano da medida de internação, como fica explicitado no excerto abaixo:

O jovem foi atendido nesta data, verbalizou que a situação ocorrida no dia [...] poderia ser resolvida sem ter agressão tanto por parte dos funcionários como por parte dele. [...] Verbalizou que não estava jogando e fazendo outras coisas, só que os funcionários não acreditaram. Referindo que o mesmo descumpriu as normas da casa, ocasionando uma situação de conflito que gerou o BO. Após esta situação, foi retirado para fora da fase, permanecendo isolado dos demais adolescentes. O adolescente verbalizou que quando retornou [...], já estava ocorrendo outra situação que gerou em tumulto onde alguns jovens foram agredidos. *O adolescente verbalizou que levou um soco no olho esquerdo, estando com hematomas nesta região.* [...] *O Adolescente foi orientado quanto à situação ocorrida. Pontuamos para que reflita sobre o seu cumprimento da medida socioeducativa. Para que o jovem respeite as regras e normas e tenha consciência de seus atos, para que seja respeitado também nos seus direitos.* [...] Refere que está disposto a se rever e cumprir a medida adequadamente. No entanto menciona que alega que também foi agredido, e não pretende passar por esta situação novamente¹⁶.

16. Excerto do manuscrito de registro de atendimento técnico, realizado em 01 de julho de 2009. Pasta de Felipe, grifos meus.

A permanência dos castigos físicos, observada no caso Felipe, indica que essa violência não pode ser examinada apenas como manifestação de contenção física necessária, uma *ultima ratio* acionada em momentos de crise institucional para se retomar o controle de unidades rebeladas. Pelo contrário, os registros de atendimento dos casos em que houve violência física perpetrada pelos funcionários informam que essa violência integra o repertório de práticas da internação, sendo acionadas especialmente como retaliação ao enfrentamento e à insubmissão dos adolescentes.

Informam também que essa integração da violência como prática “pedagógica” de submissão dá-se com a aceitação tácita dos demais funcionários. Em nenhum dos registros das áreas técnica e de saúde os funcionários dessas áreas demonstraram espanto ou indignação diante da violência sofrida pelos adolescentes, tampouco informaram sobre eventuais providências para encaminhamento de denúncia. A tônica dos registros seguiu a do excerto transcrito acima, apontando a aceitação tácita, pelo conjunto dos funcionários, da punição física no corpo dos insubordinados, o que remete à concepção de *corpo incircunscrito* de Caldeira (2000).

Nesse sentido, como observado pela autora em outras situações e contextos, também nos casos analisados aqui os castigos físicos tenderam a ser tacitamen-

17. A permanência de castigos físicos após os investimentos do governo do estado de São Paulo no início dos anos 2000 também foi observada por Vicentin (2011), que faz uma leitura biopolítica dessa permanência a partir de sua rearticulação com novas formas de exercício de poder nas unidades de internação.

te aceitos por seu caráter pedagógico, podendo mesmo ser aplicados naqueles que, considerados como não racionais, não entenderiam outra linguagem, como se a dor pudesse ser um instrumento de desenvolvimento moral e social para os adolescentes menos submissos¹⁷. Não por acaso, os registros de atendimento técnico dos eventos analisados tenderam a enfatizar a não racionalidade desses adolescentes, traduzida no jargão técnico como imaturidade e agressividade, e a necessidade de que reflitam sobre suas ações, mesmo quando vitimados por situações de violência física.

Além disso, como pode ser observado no excerto em destaque – “[...] Para que o jovem respeite as regras e normas e tenha consciência de seus atos, para que seja respeitado também nos seus direitos [...]” – há uma condicionalidade no acesso de Felipe a seus direitos, e essa condicionalidade refere-se à sua colaboração ou ao seu bom comportamento. Posto nesses termos, o direito à integridade física e mesmo outros direitos civis não se colocam como pressuposto universal, mas como privilégio concedido a quem os mereça, o que reitera a não fixação da noção de universalidade dos direitos, observada também por Caldeira (2000) nos anos 1980 e 1990 e que está relacionada à *incircunscrição* do corpo.

Chama a atenção, por fim, que a punição dolorosa, embora tacitamente aceita pelo conjunto dos funcionários como prática das unidades de internação, seja escondida dos olhares externos, especialmente do Poder Judiciário. Enquanto nas pastas os registros de violência e castigos físicos indicam que são vistos como parte do cotidiano institucional – seja para manter a ordem dentro das unidades, seja como recurso pedagógico para obtenção da submissão –, nos prontuários esses registros não aparecem ou aparecem apenas como uso necessário de força em situações de confronto e, portanto, não como violência ilegítima.

Considerações finais

Sobre as possíveis mudanças a partir da promulgação do ECA, no sentido de maior circunscrição dos corpos dos adolescentes internados na antiga Febem/SP e, portanto, de expansão de seus direitos civis, os resultados desta pesquisa apontam um paradoxo entre a expansão e a permanência da violação desses direitos.

Por um lado, a comparação entre os casos Mauro e Felipe indica que as ações adotadas pelo governo estadual a partir dos anos 2000 resultaram na expansão dos direitos civis de adolescentes em medida de internação. No rescaldo da crise institucional da Febem/SP no final dos anos 1990 – e buscando tirá-la dos noticiários –, houve um investimento tardio na implantação de uma série de

previsões legais do ECA. Um dos resultados desse investimento foi a publicação do Regimento Interno, em 2007, que prevê um conjunto de garantias formais aos adolescentes na apuração e punição de ocorrências disciplinares dentro das unidades de internação.

No caso Felipe, o Regimento e a intervenção decisiva do Poder Judiciário para exigir sua aplicação marcaram uma diferença importante em relação ao caso Mauro, no sentido de assegurar a Felipe os seus direitos civis quando foi acusado de cometer faltas disciplinares (dentre elas, as agressões físicas). Resta, porém, a realização de novas pesquisas para esclarecer se e como a aplicação do Regimento Interno foi consolidado nas unidades de internação da atual Fundação Casa/SP.

Por outro lado, apesar dos investimentos no sentido de expansão dos direitos civis dos adolescentes internados, os registros de castigos físicos perpetrados por funcionários apontam para a permanência da violência e da dor físicas como formas de garantir a submissão e punir esses adolescentes. Embora esses registros sejam mais escassos nos conjuntos documentais analisados do que os registros da violência perpetrada pelos próprios adolescentes, sua existência e as formas que assume mostram uma aceitação tácita da violência física como prática “pedagógica” pelo conjunto dos funcionários. Nesse sentido, a violência física permanece integrada ao repertório de práticas possíveis de serem acionadas para obter a submissão dos adolescentes internados, embora seja escamoteada da prestação formal de contas das práticas da medida de internação ao Poder Judiciário.

Essa permanência pode ser entendida a partir da concepção de *corpo incircunscrito* de Caldeira (2000), na qual se defende o caráter pedagógico da violência física para aqueles considerados irracionais e/ou violentos e a visão de punição como vingança física e dolorosa. Nesse sentido, os corpos dos adolescentes internados permanecem abertos à intervenção física dos funcionários da segurança, e essa abertura aparece nos registros como tacitamente aceita pelos demais.

Por fim, é importante ressaltar que a permanência dos castigos físicos juntamente com a expansão de direitos civis nas práticas da medida de internação aponta para novos contornos do conceito de cidadania disjuntiva (Caldeira, 2000). Embora a disjunção seja definida principalmente pelos movimentos de expansão e violação entre os diferentes aspectos da cidadania (civil, político e social), o que se observou, especialmente no caso de Felipe, foi uma disjunção relativa a um mesmo aspecto – o civil – que pôde expandir ao mesmo tempo em que permaneceu sendo violado. Dito de outro modo, a expansão dos direitos civis de Felipe

deu-se junto com a acomodação de práticas contrárias ao reconhecimento desses direitos, havendo, ao mesmo tempo, um movimento paradoxal de expansão e violação de seus direitos civis. A chave para compreender essa contradição pode estar na permanência da associação de direitos a privilégios, e na não fixação da noção de universalidade dos direitos, de modo que os direitos civis de Felipe permaneceram não sendo percebidos como universais, mas condicionados ao bom comportamento.

Referências

ALVIM, Rosilene; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 26, p. 3-37, Rio de Janeiro, 1988.

ALVAREZ, Marcos César; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; SALLA, Fernando; PAULA, Liana de; CUKIERKORN, Monica Moreira de Oliveira Braga. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/ SP, 1990-2006). *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. 1, n. 1, p. XI-XXXII, São Paulo, 2009.

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: IBCCrim, 2003.

———. *A emergência do Código de Menores de 1927*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 1989.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: desperdício de vidas*. São Paulo: Anistia Internacional, 2000. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta3.2.htm#BRASIL>>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: um Bororo marginal. *Tempo Social*, v. 19, n. 2, p. 293-323, São Paulo, 2007 [1946].

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

———. *Vigiar e punir*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HERNANDES, Sílvia Coelho. *Mãos para trás e cabeça baixa: tipologia documental das crianças e adolescentes internos na Febem/ SP (1938-2004)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2005.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais. In: KANT DE LIMA, R. *Ensaio de antropologia e direito*, p. 39-87. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAULA, Liana de. *Punição e cidadania: adolescentes e liberdade assistida na cidade de São Paulo*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.

———. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. *Civitas*, v. 15, n. 1, p. 27-43, Porto Alegre, 2015.

PORTO, Maria Stella Grossi. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. Brasília, Verbena, 2010.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo*. São Paulo: IBCCrim,, 2001.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

VICENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social*, v. 23, n. 1, p. 97-113, São Paulo, 2011.

———. *A vida em rebelião. Jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005.

VINUTO, Juliana; ALVAREZ, Marcos César. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 233-257, São Paulo, 2018.



A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados*

Recebido: 10.04.18
Aprovado: 08.04.19

Marcelo Sampaio Carneiro**

Resumo: Este artigo discute os principais elementos de uma nova perspectiva teórica para o estudo dos mercados, a sociologia dos agenciamentos mercantis de Michel Callon. Nele, destaco alguns pontos dessa abordagem, que, partindo da crítica aos estudos dos mercados como interfaces, propõe pensá-los como agenciamentos mercantis, entendidos como um conjunto de *cadrages*, que envolvem operações que precedem e ultrapassam o momento das operações de compra e venda. Outrossim, procuro mostrar que alguns elementos de originalidade dessa abordagem encontram-se presentes em outras perspectivas da nova sociologia econômica e questiono algumas de suas teses sobre as possibilidades de intervenção no funcionamento dos mercados.

Palavras-Chave: Mercados. Sociologia econômica. Performatividade. *Cadragés*. Dispositivos de cálculo.

The sociology of markets agencements and the contribution of Michel Callon to the study of markets

Abstract: This article discusses a new theoretical perspective for the study of markets, Michel Callon's sociology of market agencements. It highlights the main elements of this approach which, by criticizing the studies of markets as interactions, proposes to think about them as market agencements, understood as a set of cadrages, which comprise operations that precede and go beyond the encounter between sellers and buyers. Additionally, I show that some original aspects of this approach can be found in other perspectives of the economic sociology and question some of Callon's thesis about the possibilities of intervention in the functioning of markets.

Key words: Markets. Economic sociology. Performativity. Cadragés. Calculation devices.

* Agradeço as sugestões apresentadas por Rodrigo Santos, Cristiano Monteiro, Juarez Carvalho Filho para a elaboração do artigo. Espero ter conseguido incorporar, ao menos parcialmente, suas estimulantes observações. Sou grato também aos pareceristas anônimos de *Sociedade e Estado*, cujas recomendações permitiram que o artigo tomasse o seu formato atual.

** Marcelo Sampaio Carneiro é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil. Orcid: 0000-0002-7474-2694. <mdscarneiro@uol.com.br>.

Introdução

O lançamento do livro *L'empire des marchés. Comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer*, de Michel Callon (2017), marca o coroamento de um trabalho de investigação sobre o funcionamento dos mercados, que se iniciou nos anos 1980 no âmbito do Centro de Sociologia da Inovação (CSI) da Escola de Minas de Paris, ao mesmo tempo em que pretende consolidar

um paradigma de análise denominado sociologia dos agenciamentos mercantis e estimular uma agenda de novos temas de estudos.

Mais conhecido pelas pesquisas no campo dos estudos sobre a inovação (Callon, 1986), o investimento de Callon em questões relacionadas à sociologia econômica remonta aos anos 1990, com os artigos que, individualmente ou em colaboração, consagrou à discussão acerca do papel da ciência econômica na performatização dos fatos econômicos (Callon, 1998a; 1998b; Muniesa & Callon, 2009) ou ao debate francês sobre a chamada economia da qualidade (Callon *et alii*, 2013).

Contudo, como o próprio título sugere – “O domínio dos mercados” –, o propósito de Callon nessa obra vai além da exposição da teoria dos agenciamentos mercantis, proposta que ele já havia apresentado em artigo anterior (Callon, 2013) e que foi publicada em obra coletiva reunindo os principais trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do CSI sobre o funcionamento de dispositivos mercantis, submetendo também à apreciação sua visão sobre como seria possível lidar com a presença crescente dos mercados na vida moderna.

Ao discutir a questão do domínio dos mercados na vida contemporânea, Callon apresenta duas possibilidades de crítica e intervenção, já presentes na obra de Karl Polanyi (2000). Uma pretende impedir a expansão dos mercados através de seu isolamento das demais esferas da vida social; outra – que ele acha mais efetiva – aposta na possibilidade de modificação dos mercados, mediante a intervenção na maneira como funcionam e nos efeitos que produzem, através do que denomina de uma “engenharia política dos agenciamentos mercantis”. Ou seja, para Callon, a questão central é a da possibilidade de modificação na concepção dos mercados,

que deve responder a um caderno de encargos contendo um conjunto de exigências potencialmente contraditórias e cuja formulação é regularmente submetida ao debate público (Callon, 2013: 327)¹.

No caso dessa engenharia política dos agenciamentos mercantis, o foco se direciona para o disciplinamento dos mercados através de intervenções nos diferentes mecanismos de *cadrage*² apresentados por Callon – passivação mercantil, ativação de agências de *qualcu*³, organização dos encontros, singularização dos bens e formulação dos preços – e que apresentarei com mais detalhes na primeira seção desse artigo. No último capítulo de *O domínio dos mercados* são apresentados três casos a partir dos quais é realizada a discussão do controle dos mercados a partir da perspectiva dos agenciamentos mercantis: o mercado financeiro, os

1. Realizei todas as traduções dos originais escritos em francês.

2. Optei por manter a designação do conceito em francês, por acreditar que seu equivalente na língua portuguesa (enquadramento) não transmitiria o significado pretendido pelo autor. De acordo com Callon, o conceito de *cadrage* – tal como utilizado pela teoria do ator-rede – foi elaborado a partir da noção desenvolvida por Goffman e pretende dar conta dos diferentes actantes (humanos e não humanos) que constroem as interações, “evitando transbordamentos, agindo, ao mesmo tempo, como um dispositivo de conexão” (Callon, 2006: 273).

3. Neologismo utilizado para dar conta das dimensões qualitativas e quantitativas que estão presentes no processo de avaliação e qualificação dos bens. Essa expressão foi desenvolvida originalmente no artigo sobre o papel dos dispositivos de cálculo escrito por Callon & Muniesa (2003).

dispositivos de contenção do aquecimento climático global e os mercados para produtos agrícolas transgênicos.

Neste artigo, exponho os elementos centrais da argumentação desenvolvida por Callon para a construção da sociologia dos agenciamentos mercantis (Callon, 2013; 2017). De início, destaco o debate que o autor estabelece com as abordagens que estudam os mercados como relações de interface (Seção 1); a definição dos principais tipos de *cadrages* do agenciamento mercantil – passiva-ação, agências de cálculo, organização de encontros, envolvimento e desinteresse, formulação dos preços (Seção 2) –; a dinâmica dos agenciamentos mercantis (Seção 3); a dimensão política dos agenciamentos mercantis, a partir dos casos acima indicados (Seção 4). Ao final, apresento uma reflexão sobre a proposta teórica, procurando situá-la nos debates mais gerais acerca da sociologia dos mercados (Fourcade, 2007; Beckert, 2009; Fligstein & Dauter, 2012; Steiner, 2005; 2018), e discuto algumas de suas teses sobre as possibilidades de intervenção no funcionamento dos mercados.



A análise da contribuição de Callon para o desenvolvimento da sociologia dos mercados foi realizada a partir do levantamento de trabalhos do autor sobre essa temática (Callon, 2017; 2013; 2012; 2009; 1998a; 1998b; 1991), de escritos elaborados com colaboradores (Callon, Méadel & Rabeharisoa, 2013; Callon & Muniesa, 2003; Muniesa & Callon, 2009) e em obra coletiva que discute a contribuição de Callon para os estudos sociais da ciência e a sociologia econômica (Akrich, 2010).

Do mercado-interface aos agenciamentos mercantis

No primeiro capítulo de *L'emprise des marchés*, Callon faz uma breve revisão do que considera as principais contribuições de estudos de economia, sociologia e antropologia para a compreensão do funcionamento dos mercados. Diz que essas abordagens apresentam em comum a análise da transação mercantil como relação de interface, que ele designa como mercado-interface e cujas principais características seriam:

- i. pensar os agentes como vendedores e compradores;
- ii. considerar que esses agentes estão em concorrência para a efetivação de transações;

iii. que consistem na transferência (de direitos de propriedade) de bens e serviços;

iv. transações essas que são finalizadas por pagamentos monetários e sustentadas por arranjos institucionais (Callon, 2017: 38-39).

Argumenta ainda que a abordagem do mercado-interface apresenta duas outras características-chave, considerando oferta e demanda como esferas autônomas e aborda as duas como articuladas por bens que funcionam como plataformas.

Apesar de reconhecer a validade relativa dessa explicação, Callon aponta duas falhas principais, pois, nesse tipo de caracterização do mercado não se discute a questão do processo de qualificação e singularização dos bens, ao mesmo tempo em que pouca importância é conferida ao papel dos dispositivos materiais no intercâmbio mercantil. Por conseguinte, o autor considera o conceito de mercado-interface inconsistente, elaborado a partir da perspectiva de uma “organização estruturada em torno de blocos e de bens de plataforma, com a competição assegurando a reprodução dessa estrutura” (Callon, 2017: 42).

Segundo Callon, a teoria dos agenciamentos mercantis não desconsidera a visão do mercado-interface, reconhecendo o valor de suas aquisições teóricas, contudo, procura ir além, através da observação de um conjunto de mecanismos e atividades que são objetivadas na discussão do processo de qualificação dos bens e no destaque conferido aos objetos na troca mercantil.

O conceito de agenciamento mercantil que proponho, para substituir o de mercado, tem por ambição sublinhar a diversidade de configurações (que a palavra agenciamento sugere) ao mesmo tempo em que sua unidade (que é o que indica o qualificativo de mercantil [...]). Aproximar-se dos mercados concretos, analisar a variedade de suas configurações e dos efeitos produzidos, tendo por objetivo a identificação das tomadas de posição que permitiriam agir sobre essa variedade [de agenciamentos], tal é o trabalho teórico que eu desejaria mostrar as linhas de desenvolvimento possíveis (Callon, 2013: 328).

Esses mercados concretos são pensados como dispositivos agonísticos nos quais são disputadas as definições acerca das qualificações dos bens. Nesse sentido, Callon analisa o mercado como um conjunto de operações a montante e a jusante do momento do encontro entre compradores, vendedores e o bem a ser vendido/adquirido, envolvendo, portanto, muito mais participantes do que a visão habitual do mercado-interface. Para explicar como funciona o processo de agenciamento

mercantil, o autor destaca um conjunto de atividades que ele designa como *cadrages*. Por conseguinte, *cadrage* designa dispositivos que orientam e estruturam a ação mercantil para sua finalidade estratégica, estabilizando temporariamente suas características. Nesse sentido, um *cadrage* tem o objetivo de conter transbordamentos e possíveis mudanças, de forma a estabilizar relações bilaterais e tornar o intercâmbio mercantil possível (Herlem, 2014).

Os cinco *cadrages* do agenciamento mercantil

Callon apresenta e discute cinco tipos de *cadrages* necessários ao agenciamento mercantil. São eles:

- i. a passiva-ação⁴ mercantil;
- ii. a avaliação por agências de cálculo (*qualcul* ou *calqul*);
- iii. a organização dos encontros mercantis;
- iv. o envolvimento (*attachement*) mercantil; e
- v. a formulação de preços.

O primeiro *cadrage* descrito é o processo de *passiva-ação*. Ao trabalhar a partir de estudos antropológicos sobre a circulação dos bens – Jane Guyer, Arjun Appadurai, Igor Kopytoff –, Callon define a *passiva-ação* como as diversas operações de “*mise en forme*” que tornam a aquisição de um bem possível.

Esse processo de *passiva-ação* mercantil⁵ implica em alguns movimentos que visam separar os bens dos agentes – as chamadas operações de desvinculação (*désintrication*) – que lhe conceberam, produziram e colocaram em circulação e que preparam o bem para sua transferência ao consumidor, com a atribuição dos direitos de propriedade do bem ao comprador. Nesse ponto da argumentação, Callon aproxima a discussão da *passiva-ação* do conceito de mercadoria fictícia proposto por Polanyi, argumentando que todos os bens – e não apenas a terra, o trabalho e o dinheiro – oferecem algum tipo de resistência ao processo de passivação, ou seja, que todos necessitam algum tipo de investimento simbólico e material para se transformarem em mercadorias.

Para concluir a discussão sobre o movimento de *passiva-ação*, Callon chama atenção para as possíveis resistências a esse processo, como no caso dos efeitos inesperados ou desgastes associados à produção de sementes transgênicas ou aos

4. Callon utiliza o neologismo *passiva(c)tion* ao invés do termo francês *passivation* pelo fato de o primeiro conferir uma dimensão mais ativa e dinâmica ao processo que ele pretende descrever (Callon, 2013: 348). Optei por traduzir esse neologismo pela expressão *passiva-ação*, pois creio que se aproxima dos objetivos pretendidos pelo autor.

5. O que diferencia o processo de *passiva-ação* mercantil do não mercantil é que neste último o bem circula e mantém relação com os agentes responsáveis por sua concepção. Nesse tipo de caso, o bem pode ser usufruído sem ser alienado, como ocorrem com os bens de uso comum (Callon, 2017: 83).

tratamentos médicos experimentais. Em ambas as situações, o aspecto central é a dificuldade em estabilizar tecnicamente as características dos seres (sementes e genes) a serem transformados em bens passíveis de comercialização. A dificuldade de *passiva-ação* dos seres vivos não humanos – como no caso da produção de sementes vegetais – está relacionada também às dificuldades na atribuição dos direitos de propriedade, uma vez que esta dependerá da discussão (metafísica) acerca da responsabilidade devida ao gênio humano ou aos processos naturais na produção dessa semente (Callon, 2013: 353).

O segundo *cadrage* é o das agências de cálculo, que, de acordo com a teoria dos agenciamentos mercantis, é um tema desconsiderado pela abordagem do mercado como interface, que ignora o papel desempenhado pelas ferramentas que os agentes utilizam “quando calculam suas escolhas” (Callon & Muniesa, 2003: 191). Essa ideia de que os agentes “calculam escolhas” está baseada no argumento de que não existe diferença ente julgamento (qualitativo) e cálculo (quantitativo) e que as operações de escolha realizadas pelos agentes seriam mais bem descritas como operações de *qualcul* ou de *calqul* (Cochoy, 2002; 2011).

Por conseguinte, para Callon é necessário compreender como os agentes elaboram julgamentos e efetuam os cálculos que lhes possibilitam introduzir ordem no universo dos bens e, dessa forma, participar do processo de *passiva-ação*. Nesse sentido, a agência de cálculo é entendida como entidade coletiva com equipamentos e instrumentos que permitem a identificação de semelhanças e diferenças entre os bens:

Esses equipamentos, que combinam apreciações qualitativas e cálculo numérico (deriva daí o neologismo *qualcul*), não são assimiláveis a simples instrumentos cuja única utilidade seria a de amplificar sem modificar as capacidades das pessoas humanas (Callon, 2017: 156).

Dois outros aspectos são centrais na compreensão das agências de cálculo, a saber, sua dimensão compósita (humanos + objetos) e a natureza das relações de poder que as perpassam. No primeiro caso, a teoria dos agenciamentos mercantis destaca que essas agências são cada vez mais um produto da interação entre humanos e próteses sociotécnicas (cognitivas ou materiais), como no exemplo do cliente no supermercado que utiliza um celular com *software* de reconhecimento do código de barras para identificar a origem de um determinado produto ou do cliente que, antes de ir ao supermercado, consulta um guia produzido por uma associação de consumidores.

O segundo aspecto diz respeito à observação de que as agências de cálculo se encontram desigualmente distribuídas, o que leva ao estabelecimento de relações de dominação. Ao trabalhar no caso do cliente num supermercado, Callon observa, por exemplo, a existência de uma panóplia de agências de cálculo – embalagens com informações metrológicas, selos de qualidade social e/ou ambiental, organização das gôndolas etc. – que colocam os ofertantes em uma posição de superioridade frente ao consumidor. Diz, portanto, que como espaço agonístico, os agenciamentos mercantis são povoados de agentes dotados de armas desiguais e que existe um conjunto desses agentes que são desprovidos dos instrumentos de cálculo, encontrando-se,

dessa forma, em posição de fraqueza, dominadas por agências que calculam em seu lugar suas decisões e marcam com suas perspectivas a concepção dos bens submetidos à troca (Callon, 2017: 197).

Após analisar o papel das agências de cálculo, Callon passa a descrever o *cadra-ge* estabelecido pelos encontros mercantis. Partindo da crítica à abordagem do mercado-interface – que considera como variáveis importantes para entender a relação entre oferta e procura somente a frequência dos encontros e a circulação das informações –, a teoria dos agenciamentos mercantis sublinha a necessidade da observação mais amiúde das práticas comerciais e dos diversos momentos de encontro que preparam a acoplagem exitosa entre agentes da oferta e da procura (Callon, 2013: 366).

Nesse sentido, o elemento importante a ser considerado é o da existência de numerosas plataformas de encontro, que facilitam a coprodução do perfil (em termos de competências e qualidades) da oferta e da procura. Essas plataformas operam em diversos momentos, a jusante e a montante do ato da troca,

interagindo umas com as outras e elaborando por adições e transformações contínuas os ajustamentos que permitirão *in fine* a transação mercantil bilateral (Callon, 2017: 228).

Uma parcela importante de trabalhos de sociologia e antropologia econômica se interessou pela descrição desses dispositivos através dos quais os encontros mercantis se realizam – como no caso da descrição da economia do bazar (Geertz, 2003) e dos salões internacionais de vinhos (Garcia-Parpet, 2009), só para nos atermos a alguns exemplos. Contudo, para Callon são as plataformas de *e-commerce*, que, ao mesmo tempo em que esclarecem as características dos dispositivos mais antigos, permitem observar evoluções futuras (Callon, 2017: 229).

A teoria dos agenciamentos mercantis confere bastante destaque ao processo de coprodução dos perfis (*profilage*), chamando atenção para o fato de que este ocorre não apenas na etapa de realização da compra/venda, mas, alastra-se para outros momentos do intercâmbio mercantil, como no caso das atividades que permitem o encontro entre financiadores e criadores de *startups* ou no caso de projetos de *crowdfunding*, e de que são as plataformas de encontro que permitem esse alinhamento de posições a jusante e a montante.

No final da discussão sobre a organização dos encontros, Callon apresenta algumas inquietações quanto ao acúmulo de informações sobre os clientes pelas plataformas de encontro. Dentre essas inquietudes, destaca o reducionismo das características das pessoas, que são catalogadas por plataformas a partir de alguns atributos, como no exemplo dos tratamentos singularizados da biomedicina e os possíveis efeitos negativos do processo de singularização (intensiva) promovido pelas plataformas para as ações coletivas. Contudo, chama atenção também para a existência de lutas pelo controle dos bancos de informações operados por essas plataformas, sobre que tipo de informação é captada, analisada e exteriorizada; dizendo que esse trabalho sobre as informações é parte importante da luta

pelo controle do processo de fixação dos preços e das relações de dominação (cuja questão central é a do controle do *qualcul*) que se estabelece no seio dos sites de transação e entre eles (Callon, 2013: 372).

O *cadrage* seguinte é o que trata da atração mercantil (*affectio mercatus*), isto é, do conjunto de mecanismos que levam as agências a se envolverem em transações bilaterais compensadas monetariamente (Callon, 2017: 268). Para desenvolver sua argumentação, Callon começa com uma revisão da forma como a economia e a sociologia explicam a motivação dos agentes para a compra e, na sequência, a discussão dos mecanismos de envolvimento e desligamento de compradores, vendedores e bens.

Segundo o raciocínio desenvolvido, a teoria econômica abordou a questão da motivação primeiramente em termos da perspectiva da utilidade dos bens (valor-utilidade), para, em tempos mais recentes, orientar sua análise para a questão do estabelecimento da preferência dos atores, que tomam decisões em um universo complexo e incerto. No caso da sociologia, a principal característica dos estudos sobre o ato de consumo é sua identificação como manifestação de disposições incorporadas (Bourdieu, 2000) e como revelador de posições sociais. Apesar de destacar a validade relativa dessas explicações, Callon diz que a sociologia ainda

não reconheceu a importância dos bens na dinâmica mercantil, o que foi feito pela economia, principalmente quando essa disciplina trabalha sobre os bens de adicção (Callon, 2017:203).

Para compreender esse processo de envolvimento afetivo com os bens, Callon apresentará três tipos de dispositivos que atuam na produção dos envolvimento dos agentes com os bens – e vice-versa –, denominando-os de dispositivos de diálogo, de coprodução e de adicção.

Os dispositivos de diálogo têm por objetivo “definir, de forma progressiva, o que os clientes esperam, desejam ou querem” dos bens/serviços, fazendo com que expressem essa vontade (Callon, 2017: 296). Argumenta ainda que em seu formato inicial esses dispositivos se baseavam em relações face a face, apoiadas por algum tipo de suporte material (caso do catálogo de vendas, por exemplo), e que nas versões mais atuais, que fazem uso da internet, há uma possibilidade formidável de manter e expandir essa relação entre empresas e clientes. No caso dos dispositivos de coprodução, como o próprio nome sugere, os consumidores são convocados a participar da concepção e produção dos bens que lhes são destinados. Callon destaca que esse tipo de dispositivo se generalizou com mais força nas atividades de serviço, mas, que está presente em outros setores econômicos, pois, tornou-se uma importante ferramenta para as estratégias comerciais que buscam fidelizar os consumidores.

O terceiro dispositivo descrito é o de adicção. Nesse tipo de dispositivo, o consumidor finda por se tornar dependente do bem/serviço proposto, como nos exemplos da indústria de jogos de Las Vegas e de um banco britânico (Wonga) especializado na captação de clientes que não conseguem saldar os empréstimos tomados. Para concluir a exposição dos dispositivos, Callon afirma que é possível constatar um peso crescente dos dispositivos de adicção na produção dos envolvimento comerciais, e que essa participação crescente coloca em questão uma série de críticas endereçadas a esses mecanismos de afetação, colocando a atividade mercantil em perigo, como mostram as denúncias sobre publicidade enganosa, manipulação de bases de dados e utilização de algoritmos para produção de novas desigualdades. Nesse sentido, a “coprodução dos bens é uma ilusão e a participação [dos consumidores] uma miragem” (Callon, 2017: 315).

O último *cadrage* exposto é o da formulação dos preços. De acordo com a argumentação de Callon, esse *cadrage* representa um avanço em relação à forma como a microeconomia e a sociologia econômica abordam a questão da formação dos preços, uma vez que mesmo por caminhos distintos⁶, essas perspectivas con-

6. A diferença principal consiste no fato de que a microeconomia destaca a dimensão concorrencial e as preferências individuais na formação dos preços enquanto a sociologia econômica – em suas diferentes abordagens – sublinha o papel das relações sociais (regulações, relações de força, quadros culturais, redes sociais) que enquadram os agentes no intercâmbio mercantil (Callon, 2013: 389-390).

sideram que o nível dos preços é determinado pelo mercado, visto somente como o encontro entre agentes da oferta e da procura.

Em consonância com a visão ampliada dos mercados que a teoria dos agenciamentos mercantis defende, o processo de formulação dos preços é considerado como derivado das práticas e estratégias de *pricing* elaboradas por diferentes agentes no processo de qualificação e singularização dos bens. Nesse sentido, Callon argumenta que “os preços são *qualculados* a partir de outros preços” (Callon, 2017: 333) e não o resultado do encontro misterioso entre blocos de oferta e demanda.

Para expor esse processo de formulação dos preços, Callon utiliza um estudo de Finez (2014) sobre a evolução do sistema de tarifação dos bilhetes de transporte da rede ferroviária francesa Société Nationale des Chemins de Fer (SNCF). De acordo com esse estudo, ao longo da história da SNCF prevaleceram três fórmulas para o estabelecimento do preço do transporte de passageiros, baseadas, respectivamente, nos princípios da perequação dos preços, no custo marginal do transporte e no *yield management*⁷ (Callon, 2017: 342). Nesse último caso, que corresponde ao sistema atual de tarifas, o preço é singularizado de acordo com uma série de características dos clientes, a partir de algoritmos mobilizados pela SNCF, ao contrário das formulações anteriores, baseadas na distância a ser percorrida (perequação) ou no custo marginal do transporte ferroviário.

Outro aspecto que pode ser destacado a partir desse exemplo é que nesse sistema de tarifação – *yield management* –, o preço torna-se uma qualidade do serviço a ser vendido, o que permite mostrar que o preço se tornou uma das numerosas qualidades que permitem singularizar os bens. Para não ficar no exemplo da economia dos serviços (transporte ferroviário), Callon fala das lojas que propõem todos os produtos por um determinado valor e diz que, nesses casos, “o cliente compra o preço antes de comprar o artigo” (Callon, 2013: 393).

Essa discussão acerca da formulação dos preços pela teoria dos agenciamentos mercantis faz aparecer com força outra questão, a das relações de poder e dominação embutidas nesse processo. Para Callon isso se expressa na luta pela capacidade de formulação dos preços:

Em uma situação de dominação total (caso do cliente de um fornecedor que não possui meios de calcular ele mesmo o preço e de tentar fazer com que sua formulação seja levada em consideração), o estabelecimento do preço [...] torna-se, pelo menos nos regimes democráticos, uma questão política de forma integral (Callon, 2013: 409).

7. De acordo com Finez (2014), o sistema de tarifas baseado no *yield management* foi desenvolvido pelas companhias aéreas norte-americanas na quadra do processo de desregulamentação do setor pela administração Reagan nos anos 1980. Nesse sistema, o preço da passagem é calculado a partir de uma tarifa básica da ligação ferroviária em questão, considerando ainda o preço de reserva, as oscilações dos fluxos de passageiros e a oferta de lugares com tarifas reduzidas (Finez, 2014: 27).

Em termos teoricamente mais elaborados, Callon dirá que esse maior poder de formulação está associado à capacidade de certas agências (uma *trading* que opera no mercado mundial de grãos, por exemplo) de “relacionar e analisar o maior número de locais e de preços diferentes” (Callon, 2017: 370), retomando, de certa forma, a noção de *enrôlement* mobilizada em seus trabalhos sobre o processo de tradução de inovações tecnológicas (Callon, 1986).

Contudo, em consonância com essa perspectiva foucaultiana do poder, Callon afirma que existe também a possibilidade de disputa na formulação dos preços. Na primeira apresentação da teoria dos agenciamentos mercantis essa resistência é exemplificada nas ações estatais de regulação (Callon, 2013: 409), enquanto na versão mais elaborada, entidades estatais e movimentos de consumidores (como a organização UFC-Que Choisir?) aparecem como agências capazes de penetrar na caixa-preta para compreender como o preço é composto. A parte final da apresentação desse último *cadrage* é dedicada a explorar essa relação dialética entre opacidade e transparência ao debate no processo formulação dos preços. Por vezes, parece que há uma tendência de elementos que apontam na perspectiva da abertura do debate sobre as formulações; contudo, no fechamento da seção, Callon dirá que o “trabalho de formulação comporta uma zona fechada irreduzível”, cuja explicitação completa careceria de sentido (Callon, 2017: 393).

A dinâmica dos agenciamentos mercantis

O penúltimo capítulo do livro *O domínio dos mercados* é destinado a explicitar como a dinâmica dos agenciamentos mercantis pode ser operacionalizada, a partir do estudo do funcionamento de dois mercados. Antes, contudo, Callon destaca as vantagens heurísticas da utilização do conceito de agenciamento, que, ao contrário de noções concorrentes – como campo, instituição e estrutura –, permitiria a apreensão do fenômeno estudado em seus movimentos de reprodução e inovação. Contudo, antes de avançar na exposição sobre a dinâmica dos agenciamentos, ele sente a necessidade de explicitar o motivo pelo qual está abandonando o conceito de dispositivo, utilizado em estudos anteriores⁸.

A razão para essa substituição está relacionada com alguns fatores, dentre os quais se destaca o fato de o conceito de dispositivo separar componentes e humanos, dando primazia aos primeiros. Por conseguinte, o conceito de agenciamento teria a vantagem de não realizar essa separação e de permitir compreender as ações mercantis como estruturadas por *cadrages*, que “formatam o curso da ação ao mesmo tempo em que são o objeto dessa ação” (Callon, 2017: 403).

8. O artigo “Os mercados econômicos como dispositivos coletivos de cálculo” é um bom exemplo do papel central do conceito de dispositivo nos estudos de Callon e colaboradores (Callon & Muniesa, 2003).

Para retomar a apresentação da dinâmica dos agenciamentos, Callon dirá que esse conceito permite estabelecer o vínculo entre um conjunto de *cadrages* e uma ação específica, que não é necessariamente uma ação mercantil. Ou seja, existem agenciamentos voltados para questões de outra natureza, como a produção de conhecimento científico. Essa visão do agenciamento como relacionado a outros processos é importante, pois, por vezes, os componentes de um agenciamento mercantil podem estar relacionados com outros objetivos, por vezes contraditórios, de tal forma que Callon diz que é necessário utilizar termos como alinhamento e articulação para dar conta dessas características dos agenciamentos (Callon, 2017: 409).

Ao dizer que as atividades que compõem os agenciamentos podem articular-se, alinhar-se ou opor-se, Callon pergunta como essa articulação ou oposição se resolve em cada local específico de um dado agenciamento? A resposta para essa questão é dada pelo conceito (descritivo) de zona franca, que permite compreender o processo pelo qual os agenciamentos mercantis se vascularizam, mas continuam contribuindo para o desenrolar da ação coletiva mercantil.

Outro conceito central para a compreensão da dinâmica do agenciamento mercantil é o de transbordamento, que, ao lado na noção de estabilização, constitui uma das questões centrais para a compreensão do sucesso/fracasso da interação mercantil. Para discutir essa dinâmica transbordamento/estabilização e a dinâmica dos agenciamentos mercantis, Callon apresenta dois estudos que abordam o funcionamento do mercado das funerárias (França) e da construção de habitações (Inglaterra).

No caso do mercado de serviços funerários, Callon se apoia na pesquisa realizada por Pascale Trompette, que estudou o funcionamento desse mercado a partir da análise do processo de captação dos clientes (Trompette, 2005). Contudo, o que interessa a Callon nesse estudo é a descrição das modificações operadas ao longo do tempo no funcionamento do mercado de serviços funerários, pois, ela permite mostrar as mudanças no agenciamento mercantil. No primeiro momento, quando a morte ocorria principalmente nas residências familiares, o funeral era realizado por uma empresa que obtinha o monopólio para a realização dessa atividade junto à prefeitura local. Como contrapartida, essa empresa deveria garantir o enterro das pessoas sem condição de pagar (Callon, 2017: 423). Nesse caso, diz Callon, a singularização do serviço era realizada através da oferta de tipos diferenciados de enterro para os clientes, cada tipo de enterro apresentando uma formulação de preço específica, enquanto a organização do encontro mercantil era garantida pela obtenção do monopólio municipal.

Contudo, a partir de um determinado momento, esse monopólio foi quebrado e se instaurou uma concorrência entre empresas pela captação dos cadáveres; outra mudança importante para o funcionamento do mercado foi a transferência do lugar habitual da morte, que passou a ocorrer em hospitais ou asilos. Nessa nova situação, os *cadrages* do agenciamento mercantil anterior precisaram ser modificados, pois a organização do encontro mercantil passou a ser realizada em câmaras-ardentes localizadas no interior ou na proximidade dos hospitais. O processo de formulação dos preços dos serviços funerários continuou opaco, reforçando a assimetria entre as empresas prestadoras do serviço e os clientes. Nesse novo tipo de agenciamento, as câmaras-ardentes aparecem como centrais para sua estabilização, mas, são objeto de contestação por parte das empresas concorrentes, que veem no estabelecimento desse dispositivo sociotécnico nas relações entre funcionários dos hospitais, das delegacias de polícia e das funerárias uma forma velada de monopólio (Trompette, 2005).

Ao final da exposição, Callon argumenta que a análise do desenvolvimento do mercado de funerais possibilita a observação da evolução dos *cadrages*, com destaque para o processo de *passiva-ação*, que, no início, percorria um circuito curto (familiares do morto até a igreja) e, nos tempos atuais, percorre um circuito mais longo (hospitais ou asilos, câmaras-ardentes e cemitério ou crematório). Nesse sentido, destaca o papel central desempenhado pelas câmaras-ardentes e o alinhamento que elas possibilitam dos *cadrages* na constituição do novo agenciamento mercantil (Callon, 2017: 427).

Se o caso do mercado de serviços funerários chama atenção pelas mudanças, no exemplo do mercado de construção civil na Inglaterra o aspecto ressaltado é o da estabilidade. A partir de estudo feito por Lovell e Smith, Callon discute os motivos pelos quais empresas que trabalham com a tecnologia de pré-moldados não conseguem se estabelecer nesse mercado. A resposta apresentada está relacionada à invisibilidade e exclusão do cálculo dos custos de fabricação de elementos que fazem a força das empresas de pré-moldados. Destarte, Callon argumentará que apesar da constatação de que a construção pré-moldada apresenta menores defeitos e cumpre melhor os prazos acordados, a indústria tradicional da construção consegue manter-se, pois, “nos cálculos e avaliações praticadas pelo setor, esses eventos não são levados em consideração” (Callon, 2017: 429). Ou seja, apesar das críticas das empresas de pré-moldados, os dispositivos de cálculo e de formulação de preços continuam alinhados segundo o padrão tradicional do setor, elementos que são desconsiderados nas explicações sociológicas e econômicas tradicionais, que apontariam como fatores de estabilização, respectivamente, a aliança entre grupos de interesses e a maior competitividade do setor tradicional, considerando a estrutura de custos visíveis.

A dimensão política da abordagem dos agenciamentos mercantis

Na conclusão do artigo em que apresentou a teoria dos agenciamentos mercantis, Callon deixou clara a dimensão política da abordagem, que tem o propósito de interferir no funcionamento da ação mercantil, a partir de uma perspectiva mais profunda do que aquela proporcionada pela abordagem dos mercados-interface (Callon, 2013: 434). Enquanto essa última focaliza sua atuação na análise das questões relativas aos preços e ao ajustamento entre oferta e demanda, o *approach* dos agenciamentos mercantis abre espaço para um leque maior de discussões (e intervenções), partindo da questão da qualificação dos bens, passando pelo debate sobre as agências de cálculo, das modalidades de envolvimento entre agentes/bens, até chegar à questão central da formulação dos preços. No capítulo final do livro *O domínio dos mercados*, Callon retoma essa discussão e diz que apesar de as possibilidades de intervenção na organização dos agenciamentos mercantis serem múltiplas, a questão central a ser respondida está relacionada com a pergunta sobre “quais bens devem ser produzidos, para quais agentes e a quais preços?” (Callon, 2017: 433).

Para dar conta desse debate, o autor sugere um roteiro, denominado de “ciclo de base da engenharia política dos agenciamentos mercantis”, a partir do qual acredita ser possível esclarecer os mecanismos pelos quais certas concepções teóricas – de especialistas ou de profanos – podem ser levadas em consideração no estabelecimento dos agenciamentos mercantis. O esquema proposto é baseado em um ciclo de seis etapas, começando pela formulação de questões, passando em seguida pela organização do debate acerca dessas questões, pelo trabalho de teorização (aberta e/ou confinada), pelo estabelecimento de controvérsias, alianças e confrontações, pela transformação do tema em questão, findando com o estabelecimento e difusão dos novos *cadrages*, que estabilizarão a questão, até o surgimento de uma nova problematização⁹.

Para mostrar a produtividade dessa perspectiva de intervenção nos debates sobre o funcionamento dos mercados, pensados como agenciamentos mercantis, Callon proporá a discussão de questões relativas ao funcionamento do mercado financeiro, das estratégias de contenção do aquecimento climático e da constituição de mercados para produtos geneticamente modificados.

Sem entrar nos detalhes de cada uma das situações analisadas – que Callon diz que aprofundará em uma próxima publicação –, gostaria de destacar alguns ensinamentos das questões analisadas. Destarte, no caso da discussão sobre o fun-

9. Esse ciclo retoma, de certa forma, a reflexão apresentada por Callon e colaboradores acerca das controvérsias científicas e tecnológicas, com a sugestão da organização de fóruns híbridos, capazes de promover, ao mesmo tempo, uma democracia dialógica e resultados eficazes (Callon *et alii*, 2001).

cionamento dos mercados financeiros, Callon diz que seria necessário ir além da questão da eficiência dos mercados e abordar o funcionamento do mercado, considerado não como modelo abstrato, mas na perspectiva dos agenciamentos mercantis, ou seja, a partir da descrição de “seus equipamentos, dos *cadrages* e transbordamentos que suscitam” (Callon, 2017: 450).

Na discussão acerca da questão do aquecimento climático global, a sugestão é a de evitar um debate que oponha propostas fechadas¹⁰, de forma a avançar na elaboração de alternativas através de pequenos avanços progressivos, através da elaboração de *cadrages* que apontem no sentido da redução da emissão dos gases de efeito estufa, como, por exemplo, a consideração das emissões na contabilidade das empresas, de forma a permitir a reorientação das estratégias industriais (Callon, 2017: 466).

No último caso apresentado, Callon discute a possibilidade da convivência entre dois agenciamentos mercantis, o dos produtos geneticamente modificados e o da agricultura natural. Após criticar como a teoria econômica analisa a questão da concorrência entre diferentes configurações mercantis, diz que a questão que se coloca “é a de imaginar mecanismos capazes de prevenir a produção de fechamentos” ou irreversibilidades nos agenciamentos (Callon, 2017: 473)¹¹.

Para encerrar a discussão, Callon argumenta que o exercício teórico realizado demonstra a possibilidade de impor objetivos políticos constrangedores aos agenciamentos mercantis, e que uma “organização adequada e finamente calibrada das atividades mercantis”, contribuiria de forma mais efetiva para essa tarefa do que “simples medidas regulamentares” (Callon, 2017: 475).

Conclusão

A abordagem teórica desenvolvida por Callon e colaboradores – também conhecida como teoria da performatividade – constitui, junto com a análise das redes sociais e as abordagens institucionalistas e estruturalistas, o principal arcabouço teórico elaborado pela nova sociologia econômica para o estudo do funcionamento dos mercados (Fourcade, 2007; Beckert, 2009; Fligstein & Dauter, 2012; Steiner, 2018).

Em artigo que tem por objetivo assinalar a contribuição da sociologia dos mercados para a teoria social contemporânea, Marion Fourcade (2007) analisa três abordagens teóricas da nova sociologia econômica: a análise de redes sociais (teoria do *embeddedness* relacional); a teoria dos campos; e os estudos da pers-

10. As principais soluções apresentadas para enfrentar a questão do aquecimento climático global são: a elaboração de uma regulamentação estatal com limites para emissões dos gases de efeito estufa; a criação de um mercado de quotas das emissões (por país ou por setor industrial); e a criação de uma taxa sobre as emissões (Callon, 2017: 454).

11. Callon apresenta algumas indicações nesse sentido, tais como a organização de encontros favorecendo a dinâmica dos circuitos curtos da agricultura natural, mas que permitam também aos agricultores interessados a possibilidade de acesso às sementes transgênicas, caso isso seja de seu interesse.

12. Em texto escrito para um manual de sociologia econômica, Fabian Muniesa e Michel Callon (2009: 296) dizem que ao invés do termo *performativité* (performatividade) preferem utilizar o de *performation* (performação), uma vez que esse último designa melhor o fato que “*performer* (performar) é uma ação, um trabalho”.

13. Não por acaso um livro organizado por Franck Cochoy, no qual Callon escreveu o prefácio, foi intitulado *Du lien marchand: comment le marché fait la société* (Callon, 2012).

pectiva da performatividade¹². A autora argumenta que enquanto os trabalhos da análise de redes e da teoria dos campos procuram estudar como as estruturas sociais produzem os mercados, a escola da performatividade inverte esses termos e mostra como os mercados produzem a sociedade¹³. Nesse sentido, diz que essa abordagem apresentaria uma teoria da modernidade neofoucaultiana, tendo como principais características a dimensão central assumida pelos mercados (*gouvernementalité néolibérale*) e o papel dos dispositivos coletivos de cálculo (Fourcade, 2007: 1026).

Contudo, para o debate aqui proposto, a parte mais interessante desse artigo consiste na discussão que essa autora faz acerca das principais forças e fragilidades de cada perspectiva teórica, bem como das possibilidades de diálogo entre elas. No que concerne à teoria da performatividade, Fourcade (2007: 1025) argumentou que essa possui o mérito de destacar como a ciência econômica atua no processo de formatação dos fenômenos econômicos, mas que apresenta algumas fragilidades relacionadas à desconsideração da influência do contexto, das relações de poder (Bourdieu) e dos valores (Zelizer) no processo de *performatização*.

De acordo com Fligstein e Dauter (2012), a ideia central da abordagem *performativista* é que a ação econômica está intimamente relacionada à noção de cálculo e que a forma como esse cálculo é realizado “é crucial para a compreensão da estrutura dos mercados” (Fligstein & Dauter, 2012: 483). Indicam ainda como uma das principais contribuições dessa abordagem o destaque que conferem ao papel da ciência econômica na “constituição das ferramentas culturais” (Fligstein & Dauter, 2012: 494) que moldam o funcionamento dos mercados. Como ponto cego dessa perspectiva, evidenciam a pequena importância conferida a temas como a confiança, a legitimidade e a dependência de recursos e dizem que suas análises “geralmente ignoram os possíveis efeitos do governo e da legislação” na estruturação dos mercados (Fligstein & Dauter, 2012: 483).

Ao discutir os elementos centrais para o estabelecimento da ordem social dos mercados, Beckert aponta o papel desempenhado por “redes sociais, normas, estruturas cognitivas e instituições” na redução das contingências presentes no processo de coordenação dos atores (Beckert, 2009: 251), identificando a contribuição da teoria da performatividade como “enraizamento (*embeddedness*) cognitivo”. Contudo, ao discutir os três problemas centrais para o funcionamento dos mercados – a questão do valor dos bens e os temas da coordenação e competição dos atores econômicos –, Beckert confere pouca importância aos estudos da performatividade, citando-os apenas na discussão da qualificação e estabilização

da identidade dos bens no mercado, quando cita a discussão ocorrida por colaboradores de Callon acerca do “*attachement* (associação) simbólico do valor aos produtos” (Beckert, 2009: 256)¹⁴.

Em entrevista acerca de seu livro mais recente – *Imagined futures. Fictional expectations and capitalist dynamics* –, quando perguntado acerca da relação entre seu conceito de expectativas ficcionais (Beckert, 2017) e o debate sobre a performatividade das ciências econômicas, Beckert afirma ter restrições em relação a essa perspectiva analítica, criticando o peso exagerado que ela confere à capacidade da teoria econômica em moldar a realidade, desconsiderando o papel desempenhado por outros dispositivos cognitivos nesse processo (Finez & Naulin, 2018: 158).

Os primeiros trabalhos de Steiner (1999, 2010) sobre a sociologia dos mercados conferem pouca importância aos estudos de Callon, destacando de forma rápida a importância do “enraizamento econômico das relações econômicas” no processo de construção social dos mercados (Steiner, 1999:101), ou sublinhando o papel desempenhado por profissionais do mercado na construção da qualidade dos bens e na captura de clientelas (Steiner, 2005: 53). Contudo, em período mais recente, influenciado pelo desenvolvimento da proposta da abordagem dos agenciamentos mercantis, Steiner vem conferindo mais relevância à teorização calloniana, considerando-a como uma abordagem de grande relevância e uma “contribuição de porte geral para a sociologia dos mercados” (Steiner apud Berkowitz, 2014: 17)¹⁵.

Após a realização desse breve balanço, a questão a ser agora apresentada diz respeito aos ganhos analíticos obtidos com o desenvolvimento da abordagem proposta por Callon, bem como de suas fragilidades e insuficiências.

Creio que o principal ganho se situa no estabelecimento de parâmetros – os *cadres* – para uma descrição mais global e, ao mesmo tempo, mais detalhada do processo de qualificação e singularização dos bens, ao pensar as transações mercantis como processo complexo, envolvendo uma série de atividades que se desenvolvem a montante e a jusante daquelas que são consideradas e analisadas pela teoria mercado-interface.

Outra contribuição importante, e que pode ser vinculada à crítica realizada por Fourcade (2007) aos estudos *performativistas*, relaciona-se a um investimento mais claro no debate sobre o papel das relações de poder no interior dos agencia-

14. Em introdução a livro sobre a construção da qualidade dos bens, escrito em coautoria com Christine Musselin, Jens Beckert confere mais destaque aos trabalhos de Callon e colaboradores, sublinhando a importância dos dispositivos de medida nos processos de qualificação dos bens e, por conseguinte, na estruturação dos mercados (Beckert & Musselin, 2013).

15. Em contraste com o lugar secundário ocupado pela abordagem calloniana na coletânea de trabalhos representativos da sociologia econômica francesa que Philippe Steiner organizou com François Vatin (Steiner & Vatin, 2009).

16. Em resenha sobre *L'emprise des marchés*, Philippe Steiner dirá que a sociologia calloniana não identifica de forma precisa a natureza das relações de força presentes nos agenciamentos mercantis, que ele aborda a realidade (sociotécnica) de forma demasiadamente fluida, como um “tecido sem costura” (Steiner, 2018: 187).

17. Ao discutir a dinâmica dos agenciamentos, Callon (2017: 409) afirma: “Falar de agenciamento significa aposentar análises em termos de esferas, de normas ou de valores, de *cités* ou ainda de modos de regulação ou de coordenação”.

mentos mercantis¹⁶. Nesse sentido, ao discutir as disputas pela capacidade de formulação dos preços (agências de cálculo), Callon mobilizará a teoria pragmática da captura (*emprise*) de Francis Chateauraynaud (2015), dizendo que a captura é uma ação que resulta “de um processo relacional que conduz à tomada de controle de experiências do mundo social” (Callon, 2017: 372).

Apesar desses avanços, creio que duas críticas podem ser adiantadas em relação à abordagem dos agenciamentos mercantis: a primeira diz respeito à natureza dos fenômenos econômicos analisados; a segunda, em relação ao debate acerca da associação entre os dispositivos sociotécnicos e o mundo social.

Apesar de Callon sugerir que os mercados pensados como relações bilaterais representam a maior parte dos intercâmbios mercantis, os diversos exemplos mobilizados ao longo do livro dizem principalmente respeito a atividades que envolvem a prestação de serviços com utilização de algoritmos e que dificilmente poderiam ser caracterizadas como mercados comuns (Roth, 2016). Nesse sentido, concordo com Steiner, quando diz que os exemplos mobilizados por Callon pertencem ao universo da chamada “Economia 2.0” (Steiner, 2018: 192).

A segunda questão é mais profunda, pois, discute a primazia conferida pelos atores da teoria do ator-rede e dos estudos *performativistas* aos dispositivos (ou agenciamentos) sociotécnicos em relação ao mundo social¹⁷. Aqui, retomo a crítica elaborada Nicolas Brisset (2014) quanto à possibilidade de pensar a autonomia desses dispositivos de performatividade em relação a fatores sociais, pois, como mostra esse autor, a partir do exemplo da elaboração de um dispositivo de pareamento entre doadores/receptores de rins humanos, o processo de estabelecimento desse tipo dispositivo sociotécnico pressupõe um acordo (convenção) sobre sua natureza (mercantil *versus* não mercantil). No exemplo citado por esse estudo, Brisset (2014: 240) mostra como certos valores presentes na sociedade norte-americana fizeram com que o dispositivo de pareamento escolhido funcionasse segundo a perspectiva da doação ao invés de seguir uma lógica comercial, em razão da repugnância social ante a possibilidade de tratar os órgãos humanos como mercadorias.

Por fim, mas não menos importante, creio que é necessário problematizar a tese calloniana de que a intervenção nos agenciamentos mercantis seria mais efetiva do que as tentativas de regulação do mercado por normas (Callon, 2017: 475). Como indicam Ali Douai e Mathieu Montalban (2015), para o caso dos mecanismos de pagamento por serviços ambientais, a abordagem *performativista* desconsidere

ra o contexto político que antecede o momento de surgimento dos dispositivos sociotécnicos criados, transferindo o momento da luta política para o âmbito da formatação do dispositivo. De forma semelhante, procurei mostrar que o processo de construção dos dispositivos sociotécnicos da certificação florestal (Carneiro, 2017) e das concessões florestais (Carneiro, 2012) é inseparável do contexto institucional no qual foram gestados, bem como das lutas entre diferentes agentes, situados em posições distintas no mundo social (empresas, ONGs ambientalistas, agentes estatais), que participaram desses processos.

Referências

AKRICH, Madeleine. *Débordements. Mélanges offerts à Michel Callon*. "Collection Sciences Sociales". Paris: Presses des Mines, 2010.

BECKERT, Jens. Reimaginando a dinâmica capitalista. Expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. *Tempo Social*, v. 29, n. 1, p. 165-189, 2017.

———. The social order of markets. *Theory and Society*, v. 38, n. 3, p. 245-269, 2009.

BECKERT, Jens; MUSSELIN, Christine. Introduction. In: BECKERT, Jens; MUSSELIN, Christine (Eds.). *Constructing quality: the classification of goods in markets*, p. 1-40. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013. Disponível em: <<https://spire.sciencespo.fr/hdl:/2441/58lq63me7n8bipb7k8523o1org/resources/beckert-musselin-introduction-constructing-quality-cb-jb-cm.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

BERKOWITZ, Héloïse. Qu'est-ce qu'un agencement marchand? Débat avec Michel Callon. *Le Libellio a'ÆGIS*, v. 10, n. 2, p. 15-28, 2014.

BOISARD, Pierre; LETABLIER, Marie-Thérèse. Un compromis d'innovation entre tradition et standardisation dans l'industrie laitière. *Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi. Justesse et Justice dans le Travail*, v. 33, p. 209-218, Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2000.

BRISSET, Nicolas. Performer par le dispositif: un retour critique sur la théorie de la performativité. *L'Année Sociologique*, v. 64, n. 1, p. 217-246, 2014.

CALLON, Michel. *L'emprise des marchés. Comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer*. Paris: La Découverte, 2017.

———. . Qu'est-ce qu'un agencement marchand? In: CALLON, M. *et alii* (Dir.). *Sociologie des agencements marchands – textes choisis*, p. 325-440. Paris: Presses des Mines, 2013.

———. . Postface. In : COCHOY, Franck (Dir.). *Du lien marchand : comment le marché fait la société*, p. 343-362. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2012.

———. . Postface – La formulation marchande des biens. In : VATIN, F. (Dir.). *Évaluer et valoriser: une sociologie économique de la mesure*, p. 247-269. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2009.

———. . Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, n. 19, p. 302-321, Porto Alegre, 2008.

———. . Sociologie de l'acteur réseau. In : AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B. (Dir.). *Sociologie de la traduction – textes fondateurs*, p. 267-276. Paris: Presses des Mines, 2006.

———. . Introduction. The embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M. *The laws of markets*, p. 1-57. Oxford (UK): Blackwell, 1998a.

———. . An essay on framing and overflowing: economic externalities revisited by sociology. In: CALLON, M. (Ed.). *The laws of markets*, p. 244-269. Oxford (UK): Blackwell, 1998b.

———. . Réseaux technico-économiques et irréversibilités. In: BOYER, R. *et alii* (Dir.). *Les figures de l'irréversibilité en économie*, p. 195-230. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.

———. . Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication de coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, n. 36, p. 169-208, 1986

CALLON, Michel.; MÉADEL, Cécile; RABEHARISOA, Vololona. L'économie des qualités. In: CALLON, M. *et alii* (Dir.). *Sociologie des agencements marchands – textes choisis*, p. 143-170. Paris: Presses de Mines, 2013, p. 143-170.

CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian. Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. *Réseaux*, v. 21, n. 122, p. 191-233, 2003. Disponível em: <https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=RES_122_0189>.

CALLON, Michel ; LASCOURMES, Pierre ; BARTHE, Yannick. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2001.

CARNEIRO, Marcelo S. O papel dos dispositivos de prescrição e julgamento no funcionamento dos mercados: o caso da certificação florestal. *Revista Tomo* [Online], v. 30, p. 267-302, 2017.

———. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. *Caderno CRH* [Online], v. 25, p. 73-86, 2012.

CHATEAURAYNAUD, Francis. L'emprise comme expérience. Enquêtes pragmatiques et théories du pouvoir. *Sociologies*, [Online], 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologies/4931>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

COCHOY, Frank. *Une sociologie du packaging ou l'âne de Buridan face au marché*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

———. Le "qualcul" économique du consommateur: ce qui s'échange autour d'un chariot. *L'Année Sociologique*, v. 61, n. 1, p. 71-101, 2011.

DIAZ-BONE, Rainer; THEVENOT, Laurent. La sociologie des conventions. La théorie des conventions, élément central des nouvelles sciences sociales françaises. *Trivium* [en ligne], n. 5, 2010. Disponível em: <<http://trivium.revues.org/3626>>. Acesso em: 10 Set. 2014

DUMÉZ, Hervé; JEUNEMAÎTRE, Alain. Quand l'économie échoue à être performative. Une étude de cas. In: AKRICH, M. *et alii* (Dirs.). *Débordements. Mélanges offerts à Michel Callon*, p. 129-142. Paris: Presses des Mines, 2010.

DOUAI, Ali; MONTALBAN, Mathieu. Construction (sociale) des marchés et régulations environnementales: un point de vue institutionnaliste. *Revue Internationale de Droit Économique*, v. 29, n. 2, p. 211-235, 2015.

FINEZ, Jean. La construction des prix à la SNCF, une socio-histoire de la tarification. De la péréquation au *yield management* (1938-2012). *Revue Française de Sociologie*, v. 55, n. 1, p. 5-39, 2014. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2014-1-page-5.htm>>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

FINEZ, Jean; NAULIN, Sidonie. Entretien avec Jens Beckert. «Orienter l'action économique vers le futur est un trait central du capitalisme moderne». *Revue Française de Socio-Économie*, n. 21, p. 151-164, 2018.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 481-503, 2012.

FOURCADE, Marion. Theories of markets and theories of society. *American Behavioral Scientist*, n. 50, p. 1015-1034, 2007.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Le marché de l'excellence: les grands crus à l'épreuve de la mondialisation. Paris: Les Éditions du Seuil, 2009.

GEERTZ, Clifford. Le Souk de Sefrou. Sur l'économie du bazar. Paris: Éditions Bouchène, 2003.

HERLEM, Kévin. Une autre approche des marchés. À propos de sociologie des agencements marchands de Michel Callon. *Le Libellio a'ÆGIS*, v. 10, n. 2, p. 7-14, 2014. Disponível em: <<http://lelibellio.com/wp-content/uploads/2013/02/Le-Libellio-vol-10-n%C2%B0-2-pages-5-%C3%A0-28-2014-DOSSIER-Les-Agencements-marchands.pdf>>. Acesso em: 20 Mar. 2018.

LE VELLY, Ronan. *Sociologie du marché*. Paris: La Découverte, 2012.

MUNIESA, Fabian ; CALLON, Michel. La performativité des sciences économiques. In : STEINER, P. ; VATIN, F. (Dir.). *Traité de sociologie économique*, p. 289-324. Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROTH, Alvin E. *Como funcionam os mercados: a nova economia das combinações e do desenho dos mercados*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

———. Les sociologies économiques relationnelles: reflexions sur trois ouvrages récents. *Revue Française de Socio-Économie*, n. 21, p. 185-196, 2018.

———. Marché, transaction marchande, et non marchande. HATCHUEL, A.; FAVERAU, O.; AGGERI, F. (Dir.). L'activité marchande sans le marché ? Colloque de Cerisy, p. 147-157. Paris: Presses des Mines, 2010.

———. Le marché selon la sociologie économique. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, v. 18, n. 132, p.31-64, 2005.

———. *La sociologie économique*. Paris: La Découverte, 1999.

STEINER, Philippe; VATIN, François. Introduction – Le fait économique comme fait social. In : STEINER, P.; VATIN, F. (Dir.). *Traité de sociologie économique*, p. 1-12. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

TROMPETTE, Pascale. Une économie de la captation: les dynamiques concurrentielles au sein du secteur funéraire. *Revue Française de Sociologie*, v. 46, n. 2, p. 233-264, 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-1-2005-2-page-233.htm>>. Acesso em: 15 Jan. 2018.



O significado socioeconômico do turismo na natureza: o Pantanal diante das normas reguladoras do Estado

Recebido: 17.10.18
Aprovado: 28.05.19

Cleber J. R. Alho*

* Cleber J. R. Alho é professor titular aposentado do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); Ph.D. em ecologia pela UNC-Chapel Hill, Estados Unidos da América e pós-doutorado pelo Natural History Museum, Smithsonian Institution, Washington, D.C., Estados Unidos. Atualmente é professor-orientador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Orcid: 0000-0003-4569-5312. <alho@unb.br>.

Resumo: O Pantanal é um bioma sazonal, de *habitats* inundáveis, ecologicamente produtivos, com biodiversidade exuberante, que tem atraído o turismo na natureza. Ambiente protegido, é o principal produto do mercado do ecoturismo e seu crescente fator socioeconômico para a gente local. O Pantanal ainda oferece uma complexa diversidade ambiental e biológica, valorando os ecossistemas naturais, o que tem sido crucial para o turismo, ajudando a manter a integridade do bioma. Estudos revelam que alterações e perda de *habitats*, com conversão da vegetação natural em pastos para o gado e em campos agrícolas, além do turismo não sustentável, são problemas ambientais que afetam a região. Se por um lado o Pantanal merece ter sua natureza protegida, por outro lado, a presença do homem tem levado ao indispensável crescimento socioeconômico, o que inclui o turismo na natureza. Este estudo analisa a percepção em mudança do homem pantaneiro em busca de seu desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Benefício socioeconômico. Biodiversidade. Natureza protegida. Pantanal. Turismo sustentável.

The socioeconomic meaning of nature-based tourism: the Pantanal under governmental regulations

Abstract: The Pantanal is a seasonal biome of flooded habitats with exuberant biodiversity, which is ecologically productive and has attracted nature-based tourism. A protected environment is the main market product for ecotourism, with a growing socioeconomic factor for the local people. The Pantanal still keeps a complex environmental and biological diversity, valuing the natural ecosystems, which are crucial for tourism, supporting the biome's integrity. Studies reveal that habitat alteration and loss, with conversion of natural vegetation into pasture for cattle ranching and agriculture cropping, and also the non-sustainable tourism, are environmental threats affecting the region. If, on the one hand, the Pantanal deserves to keep its protected nature, on the other hand, human presence favors indispensable socioeconomic growth, which includes ecotourism. This study analyses the local population's perception of achieving their socioeconomic development through growing tourism in nature.

Keywords: Biodiversity. Pantanal wetland. Protected nature. Socioeconomic benefit. Sustainable tourism.

Introdução

Tem sido crescente o turismo na natureza no Pantanal nos últimos anos. No Brasil, estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council*), em parceria com a Universidade de Oxford, revela que em 2017 o setor movimentou US\$ 163 bilhões, 7,9% do PIB brasileiro, e foi responsável por 6,59 milhões de empregos (Brasil, 2018).

Em 2014, o turismo cresceu 4,5% em relação ao ano anterior e movimentou R\$ 316 milhões em Corumbá, às portas do Pantanal (*Campo Grande News*, 2015). Foram 214.500 visitantes, segundo a Fundação de Turismo do Pantanal, que monitora o impacto do setor na economia corumbaense. Informa ainda que o turismo corresponde a 8,4% do PIB do município. O setor foi responsável pela geração de quase mil empregos diretos, injetando mensalmente cerca de R\$ 1,3 milhões na economia local. A Fundação de Turismo do Pantanal, da Prefeitura de Corumbá, informa que os turistas que chegam àquela cidade têm como destino o Pantanal. No Pantanal de Mato Grosso, segundo estudo sobre o Plano de Marketing Turístico do Pantanal, a permanência média de turistas deverá passar de 4,96 dias, em 2011, para 5,8 dias em 2023. Assim como Corumbá, no sul do Pantanal, a cidade de Cuiabá, ao norte, recebe turistas que se destinam ao Pantanal. O índice de competitividade de destino de turistas da cidade de Cuiabá, medido entre os anos 2008 e 2015, mostra resultado superior à média do Brasil (Brasil, 2015). Os principais destinos do turista que chega a Cuiabá são o Pantanal e a Chapada dos Guimarães, que é parte das terras altas do entorno da planície pantaneira. O crescente fluxo turístico no mundo é revelado pela Organização Mundial das Nações Unidas para o Turismo (UNWTO), que estima, para o ano de 2020, 1,6 bilhões de turistas deslocando-se no mundo todo, desembolsando US\$ 2 trilhões. Ainda segundo a UNWTO, em 2018, um total de 1,4 bilhões de turistas internacionais se movimentaram no mundo e, em 2019, um aumento de 3 a 4% é esperado (UNWTO, 2019).

O fato é que há consolidada evidência do crescimento do fluxo turístico no mundo, no Brasil e no Pantanal. Enfim, viagem e turismo são atividades que se mostram de significativo crescimento no mundo todo, com estreita relação com o desenvolvimento socioeconômico.

O Pantanal é uma enorme área úmida, localizada na região central da América do Sul (150.355 km²), principalmente no Brasil (cerca de 140.000 km²), tocando o Paraguai e a Bolívia. A planície inundável é alimentada pelo rio Paraguai e seus tributários, formando um complexo mosaico de *habitats*, dando apoio a uma bio-

diversidade rica e abundante. O bioma conta com sazonalidade anual de seca e enchente, o que o torna altamente produtivo em diferentes *habitats* naturais, onde ocorrem espécies abundantes e raras. Essa grande produtividade oferece ao visitante a chance de ver aglomerações de aves em ninhais, de mamíferos espetaculares como cervos, capivaras, lobinhos, bem como animais raros, como a onça. Essa rica e abundante biodiversidade, que inclui várias espécies em extinção em outras regiões, tem atraído turistas do país e do exterior, emoldurando um significativo potencial socioeconômico para a região.

A crescente indústria turística no Pantanal, motivada pelos apelos ambientais estéticos da biodiversidade, dos atributos culturais e de recreação, indica essa nova força socioeconômica para a região. A observação de aves, um atrativo de grande interesse internacional, tem também conquistado destaque no Pantanal, junto com outras atividades recreativas, como a pesca esportiva.

O turismo na natureza está relacionado à natureza social do homem. Esse comportamento tem ainda reforço no enfoque da biofilia, que postula a afinidade natural do homem, principalmente do homem urbano, em expressar seu sentimento de prazer e conforto diante da natureza protegida e das formas de vida que participam do ambiente natural (Wilson, 2006: 63). Esse autor argumenta que nossa afinidade pela diversidade de vida é uma essência da humanidade, o que nos remete ao apego aos seres vivos. A teoria da biofilia implica em consequências robustas para o bem-estar da sociedade humana, porquanto indica comprometimento com o mundo natural. Ao contrário, o distanciamento da sociedade humana da natureza e mesmo a destruição dos ambientes naturais têm potencialmente impacto negativo na qualidade de vida, não só material, mas também psicológica e espiritualmente. Diversos estudos que dão apoio à biofilia mostram como o entendimento da sociedade moderna se interconecta com a natureza, indicando que há um engajamento do homem com o ambiente natural, em qualquer lugar, em busca de entretenimento, inspiração, paz pessoal, rejuvenescimento, apoio espiritual e outras recompensas (Krcmárová, 2009: 4-5).

O crescente turismo na natureza no Pantanal tem propiciado o aumento de pousadas e outras acomodações, restaurantes, veículos para transporte dos visitantes a locais de interesse. Além disso, incentiva a frequência de voos para as cidades próximas que dão acesso às pousadas, como Cuiabá, Corumbá, Campo Grande e outros centros urbanos.

Essa tendência relativa à procura por recreação na natureza protegida, com fácil visualização da fauna regional, com incentivo ao desenvolvimento socioeconômico

co, tem sido bem destacada em estudos publicados mundialmente para diversas regiões do globo (Sharma *et alii*, 2012: 10-31).

O turismo compreende variáveis da atividade produtiva tais como apoio à proteção da natureza, infraestrutura para acomodações e transporte, serviços diversos incluindo o papel dos guias turísticos, divulgação do produto, aspectos econômicos e sociais da localidade, dentre outras.

Embora a base da economia do Pantanal seja tradicionalmente a pecuária extensiva, o turismo na natureza vem ganhando espaço e importância para os proprietários de terras da região. Esse fato tem hoje um enfoque relevante. Em passado recente, por exemplo, os fazendeiros do Pantanal empregavam peão especializado em abater onça que predava o gado, seu principal produto para o mercado (Alho *et alii*, 1988: 166). Hoje, grandes predadores do topo da cadeia trófica, como a onça, são trunfos para a visualização e fotografia pelos turistas no Pantanal, e muitos fazendeiros agora protegem as onças, como seu produto de venda para o visitante (Tortato *et alii*, 2017: 111-112). É a indicação de um novo enfoque econômico para a proteção de espécies da biodiversidade em seu *habitat* natural, com benefícios ecológicos e sociais, pois o turista procura a natureza íntegra, o que gera benefícios socioeconômicos para o proprietário das pousadas e seus empregados. Há cálculos financeiros mostrando que mesmo que a onça – agora protegida – ainda que causando danos pela predação do gado, o retorno pelo benefício econômico do turismo é maior (Tortato *et alii*, 2017: 112).

A interação social entre o turista nacional ou internacional com a comunidade humana do Pantanal proporciona recreação, aprendizado, respeito mútuo, tolerância, conscientização ambiental e outros elos importantes. Por outro lado, o turismo incentiva os benefícios socioeconômicos da região com a criação de oportunidades de empregos e renda para os fazendeiros locais.

Contudo, há impactos negativos causados pela atividade turística, os quais se somam às ameaças ambientais já existentes no Pantanal, e que devem ser analisados para serem mitigados, eliminados, ou mesmo compensados pelo esforço conjunto do governo e dos agentes que exploram o turismo. Para alguns autores, o turismo como indústria sem chaminé é um mito, pois, se não for bem gerenciado, causa danos ambientais em tempo muito curto (Lopes & Sassi, 2011: 7). Essa postura é ambígua, por ser capaz de proteger o ambiente natural que passa a ser fonte de renda, ao mesmo tempo em que degrada a natureza (Sabino *et alii*, 2012: 14-15). O governo federal, por meio do Ministério do Turismo, junto com os dois estados cujos territórios compartilham o Pantanal — Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul – tem incentivado e promovido o turismo pantaneiro. Todavia, um crescente número de pousadas não é sequer autorizado ou registrado, não conta com infraestrutura sanitária e coleta de lixo, além de outros problemas.

O objetivo deste artigo é analisar a expansão do turismo na natureza no Pantanal, explorar seu potencial socioeconômico para benefício dos povos locais em relação às normas do estado, da realidade regional e, ainda, propor ações que possam implementar o turismo sustentável no bioma.

Métodos

Este estudo tem como base a experiência do autor, com mais de 35 anos de pesquisa no Pantanal, reforçada por consulta à literatura publicada sobre o tema.

Discussão dos resultados

A produtividade dos ecossistemas aquático e terrestre do Pantanal, com sua exuberância, depende de quatro fatores importantes para o turismo na natureza:

- i.* quantidade de nutrientes carreados pelos rios que vêm do planalto do entorno até à planície pantaneira;
- ii.* extensão do Pantanal, com toda a complexidade de seus *habitats* e sua biodiversidade associada;
- iii.* dinâmica sazonal de enchente-cheia-vazante-seca; e
- iv.* influência biogeográfica dos biomas vizinhos: Amazônia ao norte, Cerrado a leste, Chaco a oeste, e fragmentos residuais de Mata Atlântica ao sul.

O ritmo da teia da vida no Pantanal e a motivação pelo turismo

O turista que procura a natureza íntegra para seu lazer, além de obter fotografias dos ambientes e da biodiversidade, também procura entender como a natureza funciona no local. Se por um lado o crescente turismo na natureza no Pantanal promove empregos, a elevação do número de pousadas, a educação ambiental e a conservação dos ambientes procurados pelo visitante, por outro lado é relevante que o turista queira explorar o significado, o mecanismo e as relações ecológicas que compõem a complexa teia da vida.

A diversidade de ambientes naturais e a heterogênea biodiversidade do Pantanal mudam a cada dia e, principalmente, a cada estação desse bioma extremamente sazonal. As espécies da fauna silvestre competem entre si por alimento, nichos reprodutivos e outros recursos, conforme seus *habitats* mudam em função da sazonalidade de enchente, cheia, vazante e seca. Em alguns anos, cerca de 80% das terras do Pantanal são inundadas (Alho, 2005: 212; Alho & Silva, 2012: 592). Por se tratar de um ambiente produtivo, as águas que inundam a região com componentes físico-químicos e biológicos produzem ciclagem de nutrientes que mantém a biodiversidade, com fito e zooplânctons, invertebrados diversos, plantas, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, numa intensa e complexa inter-relação, inclusive com espécies capazes de antecipar mudanças ambientais, reagindo a eventos sazonais.

Esse sistema sazonalmente produtivo contém uma elevada diversidade de plantas macrófitas aquáticas, com cerca de 280 espécies (Pott, Pott, Lima, Moreira & Oliveira, 2011: 255); com cerca de 2.000 espécies da flora (Pott, Oliveira, Damasceno Júnior & Silva, 2011: 2 65); compondo uma enorme diversidade de *habitats* naturais (Scremin-Dias *et alii*, 2011: 277-279); habitados por 269 espécies de peixes (Britski *et alii*, 2007: 230); 70 de anfíbios e 170 de répteis (Strüssmann *et alii*, 2007: 73), onde o abundante jacaré-do-pantanal aparece como ícone; mais de 600 espécies de aves e 174 espécies de mamíferos semiaquáticos, aquáticos e terrestres (Alho *et alii*, 2011: 297).

Habitats terrestres são inundados durante a cheia, com expansão e retração sazonal de ambientes aquáticos e terrestres. Na cheia, os peixes deixam o leito dos rios e se dispersam pelas áreas inundadas para se alimentarem e se reproduzirem (Alho & Reis, 2017: 25). Na estação da seca, os ambientes terrestres se expandem e são habitados por numerosas espécies de mamíferos, como as abundantes capivaras, os cervos-do-pantanal, lobinhos e muitos outros (Mamede & Alho, 2006: 993-996). Há oito espécies de primatas na região, sendo o bugio (*Alouatta caraya*) um dos macacos mais abundantes e procurados pelos turistas para serem observados e fotografados (Alho & Passos, 2019: 163).

Na estação seca, com o retorno das águas pelas vazantes aos leitos dos corixos e rios, as depressões no terreno plano permanecem cheias de água, ambientes que são localmente chamados de baías, com enorme concentração de peixes, crustáceos e outros organismos que ali ficam aprisionados. Aí se agregam centenas de aves aquáticas de diferentes espécies, em colônias espetaculares, para se aproveitarem dessa farta oferta de alimento. Formam as chamadas guildas alimentares e também guildas reprodutivas, com os “ninhais”, nas árvores próximas, repletas de

aves se reproduzindo, como o cabeça-seca, a garça-branca-grande, a garça-cinza, o tabuiaíá, a garça-branca-pequena, o tuiuiú, a curicaca, a curicaca-real e o colheireiro, formando grandes colônias.

Há ainda outras espécies de aves que têm estreita relação com as fases sazonais hídricas do Pantanal, como o carão, a biguatinga, o biguá e o tachã. A abundância de espécies de aves é um dos atrativos procurados pelo turista nacional e internacional, especialmente o observador de aves, chamado internacionalmente de *bird-watcher*. A arara-azul grande, hoje rara em outros biomas brasileiros, é ainda muito abundante no Pantanal. Também no Pantanal ocorrem aves migratórias procedentes de regiões longínquas, como a ave migratória Trinta-réis (*Sterna paradisuea*), que migra da Argentina para o Pantanal, percorrendo aproximadamente mil quilômetros. *Tinga melanoleuca* (maçarico-grande-de-perna-amarela), *Pandion haliaetus* (águia-pescadora), *Bartramia longicauda* (maçarico-do-campo) e *Pluvialis dominica* (batuirucu) são exemplos de espécies de aves migratórias que nidificam no Ártico, do Alasca ao leste do Canadá, e migram rumo ao Sul, passando pelas áreas centrais do Canadá e dos Estados Unidos, fazendo parada no Pantanal, algumas delas possivelmente permanecendo como residentes de inverno (Nunes & Tomas, 2004: 9; WWF-Brasil, 2008: 17-22). Passam determinado período na área pantaneira, retornando depois para os locais de origem. Este constitui outro atrativo para o turista internacional observador de aves.

Além das aves, há diversas espécies que se beneficiam da oferta de recursos ecológicos fartos, como alimento e sítios reprodutivos, exibindo populações vigorosas de capivaras, jacarés, lobinhos, incluindo espécies já oficialmente listadas de extinção, mas ainda lá abundantes, como o cervo-do-pantanal.

Em função desse ritmo sazonal, algumas espécies se dispersam, saindo dos *habitats* menos favoráveis em termos de oferta de alimento e nichos reprodutivos, enquanto outras se beneficiam. Por exemplo, durante a cheia, as plantas macrófitas aquáticas cobrem rapidamente os ambientes rasos inundados. Nesses ambientes, há proliferação de plânctons, insetos, crustáceos, peixes e outros. Na estação seca, esses mesmos ambientes formam extensos campos cobertos por vegetação terrestre que cresce rapidamente, e que serve de pasto para capivaras, cervos e muitas outras espécies terrestres.

Todo esse ritmo da vida no Pantanal constitui fenômeno natural e atrativo espetacular para o turista. A biodiversidade do Pantanal está adaptada ao calendário sazonal anual, quando as espécies se alimentam e se reproduzem, dependendo da estação do ano. O turista pode entender e desfrutar de diferentes eventos,

cada um com sua característica, ao longo do ano. Mesmo as plantas do Pantanal variam sua estratégia de produção de flores, frutos e novos brotos, o que serve de alimento para a fauna, dependendo do ciclo anual, fenômeno que se denomina ritmo fenológico.

Dimensão humana no Pantanal: turismo, natureza e benefícios socioeconômicos

Em nome do chamado desenvolvimento, os ecossistemas naturais do Pantanal podem ser modificados e destruídos? É fato que o Pantanal tem sofrido grande número de ameaças ambientais, entre elas desmatamentos na própria área inundável, como também no planalto do entorno, onde nascem os rios da margem esquerda do Rio Paraguai, os quais descarregam suas águas na planície; introdução de espécies exóticas, como forrageiras para pasto do gado, substituindo a vegetação natural; poluição de águas por deficiência ou ausência de sistema sanitário, e tantas outras ameaças ambientais.

Não somente é o desmatamento com conversão radical da vegetação original que impacta a biodiversidade. A alteração parcial pelo corte seletivo de árvores para suprir de madeira as fazendas para cercas e outros usos também afeta a biodiversidade. Isso tem sido verificado nas pousadas do Pantanal. Um exemplo que tem sido bastante notado, e que ilustra esta ameaça, é o caso do corte de árvores maduras, como é o caso do manduvi, cujo oco serve de nicho ecológico para ninho da arara-azul e outros animais silvestres, e também suas sementes servem de alimento para o bugio. A proteção da oferta de nicho reprodutivo é essencial para a manutenção de espécies da biodiversidade.

Grandes centros urbanos, como Corumbá, Cuiabá, Cáceres e muitos outros, localizam-se às margens dos rios que inundam a planície, com infraestrutura sanitária deficiente, que despejam dejetos nos rios, afetando a qualidade da água.

Quem percorre o Pantanal pelas grandes rodovias, como a Transpantaneira, no Mato Grosso, e a Estrada Parque no Mato Grosso do Sul, depara-se, com frequência, com atropelamento de fauna silvestre.

A pesca comercial, esportiva e de subsistência é também fator socioeconômico importante para o Pantanal. No entanto, o estoque pesqueiro tem diminuído e a sobrepesca tem sido evidenciada para algumas espécies de peixes (Alho & Reis, 2017: 27).

A alteração de *habitats* e o desmatamento têm afetado os ambientes terrestres e aquáticos e a biodiversidade associada a eles. O fogo tem sido usado pelos fazendeiros na época da seca. A dinâmica de enchente tem sido ameaçada por obras de infraestrutura, como pequenas centrais hidrelétricas, estradas e outras.

O Pantanal tem experimentado a introdução de espécies exóticas tais como duas espécies de forrageiras africanas, as braquiárias, que cobrem agressivamente o solo e têm sido amplamente usadas pelos fazendeiros criadores de gado para converter a vegetação natural em pastagens cultivadas.

O porco comum, que se torna feral, localmente chamado de porco-monteiro, é comumente visto nas grandes áreas abertas do Pantanal. Ultimamente, há crescente preocupação com a expansão do javali, possivelmente fugido de criadouros.

O mexilhão dourado é um molusco asiático que alcançou as águas do Pantanal através do sistema Prata-Paraguai, e tem-se disseminado na região, interferindo na estrutura e função dos *habitats* aquáticos. Os peixes amazônicos tucunaré e tambaqui foram introduzidos nos rios pantaneiros, o que contribui para alterar a comunidade regional de peixes.

Durante o início da estação de cheia, quando a água do rio, na região da planície, começa a extravasar, saindo do leito para inundar a floresta ripária, alguns peixes deixam o leito do rio para explorar a área inundada da floresta. Esse é o caso do pacu, um dos peixes mais importantes do Pantanal sob o enfoque socioeconômico. O principal item alimentar do pacu é a semente da palmeira nativa das florestas ripárias. Portanto, o desmatamento dessas florestas afeta diretamente peixes e outras espécies da biodiversidade.

Geralmente, onde se localizam as instalações que recebem turistas que buscam a pesca esportiva, há gente local encarregada da captura de iscas vivas para serem fornecidas às pousadas, as quais revendem essas iscas aos turistas. Isso é parte de um mercado crescente, em função do incremento da pesca esportiva e, portanto, há uma crescente demanda por iscas vivas. Essas iscas são pequenos peixes como tuvira, cascudo, mussum e caranguejos dentre outros organismos, que vivem em ambientes de área de inundação rasa, de pouca correnteza, das “baías”, corixos, vazantes e rios, dominados por vegetação aquática, as macrófitas aquáticas, localmente conhecidas como camalotes, baceiros e batumes. Aqui, pelo menos dois impactos negativos são observados:

- i. a intensa captura, até mesmo à exaustão, dessas espécies que servem como iscas vivas; e

ii. o efeito sobre a degradação do *habitat* e toda a comunidade ecológica da qual fazem parte integrante essas espécies.

Se, por um lado, os coletores se beneficiam dessa captura para sua subsistência, por outro, há de se buscar um meio sustentável de se utilizar esse recurso da biodiversidade regional relacionada ao turismo da pesca esportiva.

Quando há pesca sem controle, exaurindo os cardumes e reduzindo o tamanho dos peixes capturados, caracterizando a pesca predatória, há evidência da sobrepesca (Alho & Reis, 2017: 27). Ainda, nas fazendas, em pousadas para turistas e em barcos para pesca esportiva não há coleta nem tratamento adequado do lixo e outros dejetos produzidos. No rio Paraguai, perto de Corumbá, é notável o aumento de resíduos sólidos no leito e nas margens do rio, a partir do período da abertura da pesca. Alguns barcos de pesca ou hotéis flutuantes, para a pesca esportiva, também exploram o turismo sexual.

Esse conflito da postura ambivalente entre desenvolvimento socioeconômico tradicional e natureza protegida pode ter uma opção de equilíbrio por meio do turismo sustentável.

O turista fica entusiasmado quando tem a oportunidade de ver e fotografar uma onça no Pantanal, que representa o poder e esplendor do predador-topo da cadeia trófica. Contudo, o turista quer ver esse ícone como um elemento importante do ecossistema local. Quando uma espécie como essa fica localmente extinta ou, por outro lado, sua presença é resultado de artifícios especiais, alheios à conservação da natureza, o ecossistema é afetado, perdendo assim a medida de sua significância.

Um dos problemas que se verificam no Pantanal é o hábito de os agentes das pousadas fazerem o que denominam “ceva”, para atrair animais silvestres para suas propriedades, a fim de serem vistos e fotografados por turistas. Os órgãos ambientais locais dizem que oferecer alimento ou ceva para animais com o fim de abate pela caça é infração, mas isso não se aplica à ceva para observação e fotografia. De fato, em algumas fazendas que exploram o turismo no Pantanal é comum o emprego de ceva. Para atrair a arara-azul-grande, por exemplo, usa-se o fruto do acuri, alimento preferido pelas araras. Em alguns locais, oferece-se alimento até para a onça, como atrativo.

A biodiversidade do Pantanal não é só fonte de admiração e fascínio científico. Os vigorosos recursos biológicos que ocorrem no bioma têm contribuído para o bem-estar da gente local (Alho, 2012: 153) e para o incremento do turismo, particu-

larmente para os que procuram o deleite de apreciar e fotografar a fauna silvestre (Tortato *et alii*, 2017: 110).

Na visão utilitária, a terra degradada pelo homem reduz sua capacidade de prover serviços ecossistêmicos; na visão ecológica, os impactos afetam função e estrutura intrínsecas dos ecossistemas naturais, das quais a biodiversidade é parte fundamental.

Algumas ameaças ambientais são de natureza técnico-científica, como aquelas que influenciam a estrutura e a função dos ecossistemas. Outras são de natureza política e administrativa e podem frequentemente ser evitadas, como o controle e a gestão das instalações e atividades turísticas, os padrões de pesca predatória e ilegal, o controle de desmatamento ilegal e outras ações que podem ser controladas.

É relevante para o turista na natureza explorar o significado, o mecanismo da biodiversidade em relação à complexa cadeia da vida silvestre. O turista na natureza se entretém com a experiência espetacular da paisagem, com a identidade ambiental, incluindo também a cultura da gente local. Desse modo, é implícito que o entretenimento seja feito num contexto de educação ambiental. Implica em responsabilidade ambiental.

O turismo no Brasil é regulado pela Lei federal 11.771, de 17 de setembro de 2008, que define as atribuições do governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. O Ministério do Turismo tem programação para implementar e incentivar o turismo. Por sua vez, os dois estados que compartilham território no Pantanal, o Mato Grosso conta com a Secretaria Adjunta de Turismo, e o Mato Grosso do Sul com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

As normas e diretrizes ditadas pelos órgãos turísticos ficam absolutamente distantes do que se observa no campo, sem implementação prática. Embora tenha havido seminários, palestras, programas e outras ações para promover o turismo no Pantanal, com raríssimas exceções, essas ações não gozam de implementação em face da realidade que se observa no campo.

É esperado que as comunidades locais que exploram o turismo no Pantanal tenham o compromisso óbvio de obedecerem às normas existentes. Idealmente, ao se estabelecerem as bases físicas e programáticas para se explorar o turismo na natureza, incluindo aqui o proprietário da terra e seus empregados como guias turísticos, e considerando que o principal produto desse mercado é a natureza protegida, não seria mais necessário se buscar pretenso apelo de conscientização ambiental ou

aplicação da legislação ou regras para garantir a exploração por meio do turismo sustentável. Distante desse ideal, o presente meio de exploração do turismo no Pantanal carece de um plano de ação com a participação efetiva do Estado.

Conclusão

Fica evidente, diante da expansão do turismo na natureza no Pantanal, que seus benefícios socioeconômicos só podem ser eficazes se houver apoio à conservação da natureza. Fica relevante também que o turismo é uma das diversas opções para o desenvolvimento socioeconômico regional em apoio adicional à proteção da natureza.

Quando a biodiversidade é afetada e reduzida, com a alteração e eliminação de *habitats* naturais, ocorre o rompimento de um elo importante na teia da vida, produzindo efeitos desastrosos para a forma e função do ecossistema. Este é um efeito ecológico, independente do aspecto moral ou ético, ou mesmo da fragilidade de aplicação da legislação pelo Estado.

Verifica-se a fragilidade da aplicação da legislação em virtude da fraca estrutura institucional para o meio ambiente e para o turismo. A fiscalização é inadequada ou mesmo ausente. O conflito entre a expansão do turismo na natureza e a necessária proteção da natureza é evidente.

A variável da ameaça ambiental se traduz na integração:

- i.* com os componentes físicos e químicos (*habitat* natural, fluxo de nutrientes, solo, qualidade da água etc.);
- ii.* com o componente biótico (ocorrência de plantas e animais terrestres e aquáticos, diferentes tipos de cobertura vegetal natural etc.); e
- iii.* com elementos socioeconômicos (atração do turista pela fauna silvestre, pesca comercial e esportiva, extração de produtos naturais, pecuária etc.).

Serviços ecossistêmicos são definidos como benefícios para o homem, derivados da função e dos processos ecossistêmicos. A função ecossistêmica é a habilidade dos processos naturais de prover bens e serviços para a necessidade humana. São atributos que a função e o processo do ecossistema natural fornecem como valores para o homem como turismo na natureza, pesca, madeira, água, ar puro, medicamentos e outros.

Sob o ponto de vista socioeconômico, turismo, pecuária, cultivo de soja, pesca comercial e esportiva, e outras atividades produtivas são importantes, pois necessárias para proverem recurso econômico e progresso social para a região. Contudo, o mercado não pode se sobrepor aos problemas ambientais, que também afetam fatores socioeconômicos, com perda da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos. A via pragmática da conservação deve abranger, além do benefício socioeconômico, também a dimensão ética e a proteção ambiental, para o foco do desenvolvimento sustentável. O turismo na natureza promove uma alternativa para a elevação do padrão de vida dos fazendeiros e de seus empregados, produzindo benefícios para a gente local. No entanto, há imperativos ambientais e sociais associados ao turismo sustentável.

As ameaças à natureza estão em geral relacionadas ao controle ineficaz e à carência da aplicação da legislação existente, por conta da pobre infraestrutura institucional encarregada de aplicar a legislação e fiscalizar o extenso Pantanal.

O plano de ação para conservação deve integrar os atores envolvidos, na busca da implementação da legislação e instruções normativas, incluindo fiscalização e controle.

Dentre os grandes projetos executados no Pantanal e que tratam de algum modo da questão do turismo citam-se:

- i.* o Estudo para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (Edibap), executado entre 1977 e 1989;
- ii.* o Plano para a Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), de 1997;
- iii.* o Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai (GEF-Pantanal (ANA/GEF/Unep/OAS), executado pela Agência Nacional de Águas (ANA), com o apoio de instituições internacionais, de 2005.

Mais uma vez, são planos muito bons, mas que carecem da implementação prática das ações propostas.

No entanto, somente informações técnico-científicas não são suficientes para enfrentar o desafio do turismo sustentável. O conhecimento científico é fundamental para alavancar programas, mas torna-se necessário um plano de ação pragmático a ser executado.

O plano de gestão para o turismo na natureza deve enfrentar algumas dificuldades inerentes, tais como:

- i.* carência político-institucional relacionada ao tema e conhecimento insuficiente por parte dos tomadores de decisão com respeito à multiplicidade de fatores envolvidos;
- ii.* carência na habilidade das comunidades humanas locais e dos outros atores envolvidos para estarem preparados e efetivamente participarem do plano de ações; e
- iii.* motivação política insuficiente e baixos níveis de participação da cidadania.

Torna-se necessário entender como a gente do Pantanal percebe o seu meio ambiente. Como isso é praticado no dia a dia, com base em valores econômicos e sociais. Idealmente, será útil confrontar esses valores com valores éticos, no plano de ação, no sentido de verificar como tais valores influenciam a tomada de decisão na busca do turismo sustentável.

Haverá sempre custos ambientais e benefícios socioeconômicos. O desafio é atingir um equilíbrio aceitável entre esses valores. Recursos da natureza que são abertos à exploração não regulada fatalmente tendem à degradação.

Finalmente, há pelo menos duas razões para otimismo:

- i.* a crescente expansão do turismo na natureza no Pantanal; e
- ii.* a crescente certeza de que o turismo sustentável pode também promover benefícios socioeconômicos como alternativa viável de desenvolvimento e valoração dos povos regionais.

A natureza protegida é mais do que importante, é vital para o turismo na natureza. As paisagens naturais e a fauna silvestre passam a ter valor econômico, porque são os objetos procurados, constituindo as mercadorias a serem vendidas ao turista.

O turismo na natureza – ou turismo ecológico, ou, ainda, ecoturismo – progride no mundo todo para alcançar um nível de maturidade. Quatro pilares sustentam o ecoturismo:

- i.* a minimização dos impactos ambientais negativos;
- ii.* o respeito às culturas regionais;

iii. a maximização dos benefícios para a gente local; e

iv. a maximização da satisfação do turista.

Contudo, esses pilares encontram alguma dificuldade de implementação. Por exemplo, a estrita interpretação do turismo com foco na natureza protegida tem ou não consenso com relação à satisfação do turista, com ligação ainda à responsabilidade ambiental? Há participantes da gestão do ecoturismo que acreditam sim, que há o dever de se alcançar o turismo sustentável sob o enfoque ambiental, social e cultural. Contudo, outros levantam a dificuldade do alcance desses postulados. Ao observar a literatura publicada, conclui-se que o ecoturismo tem a natureza como foco de motivação do turista, na busca de sustentabilidade ambiental, social e cultural, mas ainda com alguma relação com o turismo de aventura.

O conceito original de ecoturismo define o turista viajando em busca de ambientes não degradados ou não contaminados, com o objetivo de estudar, admirar, e desfrutar do cenário com suas plantas e animais, como também das manifestações culturais do local. Contudo, em muitos locais, como no caso do Pantanal, o objetivo do ecoturismo é o de alcançar conservação da natureza com desenvolvimento socioeconômico. Neste caso, o turismo sustentável impõe uma obrigação ética com a natureza, que implica em consciência e educação ambiental, o que, ainda, exige a gestão governamental para manejo, monitoramento e implementação da legislação pertinente.

Instituições de governo como o Ministério do Turismo e os órgãos estaduais correspondentes devem fazer presença no sentido de cumprir ou fazer cumprir regras formais, tais como leis, instruções normativas e outras, e também informais, como recomendações de seminários, convenções, congressos, no sentido de determinar padrões de conduta para reduzir incertezas. Enfim, proporcionar estrutura eficiente de funcionamento do turismo para a sociedade. Assim, o Estado deve ter o papel de prover coordenação e fiscalização na gestão do turismo. Contudo, pelo que se constata na planície pantaneira, parece haver um vazio entre as prerrogativas do Estado e a real situação do turismo no Pantanal.

O plano de gestão do turismo na natureza para o Pantanal deve contar com a experiência das pousadas existentes, aliada às proposições dos agentes do Estado, no sentido não só de cumprir regras ou legislação, mas para se alcançar um plano de manejo simples e eficaz. Deve ser compatível com as diretrizes do Estado, em busca de sua sustentabilidade. Deve ressaltar a necessidade de conservação da natureza, sendo viável economicamente, com benefícios para os proprietários

da terra e seus empregados locais. O plano de ação deve identificar os benefícios existentes, sem, contudo, ter visão imediatista, mas principalmente buscar sua manutenção futura e permanente. Deve buscar o equilíbrio do fluxo turístico, principalmente em locais sensíveis, como os “ninhais”. Esse fluxo deve ainda ser considerado em função das diferentes estações do ano. O lucro obtido deve também dar apoio ao aperfeiçoamento dos planos de manejo em busca da duração em longo prazo e sustentável da atividade.

O significado socioeconômico do turismo no Pantanal aponta claramente para os benefícios do proprietário da terra e para a gente local. Nesse sentido, o plano de manejo deve também incentivar a cultura regional. Como já ressaltado, a atividade deve ser recreativa, mas também informativa e educativa. Adicionalmente, seria desejável poder contar com o reforço de ações que promovam conscientização e educação ambiental, como a elaboração de folhetos educativos com informações sobre os ecossistemas, a biodiversidade, o homem pantaneiro, com o objetivo de oferecer ao turista a oportunidade de se educar e melhor aprender sobre a ecologia e a cultura regional.

Referências

ALHO, Cleber J. R. Importance of biodiversity for the human health: an ecological perspective. *Estudos Avançados (USP)*, v. 26, p.151-165, 2012.

———. The Pantanal. In: FRASER, L. H.; KEDDY, P. A. (Orgs.). *The world's largest wetlands — ecology and conservation*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2005.

ALHO, Cleber J. R.; PASSOS, Fernando. Primates of the South American Pantanal wetland: seasonal effects on their habitats and habits. In: NOWAK, K.; BARNETT, A.; MATSUDA, I. (Eds.). *Primates in flooded habitats: ecology and conservation*, p. 163-171. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2019.

ALHO, Cleber J. R.; REIS, Roberto E. Exposure of fishery resources to environmental and socioeconomic threats within the Pantanal wetland of South America. *International Journal of Aquaculture and Fishery Science*, v. 3, n. 2, p. 22-29, 2017.

ALHO, Cleber J. R.; SILVA, João S. V. Effects of severe floods and droughts on wildlife of the Pantanal wetland (Brazil). *A Review. Animals*, v. 2, p. 591-610, 2012.

ALHO, Cleber J. R.; LACHER Jr., Thomas E.; GONÇALVES, Humberto C. Environmental degradation in the Pantanal ecosystem. *BioScience*, v. 38, p. 164-171, 1988.

ALHO, Cleber J. R.; CAMARGO, George; FISCHER, Erich. Terrestrial and aquatic mammals of the Pantanal. *Brazilian Journal of Biology (Revista Brasileira de Biologia)*, v. 71, p. 297-310, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo injetou US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/11037-turismo-injetou-us-163-bilhoes-no-brasil-em-2017.html>>. Acesso em: 23. Mar. 2019.

———. Ministério do Turismo. Índice de competitividade do turismo nacional – Cuiabá. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Cuiaba_RA_2015.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

BRITSKI, Heraldo A.; SILIMON, Keve Z. S.; LOPES, Balzac S. *Peixes do Pantanal: manual de identificação*. 2. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

CAMPO GRANDE NEWS. Turismo no Pantanal cresce 4,5% e movimenta R\$ 316 milhões em 2014. 2015. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/turismo-no-pantanal-cresce-4-5-e-movimenta-rs-316-milhoes-em-2014>>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

KRCMÁROVÁ, Jana. E. O. Wilson's concept of biophilia and the environmental movement in the U.S.A. *Kladyán: Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v. 6, n. 1-2, p. 4-17, 2009.

LOPES, Odiléia E.; SASSI, Onofre C. A importância do desenvolvimento da atividade turística pautada na educação ambiental e na ética. *Revista Saber Acadêmico*, n. 12, p. 5-9, Jun. 2011.

MAMEDE, Simone B.; ALHO, Cleber J. R. Response of wild mammals to seasonal shrinking-and-expansion of habitats due to flooding regime of the Pantanal, Brazil. *Brazilian Journal of Biology (Revista Brasileira de Biologia)*, v. 66, p. 991-998, 2006.

NUNES, Alessandro P.; TOMAS, Walfrido M. *Aves migratórias ocorrentes no Pantanal*. "Documento 62". Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004.

POTT, Vali J.; POTT, Arnildo; LIMA, L. C. P.; MOREIRA, S.N.; OLIVEIRA, Ademir K. M. Aquatic macrophyte diversity of the Pantanal wetland and upper basin. *Brazilian Journal of Biology (Revista Brasileira de Biologia)*, v. 71 Suplemento, p. 255-263; 2011.

POTT, Arnildo; OLIVEIRA, Ademir K. M.; DAMASCENO JÚNIOR, Geraldo A.; SILVA, João S. V. Plant diversity of the Pantanal wetland. *Brazilian Journal of Biology (Revista Brasileira de Biologia)*, v. 71 Suplemento, p. 265-273, 2011.

SABINO, José; ANDRADE, Luciana P.; BESSA, Eduardo. Ecoturismo: valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda. In: SABINO, J. *Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira*, p. 13-21. Campo Grande: Natureza em Foco, v. 1, 2012.

SCREMIN-DIAS, Edna; LORENZ-LEMKE, Aline P.; OLIVEIRA, Ademir K. M. The floristic heterogeneity of the Pantanal and the occurrence of species with different adaptive strategies to water stress. *Brazilian Journal of Biology (Revista Brasileira de Biologia)*, v. 71, p. 275-282, 2011.

SHARMA, Anupama; KUKREJA, Sumita; SHARMA, A. Role of tourism in social and economic development of society. *International Journal of Advanced Research in Management and Social Sciences*, v. 1, n. 3, p. 10-31, Sep. 2012.

STRÜSSMANN, Christine; RIBEIRO, Ricardo Alexandre Kawashita; FERREIRA, Vanda Lúcia; BÉDA, Arlindo de Figueiredo. Herpetofauna do Pantanal brasileiro. In: NASCIMENTO, L.; OLIVEIRA, M. E. (Orgs.). *Herpetologia no Brasil II*. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Herpetologia, 2007.

TORTATO, Fernando R.; IZZO, Thiago J.; HOOGESTEIJN, Rafael; PERES, Carlos A. The numbers of the beast: valuation of jaguar (*Panthera onca*) tourism and cattle depredation in the Brazilian Pantanal. *Global Ecology and Conservation*, v. 11, p. 106-114, 2017.

UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. International tourist arrivals reach 1.4 billion two years ahead of forecasts. 2019. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/press-release/2019-01-21/international-tourist-arrivals-reach-14-billion-two-years-ahead-forecasts>>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

WILSON, Edward O. *The creation – an appeal to save life on Earth*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

WWF-BRASIL. Aves migratórias no Pantanal – distribuição de aves limícolas neárticas e outras espécies aquáticas no Pantanal. SERRANO, I. L. (Coord.), Brasília: WWF-Brasil, 2008.



Tiempo, legitimidad y trabajo. La metamorfosis del tiempo en la ética del trabajo

Recebido: 11.10.18
Aprovado: 30.04.19

José Durán Vázquez*
& Eduardo Duque**

* José Durán Vázquez é doutor e licenciado em sociologia; licenciado em ciências políticas e em geografia e historia. Professor de sociologia na Universidad de Vigo, España. Orcid: 0000-0002-7440-0168. <joseduran@uvigo.es>.

Resumen: Este texto se propone explicar el significado de las representaciones del tiempo vinculadas a la ética del trabajo postfordista. Para entender el sentido de estas representaciones se propone un análisis diacrónico. De este modo, el presente artículo se estructura en tres partes. Primeramente se describe la temporalidad de las sociedades preindustriales. En la segunda parte se muestra el proceso a través del cual el trabajo se elevó a la principal de las actividades humanas. Por último, en la tercera parte se analiza el significado de las concepciones del tiempo integradas en la ética del trabajo postfordista.

Para la realización de este trabajo se han utilizado fuentes secundarias de carácter histórico y sociológico. En la tercera parte se han utilizado también los textos producidos por los especialistas en *managemnt* y por los representantes de las principales instituciones políticas internacionales, que legitiman la actual ética del trabajo.

Palabras clave: Tiempo. Trabajo. Ética. Legitimidad. Orden social moderno.

** Eduardo Duque doutor em sociologia pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (2008), mestre em filosofia pela Universidade do Minho (2002) e licenciado em teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (UCP-Braga) (1999), Portugal. Orcid: 0000-0003-4719-3148. <eduardoduque@braga.ucp.pt>.

Time, legitimacy and work. The metamorphosis of time at work ethics

Abstract: This text aims to explain the meaning of the representations of time linked to the ethics of post-Fordist work. A diachronic analysis is proposed to understand the meaning of these representations. In this way, the present article is structured in three parts. First, the temporality of pre-industrial societies is described. The second part shows the process through which the work was elevated to the main of human activities. Finally, in the third part, the meaning of the conceptions of time integrated in the post-Fordist work ethic is analyzed.

For the realization of this paper secondary sources of historical and sociological character have been used. In the third part, the texts produced by the specialists in managemnt and by the representatives of the main international political institutions, which legitimize the current work ethic, have also been used.

Keywords: Time. Work. Ethics. Legitimacy. Modern social order.

Introducción

La forma en la que viven y organizan su vida social los miembros de una determinada comunidad está directamente relacionada con su particular concepción del tiempo. Pero el tiempo no es sólo la realidad objetiva que configura y organiza la vida social. Es también el modo en el que cada sociedad desenvuelve y da sentido a su existencia habitando en una temporalidad que ella misma ha conformado. En otras palabras, no es que “cada sociedad tenga una manera propia de vivir el tiempo, sino que cada sociedad es también una manera de hacer el tiempo y de darle existencia” (Castoriadis, 1989: 73). Desde este punto de vista, se puede afirmar que el tiempo no es sólo un hecho externo que es asumido por los sujetos como parte de lo “dado por supuesto” (Berger & Luckmann, 1997: 79 y ss), sino que se crea y se recrea a través de los múltiples procesos y relaciones que van tejiendo la vida social. Estas dos dimensiones de la temporalidad, una más objetiva y externa, la otra más subjetiva y apegada a los mundos de vida, se viven en nuestra época con una consciencia y una intensidad que no tienen precedente histórico.

No obstante, así como las sociedades no son homogéneas tampoco lo son los tiempos que las configuran (Duque, 2014: 157). Lo más común es que coexistan en una misma colectividad distintas concepciones y vivencias del tiempo, y que no todas ellas tengan la misma oportunidad de imponerse, sino sólo aquellas asociadas a los grupos sociales dominantes. Estas últimas pasarán a formar parte de la estructura de legitimaciones que dichos grupos utilizan para institucionalizar y legitimar su dominación. En este sentido, podemos afirmar que todas las formas de poder existentes a lo largo de la historia han creado e instaurado una determinada temporalidad.

El tiempo adquiere – ha escrito George Dumezil – un interés particular para cualquiera que, dios, héroe o jefe, quiera triunfar, reinar o fundar: éste, quienquiera, debe tratar de apropiarse del tiempo por la misma razón que del espacio (Iglesias de Ussel, 1987: 124).

Esta apropiación del tiempo varía en función del sistema de legitimaciones imperantes en cada sociedad. En las sociedades industriales los tiempos sociales dominantes son los que se vinculan con el mundo laboral, principal forma de legitimación y de estructuración de estas sociedades. Esta concepción del tiempo fue la que configuró y dio sentido a la ética moderna del trabajo.

Por ello, cuando las estructuras laborales y productivas se han transformado en las últimas décadas en los países industrializados, la representación del tiempo vinculada a los anteriores escenarios laborales ha tenido también que ser reformulada en relación con una nueva ética del trabajo más motivadora y movilizado-

ra, que precisa también de otras formas disciplinarias. Las principales instituciones políticas internacionales, tales como la UE o la OCDE, así como los autores del *management*, en cuanto principales legitimadores del nuevo orden laboral, han tenido un papel protagonista en la reconstrucción de esta nueva temporalidad. Una temporalidad que, por otra parte, tampoco es ajena a unos mundos de vida crecientemente individualizados. En este contexto el tiempo aparece con esa doble dimensión, objetiva y subjetiva a la que antes hemos aludido. Por una parte, tiene una vertiente abiertamente disciplinaria, al vincularse con los poderes políticos y empresariales que pretenden legitimarla. Por la otra se presenta como una oportunidad para que los sujetos construyan sus biografías laborales en entornos más abiertos y más libres.

Para entender el sentido de esta temporalidad proponemos un análisis diacrónico estructurado en tres partes. En la primera, se describe la concepción del tiempo predominante en las sociedades preindustriales. Un tiempo vivido fundamentalmente como una realidad objetiva e inmutable. A continuación, se muestra como las representaciones del tiempo que emergen con el inicio de la Época Moderna están en franca ruptura con la temporalidad anterior, y directamente relacionadas con el mundo del trabajo. Estas representaciones contribuyeron esencialmente a legitimar el orden social moderno. Un orden que demandaba sacrificios, pero que también otorgaba recompensas personales institucionalizadas. En la tercera parte, se analiza el proceso de transformación de esta temporalidad en relación con el cambio que experimentaron las estructuras laborales y productivas de las sociedades industriales a partir de mediados de los años setenta de la pasada centuria. En este contexto, ha surgido una nueva noción del tiempo amparada por las principales instituciones políticas nacionales e internacionales y por los ideólogos de la nueva gestión empresarial. Esta temporalidad es el resultado de la reformulación de la ética del trabajo anterior, en el ámbito de los nuevos escenarios laborales. Pero está también en relación con unas sociedades, como las actuales, cada vez más individualista y desinstitucionalizadas. Su propósito es movilizador y disciplinario. Pero las movilizaciones y las disciplinas a las que apela están en estrecha relación con los actuales contextos laborales y sociales.

La temporalidad de las sociedades preindustriales

En la introducción a este trabajo hemos señalado que cada sociedad tiene una determinada manera de concebir el tiempo en relación con su particular modo de organización social. Las sociedades preindustriales tenían una temporalidad completamente distinta a la nuestra. Entender esa temporalidad es entender también

el cambio que supuso la institucionalización del tiempo moderno. Este será el propósito del presente epígrafe.

En las sociedades tradicionales el tiempo se percibía como un acontecimiento cíclico y repetitivo (Sue, 1995: 152 y ss), vinculado estrechamente con el orden también cíclico y repetitivo de la naturaleza (Hubert, 1992). En este contexto la dimensión temporal que realmente confería estabilidad y sentido al mundo era la del pasado (Elias, 1989: 64 y ss; Giddens, 1997: 75). Por ello, todo acontecer se percibía e interpretaba en relación con una tradición que era permanentemente recreada.

En este contexto, la novedad era rechazada cuando no podía ser interpretada de acuerdo con ese orden simbólico, con esa tradición, que se remitía permanentemente al pasado. Tradición que era periódicamente conmemorada y custodiada por los “guardianes del sentido” de estas comunidades (Balandier, 1989: 154). Es decir, por los que, perteneciendo a la élite del poder, la legitimaban y la sacralizaban convirtiéndola en dominante.

Esta imagen del tiempo fue compartida por las grandes civilizaciones del pasado. Griegos y Romanos, por ejemplo, percibían el cosmos como un orden cíclico y estable, inmutable y en equilibrio, al que se acomodaban también los asuntos humanos. La ruptura de este orden era interpretada como un indicio claro y cierto de degeneración. Por ello, todo cambio era rechazado, siempre y cuando supusiese la interrupción de esta armonía que gobernaba la vida natural y la humana.

La experiencia humana no podía ser otra que ésta, la de los acontecimientos que se sucedían integrados en este ritmo regular y estable. Por lo que toda novedad era interpretada como un periodo de interrupción y restauración del equilibrio perdido. Así lo enunciaba Marco Aurelio en sus Meditaciones:

El alma racional vaga alrededor del mundo y a través del vacío circundante mira hacia el tiempo infinito, y considera las periódicas destrucciones y renacimientos del Universo, y piensa que nuestra posteridad no verá nada nuevo y que nuestros antepasados no vieron nada más grande que lo que nosotros estamos viendo. Un hombre de cuarenta años que posea la más mediana inteligencia puede decir que ha visto todo lo pasado y lo futuro; así de uniforme es el mundo” (apud Bury, 2008: 25).

El Cristianismo rompió en principio con este orden cíclico del tiempo. En efecto, el tiempo era para el cristiano una secuencia única e irreversible, que se inauguraba con la creación Divina del mundo y el pecado original, y que culminaría algún día

con el Juicio Final. El mismo Dios Jesucristo, hecho hombre, reforzaba esta idea del tiempo, señalando que la historia de la humanidad tenía lugar dentro del mundo, pero estaba encaminada a un destino final fuera de él, en un futuro no precisado. En este mismo sentido San Agustín comparaba la recta vía de los cristianos al círculo de los paganos (Sue, 1995: 152 y ss).

De acuerdo con este pensamiento, el cristiano medieval creía que estaba asistiendo a la etapa final de la historia, puesto que ya habían quedado atrás sus episodios más relevantes (Le Goff, 1969: 322-323). San Agustín, por ejemplo, afirmaba que el cristianismo representaba la vejez de la humanidad, y que el futuro nada podía deparar más allá de lo que había sido revelado.

Ahora bien, esta concepción del tiempo no era contraria, como tantas veces se ha admitido, a aquella otra de carácter cíclico que se remitía constantemente al pasado. El propio San Agustín señalaba en su *De civitate Dei* que la historia humana era cíclica y repetitiva. Únicamente se apartaba de este proceso el acontecimiento singular e irreplicable que comenzaba con Adán y Eva, y que finalizaba con el nacimiento y la muerte de Cristo (Arendt, 2003: 105 y ss).

El cristianismo contribuyó así a consolidar y a legitimar las representaciones del tiempo procedentes del mundo clásico greco-latino, y en este sentido sancionó también el pasado y la tradición, interpretándola de acuerdo con lo que se creía que era la voluntad Divina. Por ello, la Iglesia Cristiana condenó todas aquellas doctrinas que, procedentes de su mismo tronco, pretendían anunciar un futuro de promesas abiertamente contrarias al tiempo de la tradición sacralizado por la Iglesia (Bourdieu, 1999: 309).

Esta concepción del tiempo fue la predominante hasta la desaparición del Antiguo Régimen, cuando emergió una nueva sociedad basada en el trabajo y en la industria. Aunque esta transformación no será patente hasta finales del siglo XVIII y comienzos del XIX, mucho antes, desde finales de la Edad Media, comenzarán ya a observarse una serie de cambios, que si bien no impidieron que el tiempo dominante siguiese siendo el preindustrial, anunciaban una nueva era que va a eclosionar lentamente, hasta consolidarse con la Revolución Industrial.

El trabajo como origen del progreso material y social del hombre

En efecto, hacia finales de la Edad Media, en torno a los siglos XIII y XIV, en el Occidente Europeo se producirán una serie de pequeños cambios protagonizados por los nuevos mercaderes, cuyas actividades requerían un tiempo más planifi-

cado, calculado y racionalizado. Este hecho no significaba en modo alguno que el tiempo cristiano ya no rigiese en las sociedades medievales. Tal circunstancia no tendrá lugar hasta después de la Revolución Industrial. No obstante, a partir de este periodo es posible ya observar en los centros urbanos donde la actividad comercial era más dinámica una serie de nuevos comportamientos que obedecían a otra manera de entender el tiempo.

Por ejemplo, los campanarios de las Iglesias ya no tendrán funciones exclusivamente de orden religioso, y estarán también destinados a anunciar el inicio de intercambios comerciales o de trabajos artesanales. Así ocurría, por ejemplo, en la ciudad de Artois, en donde el gobernador de Aire-Sur-la-Lys concedió el permiso para la construcción de un campanario desde donde se señalasen las horas de comienzo de los trabajos de los pañeros, así como de los intercambios comerciales. En otras zonas junto a las campanas se instalarán relojes, más apropiados para medir el tiempo de un modo más racional y abstracto, tal como requerían las actividades cuyo ritmo marcaban (Le Goff, 1983: 53 y ss).

No obstante, las concepciones del tiempo no sólo irán cambiando en razón de los nuevos actores económicos que tímidamente van instalándose en los centros urbanos del Occidente europeo. Los poderes políticos también tendrán interés en controlar el tiempo. Así es como hay que interpretar la proclamación que Carlos V hizo en 1370 para que la totalidad de las campanas de París estuviesen acompasadas con las del Palacio Real (Le Goff, 1983: 68 y ss).

Además de las actividades mercantiles y de los poderes políticos, tendrá también una importante influencia en el nuevo modo de relacionarse con el tiempo la Ciencia Moderna y el protestantismo, influencia que será ya perceptible desde los siglos XVI y XVII.

Galileo Galilei demostró por ejemplo, contra la opinión de la Iglesia que veía así amenazada su propia noción del tiempo, que la naturaleza no respondía a la voluntad Divina, sino que tenía sus propias leyes de funcionamiento, que podían ser desentrañadas racional y experimentalmente (Galileo Galilei, 1994: 18 y 41). Al tiempo teológico cristiano se oponía ahora el tiempo de la naturaleza. Ambos estaban guiados por principios o designios ajenos a la voluntad humana, y ambos querían reclamarse como tiempos destinados a gobernar las actividades humanas y las de la naturaleza. Por el momento era el tiempo teológico el dominante, pero más tarde acabaría por imponerse el tiempo de la ciencia (Elías, 1989: 118 y ss).

La Reforma Protestante influyó también notablemente en la nueva representación del tiempo. El refugio que el creyente creyó encontrar en la profesión como claro designio de lo que Dios quería para él, significaba que el tiempo de vida pasaba a identificarse con el tiempo entregado a la profesión, como actividad austera, racional y planificada, como planificado, racional y austero era el tiempo de vida dedicado a ella (Weber, 1998, I). El tiempo adquiriría así un carácter mucho más racional y cuantitativo, en franca oposición a aquel otro más espiritual y cualitativo que hasta aquel momento era el que predominaba.

Aun así, los acontecimientos que hemos citado no habrían tenido la misma influencia si la Revolución Industrial no hubiese consagrado las actividades laborales y las productivas como las más dignas y elevadas de todas cuantas podía emprender el ser humano. Estas ocupaciones pasaron así a ser identificadas con el progreso de la especie humana; progreso que no tendría límite, como tampoco lo tenían las actividades productivas y laborales, científica y racionalmente dirigidas.

No obstante, la idea de progreso no alcanzará toda su potencia ideológica asociada a las actividades laborales y productivas, mientras no se independizase de su asociación con los objetos y las cosas útiles y necesarias para satisfacer la vida material y social de los seres humanos. Mientras esto no se produjese, el volumen de la producción y el esfuerzo laboral necesario para llevarla a cabo se detendrían allí donde se entendía que estaban colmadas dichas necesidades. Dicho de otro modo, la noción de progreso encontraba su límite allí donde cada organización social fijaba sus propias necesidades sociales y materiales, de acuerdo con sus formas particulares de vida. El pensamiento Mercantilista y el de Adam Smith todavía permanecerán vinculados a una concepción como esta (Durán Vázquez, 2011: 83 y ss; 119 y ss). Este último consideraba, por ejemplo, que “el trabajo anual de una nación es el fondo que la surte originalmente de todas las cosas necesarias y útiles para la vida que se consumen anualmente en ella” (Smith, 1997: 5). En otras palabras, para el padre de la economía moderna, el trabajo no era aún una categoría exclusivamente económica, ya que atendía también a necesidades de tipo social.

No obstante, todas estas consideraciones con respecto al trabajo, que todavía amparaba la economía smithiana, irán cambiando a medida que se consolida la sociedad industrial con todas sus categorías económicas. Es posible seguir esta transición en la obra de David Ricardo. Desde su punto de vista, sólo serán valorados como objetos de consumo las mercancías que posean un determinado valor de cambio, esto es, aquellas en las que ha sido necesario depositar una cierta cantidad de trabajo para producirlas (Ricardo, 1959: 219-20). Desde este momento,

el concepto de riqueza se desprenderá de todas sus acepciones de carácter social, que aún la lastraban, para integrarse dentro del sistema de acumulación capitalista, para el que la riqueza era el resultado de un proceso, cuyo motor principal era el trabajo, destinado a generar niveles cada vez mayores de riqueza. En este contexto emergerá una nueva noción de progreso íntimamente vinculada a un tiempo que se proyecta constantemente sobre un futuro de trabajo continuado, como continuado será también el crecimiento económico generado a partir de esta acción laboral siempre renovada. El tiempo pasará a ser así una dimensión impersonal y abstracta que extraerá todo su significado, no ya de su vinculación con la mejora de las condiciones materiales y sociales de la especie humana, sino de su relación con un sistema económico alimentado permanentemente con la fuerza del trabajo.

De acuerdo con este proceso, la historia será contemplada como el proceso a través del cual la humanidad se habría emancipado progresivamente de los poderes que la oprimían por la inmensa potencia liberadora del trabajo productivo. El trabajo acabará siendo así considerado, tanto por el pensamiento socialista como por el marxista, como el origen de la propia humanidad, como la actividad a partir de la cual se perfeccionaban los individuos y progresaba la sociedad de una manera justa, libre y solidaria (Durán Vázquez, 2011: 130 y ss).

Todos los procesos, fuesen estos naturales o humanos, se creía que obedecían a la ley inexorable del progreso, que todo lo gobernaba. De todos modos, esta idea no se apoderó del común de las gentes hasta que la industrialización la hizo patente con sus enormes artefactos industriales y mecánicos (Bury, 1971: 290-291). Y hasta que la masa de los trabajadores no se convirtió en población asalariada, haciendo del trabajo la principal y única forma de vida.

No obstante, la salarización de los trabajadores conllevó importantes conflictos y luchas protagonizadas por los que no querían renunciar a sus modos tradicionales de vida, con los tiempos que a ellas iban asociados. En efecto, la economía moral de la multitud (Thompson, 1995), una serie de costumbres profundamente arraigadas, en virtud de las cuales el trabajo estaba poco racionalizado y entremezclado con las demás facetas de la vida, era completamente contraria al tiempo racionalizado y planificado que quería imponer la sociedad industrial (Thompson, 1979: 261). No era extraño, pues, que se produjesen conflictos protagonizados por los que no se resistían a perder sus tiempos de vida (Pollard, 235 y ss). Al final de este proceso, cuando la nueva mentalidad penetró en las mentes y en las costumbres de las gentes, “una sociedad de campesinos, artesanos y jornaleros polifacéticos se convirtió en una sociedad de trabajadores industriales

modernos” (Pollard, 1987: 276). Una sociedad cuyos tiempos eran ya los propios de quienes consideraban que el trabajo era el principal medio de progreso individual y colectivo.

Aun así esta mentalidad no arraigó definitivamente hasta bien entrado el siglo XX (en Norteamérica en los años 20 y 30, y en Europa después de la Segunda Guerra Mundial). En efecto, cuando la mayoría de la población se integró en el mundo del empleo con unos salarios y unos derechos sin precedentes, la idea de progreso se extendió con una fuerza generalizada entre los miembros de la extensa clase media, que experimentaron un proceso de movilidad social nunca antes visto (Castel, 2001: 376).

Como clara muestra del espíritu generalizado de la época, el sociólogo británico T. H. Marshall escribía en los años 50, al comienzo de este periodo de casi tres décadas de crecimiento económico y prosperidad social:

La pregunta – comentaba con gran optimismo – no es si todos los hombres llegarán finalmente a ser iguales, que ciertamente no lo serán, sino si el progreso avanza constante, aunque lentamente, hasta que, al menos por su trabajo, todo hombre sea un caballero”. Y se contestaba a sí mismo con el mismo tono: “Yo sostengo que sí avanza y que esto último ocurrirá” (Marshall, 1998: 18).

Esa creencia en el progreso cobró todavía más fuerza con la consolidación de la sociedad de consumo en los años 60 (Bocock, 1995: 29 y ss). La integración de los distintos estratos de la clase media en el mundo del consumo creó unas enormes expectativas sociales entre sus miembros. Como escribió un escritor español, retratando agudamente el sentir popular de la época, aunque no se aspirase a “ser más”, no había que “ser menos” (Alonso, 2005: 34).

Esta pretensión de no quedar rezagado, de avanzar socialmente adquiriendo los numerosos y variados bienes que ofertaba la sociedad de consumo, estaba además en completa consonancia con los valores de independencia, libertad e igualdad que amparaba e impulsaba la cultura democrática (Lipovestky, 1990: 22 y ss).

Arraigó así profundamente en la conciencia de las élites, y también en la del conjunto de la colectividad, la idea de que la sociedad avanzaba lineal y gradualmente hacia un futuro que ofrecía cada vez más oportunidades de movilidad y de progreso social. Esta conciencia fue, además, un poderoso elemento de integración y de legitimación, porque otorgaba sentido al deseo de la población de prosperar personalmente, participando activamente en el mundo del empleo.

Pero esta situación comenzó a cambiar a raíz de la crisis económica que se inició en las sociedades occidentales a mediados de los años setenta. A partir de este momento se abrió un escenario que difería profundamente del de la etapa anterior, caracterizado por un desarrollo económico y social sin precedentes. Todo ello influirá decisivamente en las estructuras temporales dominantes hasta ese momento. En efecto, ¿cómo podía mantenerse viva la idea de progreso, que se había articulado en buena medida alrededor del crecimiento económico y la estabilidad y el desarrollo en el mundo del empleo, cuando todas estas circunstancias se veían amenazadas por la profunda crisis que comenzó a mediados de los setenta? La necesidad de dar respuesta a esta nueva realidad llevó a las élites políticas y a las empresariales a manejar otra representación del tiempo de progreso más acorde con el nuevo contexto laboral y productivo, que resultase más integradora, movilizadora y legitimadora. Ahora bien, las imágenes del tiempo que así emergieron no eran el fruto de la capacidad creativa de estas élites. Fueron elaboradas con el lenguaje de los movimientos y de las ideologías que a lo largo de la modernidad habían hecho del trabajo la principal fuente de progreso, de integración y de justicia social (Durán Vázquez, 2011). Pero también a partir de los valores contraculturales que habían emergido en la sociedad de consumo a finales de los años sesenta. Valores de los que participaron más tarde también las clases medias. Se construyó así una representación del tiempo adaptada a las nuevas circunstancias laborales, pero también al espíritu de la época.

En el siguiente epígrafe analizaremos más en profundidad el contenido y el sentido de estos discursos que forman parte de una nueva ética del trabajo, que legitiman especialmente los defensores de la nueva gestión empresarial y las instituciones políticas internacionales, como la UE o la OCDE.

El futuro ya está aquí. Las representaciones del tiempo de la nueva ética del trabajo

Las imágenes del tiempo asociadas a la nueva ética del trabajo estaban en relación, en efecto, con un nuevo modelo de organización de la producción y del trabajo, conocido como postfordista, que surgió a raíz de la crisis de mediados de los años setenta.

En esencia, esta crisis se caracterizó por una reducción muy acusada de los niveles de productividad de las economías occidentales, reducción que se tradujo en un aumento del paro y de la precariedad laboral. Estas circunstancias afectaron en

mayor o menor medida a la mayoría de las economías de la OCDE entre mediados de los años setenta y comienzos de los ochenta (OCDE, 1997: 29), en las que el paro se triplicó (OCDE, 2000: 27). La crisis económica repercutió también muy negativamente sobre los del Estado del Bienestar, cuyos ingresos disminuyeron al tiempo que aumentaban también sus gastos (Rosanvallon, 1995: 67). En estas circunstancias el Estado del Bienestar aparecía como una rémora para la economía, pero una rémora imprescindible para mantener la estabilidad y la legitimidad de las sociedades occidentales (Offe, 1990: 139-142).

Como la crisis tenía, además, un carácter estructural, porque se debía a la incapacidad de las economías industriales para vender sus producciones en masa a una población saturada de bienes de consumo duraderos, la respuesta que dieron las organizaciones productivas a la misma fue también de carácter estructural (Piore & Sabel, 1990: 263-264). En efecto, las economías occidentales reaccionaron optando por otro modelo productivo menos intensivo en mano de obra y más en tecnología, que producía en masa bienes de calidad, mucho más diversificados y singularizados, y que era además capaz de adaptarse a los cambios rápidos y constantes de la demanda (Piore & Sabel, 1990: 273-274; Duque, 2012: 118). La consecuencia de todo ello fue que la productividad creció más que el empleo (Rifkin, 1996: 175 y ss; Beck, 2000: 46), con el consiguiente aumento el paro, y sobre todo de la precarización del trabajo (OCDE, 2000: 41; Beck, 2000; 2006: 67 y 97; Castel, 2001: 404). Las estructuras empresariales se hicieron, además, mucho más flexibles, con líneas de mando menos rígidas y trabajadores más polivalentes (Castells, 2000: 207; Gorz, 2000: 39 y ss).

La crisis supuso, en definitiva, que la relación tan positiva que se había establecido después de la Segunda Guerra Mundial entre crecimiento económico y empleo estable y duradero, relación que había alimentado fuertemente la idea de progreso, perdió, en el nuevo contexto productivo y laboral, buena parte del sentido que hasta este momento había tenido. Ni siquiera los que poseían cualificaciones académicas podían escapar a este escenario tan sombrío (OCDE, 2000: 53 y 114).

Por primera vez desde la Segunda Guerra Mundial las funciones de acumulación y las de salarización, que los Estados tenían que promover para potenciar el crecimiento económico y la integración social, eran contradictorias. El crecimiento de la productividad disminuía y, sobre todo, precarizaba el empleo. Para seguir impulsando ambos procesos, imprescindibles para el crecimiento económico, la estabilidad y la legitimidad de las democracias industriales occidentales, los Estados y las organizaciones empresariales se plantearon un cambio de estrategia (Duque & Calheiros, 2013). Se trataba, como se afirmaba en un documento de la

OCDE, de seguir “facilitando el acceso de todos al empleo”, pero “aumentando la eficiencia y la flexibilidad del mercado de trabajo” (OCDE, 2000: 117-118).

Para adaptarse a las nuevas circunstancias los Estados del Bienestar no podían seguir funcionando como lo habían hecho desde los años cincuenta del siglo pasado, en una situación de crecimiento económico y de casi pleno empleo. Por una parte, eran cada vez más deficitarios; y por la otra, si se limitaban únicamente a la protección de los desempleados, podían alentar actitudes contrarias al empleo de aquellos que tenían menos posibilidades de encontrar un trabajo. Consciente de esta situación, la OCDE decía en su *Informe* del año 2000:

La protección social, en su forma exclusiva de transferencias de rentas, perpetuada durante un periodo prolongado, corre el riesgo de desalentar el retorno a la vida activa y, consiguientemente, de obstaculizar el ajuste del mercado de trabajo (OCDE, 2000: 120).

Por todo ello, se hacía imprescindible encontrar nuevas fórmulas para motivar a la población hacia el empleo. Una nueva ética del trabajo, que ya no podía descansar únicamente, como en la época anterior, en derechos sociales amparados y garantizados por los Estados del Bienestar (Serrano Pascual, 2009: 272). Como reconocía la Comisión Europea: “nuestras sociedades se ven impelidas a encontrar nuevos medios más apropiados para incitar a sus miembros a participar en la producción y en la vida social” (Comisión Europea, 1999: 53). Y estos medios iban a tener un carácter más individual, toda vez que se responsabilizaba al individuo de prepararse y de activarse para integrarse en el mercado laboral (Serrano Pascual, 2009: 273 y ss).

En el contexto de esta nueva ética del trabajo el tiempo va a adquirir un nuevo significado. Ya no podrá ser representado, tal como ocurriera en la etapa anterior, en relación con la idea de un futuro abierto a un progreso continuo y sin límite. En el nuevo contexto, en el que el crecimiento económico ya no se acompaña de la estabilidad en el empleo, y en el que los trabajadores tienen que estar permanentemente activos tratando de mejorar su empleabilidad, las principales instituciones políticas nacionales e internacionales, así como las élites intelectuales empresariales vinculadas al discurso del *management*, han construido una imagen del cambio como un proceso continuo y constante. “En nuestras sociedades – afirman los representantes del *management* reproduciendo este mismo discurso – el cambio se convierte en regla y la estabilidad en excepción” (Sérieyx, 1994: 72); “el cambio es la norma” (Drucker, 2000: 112).

El cambio se impone de este modo como un hecho casi natural y objetivo, que parece no obedecer a la acción de ningún agente o actor que lo impulse (Fairclough,

2000: 13; Sennett, 2001: 102-103; Le Goff, 2002: 19). Los sujetos nada podrían hacer, pues, sino plegarse a sus exigencias, sometiéndose a un movimiento sin fin, siguiendo las reglas que establece este mismo movimiento (Le Goff, 2002: 21-22).

Ahora bien, como los “cambios no pueden predecirse” (Drucker, 2000: 140), afirman los gurús de la nueva gestión empresarial, como el cambio puede irrumpir en cualquier momento en la vida de los sujetos, no es posible programarlos tranquilamente. En otras palabras, no se puede ya encarar el futuro, tal como ocurría en la época anterior, con la confianza y la serenidad que otorga el saber que las cosas cambian, pero que lo hacen en una dirección positiva y cierta. Por el contrario, desde la óptica de los nuevos discursos laborales se insiste en que los cambios están instalados en la vida de los sujetos como una realidad imprevisible, por lo que éstos tienen que estar continuamente preparados, con una actitud activa y anticipativa. En palabras de los representantes de la OCDE, los individuos tienen que actuar “de manera preventiva, desarrollando capacidades para enfrentarse a ellos”, a los cambios (OCDE, 1991: 155). Tratando, afirman los autores de la nueva gestión empresarial, de “llevar el propio futuro hacia el presente” (Landier, 1992: 206-207).

En esta misma línea de prever y de adelantarse al futuro hay que situar las llamadas Políticas Activas de Empleo, tales como las que la Unión Europea puso en marcha en la Cumbres de 1998 y el 2000, con el fin de movilizar a los trabajadores, de activarlos, descargando sobre ellos la responsabilidad de la formación continua para hacerlos así empleables (Serrano Pascual, 2000; 2009; Chassard & Bosco, 1998).

Las élites políticas y empresariales han contribuido de este modo a legitimar una representación del tiempo que ya no se corresponde con la de la época anterior, en la que el presente se proyectaba tranquila y serenamente sobre un futuro de promesas aplazadas. En los nuevos escenarios laborales postfordistas esta ecuación ha cambiado casi por completo. Ahora es, en efecto, el futuro el que se pliega sin demora sobre el presente (Luhmann, 1992; 1996: 153 y ss), haciendo ver a los sujetos la necesidad de que se actualicen, de que se pongan al día permanentemente. La flecha del tiempo, que se proyectaba con firmeza hacia el futuro, y que se había convertido en la metáfora por excelencia de la primera modernidad, ya no representa, pues, fielmente la etapa actual (Duque, 2014). Podríamos decir, continuando con esta descripción metafórica de la realidad, que la imagen del boomerang se adecua mejor al momento actual. Porque, del mismo modo que el lanzador del boomerang está siempre dispuesto a enviar el objeto cada vez que a él regresa, los individuos tienen que estar también, en los nuevos entornos laborales, siempre preparados para anticipar situaciones, que cuando se anuncian como futuro, son ya presente (Durán Vázquez, 2009).

Ahora bien, los nuevos discursos laborales no presentan únicamente esta vertiente negativa y disciplinaria, que obliga a los sujetos a estar siempre alerta. Se integran también en una nueva ética del trabajo que pretende movilizar y motivar a los trabajadores, en un momento de tanta precariedad e incertidumbre como el actual, en el que las trayectorias laborales son tan inciertas que se precisan nuevas justificaciones que legitimen y otorguen nuevos significados a la relación salarial (Boltanski & Chiapello, 2002: 41 y ss). Las apelaciones de estos discursos no se quedan, pues, por ello en meras advertencias para que los trabajadores se plieguen continuamente a los requerimientos de un mercado laboral tan incierto. Su intención es, además, *reencantar* el mundo del trabajo, confiriéndole una serie de significados más acordes con los actuales ámbitos laborales. De ahí que se haya dicho que “jamás la función “irreemplazable”, “indispensable” del trabajo en tanto que fuente de “lazo social”, de “cohesión social”, de “integración”, de “socialización”, de “identidad personal”, de sentido, ha sido invocada tan obsesivamente como desde que no puede llenar *ninguna* de esas funciones” (Gorz, 2000: 67, cursivas del autor).

De acuerdo con esta pretensión, los defensores de la nueva ética del trabajo presentan la inseguridad y los cambios permanentes y repentinos que caracterizan el actual mercado laboral, como una auténtica oportunidad para los sujetos.

Uno no puede permitirse hoy en día considerar su trabajo como un simple empleo – afirman los ideólogos de la nueva ética del trabajo: es necesario verlo de ahora en adelante como una pasarela que conduce a nuevas perspectivas de carrera (Genelot, 1992: 213).

Desde este punto de vista, el cambio se identifica con la creatividad y el desarrollo de las personas que trabajan en las organizaciones más innovadoras y abiertas:

Las empresas dispuestas al cambio – afirman los ideólogos de la nueva gestión empresarial – cultivan la imaginación para innovar...sus empleados son descubridores de ideas en busca de innovación, profesionales que persiguen conocimientos cada vez más completos... (Moss Kanter, 1999: 22)

En este contexto se ha producido un ataque frontal a las formas de organización del trabajo típicamente fordistas, a las que se acusa de haber creado un trabajador sumiso y robotizado.

La era del trabajador anónimo se ha acabado – dicen los autores del *management* postfordista. Esa era pesada del trabajador casi

autómata de la cadena de producción en una factoría Ford...Esa era ha muerto. Bien muerta (Peters, 2002: 46).

Por el contrario, la nueva gestión empresarial se asocia con entornos laborales más dinámicos, igualitarios y participativos, en los que “por la calidad el trabajo podrá ser reencantado” (apud Le Goff, 1992: 152). El ámbito de trabajo se convertirá así – afirman los defensores de la gestión empresarial – “en un lugar vivo, un lugar donde la identidad individual puede desarrollarse sin exclusión ni alienación” (Genelot, 1992: 194) Se abandonaría así la “moral de sujeción” taylorista-fordista, para pasar a una “moral de cooperación libremente aceptada”, la que sería característica de los nuevos entornos laborales (Landier, 1992: 177). Por esta vía las organizaciones empresariales dejarían de estar vinculadas con estructuras organizativas rígidas y autoritarias, para convertirse en verdaderos espacios de ciudadanía democrática. Espacios en los que “la divisa de la República – “libertad, igualdad y fraternidad” – está vigente en todas partes y para todos” (Sérieyx, 1994: 316).

Desde esta última perspectiva, la que intenta reencantar el trabajo creando una nueva ética laboral que motive y movilice a los sujetos en una época de precariedad e incertidumbre como la actual, el tiempo adquiere otras connotaciones. Ya no es únicamente una realidad objetiva y acuciante, que presiona constantemente a los sujetos para que éstos se sometan a sus dictados. Se identifica también, como decíamos anteriormente, con numerosas oportunidades. Desde este punto de vista se trataría, más que adaptarse al tiempo, de conquistarlo (Bauman, 2007: 129-130), de ir por delante de él para construir carreras laborales más ricas y dinámicas. Del trabajador se reclama así que sea un agente del cambio (Le Goff, 2002: 20), un sujeto que se implique y participe activamente en su ámbito laboral, para lo cual tendrá que estar siempre formándose y actualizándose. Pero esta actividad continua que no conduce a un destino de seguridad y estabilidad definitivas, es presentada también como un nuevo camino para progresar personal y socialmente (Boltanski & Chiapello, 2002: 140-141). Las políticas de Activación que han puesto en marcha algunos Estados miembros de la Unión Europea, y que ha impulsado también la propia Institución Comunitaria, irían encaminadas precisamente no sólo a lograr la efectiva adaptación de los sujetos a las nuevas circunstancias laborales, sino también a conseguir que perciban esta adaptación como parte de un proceso de autonomización y desarrollo personal continuo (Serrano Pascual, 2009: 284). Se trataría así de “fabricar un hombre nuevo” (Le Goff, 2002: 20). Un hombre que no se reconozca en ninguna herencia. Que no confíe en ningún futuro que no sea el que él mismo pueda construir y anticipar una y otra vez a partir de sus propias habilidades y capacidades. La vida laboral se transforma

así en un proceso de “deconstrucción creativa” sin fin, en una especie de obra de arte cuyo único “bricoleur” es el propio sujeto (Bauman, 2010: 179-180).

Ahora bien, a pesar de estas continuas apelaciones a la creatividad, a la iniciativa personal y a la autonomía de los sujetos, los nuevos discursos laborales tienen una intención claramente disciplinaria. No obstante, las normas y los principios que los constituyen en nada recuerdan ya a los de otra época. Pertenecen, en efecto, a otro orden disciplinario. No a aquel paternalista y autoritario, característico de las primeras fases de la sociedad industrial, que extraía de la tradición y del pasado todo su sentido. (Thompson, 1979; Pollard, 1987: 217 y ss). Ni tampoco a aquel otro de la época Fordista, extremadamente burocrático, jerárquico y rígido (Gaudemar, 1991; Bendix, 1966; Boltanski & Chiapello, 2002), pero que sin embargo se proyectaba sobre un futuro de promesas aplazadas, haciendo más llevaderas las obligaciones y los esfuerzos que conllevaba (Bauman, 2006: 154 y ss; Sennett, 2000: 103). Un orden, por cierto, abiertamente criticado por los defensores de la nueva ética del trabajo, que anuncian con entusiasmo que “la era del trabajador anónimo se ha acabado” (Peters, 2002: 46).

Las disciplinas asociadas a la nueva ética del trabajo son efectivamente de otro tipo. Están más vinculadas a organizaciones horizontales y en red, que han de tomar decisiones de manera rápida en respuesta a cambios también rápidos de la demanda (Castells, 2000: 207). Organizaciones en la que sin embargo no están ausentes las estructuras disciplinarias (Boltanski & Chiapello, 2002: 544; Sennett, 2000: 48). “Cierto –afirman los intelectuales vinculados a la nueva gestión empresarial–, el control de la gestión no va a desaparecer” (Crozier, 1995: 29). Ahora bien, se trata de un control más difuso, que no se establece en base a líneas de mando y a jerarquías formalmente establecidas, con sus tiempos rutinarios y previsibles, sino a través de una cooperación más autónoma y participativa. A través de “disciplinas compartidas (que) facilitan el trabajo en equipo y permiten una flexibilidad organizativa” (Moss Kanter: 1999: 181). Pero que exigen también una vigilancia y una supervisión continua de los trabajadores, a veces incluso por parte de los propios compañeros de los equipos en los que se integran (Sennett, 2000: 121; Power, 1994). Estas formas de control se transforman en otras ocasiones en verdaderas autodisciplinas, en la medida en que son interiorizadas por los propios trabajadores, presionados como están por la constante necesidad de formarse continuamente.

Se crea así un escenario en el que “nunca se termina nada” (Deleuze, 1999: 6), en el que hay que estar siempre comenzando (Bauman, 2006: 37), demostrándose a uno mismo y a los demás que se es capaz, que se vale. Este es el único camino y también la meta.

Ahora bien, si estas formas disciplinarias se han integrado plenamente en la nueva ética del trabajo, es porque están en relación con los valores sociales y culturales predominantes en las sociedades modernas. En efecto, muchas de las ideas contenidas en los textos de la nueva gestión empresarial relacionadas con la defensa de un trabajo más participativo, autónomo y creativo, proceden de la herencia común de la izquierda occidental, que también había criticado las formas capitalistas de producción como alienantes, autoritarias y antidemocráticas (Durán Vázquez, 2011: 312 y ss). En esta misma línea, pero en un contexto y con una finalidad completamente distinta, los autores del *management* postfordista consideran, citando expresamente a Marx, que las nuevas formas de gestión empresarial son “no alienantes”, frente a las anteriores organizaciones en las que los empleados tenían “la obligación de callarse y obedecer” (Sérieyx, 1994: 312-313; Aktouf, 1999: 597). En franca oposición a estas estructuras organizativas, en las nuevas – consideran los que amparan la nueva gestión empresarial – los trabajadores “sienten de verdad que la divisa de la República – “libertad, igualdad y fraternidad” – está vigente en todas partes y para todos” (Landier, 1992: 177).

Ahora bien, además de haber integrado parte de las críticas que los movimientos de izquierda habían hecho a las estructuras laborales capitalistas, aunque adaptándolas a otras circunstancias y con otros propósitos, la nueva ética del trabajo ha asumido también los discursos de las distintas vanguardias y de los movimientos contraculturales (Boltanski & Chiapello, 2002: 150, Le Goff, 2002: 119-120; Frank, 2011: 65). Dichos movimientos, herederos por otra parte de aquellas ideologías de izquierda, se habían distinguido por su rechazo más enérgico a la autoridad, al pasado y a la tradición, y también por sus deseos de autonomía, de independencia, de creatividad y de autenticidad (Le Goff, 2002: 97-122 y ss). Por sus ganas de vivir el presente con la mayor intensidad.

Estos valores se han ido consolidando en las sociedades occidentales a medida que sus miembros se iban independizando de sus ámbitos tradicionales de pertenencia, para integrarse gradualmente en los universos del trabajo y del consumo (Ewen, 1983; Beck, 2006: 215; Beck & Beck-Gernsheim, 2003: 69 y 94). Lo cual significa, que si la nueva ética del trabajo se ha apropiado de estos valores, no ha sido incorporándolos desde otras esferas más o menos ajenas a esta ética, tal como se dice en alguna obra de amplia difusión (Boltanski & Chiapello, 2002), sino porque formaban parte de la cultura común de las sociedades del trabajo y del consumo. Del modo en el que estas sociedades se articulan, se integran y se legitiman (Le Goff, 2002: 122 y ss).

Integrando todas estas ideologías y todos estos valores las estructuras disciplina-rias a las que apela la nueva ética del trabajo aparecen como mucho menos opre-

sivas y más liberadoras que las de otras épocas. Y el tiempo aparece en el contexto de esta ética con esa dimensión tan ambivalente, a la vez subjetiva y objetiva, tal como se ha mostrado a lo largo del presente trabajo.

Conclusión

La imagen del tiempo dominante en la nueva ética del trabajo presenta, en efecto, esa doble vertiente a la que hemos aludido anteriormente. Por un lado actúa como una realidad externa que los sujetos deben aceptar como un hecho inherente a la dinámica actual de las sociedades, porque es la “norma”, por lo que vivir de otro modo sería quedarse rezagado, “fuera del tiempo”. No queda pues más remedio que plegarse a sus dictados, a través de un proceso de adaptación continua y sin freno. Por otro lado, sin embargo, el tiempo aparece como una realidad más subjetiva, que los sujetos pueden aprovechar para construir una identidad laboral más autónoma y completa.

Lo singular de la situación actual es que, como decíamos al comienzo de este trabajo, estas dos dimensiones del tiempo, cuyo carácter es en muchas ocasiones claramente disciplinario, son vividas con un gran nivel de consciencia. Y aun así, no son, sin embargo, abiertamente contestadas. Quizás porque forman parte de la cultura común de las sociedades occidentales. Una cultura que se construyó en buena medida alrededor de la temporalidad de los universos del trabajo y del consumo. Primero, como tiempo de progreso en ruptura con el mundo tradicional anterior, y en relación con un futuro de crecimiento, de igualdad y de libertad casi sin límites. Después, en los años ochenta, cuando el mercado de trabajo se flexibilizó y se precarizó, y el del consumo experimentó un proceso de innovación, diversificación e individualización muy intenso, se fue institucionalizando una temporalidad vinculada al cambio permanente, pero también a una igualdad, a una autonomía y a una libertad más extremas. Esta temporalidad es aun plenamente moderna. La de una modernidad mucho más individualista, que ensalza los valores de la autonomía y de la libertad, y también los del progreso. Un progreso que no se concibe ya de otro modo sino es como actualización permanente

En este contexto se ha construido precisamente un nuevo orden disciplinario con su propia imagen del tiempo. No obstante, este tiempo ya no es el de la primera modernidad, que prometía un futuro de promesas aplazadas, pero que exigía a cambio la sumisión a instituciones rutinarias, jerárquicas y autoritarias, que sin embargo eran también fuente de estabilidad y de confianza. El tiempo que se impone en la actualidad en los distintos escenarios laborales ya no se vincula con esas jerarquías ni con esas rutinas, que son cada vez más refractarias a la cultura

moderna. Pero tampoco con la confianza que proporcionaban. Pertenecen a otro orden institucional que concede todo el protagonismo al sujeto, pero que también descarga sobre él todas las responsabilidades y todos los riesgos (Beck, 2006: 215 y ss). En este orden así configurado el tiempo aparece con todas las ambivalencias de las sociedades actuales. Unas sociedades que se han liberado de las ataduras del pasado, e incluso de los sacrificios que exigía el tiempo de progreso que la primera modernidad había institucionalizado, para entregarse a un tiempo que no tiene más horizonte que el de un futuro que se está haciendo permanentemente presente. Este es el tiempo que legitima precisamente la nueva ética del trabajo.

Referencias

AKTOUF, Omar. *Le management entre tradition et renouvellement*. Montréal: Gaëtan Morin, 1999.

ALONSO BENITO, Luís Enrique; FERNÁNDEZ RODRIGUEZ, Carlos Jesús. Uso del trabajo y formas de gobernabilidad: la precariedad como herramienta disciplinaria. In: CRESPO, E.; PRIETO, C.; SERRANO, A. (Coords.). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: CIS, 2009.

ALONSO, Luís E. *La era del consumo* Madrid: S. XXI, 2005.

———. *Trabajo y ciudadanía*. Madrid: Trotta, 1999.

ARENDT, Hannah. El concepto de historia: Antiguo y Moderno. In: ARENDT, H. *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*. Barcelona: Paidós, 2003.

BALANDIER, George. *El desorden*. Barcelona: Gedisa, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Mundo de consumo*. Barcelona: Paidós, 2010.

———. *Vida de consumo*. Madrid: FCE, 2007.

———. *Modernidad líquida*. Buenos Aires: FCE, 2006.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós, 2006.

———. *Un nuevo mundo feliz*. Barcelona: Paidós, 2000.

BECK, Ulrich; BECK GERNISHEIM, Elisabeth. *La individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003.

- BENDIX, Reinhardt. *Trabajo y autoridad en la industria*. México: FCE, 1966.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido. La orientación del hombre moderno*. Barcelona: Paidós, 1997.
- BOCOCK, Robert. *El consumo*. Madrid: Talasa, 1995.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditaciones pascalianas*. Barcelona: Anagrama, 1999.
- BURY, John. *La idea de progreso*. Madrid: Alianza Editorial, 1971.
- CASTEL, Robert. *Las metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información*. v. I: “La sociedad red”. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. v. II. Barcelona: Tusquets, 1989.
- CHASSARD, Y. ; BOSCO, A. L'émergence du concept d'employabilité. *Droit Social*, n. 11, p. 903-911, 1998.
- COMISION EUROPEA. *L'avenir du travail*. Luxemburgo: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1999.
- CRESPO, Eduardo; PRIETO, Carlos; SERRANO, Amparo (Coords.). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: CIS, 2009.
- CROZIER, Michel. *L'entreprise à l'écoute*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *Conversaciones*. Valencia: Pre-Textos, 1999.
- DRUCKER, Peter. *El management del siglo XXI*. Barcelona: Edhasa, 2000.
- DUQUE, Eduardo. É possível sair do presente? Uma teoria prospetiva. In: ARAÚJO, E.; DUQUE, E.; FRANCH, M.; DURÁN, J. (Eds.). *Tempos sociais e o mundo contemporâneo – as crises, as fases e as ruturas*. Braga (PT): Cecs, 2014.
- . . Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In: ARAÚJO, E.; DUQUE, E. (Eds.). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*. Braga (PT): Cecs; Cics, 2012.

DUQUE, Eduardo; CALHEIROS, Antônio. De que tempo se faz a relação entre a dromocracia e a democracia? *Sitientibus*, n. 48, p. 153-173, Feira de Santana, Jan. 2013, .

DURÁN VÁZQUEZ, José Francisco. *La metamorfosis de la ética del trabajo. Constitución, crisis y reconfiguración de la ética del trabajo en la modernidad tardía*. Santiago de Compostela (ES): Andavira, 2011.

———. . Del círculo a la flecha y de la flecha al boomerang: las representaciones del tiempo tardo-modernas en las esferas del trabajo y del consumo. *Bararataria, Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales*, n. 10, p. 91-104, 2009.

DURÁN VÁZQUEZ, José Francisco; DUQUE, Eduardo. Culturas y generaciones. Actitudes y valores hacia la educación, el trabajo y el consumo en tres generaciones de jóvenes españoles. *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, n. 72, p. 129-165, 2017.

ELÍAS, Norbert. *Sobre el tiempo*. Madrid: FCE, 1989.

EWEN, Stuart. *Consciéncias sous influence. Publicité et genèse de la société de consommation*. Paris: Aubier Montagne, 1983.

FAIRCLOUGH, N. Representaciones del cambio en el discurso neoliberal. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 16, p. 13-35, 2000.

FRANK, Thomas. *La conquista de lo cool. El negocio de la cultura y la contracultura y el nacimiento del consumismo moderno*. Madrid: Alpha Decay, 2011.

GALILEO GALILEI. *Cartas a Cristina de Lorena*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

GAUDEMAR, J. P. *El orden y la producción: nacimiento y formas de disciplina de fábrica*. Madrid: Trotta, 1991.

GENELOT, Daniel. *Manager dans la complexité*. Paris: Insep Éditions, 1992.

GIDDENS, Anthony. Vivir en una sociedad postradicional. In: Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. *Política, tradición y estética en el orden social moderno*. Madrid: Alianza Editorial, p. 75-137, 1997.

GORZ, André. *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

———. . *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Sistema, 1997.

HEATH, Joseph; POTTER, Andrew. *Rebelarse vende*. Madrid: Taurus, 2005.

- HUBERT, Henri. Estudio sumario sobre la representación del tiempo en la religión y la magia. In: RAMOS TORRE, R. (Org.). *Tiempo y sociedad*. Madrid: CIS, 1992.
- IGLESIAS DE USSEL, Julio. El tiempo en la sociedad contemporánea. In: VV.AA., *Política y sociedad. Estudios en Homenaje a Francisco Murillo Ferrol*. v. I. Madrid: CIS, 1987.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado*. Barcelona: Paidós, 1993.
- LANDIER, Henri. *Hacia la empresa inteligente*. Bilbao (ES): Deusto, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *Tiempo, trabajo y cultura en el Occidente Medieval*. Madrid: Taurus, 1983.
- . *La civilización del Occidente Medieval*. Barcelona: Juventud, 1969.
- LE GOFF, Jean Pierre. *La démocratie post-totalitaire*. Paris: La Découverte, 2002.
- . *La barbarie douce*. Paris: La Découverte, 1999.
- . *Le mythe de l'entreprise*. Paris: La Découverte, 1992.
- LIPOVESTKY, Gilles. *El imperio de lo efímero*. Barcelona: Anagrama, 1990.
- LUHMANN, Niklas. *Introducción a la teoría de sistemas*. México: Anthropos, 1996.
- . El futuro no puede empezar: estructuras temporales en la sociedad moderna. In: RAMOS TORRE, R. *Tiempo y sociedad*. Madrid: CIS, 1992.
- MARSHALL, T. H. *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- MOSS KANTER, Rosabeth. *Las nuevas fronteras del management*. Barcelona: Paidós, 1999.
- OCDE. *Estudio sobre el empleo (Parte I)*. Barcelona: Universitat Autònoma OCDE, 2000.
- . *Estudio sobre el empleo (Parte II)* Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.
- . *Políticas de mercado de trabajo en los noventa*. Madrid: Ministerio de Trabajo y SS, 1991.
- OFFE, Claus. *Contradicciones en el Estado del Bienestar*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.

- PETERS, Tom. *La formación en la empresa del III milenio*. Madrid: Nowtilus, 2002.
- PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *La segunda ruptura industrial*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- POLANYI, Karl. *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta, 1989.
- POLLARD, Sidney. *La génesis de la dirección de empresa moderna. Estudio sobre la revolución Industrial en Gran Bretaña*. Madrid: Ministerio de trabajo y S.S., 1987.
- POWER, Michael. The audit society. in Hopwood, A.; Miller, P. (Eds.). *Accounting as social and institutional practice*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1994.
- PRIETO, Carlos. Trabajo y orden social: de la nada a la sociedad de empleo (y su crisis). *Política y Sociedad*, v. 34, p. 19-32, 2000.
- . Crisis del empleo: ¿Crisis del orden social? In: Miguelez, F.; Prieto, C. (Coords.). *Las relaciones de empleo en España*. Madrid: S. XXI, 1999.
- (coord.). *La crisis del empleo en Europa*. Valencia: Germanía, 1999.
- RICARDO, David. *Principios de economía política y tributación*. Madrid: Aguilar, 1959.
- RIFKIN, Jeremy. *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. *La crisis del Estado Providencia*. Madrid: Civitas, 1995.
- SAAVEDRA, Luís. *Ensayo sobre la riqueza*. Madrid: Catarata, 2010.
- SENNETT, Richard. *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama, 2000.
- SÉRIEYX, Hervieux. *El Big Bang de las organizaciones*. Barcelona: Ediciones B., 1994.
- SERRANO PASCUAL, Amparo. Regulación supranacional y despolitización del trabajo: el caso del paradigma de la activación. In: CRESPO, E.; PRIETO, C.; SERRANO, A. (Coords.). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: CIS, 2009.
- . El concepto de empleabilidad en la estrategia europea de lucha contra el desempleo: una perspectiva crítica. *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, v. 21, p. 137-149, 2000.

SMITH, Adam. *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*. México: FCE, 1997.

SUE, Roger. *Temps et ordre social*. Paris: PUF, 1995.

THOMPSON, Edward Philip. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

———. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.

WEBER, Max. La ética protestante y el espíritu del capitalismo, In: Weber, M. *Ensayos sobre sociología de la religión*. v. I. Madrid: Taurus, 1998.



Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil

Recebido: 25.05.18
Aprovado: 16.05.19

Luiz Inácio Gaiger*
& Patrícia Kuyven**

* Luiz Inácio Gaiger é doutor em sociologia e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.
Orcid :0000-0003-0241-7064.
<gaiger@unisinos.br>.

** Patrícia Kuyven é doutora em ciências sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professora adjunta da Unisinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.
Orcid: 0000-0001-5938-8829. E-mail: <pkuyven@unisinos.br>.

Resumo: O artigo realça o valor do Sistema de Informações em Economia Solidária para a compreensão da economia solidária no país, destacando suas possibilidades investigativas no sentido de apurar aspectos relevantes dos empreendimentos de economia solidária (EES) e identificar suas origens e tendências de desenvolvimento. Salienta as peculiaridades da economia solidária diante das formas predominantes de economia e apresenta uma tipologia dos EES, integrando-a à análise de seu processo de emergência, no qual se destaca o lastro de experiências dos trabalhadores. Essa discussão conduz a examinar o sentido da economia solidária do ponto de vista das expectativas de seus protagonistas e a relativizar teses correntes como aquela de uma reação ao desemprego ou de mera busca de benefícios econômicos. Tece comentários sobre a importância de bases de dados abrangentes para os estudos sobre a economia solidária, no sentido de estabelecer balanços sobre sua trajetória e suas forças de propulsão, finalizam o artigo.

Palavras-chave: Economia solidária. Economia popular. Informalidade. Cooperativas. Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies).

Dimensions and trends of the solidarity economy in Brazil

Abstract: The paper highlights the value of the Brazilian Information System on Solidarity Economy for the understanding of solidarity economy, highlighting its investigative possibilities in order to ascertain relevant aspects of Solidarity Economy Enterprises (EES) and to identify their origins and development tendencies. It emphasizes the peculiarities of the solidarity economy in the face of the predominant forms of economy and presents an EES' typology, integrating it to the analysis of its emergent process, in which the workers' experiences are highlighted. This discussion leads to the exam of the sense of solidarity economy from the point of view of the expectations of its protagonists, and to relativize current theses such as a reaction to unemployment or the mere pursuit of economic benefits. Comments on the importance of comprehensive databases for studies on solidarity economy, in order to establish balance sheets on their trajectory and their propulsion forces, conclude the paper.

Keywords: Solidarity economy – popular economy – informality – cooperatives– Solidarity Economy Information System (Sies)

Introdução

1. Conforme a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio de 2013 e o Censo do IBGE de 2010. Informações em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe_rendimento/pnad2013/default.shtm> (PNAD) e em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/censo2010/default.shtm>> (Censo Demográfico).

2. Instância com representações do Estado, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e de entidades de apoio e fomento.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou em 2013 que a população brasileira já ultrapassara a casa dos 200 milhões de habitantes¹. No mesmo ano, o segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil contabilizou cerca de 1,4 milhão de pessoas integrantes dos empreendimentos econômicos solidários (EES), na condição de trabalhadores, consumidores ou usuários de seus bens e serviços. Que relações poderiam ser estabelecidas entre um universo e outro? Comparações desse tipo, por certo, requerem que se possa antes aquilatar a participação demográfica, social e econômica da economia solidária, o que não era possível até anos atrás, por inexistirem dados estatísticos abrangentes a esse respeito.

Em 2003, essa situação começou a mudar com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a secretaria decidiu-se por um amplo mapeamento da economia solidária no Brasil, realizado entre 2005 e 2007, com o qual cerca de 22 mil EES foram identificados e caracterizados. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), propiciando o acesso público aos dados e prevendo sua atualização periódica, de acordo com diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Economia Solidária e com resoluções da Comissão Gestora Nacional² do Sies. Entre 2010 e 2013 foi realizado um segundo mapeamento nacional; em 2013, os dados do segundo mapeamento serviram de base a uma pesquisa amostral, adiante descrita.

A efetivação do Sies supôs um acordo prévio em relação às características definidoras das unidades de coleta de informações, os EES. Para serem mapeados, os empreendimentos deveriam ser organizações suprafamiliares, com ao menos dois associados, e atuação econômica permanente, sob a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca etc., cujos participantes realizassem coletivamente a gestão das atividades e decidissem sobre a alocação dos seus resultados. Sua inclusão no mapeamento não requereria que tivessem registro legal ou algum tipo de formalização, mas sim que desenvolvessem atividades de produção de bens, prestação de serviços, comercialização, consumo ou crédito. O primeiro mapeamento abrangeu organizações complexas (ou de segundo grau), principalmente redes e centrais cooperativas, ao passo que o segundo mapeamento se restringiu às organizações de primeiro grau, registrando ao mesmo tempo suas eventuais vinculações externas.

O trabalho inédito de coleta de dados que originou o Sies tornou-se possível graças à liderança da Senaes e à colaboração de inúmeros órgãos públicos e enti-

dades de apoio à economia solidária, além das diversas redes e fóruns que se instituíram nas duas últimas décadas, convergindo em seus propósitos e linhas de atuação. Foi igualmente decisivo o suporte de universidades e instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)³. Contudo, salvo um livro dedicado à análise dos dados mais salientes do segundo mapeamento (Gaiger *et alii*, 2014) e alguns estudos esparsos, as bases de informação do Sies permanecem pouco exploradas e, no geral, ainda distantes do olhar e da compreensão de acadêmicos, agentes públicos e ativistas da economia solidária. O Sies não contém apenas os grandes números da economia solidária, mas um conjunto de informações que permite correlacionar as características dos EES, traçar modelos e, ademais, identificar as tendências que deram origem a essas iniciativas e que definem suas dinâmicas de atuação e evolução. Embora os últimos levantamentos de informações tenham sido concluídos em 2013, guardam interesse na atualidade ao facultarem análises retrospectivas da gênese dos EES, considerando tanto fatores endógenos próprios desse campo de práticas quanto o efeito de circunstâncias conjunturais. Isso permitiria ultrapassar uma visão de curto prazo e delinear hipóteses adequadamente fundamentadas sobre o curso da economia solidária dos últimos anos, tendo-se em vista as reviravoltas no quadro político nacional e o retraimento das políticas públicas, em particular no âmbito federal, em face da destituição do tema na agenda governamental (Silva, 2018).

3. Através do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo (<http://ecosol.dieese.org.br/>), o Dieese propicia acesso aos principais dados dos mapeamentos e tem promovido estudos a respeito. O acesso aos microdados do Sies – concebidos como uma base de informações de caráter público – pode ser requerido ao governo: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas/informacoes>>.

A conveniência de um olhar global e de longo prazo sobre a economia solidária já foi enfatizada em trabalhos de pesquisa (Gaiger & Corrêa, 2010) e balanços do estado da arte (Gaiger, 2012; 2014). Fazê-lo, examinando dados do Sies, traz à luz características dos EES que refinam visões comuns a respeito, como buscaremos demonstrar. Ademais, apura nossa percepção sobre o sentido e o futuro desse campo de práticas, afastando visões estanques em termos ou de mera funcionalidade, ou de plena alternatividade da economia solidária diante da lógica dominante de mercantilização e acumulação capitalista.

O artigo realça o valor do Sies como esforço de apreensão da economia solidária no país e expõe alguns dos principais resultados obtidos, ainda pouco conhecidos e utilizados pelos estudos na área. Primeiramente, apresenta algumas características gerais dos EES, além de traços específicos, com o objetivo de destacar peculiaridades da economia solidária diante das formas predominantes de economia. Algumas distinções serão feitas a esse respeito entre associações, cooperativas e grupos informais. A proposição de uma tipologia dos EES servirá a seguir de base para uma análise do processo de emergência desses empreendimentos, considerando o lastro de experiências dos trabalhadores envolvidos nessas iniciativas,

bem como os efeitos mais imediatos das transformações econômicas no momento de expansão mais acentuada da economia solidária. A discussão desses fatores nos conduzirá ao exame do sentido da economia solidária do ponto de vista das expectativas de seus protagonistas, questionando-se teses correntes como aquela de uma reação ao desemprego ou de busca de benefícios econômicos. O artigo se encerra com alguns comentários sobre o valor de bases de dados abrangentes para os estudos sobre a economia solidária, como via para a implantação de balanços fundamentados sobre sua trajetória e suas forças de propulsão.

Caracterização geral dos empreendimentos econômicos solidários

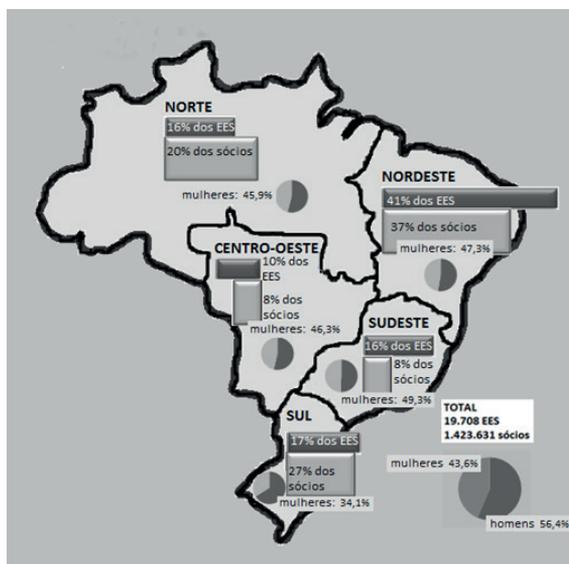
O Sies foi concebido como base para estudos e instrumento para o planejamento das políticas públicas, a partir do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade até então não percebida pelos levantamentos oficiais no Brasil. Além das informações a respeito dos EES – constantes do primeiro mapeamento e ampliadas no segundo –, percebeu-se a necessidade de reunir informações sobre as pessoas associadas aos EES, em particular sobre as motivações de sua atuação na economia solidária e sobre os impactos decorrentes. Adicionalmente aos mapeamentos, em 2013 foi realizada uma pesquisa nacional por amostragem, focalizando associadas/os dos EES, com o objetivo de levantar seu perfil e avaliar as principais mudanças provocadas por sua participação nos EES e por seu ativismo na economia solidária e movimentos afins⁴. Assim, o Sies contém informações coletadas em 2005-2007 sobre cerca de 22 mil EES (primeiro mapeamento), informações de 2010-2013 sobre quase 20 mil EES (segundo mapeamento) e informações provenientes da pesquisa amostral sobre os integrantes dos EES. Os dados do período 2010-2013, cujas cifras globais mais importantes figuram no Mapa 1, nos servirão como principal referência.

A visão mais habitual da economia solidária provavelmente evoca pequenos empreendimentos urbanos, nas franjas do desemprego e da informalidade, nos quais se produzem ou se vendem coletivamente bens de consumo em segmentos de atividades tradicionais tais como alimentação, vestuário e artesanato, por vezes incorporando a oferta de itens ou de atividades com propósitos alternativos e sustentáveis, a exemplo das associações de reciclagem e das feiras ecológicas. Essas últimas concentram produtores e agricultores familiares, quase sempre organizados em cooperativas e associações localizadas em áreas rurais próximas ao perímetro urbano, o que explica que 10% dos EES registrados no segundo mapeamento tenham declarado atuar no espaço rural e urbano, simultaneamente⁵. No cômputo geral, a área rural prevalece com 55% dos EES, enquanto os EES urbanos

4. A elaboração do questionário tomou como referências as principais pesquisas de base nacional no Brasil, tais como a Economia Informal Urbana (Ecinf), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad). Tais procedimentos encontram-se descritos no site do Projeto Sies, em cujo âmbito realizou-se o tratamento e a análise das informações relacionadas ao segundo mapeamento e executou-se a pesquisa amostral (Ver: <<http://sies.ecosol.org.br/>> e seu detalhamento em Gaiger *et alii*, 2014).

5. Os percentuais foram arredondados para a primeira casa antes da vírgula, exceto para os valores inferiores a 10% ou quando a fração posterior à vírgula equivale a 0,5%.

MAPA 1
DISTRIBUIÇÃO NACIONAL DOS empreendimentos
econômicos solidários E SÓCIOS POR REGIÃO



Fonte: Mapeamento Nacional da Economia Solidária.

perfazem 35%. Deve-se ainda destacar a predominância de ocupações tipicamente agrícolas entre os integrantes dos EES (60%), denotando que a economia solidária abarca uma fisionomia prevalentemente rural, com base na produção familiar e em seus vínculos típicos de mutualidade e cooperação, cujas raízes recuam e se prolongam no tempo. A economia solidária não é, portanto, um fenômeno tipicamente urbano e tão recente quanto se possa pensar.

A diferença entre os espaços rural e urbano como área de atuação, de exatos 20%, é fato relacionado à forma de organização dos EES. Associações são a modalidade típica dos EES rurais, integrados por agricultores familiares que se consorciaram para utilizar equipamentos e recursos produtivos de forma coletiva, o que aumenta seu poder de barganha diante de fornecedores e otimiza a comercialização dos produtos. Predominam em meio rural (70%), enquanto nas aglomerações urbanas concentram-se os grupos informais (59%). As cooperativas ficam divididas, com presença ligeiramente maior no espaço urbano (46% *versus* 34%)⁶.

Essas correlações também incidem sobre a principal atividade econômica coletiva dos EES⁷. Nesse quesito, observa-se um predomínio (56%) de EES dedicados prioritariamente à produção de bens (atividade que usualmente envolve a comercia-

6. A magnitude rural da economia solidária justifica a fundação da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) em 2005; já os EES urbanos encontram-se representados pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), criada em 2000.

7. Após terem enumerado as diversas atividades econômicas que realizavam coletivamente, os EES indicaram qual delas era a principal, entre seis alternativas:

1. Troca de produtos ou serviços (incluem-se aqui os EES que utilizam moedas sociais para mediar as trocas);
2. Produção e comercialização (atividades de processamento, beneficiamento, coleta ou fabrico de produtos, com sua respectiva comercialização);
3. Comercialização (realizam principalmente a comercialização de produtos ou serviços dos sócios ou de terceiros, originados fora do EES);
4. Prestação de serviços ou de trabalho a terceiros (isto é, para não sócios, sejam eles clientes individuais, famílias, empresas, órgãos públicos etc.);
5. Poupança, crédito ou finanças

solidárias (incluindo cooperativas de crédito, fundos rotativos e bancos comunitários.);

6. Consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (a exemplo das cooperativas de consumo, habitacionais ou de eletrificação).

8. Os últimos dois tipos são minoritários: a troca de produtos e serviços (2,2%) e a atividade de poupança, crédito ou finanças solidárias (1,7%).

9. Por ser uma questão relacionada com renda, ela foi aplicada exclusivamente a três daqueles seis tipos de atividade econômica principal: produção, comercialização e prestação de serviços ou trabalho a terceiros.

lização). Bem abaixo desse percentual, estão os EES dedicados ao consumo ou ao uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (20%). Seguem os EES tipicamente de comercialização (13%) e aqueles de prestação de serviço ou trabalho a terceiros (6,6%)⁸. As atividades de consumo e uso coletivo de bens e serviços concentram-se fortemente (85%) no espaço rural, bem como a troca de produtos e serviços e as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias. No espaço urbano, predominam os EES de prestação de serviços ou de trabalho a terceiros (64%) e as atividades de comercialização, embora também se realizem no espaço rural. A atividade de produção divide-se com equilíbrio entre os espaços rural e urbano. Por sua vez, as atividades realizadas simultaneamente em área urbana e rural são, principalmente, as de finanças solidárias, de prestação de serviços (ou trabalho) a terceiros e de comercialização. Esses fatos e números dão a correta impressão de que a economia solidária não se distancia das atividades econômicas habituais, menos ainda revoluciona a matriz produtiva das regiões em que os EES se inserem. Seus efeitos e suas inovações são mais sutis, como veremos adiante.

A principal atividade econômica dos EES também se relaciona com a forma de organização que adotam. A atividade de produção, predominante no conjunto de EES, é uma característica ainda mais acentuada nos grupos informais (perfazendo 70% desse segmento). Já a atividade de consumo ou uso coletivo de bens e serviços é mais frequente nas associações (ocupando 29% delas). A comercialização se distribui de modo mais homogêneo, com certo destaque entre as cooperativas (27%). A atividade de prestação de serviços ou trabalho a terceiros também cresce entre as cooperativas (14%), embora seja mais característica nas sociedades mercantis (21%) e reparte-se igualmente, com percentuais menores (6%), entre os grupos informais e as associações.

Os dados relacionados à atividade econômica principal dos EES suscitam um aspecto de interesse, no tocante à função preponderante da renda obtida pelos empreendimentos⁹. Os EES representam a fonte primordial de renda dos sócios, principalmente quando sua atividade econômica é a prestação de serviços ou trabalho a terceiros (66%); a seguir, quando se dedicam à comercialização (50%) e, por fim, quando sua atividade coletiva principal é a produção (46%). A forma de organização também interfere no papel que os EES cumprem para seus membros. De forma sintética, os dados demonstram que as empresas mercantis e as cooperativas se identificam com a finalidade de gerar a renda primordial dos sócios, especialmente nos EES de prestação de serviços ou trabalho a terceiros, quando essa característica é mais acentuada (79%). Entre os grupos informais, o objetivo de gerar uma renda *complementar* prevalece, chegando a seu máximo (53%) entre os EES informais de produção. Esses EES também se destacam na função de

completar rendimentos de aposentadorias ou pensões, ficando acima das demais formas de organização nesse quesito. As associações ficam divididas, servindo a múltiplos objetivos.

Quanto às motivações que levaram à criação dos EES, as cooperativas estão mais vinculadas a princípios de autogestão e a objetivos de trabalho e formação profissional. As associações ficam em posição intermédia, destacando-se no quesito de busca de financiamentos e apoios. Os grupos informais se distanciam dessa perspectiva e respondem, com maior frequência, à busca de uma fonte complementar de renda ou de alternativas ao desemprego. De modo geral, uma síntese comparativa entre as principais formas de organização dos EES, com ênfase nas motivações iniciais que levaram à sua criação e com algumas variáveis relacionadas, revela o seguinte:

- *Grupos informais*: denotam uma situação de precariedade econômica relacionada ao desemprego e à insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas. Predominam EES urbanos e de produção.
- *Associações*: relacionam-se a várias motivações, entre elas o desenvolvimento comunitário e, mais frequentemente, estimulantes externos, a exemplo de políticas de apoio, financiamento, assistência social ou outras. São os EES com maior ocorrência no meio rural.
- *Cooperativas*: respondem a motivações variadas, principalmente a obtenção de ganhos mais elevados e o desenvolvimento de empresa econômica de propriedade dos sócios. Em segundo lugar, como alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas, através da autogestão.

As cooperativas são EES em geral mais bem estruturados, com indicadores consistentes tanto em relação a estratégias de mercado como a participação em redes econômicas (36% delas participam, contra 16,5% dos demais EES), quanto a resultados, como a geração de excedentes (47% *versus* 38%), em paralelo a requisitos de gestão democrática, como a realização periódica de assembleia (ou reunião geral) dos associados (92% *versus* 84%), ou a existência de conselho fiscal (68% *versus* 46%). Além disso, constituem o principal modelo e, no Brasil, a alternativa jurídica de organização de empresas econômicas a partir da livre associação e da igualdade societária entre seus membros. No entanto, correspondem a menos de

10% dos EES, o que remete a conhecidas razões e a permanentes debates quanto aos óbices para a formalização dos negócios informais (Chen, 2012) e à desconformidade do marco legal existente em relação às características e aos propósitos da economia solidária (Gaiger, 2015).

Convém, ademais, atentar para o fato de que os empreendimentos informais não são caóticos ou anárquicos, pois dispõem de lógicas intrínsecas e de meios de regulação próprios (Schoofs, 2015). O mesmo aplica-se à figura predominante das associações: um formato incompleto para preencher todas as necessidades de uma empresa econômica, mas menos oneroso e sobretudo mais flexível para viabilizar determinadas atividades, adaptando-se à natureza cambiante e às vezes transitória dos arranjos socioprodutivos da economia popular. A economia solidária traz à baila não tanto a questão da informalidade em si, com seus traços limitantes e suas conotações negativas, mas o universo da semiformalidade, no qual o informal e o formal se entrelaçam, criando um espectro contínuo, um padrão misto estrutural persistente, que não deveria ser entendido como

resultado somente de um processo monolítico de ordem econômica, mas antes o resultado de um processo de codeterminações entre economia, história e cultura (Nogueira, 2018: 90).

Essas diversas comparações entre os EES demonstram que suas características confluem ou divergem parcialmente, sem que haja uma linha nítida de diferenciação a partir de uma única ou de poucas variáveis. Assim, distinguir grupos de EES a partir dos dados do Sies requer análises multivariadas e testes sucessivos, até que se identifiquem fatores discriminantes que delimitem agrupamentos significativamente homogêneos e coerentes. Seguindo esse método, com base nos dados do segundo mapeamento e tendo como fator de agregação selecionado a finalidade principal que os EES cumprem para seus membros, pode-se distinguir cinco tipos característicos:

▫ *EES de provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário*, cuja finalidade principal consiste em aportar bens, serviços e outros benefícios sociais em vista do bem-estar de seus membros – como crédito pessoal, itens de consumo doméstico, serviços socio-culturais e educativos – ou fomentar o desenvolvimento associativo e comunitário local.

▫ *EES de apoio à atividade produtiva dos sócios*, cuja função mais importante consiste em aportar serviços, recursos e benefícios direcionados às atividades econômicas – individuais ou familiares – de seus

integrantes, em itens como troca de produtos, comercialização, uso coletivo de equipamentos ou da infraestrutura produtiva.

▫ *EES de trabalho e geração de renda primordial para os sócios*, cujo objetivo consiste em produzir bens, em comercializar a produção dos membros ou prestar serviços, de modo a garantir a ocupação e a fonte de ingresso mais importante dos mesmos.

▫ *EES de complementação de trabalho e renda*, voltados a atividades similares ao tipo anterior, oferecendo desta vez ocupação e fontes de renda complementares para indivíduos cuja remuneração principal vincula-se a outra atividade econômica ou provém de rendimentos independentes do trabalho.

▫ *EES de trabalho com remuneração insuficiente dos sócios*, com atividades semelhantes aos tipos acima mencionados, todavia sem gerar renda adequadamente, seja por não propiciarem trabalho aos sócios de acordo com suas necessidades, seja pelos baixos níveis de remuneração oferecidos.

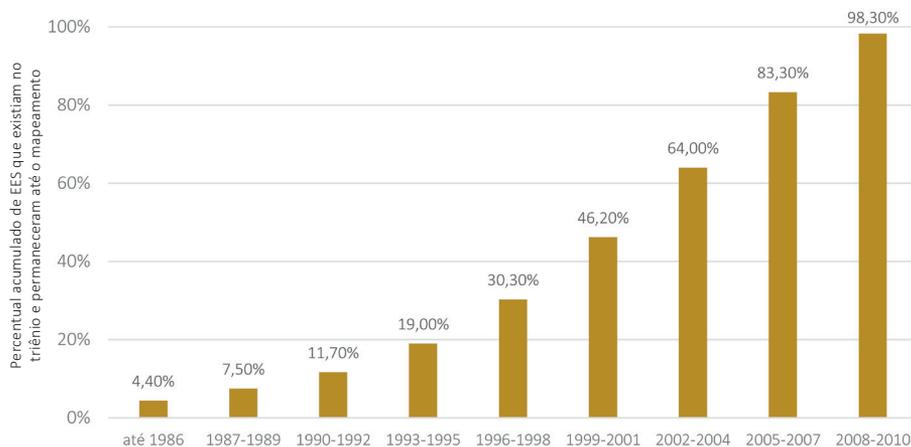
Os motivos de criação desse último tipo podem ser econômicos e prementes, como aquele de recuperar empresas privadas falidas, por via da sua apropriação e gestão pelos trabalhadores; ou sociais e um tanto difusos, como o de fortalecer os vínculos e a cultura de grupos étnicos, fato especialmente relacionado à presença de povos e comunidades tradicionais na economia solidária. A atividade econômica, nesses casos, funciona como um motivador ou um esteio de atividades de natureza precipuamente sociocultural. As relações entre essas diversas esferas são cambiantes e, no mais das vezes, tais fronteiras são permeáveis ou mesmo intangíveis.

A evolução dos empreendimentos econômicos solidários

Análises mais detalhadas poderiam indicar outras características predominantes em cada uma dessas tipificações, suas proporções e eventuais subtipos, além de apontar pistas quanto ao processo pelos quais os diferentes empreendimentos moldaram-se ao longo do tempo. Com respeito à formação histórica da economia solidária, no entanto, conviria termos em vista inicialmente alguns aspectos gerais.

Os dados do Sies registram EES criados antes de 1950, ainda ativos na data do mapeamento, embora sejam escassa minoria aqueles que persistiram por tantas

GRÁFICO 1
 PERCENTUAL ACUMULADO DE EMPREENDIMENTOS
 ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS CRIADOS POR PERÍODOS DE TEMPO ATÉ 2010



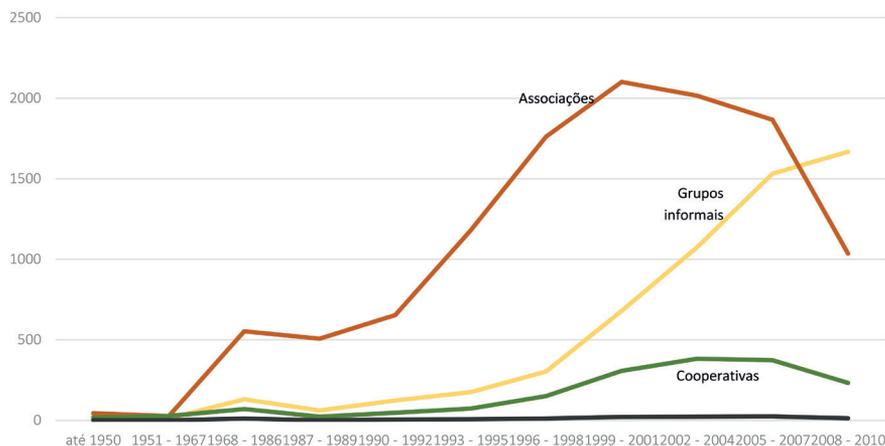
Fonte: Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária.

décadas e que foram identificados durante a coleta de dados. Nos cerca de 40 anos seguintes – de 1951 até 1989 –, foram criados 7,3% dos EES, datando da década seguinte – de 1990 até 1999 –, 27% deles. Do ano 2000 até 2009, surgiram 60,8% dos EES constantes do segundo mapeamento. Esse movimento ascendente (retratado no Gráfico 1) não reflete o total de EES existentes em épocas passadas, mas sim o total de EES já criados que continuaram existindo até o ano da coleta de informações, entre 2010 e 2013. Por conseguinte, em tempos idos o número de iniciativas similares aos EES deve ter sido bastante superior, como indicam estudos sobre a história do associativismo e do cooperativismo (Schneider & Lauschner, 1979; Pinho, 1982; Cultí, 2008). Nessa perspectiva, a economia solidária corresponderia não a um fenômeno intrinsecamente novo, mas a uma nova geração de iniciativas sociais e econômicas com base na livre adesão e na paridade entre seus integrantes.

Ao examinarmos algumas variáveis dos EES criados até 1989, percebemos que as associações predominam no período que antecedeu o grande surto de EES dos anos 1990 (Gráfico 2), bem como EES com atuação no espaço rural. Assim, não é surpreendente que a categoria social preponderante nessas iniciativas seja a de agricultores familiares. A presença de EES formados por agricultores já se fazia notar nos anos 1970, mas disparou à frente na década seguinte e se manteve na dianteira até os dias atuais¹⁰. Por quais razões essa categoria social foi a pioneira, já que tantas outras se mobilizaram contra a carestia, em prol de uma elevação dos

10. O exame de variáveis relacionadas à categoria dos agricultores familiares chama atenção sobretudo para a Região Nordeste. Além de ser a região mais populosa no tocante aos EES mapeados, iniciou o movimento ascensional de EES já a partir dos anos 1970, com nítida aceleração no primeiro triênio da década seguinte, sobretudo sob a forma de associações rurais.

GRÁFICO 2
 CRIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS
 ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS SEGUNDO A FORMA DE ORGANIZAÇÃO



Fonte: Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária.

salários e outras reivindicações, no contexto das lutas democráticas e de renascimento da sociedade civil na década de 1980? Dentre as possíveis explicações, valeria destacar um elemento que, do ponto de vista da racionalidade da economia solidária, deve ter deixado os agricultores familiares em vantagem: o modo de produção familiar – como também algumas modalidades de economia popular urbana – por sua própria natureza é coletivo ou semicoletivo, no âmbito do núcleo familiar e da comunidade circundante. Práticas de ajuda mútua são costumeiras, alimentam a noção de um projeto coletivo comum e provocam distanciamento do mundo urbano e moderno, com seus modelos culturais e sua mentalidade utilitarista. Sobre isto discorreram diferentes trabalhos clássicos (Candido, 1975) e autores de referência na atualidade (Wanderley, 2014).

Há então uma compatibilidade entre a conduta econômica habitual dos agricultores familiares e o desenvolvimento de estratégias coletivas mais amplas e permanentes (Sabourin, 1999). Essas se viabilizam por meio de organizações específicas que encontram suporte nas estruturas familiares e vicinais e, ao mesmo tempo, as induzem a uma transformação gradativa da lógica estritamente calcada no grupo familiar e no costume, a um processo de adesão premeditada, com inclinação preferencial ao estabelecimento de relações simétricas entre membros da organização. Os dados do Sies que acabamos de mencionar apontam assim para o interesse de se investigar esses temas com diferentes aproximações empíricas, o que permitiria discernir mais amplamente o papel das raízes populares nas dinâmicas

intrínsecas aos EES, além de dar o justo valor a experiências sociais ainda pouco estudadas e conhecidas.

Uma segunda categoria numericamente significativa na economia solidária é a dos artesãos. Ao computar os dados nacionais, os EES formados principalmente por pessoas com essa ocupação alcançam 17,9%. Com eles, vamos em direção ao universo urbano, no qual estão concentrados 79% dos EES desse ramo. Os EES de artesãos são em média mais recentes do que aqueles de agricultores, ainda assim começaram a sobressair-se no início dos anos 1980 e sua curva ascende sensivelmente na década posterior: a presença dos EES de artesãos cresce continuamente desde 1993, alcançando 34% nos EES criados entre 2011 e 2013, anos de coleta do segundo mapeamento. Trata-se de uma tendência posterior àquela dos EES de agricultores familiares, que também se delineou progressivamente.

Um terceiro segmento de interesse – menos por sua magnitude e mais por suas características peculiares, mais homogêneas – é aquele dos catadores de material reciclável. Compreendem 3,1% dos EES mapeados e são eminentemente urbanos (92%), atuando na comercialização (2/3) e na produção (1/3). Compreendem principalmente grupos informais (40%), mas também se apresentam como associações e cooperativas. À semelhança dos EES de artesãos, sua presença é rarefeita até 1993, quando passa a crescer continuamente, disparando no último triênio anterior ao segundo mapeamento.

O exame comparativo dessas três categorias de EES sinaliza uma gradativa confluência de dinâmicas econômicas, de trabalho e de organização social e política por parte de trabalhadores rurais e urbanos. Uma análise em paralelo dos cinco tipos de EES apresentados na seção anterior também revela que alguns precederam temporalmente outros. EES de *provimento de serviços, bens e desenvolvimento comunitário* remontam a décadas atrás e mantêm uma presença discreta, mas constante, até o início dos anos 1990, quando se multiplicaram com maior velocidade. EES de *apoio à atividade produtiva dos sócios*, globalmente mais numerosos, começam a destacar-se um pouco depois, nos anos 1980, subindo e mantendo-se na dianteira até o triênio 2002-2004, quando os EES voltados à geração de trabalho e renda passam a rivalizar em números.

É interessante considerar algumas modulações: os EES de *trabalho e geração de renda primordial para os sócios* engatinhavam nos anos 1980 e vão exibindo um movimento ascendente, cada vez mais acelerado, até meados dos anos 2000; os EES de *complementação de trabalho e renda* mostram curva similar, porém mais oscilante, que sobrepuja os demais tipos no final do período; já os EES de

trabalho com remuneração insuficiente dos sócios aparecem desde os anos 1970, acompanhando o ritmo dos últimos dois tipos citados, com cifras menores no último período, às vésperas do mapeamento. Esse quinto tipo não constitui simplesmente uma variante formada por EES mais jovens ou frágeis momentaneamente, que evoluiriam com o tempo para organizações capazes de gerar renda para seus membros. Mais do que uma questão de etapas, se trata de padrões de EES diferentes e concomitantes. E como a insuficiência de postos de trabalho e de renda, que caracteriza esse último tipo de EES, não leva à sua desativação sistemática, é plausível que outras finalidades e motivações sejam tão ou mais fundamentais, o que deveria ser levado em conta na avaliação da eficiência dessas iniciativas em cumprirem seu papel, sem atribuímos prerrogativas especiais aos fins econômicos.

Essas constatações deixam em xeque uma visão corrente que interpreta genericamente a economia solidária como uma resposta ao desemprego: elas sugerem uma multiplicidade de circunstâncias favoráveis à revitalização e à expansão de organizações populares de índole associativa. Por sinal, a conjuntura econômica e de emprego dos anos 2000, auge de surgimento dos EES, não foi particularmente negativa para os trabalhadores. Vários indicadores, como a taxa de desemprego, o poder de compra do salário mínimo e o Coeficiente de Gini apresentaram um comportamento positivo do ponto de vista das oportunidades e da distribuição de renda. Ao mesmo tempo, os 23% de EES criados até 1999 passaram a 41%, a contar do ano 2000, concentrando-se em áreas urbanas, mais sensíveis às oscilações do mercado de trabalho. Isto conduz a uma tese da teoria econômica de que se torna mais viável e racional fazer escolhas não convencionais diante de um quadro de crescentes opções e de reiterados apoios (Kalecki, 1983). Como a criação e implementação de um EES é uma operação nada trivial (França, 2008), incrementos relativos na segurança econômica dos trabalhadores, somados a instrumentos e estímulos dos programas de apoio à economia solidária, teriam feito a diferença. Programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, partem aliás dessa premissa: não é por falta de renda mínima, mas sim pela existência dela que os trabalhadores empobrecidos podem sentir-se capazes de enveredar por novos caminhos e persistir em sua concretização; nesse caso, fazendo e sustentando uma aposta na economia solidária (Kuyven, 2016).

A racionalidade em questão não opera num vazio cultural e à revelia de qualquer lastro de experiência, nisso mostrando-se aquém e além de comportamentos utilitaristas, cujas premissas teóricas já foram objeto de severas críticas (Wacquant & Calhoun, 1991). Provavelmente por isso é que se possa explicar por que os EES juridicamente formalizados como associações são proporcionalmente mais comuns

até 1999 e menos frequentes no período posterior, ciclo esse que coincide com o auge do crescimento da economia solidária. Embora a formalização das associações seja mais simples e ágil em comparação com as cooperativas e, ademais, possa ser instrumentalizada para fins clientelistas e eleitorais, induzindo à celeridade em sua criação, as associações requerem um agrupamento social prévio, razoavelmente consistente e provido de algum nível de articulação entre seus membros, para perseverarem no tempo. Desse ponto de vista, faz sentido a supremacia de associações entre EES que supõem maior continuidade dos laços comunitários, portanto mais antigos, nos quais a estrutura associativa funciona como anteparo para diferentes atividades de natureza econômica, social e cultural.

A informalidade, por sua vez, condiz com a espontaneidade inicial dos EES, caracterizando assim grupos recentes e menores, com número insuficiente de membros para legalizarem-se como cooperativas ou, mais fundamentalmente, sem um nível de coesão social ou de viabilização dos negócios que justifique bancar o ônus da formalização. Por isso, são mais frequentes no período posterior a 2000. Na conjuntura econômica mais favorável desse período, a profusão de grupos informais não representaria um aprofundamento da precarização, mas uma busca de novas oportunidades de ocupação e renda, supondo então disposição e disponibilidade para agir nessa direção. A economia solidária não visa apenas a renda, mas o ambiente cooperativo e de valorização mútua que, nos grupos informais, diz respeito em particular às mulheres, cuja média de participantes por EES é de 12,5 nesse segmento, contra 7,1 no caso dos homens¹¹.

11. A propósito, voltando ao segmento de EES dedicados à produção artesanal, 104.278 sócios e sócias trabalhavam nessas atividades “e, desses, aproximadamente 4/5 (78,1%) eram mulheres” (Dieese, 2017: 11).

Se mudanças conjunturais funcionaram como estimulantes para a criação de EES, é compreensível que seu quadro social e sua escala de operações sejam inicialmente modestos. Mais adiante, quando as dificuldades iniciais são vencidas, pode fazer sentido agregar novos membros, contanto que tais escolhas considerem o volume da atividade econômica e o seu potencial de crescimento. A esse respeito, as características gerais dos EES, mesmo daqueles tipos direcionados à geração de trabalho e renda, não parecem congruentes com uma perspectiva de crescimento quantitativo, o que de resto sucede com as empresas no Brasil, cujo perfil predominante é de pequeno porte, em média inferior àquele dos EES (Gaiger, 2011). No contexto da economia solidária, um quadro social reduzido pode refletir-se em vida associativa mais intensa, já que os membros são em geral instados a envolver-se na vida cotidiana do EES. O mesmo ocorre quando a iniciativa está em seus primeiros passos e deslanchou pouco antes, sem dispor ainda de rotinas que dispensem contínuas discussões e ajustes. Inovações sociais como essas cobram participação intensa dos agentes envolvidos para se viabilizarem e se propagarem (Ferrarini, 2016).

Sentidos da economia solidária

O sentido da economia solidária pode ser avaliado desde várias perspectivas, a exemplo de sua relação com mobilizações e formas de organização anteriores de trabalhadores rurais e urbanos, a contar das lutas operárias do século XIX (Singer, 1999), ou considerando suas incidências atuais sobre o movimento cooperativista (Stahl & Schneider, 2013; Gaiger, 2013). Pode-se também investigar suas especificidades diante da organização capitalista do trabalho e da produção (Santos, 2002), ponderando-se a respeito de sua força de impulsão no rumo de sociedades pós-capitalistas (Schmidt & Novaes, 2013). De um modo ou de outro, busca-se nesses casos inquirir sobre o significado histórico da economia solidária. Nessa tarefa, dados sistemáticos e abrangentes sobre o perfil dos EES e sobre seus integrantes não deveriam ser desconsiderados, uma vez que suas características variam e não se prestam a generalizações a partir de casos específicos.

Foi nesses termos que antes identificamos algumas raízes da economia solidária e alguns motivos da ascensão dos EES nos últimos 20 anos. Essa perspectiva de análise converge com a ideia de que essa expansão recente marcaria a ressurgência de visões de mundo embaladas por valores e experiências de luta e de organização, motivando a defesa de sistemas de vida e a resistência contra a expropriação e a indignidade (Singer, 1999). Estudos sobre essas questões indicam que a resolução de necessidades prementes – como trabalho e renda –, bem como a expectativa de contar com algum amparo diante de infortúnios teria motivado indivíduos e coletividades a buscarem alternativas; para tanto, a correrem riscos, a apostarem em laços de confiança, mantendo-se ou ingressando em propostas inabituais – mas não de todo estranhas – como a economia solidária. Assim, deram novo vigor à solidariedade (Bertucci & Silva, 2003) e à vida associativa (Pinto, 2006). Dos canaviais do Nordeste (Kleiman, 2008) ao coração das metrópoles do Sudeste (Dallari, 2012), essas iniciativas reafirmariam uma tradição mutualista cujos pioneiros, em seu tempo, reagiram não à terceira e atual onda de mercantilização, mas à primeira (Petitclerc, 2007).

Desse ponto de vista, os sentidos da economia solidária deveriam ser contabilizados igualmente – senão principalmente – a partir das respostas que ela oferece a anseios de seus protagonistas diretos. Não apenas, ou antes de tudo, quanto a trazer soluções a necessidades prementes e inadiáveis, mas sim no tocante à atratividade da economia solidária por veicular e dar materialidade a valores e expectativas primordiais, de uma “vida boa” indissociável de uma “vida livre”, na semântica de Amartya Sen (Sen, 2000; Fröhlich, 2013). Em outras palavras, no momento de tais escolhas uma dialética se instaura entre necessidades e aspi-

rações. Por serem ambas constructos socioculturais internalizados e modelados pela subjetividade individual, pode-se considerá-las, até certo ponto, intercambiáveis. Mas se por necessidades podemos entender o que instiga os indivíduos a uma ação imediata, devolvendo-os à quietude e a certa passividade, uma vez satisfeitas as *aspirações* evocariam o que mais profundamente tais indivíduos acalentam, criando expectativas que tendem a retroalimentar-se a cada degrau galgado em sua realização. As aspirações impulsionam-nos em um ciclo ascendente que desperta novas esperanças e, com elas, novas aspirações.

Objetivos alcançados calam mais fundo e provavelmente são mais lembrados quando se relacionam às aspirações. Seria então pertinente estimar os sentidos da economia solidária a partir da avaliação de seus protagonistas diretos quanto ao que buscaram e ao que lograram realizar. Não obstante a padronização das respostas, típica da coleta de dados por questionário, acarrete perda de matices e mesmo de informações, os dados do Sies oferecem algumas pistas a esse respeito.

Ao serem questionados sobre as principais conquistas obtidas pelos EES, as respostas de seus integrantes remetem a aspectos relacionais como a *integração do grupo ou coletivo*. Esse item encabeça a lista, secundado por aspectos econômicos de *renda e demais ganhos*, por sua vez seguidos de uma série de aspectos sociais e políticos: a *autogestão* e o *exercício da democracia*, as *conquistas para a comunidade local* e o *comprometimento social dos sócios*¹². O segundo item, relativo a retornos econômicos, é mais frequentemente mencionado nos EES dedicados ao trabalho e à garantia da renda principal dos sócios, seguindo-se a eles os EES de complementação de renda. A autogestão e a democracia também aparecem nesses EES, mas ganham realce em um subgrupo menor de EES que geram renda direta e também apoiam a atividade produtiva dos sócios, caso peculiar de várias associações e cooperativas de recicladores, dentre outros. Esse último subgrupo enfatiza a *integração coletiva* e o *comprometimento social dos integrantes dos EES*. Já as conquistas para a comunidade são mais valorizadas pelos EES cuja atividade principal é o consumo de bens e serviços e o desenvolvimento comunitário.

Os dados do mapeamento também trazem os principais desafios dos EES. Apareceram, em primeiro lugar, aspectos econômicos, de *renda adequada para os sócios* e de *viabilização econômica* dos EES; a seguir, aspectos sociais e políticos, internos e externos, como *manter a união do grupo ou do coletivo*, *efetivar a participação* e *a autogestão*, *promover a articulação com outros EES* e *com o movimento de economia solidária*. As questões de renda adequada e de viabilidade econômica são apontadas sobretudo pelos EES de trabalho e geração de renda, com ênfase ligeiramente maior quando enfrentam dificuldades para remunerar

12. A pergunta, de resposta múltipla, foi aplicada de forma similar no segundo mapeamento (sendo respondida pelo informante escolhido pelo EES) e na pesquisa amostral de sócios e sócias (sorteados entre os membros dos EES, por sua vez escolhidos por amostragem aleatória com base na lista dos EES previamente mapeados).

os sócios ou quando proporcionam complementação de renda. Por sua vez, os EES de consumo de bens e serviços e de desenvolvimento comunitário salientam o desafio de alcançar a conscientização e a politização dos sócios, além de maior consciência ambiental.

Em linhas gerais, nota-se uma correlação positiva entre a finalidade principal dos EES e suas conquistas mais salientes, na visão dos informantes. O mesmo alinhamento se repete entre a finalidade primordial dos EES e os pontos destacados como desafios principais¹³. Ao considerar que existe campo aberto para avanços e melhorias em várias direções, faz sentido que as finalidades relacionadas à razão de ser primordial dos EES despertem maior interesse de seus integrantes e criem maiores expectativas quanto à realização.

A tendência dessa população é de manter o mesmo nível de atividade nos EES (opção de 41%) ou de incrementá-la (46%). Concomitantemente, a participação nos EES induz a envolvimento mais frequentes em redes, fóruns e organizações sociais e comunitárias, cogitando-se mesmo uma relação biunívoca em alguns casos, como sugere o fato de que, quanto mais antiga a data de ingresso nos EES, maior a taxa de sindicalização (chegando a 72%, entre os ingressantes anteriores a 1980). Esse ativismo econômico, social e político, foi registrado em ambos os mapeamentos. No segundo, o total de EES que declararam participar de *movimentos sociais e populares* chegou a 58% (com destaque ao movimento sindical e às lutas pela terra ou pela agricultura familiar), a 46% no caso de *ações sociais ou comunitárias* (destaque para as questões relacionadas ao meio ambiente e à educação) e a 40% no tocante a *redes de articulação ou representação* (destaques para as redes e estruturas de economia solidária e aos conselhos ou fóruns de políticas públicas).

De volta às conquistas e aos desafios declinados mais vezes, observa-se que podem ser imputados, em alguns casos, a motivações por ganhos e benefícios individualizáveis, embora seja inegável a valorização das relações sociais e da experiência coletiva propiciada pelos EES.

A relevância de uns e outros – de ganhos individuais e coletivos – cresce por se tratar de uma população majoritariamente de baixa renda, sujeita às consequências dessa condição e de traços a ela associados como pretexto de discriminação, a exemplo da cor ou raça: a população branca, de 47,6% conforme o Censo Demográfico de 2010, decresce para 37% entre os sócios e as sócias dos EES, ao passo que aquela de pretos eleva-se de 7,8% para 15%¹⁴. Não obstante estarem à contracorrente, esses protagonistas tomam vários rumos e se envolvem em di-

13. As questões relativas às conquistas e desafios dos EES, constantes de um bloco à parte de percepções subjetivas nos instrumentos de coleta, não participaram da construção da tipologia de EES, sob pena de redundância e de nos conduzirem a tautologias.

14. A população indígena, minoritária, também aumenta proporcionalmente: de 0,4% no Brasil, para 1% nos EES (dados do Censo referentes a pessoas com cinco anos ou mais: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1379>>).

FIGURA 1
PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE TIPO 1

FOCOS DE ATUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
DE PROVIMENTO DE SERVIÇOS, BENS E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



Fonte: elaboração dos autores

versas atividades (ilustradas na Figura 1) com os focos de atuação de EES voltados ao provimento de serviços e bens ou ao desenvolvimento comunitário. Aspectos econômicos e sociais, individuais e coletivos, mostram-se inseparáveis.

Essas constatações remetem à índole e à lógica peculiar que dinamizariam os EES: assegurar a produção de bens ou a oferta de serviços, viabilizando-as num ambiente de economia de mercado, a partir do trabalho associado, de princípios de autogestão e do emprego em comum de meios de produção. Ao retraduzir em categorias de análise, os EES funcionariam de acordo com uma racionalidade *empreendedora* e também *solidária*, cuja sinergia e complementaridade seria de interesse averiguar. Uma das alternativas para explorar a questão a partir dos dados do Sies é a construção de coeficientes que agrupem indicadores relacionados a características e práticas dos EES registradas pelo mapeamento, em quesitos de empreendedorismo e solidarismo. Para observar esse método, um estudo selecionou dez indicadores para cada coeficiente, gerando assim escalas de pontuação de 1 a 10, cuja soma totalizaria 20 pontos no caso teórico em que os EES satisfizessem todos os critérios¹⁵.

Ao verificar a existência de uma relação linear entre os dois coeficientes, identificou-se uma tendência geral positiva, em paralelo a casos de ausência de correlação. A tendência de relação linear foi confirmada pelo Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, que acusou valores positivos, ainda que brandos¹⁶. Um elemento tangível associado a essa correlação diz respeito ao volume de faturamento dos EES: em todas as categorias de EES, quanto mais elevado é o faturamento, mais alta é a pontuação nos dois coeficientes. O fato poderia ser lógico do ponto

15. Uma demonstração de método encontra-se em Kuyven & Kappes (2013). Ver, igualmente, Gaiger *et alii*, 2014.

16. Detalhes sobre essa métrica e exemplos de sua aplicação podem ser encontrados em Kuyven (2010).

de vista do empreendedorismo, embora não se trate aqui do conceito convencional de mera eficiência econômica (Gaiger, 2008), mas não seria presumível em relação ao solidarismo, a menos que essa dimensão das práticas dos EES seja de fato – como então somos levados a presumir – uma mola impulsora de bons resultados econômicos.

Um ponto de interesse em desenvolver medidas demonstrativas como essa reside no fato de que permitem uma avaliação comparativa entre os EES no tocante a diversos aspectos, incluindo sua possível racionalidade intrínseca. Assim, pôde-se constatar que alguns grupos específicos se destacam por seu bom desempenho em solidarismo e empreendedorismo: cooperativas, EES de catadores de material reciclável, EES com atuação simultaneamente urbana e rural ou, ainda, EES cuja finalidade é gerar renda – tanto principal como complementar – aos sócios. Outra análise focalizou o perfil dos EES com pontuação mínima de 18 pontos, isto é, perfilamento situado no topo da escala. Nesse grupo restrito predominam cooperativas, principalmente de produção, com destaque à metalurgia, seguida pela agricultura e prestação de serviços por profissionais de nível superior. Com uma exceção, os EES nesse caso tinham ao redor de 15 anos de funcionamento, de 8 a 703 sócios e uma composição de sexo refletindo a divisão sexual do trabalho, ora com predomínio de mulheres, ora de homens, conforme o setor de atividade econômica. Para 100% deles, o resultado econômico dos EES garantia a principal fonte de renda dos sócios.

Tem-se aqui um segmento modelar, no qual o êxito econômico não se opõe ao desenvolvimento de práticas solidárias: na conjunção entre gestão participativa e eficiência, ou no equacionamento entre viabilidade e equidade, residiria a sua racionalidade. Ainda que a materialização desta seja variável e sujeita a reveses, o fato de apresentar-se como uma tendência tangível – e não apenas como possibilidade virtual – traz argumentos convincentes e retroalimenta as idealizações e ações dos atores engajados na economia solidária. Corrobora um entendimento predominante a seu respeito, que a considera como alternativa econômica, no terreno das práticas e, em perspectiva teleológica, como fundamento de um sistema econômico alternativo (Coraggio, 2016).

Considerações finais

Visão prospectiva e adesão a projetos são inerentes à defesa e à promoção de ideias, programas e experiências. Há poucos meses das eleições de 2018, no entanto, a ação política vê-se ainda em um estado de perplexidade e de incertezas quanto a formas efetivas de mobilização; no caso da economia solidária, ade-

mais, pode-se constatar sinais claros de desmonte das políticas governamentais e dos espaços de participação na esfera pública que se estruturaram nos últimos 15 anos. Há um esfriamento das ações, uma compreensível perda de ritmo nos debates e menor assertividade nas formulações sobre as perspectivas futuras da economia solidária. Todavia, convém lembrar que suas iniciativas pioneiras se separaram, nos anos 1980, com uma correlação de forças desfavorável no plano nacional e na esmagadora maioria dos governos estaduais e municipais.

Assim, mais do que uma desabalada carreira de salvação diante da crise, a conjuntura atual pode representar uma oportunidade de reflexão, avaliação e balanço da trajetória percorrida até agora pelos EES e pelas demais organizações atuantes no campo da economia solidária.

Nesse sentido, importa caracterizar de forma ampla o universo em questão e identificar as tendências. Anos atrás, este mesmo periódico científico publicou um artigo que chamava a atenção para o valioso cabedal de informações disponibilizados pelo Sies, referindo-se à época aos dados do primeiro mapeamento nacional, concluído em 2007 (Gaiger, 2012). Transcorridos agora outros seis anos do final do segundo mapeamento, constata-se que tais informações, somadas aos dados da pesquisa amostral sobre sócios e sócias dos EES, permanecem inexploradas, salvo algumas exceções (Silva & Kappes, 2016; Dieese, 2015, 2017). Ora, para qualquer questão de pesquisa que implique observar a regularidade e contabilizar a recorrência de fatos singulares – sejam comportamentos ou características de uma dada população – bases de informação representativas são indispensáveis. Além disso, a existência de dois levantamentos similares facilita análises diacrônicas e retrospectivas, uma vez que cada mapeamento em verdade armazena registros de iniciativas localizadas e até certo ponto disseminadas em conjunturas históricas encadeadas ao longo do tempo. Várias histórias de associativismo popular deixaram suas pegadas no Sies. Ademais, pode-se trabalhar com subconjuntos de dados ou utilizar o Sies como base para amostragens específicas ou com vistas à seleção de casos para estudos qualitativos.

Não seria demais acrescentar que, afora as variáveis em sua forma original, as bases de dados do Sies facultam tanto comparações com outras bases, como aquelas do IBGE (com variáveis similares sobre a população nacional), quanto a criação de indicadores de acordo com os tópicos de interesse. Tome-se como exemplo os modelos de autogestão ou o impacto do protagonismo das mulheres sobre as formas de gestão e a própria natureza dos EES, uma das questões de grande relevância, como já se demonstrou em estudos sobre dados do primeiro mapeamento nacional (Schneider, 2010).

Referências

- BERTUCCI, Ademar; SILVA, Marinho (Orgs.). *Vinte anos de economia popular solidária*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CHEN, Martha. *The informal economy: definitions, theories and policies*. Wiego Working Paper, n. 1, 2012.
- CORAGGIO, José (Org.). *Economía social y solidaria en movimiento*. Los Polvorines (ARG): Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- CULTI, Maria. *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/11776068/O-Cooperativismo-Popular-No-Brasil-Importancia-e-Representatividade>>. Consultado em: 16 Maio 2018.
- DALLARI, Mônica. *Cooperativa dos vendedores autônomos do Parque Ibirapuera. O passo a passo de uma história de sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres. *Cadernos de Debates do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo*, n. 2, 2017.
- . A informalidade na economia solidária. *Cadernos de Debates do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo*, n. 1, 2015.
- FERRARINI, Adriane. O ethos da inovação social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 447-466, 2016.
- FRANÇA, Bárbara et alii. *Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2008.
- FRÖHLICH, Sandro. Reflexões sobre a liberdade: uma perspectiva a partir de Amartya Sen. *Controvérsia*, v. 9, n. 1, p. 23-31, 2013.
- GAIGER, Luiz. Collaborative research between civil society, state and the academia. Lesson from the Brazilian Mapping of the Solidarity Economy. In: BOUCHARD, M.; ROUSSELIÈRE, D. (Eds.). *The weight of the social economy. An international perspective*, p. 205-230. Brussels (BEL): Peter Lang, 2015.

———. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária. *Revista Otra Economía*, v. 8, n. 14, p. 101-113, 2014.

———. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

———. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 313-335, 2012.

———. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Lua Nova*, n. 83, p. 79-109, 2011.

———. A dimensão empreendedora da economia solidária. Notas para um debate necessário. *Revista Otra Economía*, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008.

——— (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz; CORRÊA, Andressa. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. *Revista Otra Economía*, v. 4, n. 7, p. 153-176, 2010.

GAIGER, Luiz *et alii*. *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo (RS): Oikos, 2014.

KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLEIMAN, Fernando. *Lições de Catende. A construção de uma autogestão em Pernambuco*. São Paulo: Annablume, 2008.

KUYVEN, Patrícia. *Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2016.

———. *Métodos estatísticos aplicados ao processo decisório*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2010.

KUYVEN, Patrícia; KAPPES, Sylvio. *A relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil*. VIII Congresso Internacional Rulescoop. São Leopoldo, 2013.

NOGUEIRA, Mauro. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no informal. *Mercado de Trabalho*, n. 64, p. 87-97, 2018.

PETITCLERC, Martin. «*Nous protégeons l'infortune*». *Les origines populaires de l'Économie Sociale au Québec*. Montreal: VLB Éditeur, 2007.

PINHO, Diva. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: Coopercultura, 1982.

PINTO, João. *Economia solidária; de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique (Orgs.). *Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

SCHNEIDER, José; LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. In: *O Cooperativismo no Brasil: Enfoques, análises e contribuição*. Rio Grande do Sul: Friedrich Neumann e Associação de Orientação às Cooperativas, p. 1-58, 1979.

SCHNEIDER, Élen. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. *Protestantismo em Revista*, n. 23, p. 11-20, 2010.

SCHOOFS, Steven. *Making sense of informal economies in fragile contexts: issues, dilemmas and questions*. *Conflict research unit policy brief*. Clingendael (NED): Netherlands Institute of International Relations, 2015.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Daniel; KAPPES, Sylvio. Economia solidária, informalidade e direitos trabalhistas. *Mercado de Trabalho*, n. 61, p. 89-96, 2016.

SILVA, Sandro. Crise de paradigma? A política nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019. *Mercado de Trabalho*, n. 64, p. 163-172, 2018.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

STAHL, Reni; SCHNEIDER, Odelso. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 197-206, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

WACQUANT, Loïc; CALHOUN, Craig. Interesse, racionalidade e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 6, n. 15, p. 76-92, 1991.



A nova sociologia fiscal: contribuições de um estudo de caso de tipo público para uma promissora subdisciplina na sociologia brasileira

Recebido: 02.07.18
Aprovado: 15.04.19

Francisco Mata Machado Tavares*

Resumo: O artigo propõe-se a contribuir para o desenvolvimento da subdisciplina da sociologia fiscal no Brasil. Adota-se a premissa teórica de que esse campo de estudos se revela capaz de esclarecer um amplo conjunto de inquietações associadas ao contexto histórico contemporâneo, em meio ao qual se introduz um novo regime fiscal no país. A partir de um estudo de caso realizado sob a perspectiva da sociologia pública, indicam-se caminhos e perspectivas aptos a permitirem, a partir do hermético e relevante campo da fiscalidade, um encontro adequado entre academia e público externo para engendrar saberes relevantes e capazes de lidarem com um contexto fiscal crítico e desafiador, como o ocorrente no Brasil atual.

Palavras-chave: Nova sociologia fiscal. Novo regime fiscal. Estudo de caso. Sociologia pública. Pesquisa participante.

*The new fiscal sociology:
contributions from a case study of public
type to a promising discipline for Brazilian sociology*

Abstract: The article aims at contributing to the development of Fiscal Sociology sub-discipline in Brazil. The research is launched from the theoretical premise that the above mentioned field of studies is capable of solving a set of problems linked to the present historical context, under which a new fiscal regime is being implemented by Brazilian government. Based on a case-study that was unleashed from the public sociology's perspective, the article points – from the hermetic field of fiscality - to ways and perspectives that are able to allow an encounter between public and academia. This encounter could foster relevant knowledge, which might be suitable to addressing a critical and challenging fiscal context, such as the one Brazil faces in present days.

Keywords: New fiscal sociology. New fiscal regime. Case-study. Public sociology. Participatory research.

* Francisco Mata Machado Tavares é graduado em direito (UFMG, 1998-2003), mestre em ciência política (UFMG, 2006-2008), doutor em ciência política (UFMG, 2009-2013), coordenador do Grupo de Estudos em sociologia fiscal (Gesf), professor adjunto da Universidade Federal Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. Orcid: 0000-0002-3905-8141. <franciscotavares@ufg.br>.

Introdução

Se apenas um termo sintetizasse a sucessão de episódios ocorridos na cena política e econômica do Brasil em 2016, a palavra crise seria, possivelmente, um raro consenso em meio à polarização¹ e à conflituosidade² que definiram o país, tanto no âmbito do Estado como da sociedade e de suas interações não formais.

1. A polarização entre críticos e defensores do PT e do governo de Dilma Roussef foi medida por Solano *et alii*, que se dedicaram a avaliar interações ocorrentes no aplicativo “Facebook” em 2016. Os autores constatam que esse acirramento define, em geral, a população politicamente mobilizada, de modo que não se espria por toda a sociedade (Solano *et alii*, 2017). Uma aferição da polarização política brasileira em 2016, a partir de manifestações da CUT e do MBL no aplicativo “Twitter”, poder ser encontrada em Segurado *et alii* (2016).

2. Sobre os protestos de 2013 ocorrentes no Brasil como termos iniciais de um cenário definido pela reintrodução da “conflitualidade na cena política”, confira-se Bringel (2013).

3. O conceito de “meta fiscal” consta da Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000). Em seu art. 4º, a referida norma jurídica prescreve que a

A economia experimentou uma profunda retração. Somente naquele ano, o PIB encolheria 3,6%, em sequência a uma redução de 3,8% em 2015 (IBGE, 2016). Essa recessão ensejou impactos vultosos sobre os níveis de emprego, o que se infere da constatação de que 1,32 milhão de postos de trabalho formais foram fechados, alcançando-se um desemprego equivalente a 12,3% da população economicamente ativa no quarto trimestre de 2016, ante 6,8% no ano de 2014 (Martello, 2017).

No plano político, Dilma Rousseff, então presidente da República, perdeu o respectivo mandato em um controvertido processo de impedimento, conduzido por uma Câmara cujo líder máximo – deputado Eduardo Cunha – concluiria o ano recolhido à prisão, sob a acusação de ter perpetrado delitos no exercício da atuação como parlamentar.

A questão fiscal tornou-se o *leitmotiv* da crise brasileira em 2016. Inobstante o ângulo a partir do qual o instável momento seja observado, as finanças públicas emergem com primaz relevância. Desde os argumentos para a interrupção da gestão presidencial de Dilma Roussef, seguindo-se pelas demandas articuladas durante os protestos que levaram às ruas milhões de pessoas em favor do afastamento da presidente e alcançando-se, já no final do ano, a mais polêmica medida implementada pelo governante que lhe sucedera, Michel Temer: a arrecadação tributária e os gastos públicos perfizeram, senão os elementos centrais, aspectos marcantes do enredo composto pelos conflitos políticos ocorrentes no país durante o período em questão.

Primeiramente, o *impeachment* presidencial recebeu como principal fundamento a prática de postergação, pela União, do repasse aos bancos públicos de valores dispendidos para custeio de despesas governamentais. Essa operação acabou associada – segundo a interpretação do direito financeiro adotada no julgamento parlamentar do caso – a uma dissimulada concessão de crédito bancário à União, gerando-se dívida pública por meios ilegais. O segundo argumento repousou sobre uma concessão de créditos suplementares por meio de decreto presidencial, em alegado prejuízo à “meta fiscal”³ definida para o exercício orçamentário de 2015. Matérias,

portanto, caracterizadas por incomum complexidade técnica e jurídica no plano das finanças públicas. De modo mais nítido, nota-se que a racionalidade última a informar a legislação que o Congresso julgou malferida pela presidente da República situa-se na imposição da redução de gastos públicos e no controle das contas estatais, com ênfase no pagamento da dívida pública⁴. Em síntese: austeridade⁵.

Os debates, os enfrentamentos e as interlocuções ocorrentes ao longo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff não se contiveram no estrito âmbito das acusações formais tecidas contra a mandatária, tal como acima descritas. Uma sucessão de eventos oscilantes – desde pedidos de “intervenção” militar à restauração da Monarquia, extinguida no país em 1889 – foram observados em medida suficiente para que não sejam entendidos apenas como curiosidades pouco expressivas em meio às mobilizações ocorrentes nas ruas brasileiras e em seus multitudinários protestos ao longo de 2016. Também nesse aspecto, atinente às demandas vocalizadas em eventos de protesto e aos fluxos comunicativos intercambiados nos espaços públicos físicos e virtuais, as finanças públicas adquiriram peculiar projeção. Para além de elementos quantitativos ou de aferições metodologicamente rigorosas sobre as motivações das pessoas envolvidas nas mobilizações, à míngua de levantamentos empíricos com perguntas diretamente relacionadas ao tema⁶, basta notar que um símbolo ostensivo da campanha em favor do *impeachment* tornou-se um pato de borracha amarelo, sob o lema “eu não vou pagar o pato”. Tratou-se de uma ação política lançada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – a mais influente associação patronal do Brasil –, que, mediante uma expressão idiomática comum no país (pagar o pato, que significa suportar o ônus ou arcar individualmente com todas as consequências de algum problema), associou à luta contra a presidente da República uma campanha em favor da redução dos tributos incidentes sobre a classe empresarial.

Deposta a presidente da República, o sucessor Michel Temer, ainda nos primeiros dias de gestão, enviou para o Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional, afinal aprovada com incomum celeridade para esse tipo de instrumento normativo, concernente ao novo regime fiscal do país (Brasil, 2016). A ideia, em síntese, consistiu em um congelamento do valor das despesas públicas primárias da União por um período de 20 anos. A proibição ao aumento de gastos não excepcionou nenhum poder da República, aplicando-se uniformemente ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário e não comportou exceções vinculadas a elementos como aumento de arrecadação ou expansão demográfica.

Este artigo tem por objeto o debate público travado durante o processo legislativo precedente ao novo regime fiscal brasileiro, aqui entendido como figura de direito

Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá metas anuais referentes aos resultados nominal e primário (excluído o serviço da dívida pública) para as contas governamentais. Trata-se de comando normativo ostensivamente associado à premissa macroeconômica segundo a qual a redução de gastos públicos é um elemento salutar na condução do Estado. Em outros termos, a polêmica relação entre austeridade e prosperidade, tão frequentemente desautorizada ao longo da história (Blyth, 2013), eleva-se à condição de comando legal e cogente no direito brasileiro.

4. A íntegra da representação que deu origem ao processo de impedimento em desfavor da presidente Dilma Rousseff pode ser encontrada em Bicudo *et alii* (2015).

5. Uma noção tão concisa quanto completa de austeridade é encontrada na obra de Mark Blyth (2013: 2) e assim se expressa: “*a form of voluntary deflation in which the economy adjust through the reduction of wages, price, and public spending to restore competitiveness, which is (supposedly) best achieved by cutting the state’s*

budget, debts, and deficits". Em tradução livre: "uma forma de deflação voluntária por meio da redução de salários, preços e gastos públicos, para restaurar a competitividade, o que é (supostamente), mais bem alcançado por meio de cortes no orçamento, nos débitos e nos déficits do governo".

6. Ainda em março e abril de 2015, institutos de pesquisas chegaram a aferir os motivos que levaram as pessoas às ruas em protestos contra o governo federal e detectaram uma pluralidade de elementos, liderados pelo combate à corrupção (e.g. *Datafolha*, 2015). Quanto a 2016, contudo, não há informações dessa natureza, apenas perfis demográficos ou ideológicos das pessoas que aderiram às manifestações, além da avaliação do Governo Federal.

7. Esta qualificação decorre da substância (congelamento de despesas primárias sem exceções associadas ao crescimento econômico ou demográfico), da rigidez (a austeridade é imposta no texto constitucional) e da longevidade

financeiro que introduziu, tanto em sentido formal como material, a mais intensa política de austeridade já conhecida nos países capitalistas contemporâneos⁷.

O objetivo da pesquisa que informa este texto consiste em partir do contexto de aparição do tema do novo regime fiscal brasileiro na esfera pública, por ocasião de sua tramitação no Congresso, para sugerir-se os potenciais do campo da nova sociologia fiscal – ainda insuficientemente desenvolvido no Brasil⁸ – em particular quando exercido sob tipo de estudo correspondente à sociologia pública.

A pergunta norteadora da pesquisa social empreendida sintetiza-se nos seguintes termos: a partir da análise dos elementos coletados em um caso extremo, o que se pode sugerir quanto ao potencial da sociologia fiscal no Brasil, em especial no que pertine à conexão entre essa subdisciplina e as pesquisas de tipo público?

O tipo de pesquisa adotado foi o estudo de caso. Escolheu-se essa modalidade de abordagem com base na epistemologia de Bent Flyvbjerg (2001). Segundo esse autor, os estudos de caso são modos adequados de produção do conhecimento científico-social que, avançando sobre as fronteiras analíticas da *episteme*, propõem-se condizentes com a noção aristotélica de *phronesis*. Nesta, antes de uma ciência social comprometida com a descrição competente de fenômenos com vistas à formulação de generalizações, o ânimo reside em

esclarecer e deliberar sobre os problemas e riscos que encaramos e traçar como as coisas podem ser feitas diferentemente (Flyvbjerg, 2001: 140)⁹.

A escolha do caso é crucial neste processo. Flyvbjerg argumenta em favor de casos que não sejam comuns ou aleatoriamente escolhidos, mas que se apresentem como espécimes críticos, extremos ou paradigmáticos. Os casos extremos, segundo o epistemólogo em questão, são pertinentes por permitirem a mais profunda compreensão de problemas ou aspectos que, em situações similares não extremas, aparecem sob menor intensidade e não revelam os respectivos efeitos ou condicionantes tão claramente. No caso aqui apresentado, há condições extremas sob três enfoques, todos relevantes para este artigo.

Primeiramente, como já narrado acima, o contexto de crise fiscal e política atravessado pelo Brasil no período compreendido pela pesquisa já é suficiente para definir o caso estudado como extremo. O fato é que o grau de acirramento das interações na esfera pública, a dramaticidade dos problemas fiscais enfrentados pelo Estado e a instabilidade institucional tendem a conformar um cenário no qual

as dificuldades para produção de sociologia fiscal pública se revelam especialmente intensas.

O novo regime fiscal brasileiro, objeto ao redor do qual orbitam as interações sociais que constituem o caso estudado, também se define como extremo. Implementou-se uma medida de austeridade em prazo de tramitação (menos de cinco meses), forma (alteração na Constituição), duração (20 anos) e alcance (quase todas as despesas não financeiras do setor público federal) marcados por intensidade sem par nas políticas congêneres sob a chamada “era da austeridade” (Streeck & Schäffer, 2013). Um estudo preparado para o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, abordou três casos de tetos orçamentários (Finlândia, Holanda e Suécia) que, em oposição ao que ocorreu no Brasil, excepcionaram inúmeros gastos sociais, nunca excederam um triênio e jamais se formalizaram em lei ou, ainda menos, nas constituições daqueles países (Ljungman, 2008).

O caso se define como extremo, enfim, por pretender-se, como adiante se expõe, um esforço orientando pela perspectiva da sociologia pública concentrado sobre tema tecnicamente complexo e conceitualmente hermético. Uma atuação científica que pretende, como um dos seus resultados, tornar questões atinentes às finanças públicas compreensíveis e passíveis de um escrutínio crítico por parte de uma comunidade leiga¹⁰ tende a conduzir os propósitos da sociologia pública para condição extrema, no contexto da qual a potencialidade de mútuo aprendizado entre cientista e comunidade é tão difícil como desafiante.

Há, ainda, duas circunstâncias, uma institucional e outra geográfica, que justificam a escolha do caso eleito.

Quanto à primeira, trata-se do fato de que a pesquisa de campo se dedicou a espaços tanto universitários como externos à academia, em um quadro no qual o próprio funcionamento da universidade pública brasileira se definia como um dos âmbitos potencialmente influenciados pelo novo regime fiscal em discussão. Assim, encontra-se um meio complexo o bastante para se incorporar ao fazer sociológico público preconizado por Burawoy o complemento sugerido por Calhoun (2005), para quem o destino da sociologia e de seu público não se separa do destino das universidades e de sua dinâmica normativa, de gestão e de financiamento.

É certo que, no Brasil, a sociologia pública não está limitada ao âmbito universitário. A atuação de sociólogos em espaços como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que produz um relatório anual sobre violência no campo do qual se valem ativistas, pes-

(trata-se de medida vintenária).

8. Não existem, com efeito, grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, grupos de trabalho em eventos de associações como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), linhas de pesquisas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, coletâneas de artigos publicadas como livros ou dossiês em periódicos dedicados à sociologia fiscal no Brasil. Este artigo, portanto, pretende contribuir, pontual e limitadamente, sob o contexto de um novo regime fiscal, para o germinar de estudos e interlocuções científicas nesta subdisciplina.

9. Tradução livre. No original: “to clarify and deliberate about the problems and risks we face and to outline how things may be done differently”.

10. Um interessante indício das dificuldades experimentadas quanto à compreensão de problemas fiscais foi obtido em um experimento realizado por Roberts *et alii* (1994), no contexto do qual as respostas exaradas pelas pessoas quanto a tributos progressivos

se revelaram claramente contraditórias diante de perguntas abstratas em relação a exemplos concretos de progressividade tributária.

11. Para uma leitura teórica crítica sobre os méritos e problemas da incorporação da tipologia de Burawoy na sociologia brasileira, remete-se o leitor ao texto de Fernando Perlatto e João Marcelo Maia (2012). Para uma discussão sobre as especificidades da trajetória científica da sociologia em países de “modernização acelerada, como o Brasil”, a impactar sobre um equilíbrio ou caráter intercambiável entre os quatro tipos de sociologia propugnados por Burawoy, confira-se o artigo de Mello e Silva (2009).

quisadores e agentes públicos, a Anistia Internacional, que conta com sociólogos em seus incontáveis e impactantes estudos sobre direitos humanos e temas afins, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, por exemplo, fundou em 1991 uma “escola sindical” com portentosa estrutura e impacto internacional, em um bairro operário da periferia de Belo Horizonte, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e iniciativas como a Escola Nacional Florestan Fernandes, além de órgãos governamentais e *think tanks* é uma relevante marca da sociologia pública brasileira. Esta característica do conhecimento científico-social no país não infirma, porém, o argumento de Calhoun, mas o situa em termos específicos: no Brasil, sociólogos com atuação extra-acadêmica e com atuação nas universidades têm na sociologia pública um adequado ponto de encontro e de contato. A pesquisa aqui apresentada, ao imiscuir-se tanto em ambientes universitários como externos à academia, procurou lidar com essa complexidade e riqueza do fazer sociológico público nacional.

Quanto à segunda, como o caso diz respeito a um Estado semiperiférico de um país semiperiférico, há um potencial atendimento ao chamado de Burawoy em sua IX tese apresentada no antológico discurso presidencial na Associação Sociológica Americana, em 2005, referente à necessidade de se provincianizar a sociologia, de modo a não se adotar o fazer sociológico dos Estados Unidos da América como único ou universal. Ao adotar-se similar lógica para a realidade nacional, vê-se que um estudo sobre Estado semiperiférico contribui para uma provincianização dentro das fronteiras brasileiras, superando-se um “sudestecentrismo” (Tavares *et alii*, 2016) prevalecente em nossas ciências sociais. Finalmente, trata-se de marco geográfico que permite uma discussão, à luz de episódios e processos sociais concretos, da pertinente agenda teórica sobre a maneira como a sociologia pública pode ser recebida no Brasil, tal como presente em contribuições como as de Perlatto e Maia (2012) ou Mello e Silva (2009).

Não se pretendeu, portanto, formular-se um argumento universalizante e, ainda menos, um juízo definitivo sobre as possibilidades epistêmicas ou os riscos que a sociologia pública pode ofertar ao campo subdisciplinar da nova sociologia fiscal no Brasil¹¹. Antes, a contribuição proposta reside em um primeiro esforço de aproximação entre a subdisciplina e o tipo de pesquisa em questão, sob as promissoras condições de um caso extremo, com vistas a indicar-se caminhos e sugerir-se limites plausíveis, que podem ajudar em futuros desenhos de pesquisa movidos sob este objetivo de aproximação.

Trata-se, portanto, de um esforço preliminar voltado a auxiliar, pontualmente, na conformação de um futuro repertório de estudos sociofiscais públicos, cujo rendimento possível reside na melhor compreensão das relações de poder material

e simbólico enredadas nos conflitos sobre finanças públicas no Brasil. Busca-se, igualmente, dar-se passos em direção à mais ampla divulgação da produção acadêmica sobre os temas de finanças públicas que afligem, ainda que de modo não percebido, toda a sociedade.

As técnicas de pesquisa adotadas segmentaram-se em dois principais planos, com vistas a conectar-se o material fático decorrente da observação com as premissas e análises teóricas. Primeiramente, procedeu-se a uma hermenêutica controlada por crítica dialética (Minayo, 1996) sobre elementos teóricos consolidados na sociologia fiscal, em suas diferentes fases, para se formular um argumento em favor de sua aproximação com a sociologia pública, tal como definida e defendida por Burawoy (2005; 2007; 2011) e Burawoy e Braga (2009). Em segundo lugar, procedeu-se a uma investigação científica participante, no contexto da qual o pesquisador se envolveu em quatro aulas públicas, uma conferência, uma audiência pública e um programa de televisão ocorrentes antes da promulgação do novo regime fiscal no Brasil, sob o objetivo de compreender as percepções dos setores sociais mobilizados ao redor do tema:

- i.* a compreensão das mudanças legislativas sob perspectivas distintas daquelas ocorrentes em meio acadêmico; e
- ii.* a formulação de suas análises e leituras de modo cognoscível para um público alheio às ciências sociais, jurídicas ou econômicas, composto por sindicalistas, estudantes de áreas como artes ou biologia, espectadores de programas televisivos e jornalistas.

Esse esforço teve como horizonte a abertura de uma via fronética entre *episteme* e *praxis* (Flyvbjerg, 2001).

Parte-se da constatação de que existem, no Norte global, estudos sociofiscais em grande volume de tipo tradicional e para políticas públicas, além de alguns trabalhos de tipo crítico (Infanti & Crawford, 2009). Sugerir, ainda que de modo inicial e sujeito a desenvolvimentos ulteriores, o caráter promissor desse campo em um país periférico, seguido de uma ponte com a perspectiva da sociologia pública, é a contribuição aqui esperada.

Adota-se o conceito de regime fiscal proposto por Paul Pierson, para quem esta categoria compreende

a configuração de interesses políticos, instituições e arranjos de políticas que estruturam conflitos sobre tributos e gastos (Pierson, 2001: 57).

Mais do que uma simples escolha disponível a qualquer momento por governantes e do que uma matéria de natureza preponderantemente técnica ou produtora de efeitos sociais bem delimitados no tempo, um regime fiscal remete às profundezas do regime político e da conformação das relações sociais em um período e local específicos, de vez que só tende a se alterar em contextos de pronunciada crise e produz efeitos – em validação à noção adotada pelo neoinstitucionalismo histórico de *path dependence* – que se perduram e condicionam as decisões políticas ulteriores à sua implementação (Haffert & Mehtens, 2013). Ademais, as políticas fiscais se apresentam como mais do que um tipo de política entre outras – como de saúde, defesa, transporte ou segurança – uma vez que as condicionam, possibilitam e atravessam (Haffert, 2018).

Com vistas à exposição do itinerário teórico e empírico seguido pela pesquisa empreendida, a segunda seção, a seguir, apresenta algumas descobertas da nova sociologia fiscal e os potenciais desse campo de estudos interdisciplinares. Também nessa seção, discutem-se os desdobramentos possíveis para uma sociologia pública orientada a temas econômicos, com ênfase na realidade da semiperiferia. A terceira seção, por sua vez, apresenta o caso estudado e as conclusões obtidas a partir da interação entre cientista público durante o processo de tramitação do novo regime fiscal brasileiro, com o fito de sugerir desdobramentos possíveis para a associação entre a nova sociologia fiscal e a sociologia pública no Brasil. As observações finais são apresentadas em uma derradeira seção.

Nova sociologia fiscal e sociologia pública: elementos preliminares para uma promissora ponte

A narrativa apresentada na introdução deste artigo sugere a ímpar relevância da questão fiscal no contexto de crise social, política e econômica atravessado pela sociedade brasileira no ano de 2016 e em seus desdobramentos no período seguinte¹². Não há como tratar da deposição presidencial, dos protestos relacionados à direita política ou das primeiras medidas do novo governo incumbente sem levar em consideração um conflito enredado por diferentes concepções e interesses quanto ao modo como o Estado deve tributar e afetar recursos orçamentários. Este contexto respalda a pertinência de se estudar a realidade brasileira sob o prisma de uma abordagem (inter)disciplinar ainda pouco desenvolvida no país, própria à nova sociologia fiscal. Adicionalmente, ao e considerar o modo como temas orçamentários e tributários têm ressoado em debates e interlocuções na esfera pública, transbordando-se para muito além dos campos em que atuam os especialistas na matéria, justifica-se a realização de esforços sociofiscais identificados com o tipo de estudo designado como sociologia pública. Adiante, fundamentam-se estas duas opções.

12. Este artigo não retorna ao ciclo de confronto político ocorrente em 2013 no Brasil, como ocorre em inúmeras leituras sobre a realidade contemporânea do país. Sobre o modo como os conflitos fiscais presentes naquele período se concatenam com as turbulências sociais, políticas e econômicas posteriores, confira-se Tavares (2018).

*A nova sociologia fiscal:
potenciais de um campo em ascensão*

No início do século XX, dois autores austríacos, definidos por convicções ideológicas e concepções sobre o papel das ciências sociais mutuamente distintas, convergiram na identificação de um elemento especialmente relevante para a compreensão das sociedades modernas concernente às finanças públicas. Rudolf Goldscheid e, posteriormente, Joseph Schumpeter lançaram as bases de uma disciplina acadêmica em processo de redescoberta e expansão na atualidade, denominada sociologia fiscal.

Goldscheid, um adepto da reforma social que via na ciência um papel prescritivo e de intervenção na sociedade, lançou as bases do campo sob o entendimento de que, somada à defesa da integridade territorial, a origem do Estado seria explicada a partir da necessidade de custear-se e de viabilizar suas atividades, diante de sua moderna e inédita decomposição em relação à esfera econômica, tal como ocorrente com o florescimento do capitalismo. Para Goldscheid, que entendia as lutas de ordem tributária como as mais antigas formas de luta de classes,

assuntos fiscais foram um causa contributiva importante até mesmo para os movimentos mais fortemente espirituais do gênero humano (Goldscheid, 1958: 202)¹³.

13. No original: *“fiscal matters were an important contributory cause even in the mightiest spiritual movements of mankind”*.

O Estado capitalista seria, para Goldscheid, o único em que a autoridade política não controlaria, como corolário da dominação, os recursos econômicos. Dessa realidade ressairiam tensões, ou mesmo contradições, para as quais as relações sociais de tributação e de afetação de recursos públicos (as quais se determinariam mutuamente)¹⁴ seriam o principal elemento explicativo.

14. Confira-se, a propósito: *“Tell me how and whence you acquire your revenue, and I shall tell you what your expenditure budget must look like”* (Goldscheid, 1958: 202). Em livre tradução: *“diga-me como e de onde você obtém sua receita, e eu posso lhe dizer como as despesas do seu orçamento devem se parecer”*.

Goldscheid constata que o Estado teria sofrido, desde a Idade Média à sua atual moderna conformação, uma “expropriação gradual”. A tensão peculiar ao Estado liberal-democrático residiria em sua paulatina abertura à participação política mais ampla (com a extensão dos direitos de cidadania e, sobretudo, de voto), associada à determinação heterônoma de suas condições materiais de existência. Surgiria, portanto, uma inédita formação política, definida como

Estado pobre [ou aquele que] pode calmamente ser autorizado a cair nas mãos do povo que, desse modo, nada adquire, senão cofres vazios (Goldscheid, 1958: 205)¹⁵.

15. No original: *“can calmly be allowed to fall into the hands of the people, which thereby acquires nothing but empty coffers”*.

Se no Estado absoluto o controle do poder político equivale ao controle da riqueza, no Estado constitucional e democrático – prossegue o argumento – a política po-

deria se democratizar, mas as riquezas seriam geridas de modo privado, o que, no mínimo, levaria a uma redução do potencial igualitário associado à extensão dos meios de exercício da soberania popular. Para Goldscheid, a garantia de financiamento dos Estados seria o desafio decisivo à realização do princípio democrático. Estavam, assim, lançadas as bases para um olhar interdisciplinar e altamente politizado sobre a moderna e conflituosa relação social de direito financeiro e tributário.

Schumpeter prosseguiu com a agenda lançada por Goldscheid e foi o primeiro a utilizar a expressão sociologia fiscal para designar os estudos sócio-históricos centrados nas relações de tributação e de composição do orçamento público. O impulso que o conduziu à questão fiscal ateu-se ao receio de um colapso financeiro dos Estados europeus como desdobramento da Primeira Guerra Mundial. A abordagem desse tema firmou-se em uma premissa que, sem endossar os auspícios normativos, estimou a fiscalidade em patamar equivalente ao conferido por Goldscheid. Para Schumpeter, uma eventual crise do Estado fiscal equivaleria à crise do Estado moderno enquanto tal. Tributos e orçamentos públicos assumiriam, na obra do autor, o protagonismo condensado no seguinte excerto:

O espírito de um povo, seu nível cultural, sua estrutura social e os feitos que a sua política pode preparar – tudo isso e mais é escrito em sua história fiscal, despida de todo fraseado (Schumpeter, 1991: 101)¹⁶.

16. Tradução livre. No original: *“the spirit of a people, its cultural level, its social structure, the deeds its policy may prepare – all this and more is written in its fiscal history, stripped of all phrases”*.

17. Tradução livre. No original: *“the last gasp of classical political economy rather than the first breath of a new science”*.

O campo de estudos proposto por Goldscheid e Schumpeter não chegou a se institucionalizar ou firmar-se como uma subdisciplina amplamente praticada e reconhecida no âmbito das ciências sociais ao longo do século XX. O fato é que os autores escreveram em um contexto no qual a especialização já começava a delimitar de modo mais rígido as fronteiras entre economia e sociologia, restando àquela, preferencialmente, os objetos relacionados à atividade orçamentária e tributária do Estado (Martin *et alii*, 2009). Com efeito, o texto de Schumpeter é considerado “o último suspiro da economia política clássica, antes do primeiro respirar de uma nova ciência” (Martin *et alii*, 2009: 5)¹⁷.

É certo que, na Itália, sob inspiração paretiana, teve lugar, em meados do século XX, um tipo de sociologia fiscal voltado ao entendimento das finanças públicas com foco na ideia de equilíbrio social (McLure, 2003). Esta vertente italiana dos estudos sociofiscais, contudo, não produziu significativa influência alhures, seja por sua ligação com o fascismo – a desmotivar traduções –, seja pela restrita comunidade de falantes do idioma italiano no âmbito das ciências sociais (McLure, 2003).

Houve, ainda, alguma influência dos trabalhos de Goldscheid e Schumpeter nos Estados Unidos durante o século XX, mas de modo restrito e, em última análise, situado sobre a contribuição pontual de Daniel Bell (1974) e sobre o debate acerca das crises fiscais travado entre O'Connor e Musgrave (McLure, 2003).

Já recentemente, no século XXI, uma “nova sociologia fiscal” vem, preponderantemente no Norte global, desenvolvendo-se. A abordagem interdisciplinar das finanças públicas, com o escopo de entender a sociedade em distintos aspectos, oscilantes desde as relações de opressão associadas a gênero e raça (Brown, 2009; Grown & Valodia, 2010), seguindo por mecanismos explicativos das desigualdades e chegando-se a hábitos de consumo e ao comportamento eleitoral, tem florescido.

Na Europa Continental, por exemplo, Jürgen Backhaus publicou, em 2002, um impactante texto no qual, após resgatar-se o histórico e a importância da sociologia fiscal, desde as “ciências camerais” prussianas, seguindo-se pela cisão quase hermética entre estudos de economia e política, postula um resgate da área como “disciplina de nicho”, capaz de estabelecer pontes entre objetos que outrora formaram uma unidade acadêmica humanística denominada *Saatswissenschaften*, em cujo objeto reuniam-se campos atualmente associados ao direito, à economia, à administração pública, à ciência política, à sociologia, à história econômica e às políticas públicas (Backhaus, 2002). Ludicamente, o autor conclui sua exposição com um “alfabeto da sociologia fiscal”, em cujo conteúdo são lançados e justificados inúmeros temas – com iniciais ordenadas de A a Z – que devem ser abraçados pela disciplina na contemporaneidade.

Nos Estados Unidos, a publicação, tão recentemente quanto em 2009, de uma coletânea de artigos – quase todos subscritos por autores radicados em instituições daquele país – denominada *New fiscal sociology* (Martin *et alii*, 2009), representa um marco quanto ao estabelecimento desse campo interdisciplinar. Em uma revisão sobre o estado da arte dos estudos sociofiscais, dois dos organizadores do volume mencionado constata uma paradoxal condição histórica segundo a qual, de Marx a Durkheim, a tributação conforma um elemento central no(s) cânone(s) da sociologia, embora não exista um aprofundamento em relação ao tema nos currículos acadêmicos, especialmente nos tempos atuais. Essa escassa compreensão sobre a tributação pelos sociólogos os remete a uma posição marginal em debates sobre temas de grande relevância, como pobreza e desigualdade (Martin & Prasad, 2014). De outro lado, o estudo do tema tributário e orçamentário¹⁸ quase exclusivamente por economistas abre uma lacuna concernente aos aspectos sociais e não diretamente econômicos envolvidos na matéria (Martin *et alii*, 2009).

18. Em oposição à ênfase usual realizada por praticantes da nova sociologia fiscal à tributação, em prejuízo da orçamentação, adere-se à tese de Paul Pierson, para quem “*taxing and spending are not two distinct realms but opposite sides of the same coin*” (Pierson, 2001). Em tradução livre: “tributar e gastar não são duas esferas distintas, mas lados opostos da mesma moeda”

19. Contra, confira-se Piketty & Saez (2007). A complexidade deste debate sobre a relação entre progressividade fiscal e políticas sociais tem se revelado, antes de um óbice, importante desafio para a circulação do tema na esfera pública, avançando-se para além do fazer acadêmico profissional. Os debates nos Estados Unidos entre o final de 2018 e o início de 2019 sobre o aumento da alíquota marginal do imposto de renda das pessoas físicas, em meio aos quais intelectuais, parlamentares e pessoas interessadas no assunto debatem-se sobre estudos e gráficos indicam como, malgrado a complexidade de um tema, o fazer científico público sempre encerra um rico potencial e aponta tanto para a ampliação do espectro cognitivo dos atores sociais envolvidos, como para a produção de deliberações que se aproximam do exigente sentido habermasiano atribuído ao conceito.

A nova sociologia fiscal pretende retomar a proposta lançada no início do século XX por Schumpeter e identificar as finanças públicas como elemento não apenas sintomático dos processos sociais mas, adicionalmente, como componente causal. Nesse recente processo de investigações científicas de fôlego interdisciplinar animadas por esse amplo objetivo, inúmeras conclusões contraintuitivas, outrora desconhecidas tanto nas ciências econômicas como nas pesquisas históricas e sociais, foram alcançadas. A seguir, mencionam-se alguns exemplos:

i. ao se comparar países como Suécia e Estados Unidos nos anos de crescimento econômico ocorrentes durante o século XX, nota-se que a escolha de tributos preponderantemente regressivos, possivelmente por tornar a tributação menos ostensiva e suscitar menos revoltas fiscais, tende a permitir mais receitas e, desse modo, fornecer recursos para políticas sociais cujo efeito é uma redução de pobreza e desigualdade mais pronunciada do que seria possível acaso fossem adotados preferencialmente tributos progressivos¹⁹;

ii. aumentos na carga tributária tendem a impactar positivamente o crescimento econômico em países subdesenvolvidos;

iii. não há certeza quanto à tese de que auxílios externos a países pobres como sucedâneos de tributação poderiam dificultar o mecanismo explicado por Charles Tilly (1980) de conflitos tributários como geradores da representação e da democracia, à medida em que contribuintes tendem a exigir prestação de contas dos tributos que pagam; e

iv. os efeitos das políticas tributárias sobre gênero, raça e estima social são significativos e podem ser medidos, como ao se comparar, por exemplo, políticas de transferência de renda direta com práticas de restituição fiscal voltadas ao mesmo público e sob objetivos semelhantes (Martin & Prasad, 2014).

Na esteira dessa emergência dos estudos de sociologia fiscal, vê-se um vasto campo a se expandir, com perspectivas epistemológicas e objetos de estudo ainda não suficientemente contemplados. Há muito o que se pesquisar sob a premissa comum de se adotar as relações tributárias e orçamentárias como variáveis independentes (Martin & Prasad, 2014). Neste artigo, procura-se avançar sobre duas dessas lacunas.

Primeiramente, percebe-se, seja nos exemplos expostos por Backhaus (2002), seja nos capítulos da coletânea organizada por Martin *et alii* (2009), que a emer-

gência da sociologia fiscal neste século XXI ainda repousa, preponderantemente, sobre objetos e contextos históricos referentes ao Norte global. Se é verdade que há um volume significativo de estudos econômicos sobre a relação entre desenvolvimento e tributação/orçamento centrados nos países pobres (Martin & Prasad, 2014), também é certo que a compreensão sobre a política, a cultura e os conflitos sociais sob o prisma fiscal é ainda pouco abundante no Sul global. A pesquisa que informa este artigo dá conta de um conflito fiscal ocorrente no Brasil. Espera-se, desse modo, somar-se a estudos semelhantes referenciados na Europa e nos Estados Unidos uma compreensão egressa de país com história, atributos demográficos e posicionamento nas relações globais de poder material e simbólico deveras distinto.

A segunda lacuna que se pretende preencher ancora-se no entendimento de que o tipo de estudo que melhor se acopla a um desenvolvimento da sociologia fiscal no Brasil é a sociologia pública, que não tem comparecido aos estudos desse campo interdisciplinar em ascensão. Adiante, fundamenta-se a pertinência dessa abordagem para uma sociologia das finanças públicas no Brasil.

A sociologia pública como opção preferencial da sociologia fiscal no Sul global

Em 2005, um ano depois de se eleger presidente da Associação Sociológica Americana, Michael Burawoy, após um périplo por diversas instituições e um profícuo diálogo com incontáveis cientistas sociais, apresentou, em forma de 11 teses, uma memorável defesa da sociologia pública. O chamado à relevância e ao fazer sociológico engajado na realidade extra-acadêmica produziu um sonoro impacto no campo. Dossiês, coletâneas de artigos e manuais foram publicados nos anos seguintes, em meio a um amplo e crítico debate (Braga & Santana, 2009; Perlatto & Maia, 2012). O escopo deste artigo não compreende um resgate destas interlocuções e, ainda menos, um inventário das objeções tecidas ao discurso presidencial e às ulteriores respostas do autor. Antes, limita-se a uma apresentação da sociologia pública tal como formulada originariamente por Burawoy, de modo a se explicar a respectiva adoção em uma pesquisa de nova sociologia fiscal no Brasil.

A definição do tipo de conhecimento entendido como sociologia pública é obtida, segundo os critérios apresentados por Burawoy (2005), por meio da resposta a duas questões (já presentes, dentre outros, no rol de preocupações de Bourdieu), nomeadamente:

- i.* o conhecimento é produzido para quê?; e

ii. o conhecimento é produzido para quem?

Quanto às finalidades do saber científico-sociológico, a sociologia pública exorbita, em suas preocupações, a estrita adequação entre meios e fins (*Zweckrationalität*). A racionalidade pressuposta nesse tipo de pesquisa permite a indagação sobre os fins envolvidos nas ações sociais. Não se trata, com efeito, da elaboração de produtos ou soluções com lastro no saber sociológico, em favor de uma clientela lotada no Estado ou no mercado. Para esta prática, Burawoy reserva a categoria da sociologia para políticas públicas. Não é o caso, tampouco, do saber sociológico referenciado em “programas de pesquisa” relativamente estáveis, com suas “assunções, situações exemplares, questões definidoras, aparatos conceituais e teorias em evolução” (Burawoy, 2005: 10), que se define como “sociologia profissional”. As modalidades pública e crítica da sociologia se propõem a descender algumas camadas no esforço questionador, de vez que, no caso desta, ocupa-se de problematizar os conceitos e as ideias estabilizados na sociologia profissional, ao passo que, no conhecimento público, não se parte de uma demanda fixa estabelecida por uma clientela extra-acadêmica, mas conformam-se e influenciam-se reflexivamente os horizontes e anseios dos grupos com os quais se envolve.

Quanto ao público para o qual o saber sociológico é apresentado, Burawoy (2005) propõe que a sociologia pública se dedique ao meio extra-acadêmico, característica compartilhada com a sociologia para políticas públicas e que a afastaria das modalidades profissional e crítica, ao tempo em que estas teriam como destinatários os profissionais da ciência social.

Assim, pode-se alcançar, segundo uma combinação dos critérios apresentados, os elementos que permitem, segundo Burawoy, uma taxonomia dos quatro tipos de conhecimento sociológico:

i. a sociologia profissional, que tem uma finalidade instrumental e volta-se ao público acadêmico;

ii. a sociologia crítica, com ânimo reflexivo e igualmente dedicada à academia;

iii. a sociologia para políticas públicas, de índole instrumental e orientada ao público extra-acadêmico; e, por fim

iv. a sociologia pública, cujo propósito e modo de prática é reflexivo e cujo público para o qual se destina se encontra fora dos limites das instituições de ensino ou de pesquisa.

A partir dos atributos até aqui apresentados, Burawoy chega a um detalhamento e elabora os tipos de conhecimento sociológico segundo os critérios complementares do tipo de conhecimento, da ideia de verdade, dos elementos atribuidores de legitimidade ao fazer científico, dos sujeitos que exercem *accountability* sobre a prática do sociólogo, do pano de fundo político e das possíveis patologias de cada modalidade (Burawoy, 2005).

O autor vai ainda além nos desdobramentos desta classificação e a insere nas oscilações do Estado, do mercado e da sociedade entre o século XIX e a atualidade. Para tanto, o sociólogo estadunidense lança uma interpretação da obra de Karl Polanyi segundo a qual o processo de mercantilização identificado na clássica *A grande transformação* teria ocorrido em três ondas. Na primeira, própria ao século XIX, o trabalho seria a mercadoria fictícia por excelência. O conhecimento sociológico próprio àquele contexto teria uma natureza “utópica”, como se vê na noção de solidariedade orgânica em Émile Durkheim ou na antevisão de uma humanidade comunista em Karl Marx. A segunda onda de mercantilização, por sua vez, estaria associada ao século XX, precisamente no período demarcado por Eric Hobsbawm como *Era dos extremos*, entre o início da Primeira Guerra Mundial e o ocaso da União Soviética. A mercadoria fictícia característica dessa onda fora o dinheiro. Nesse contexto, o conhecimento sociológico orientou-se à produção de políticas que, no *new deal* nos Estados Unidos ou na social-democracia europeia, colaborou com o Estado em seu esforço de conter os mercados (Burawoy, 2007).

Burawoy entende que a sociologia do século XIX teve como espaço preferencial a Europa e seria especulativa, produzida sob a perspectiva de uma sociedade civil oposta ao mercado, manejando questões locais, com aspiração nacional. A sociologia do século XX seria preponderantemente norte-americana, estaria acoplada à produção de políticas públicas (colocando-se em favor do Estado, contra os excessos da mercantilização) e mobilizaria questões nacionais com aspiração global.

Neste início de século XXI – a terceira onda –, o autor prevê o primado de uma sociologia gestada preferencialmente na semiperiferia, orientada a uma sociedade civil que se opõe tanto ao Estado (entendido como agente, antes de regulador da mercantilização) quanto ao mercado, além de centrada em questões locais com aspiração global (Burawoy, 2007). A pesquisa centrada na tramitação do novo regime fiscal brasileiro orientou-se por esta última perspectiva.

É neste chamado a uma sociologia que questione o papel do Estado como regulador da mercantilização (tal como se dá em medidas de austeridade, de redução de tributos sobre grandes proprietários ou de abdicação da regulação democrá-

tica das políticas fiscal e monetária); de manejo local, em espaços públicos, de questões globalmente relevante e impactantes; de redirecionamento da sociologia para temas relacionados ao mercado e aos seus impactos sobre a política e a cultura que se insere o presente esforço de associação entre a nova sociologia fiscal e a sociologia pública de Burawoy. Levar ao âmbito não acadêmico o conhecimento científico atinente aos aspectos não diretamente econômicos dos regimes fiscais, em especial no contexto de um país semiperiférico como o Brasil, parece conformar-se plenamente à modalidade de conhecimento sociológico entendida pelo autor em questão como a mais promissora e necessária.

A interação entre academia e público – tanto na modalidade tradicional como na orgânica – realizada no contexto dos debates sobre o novo regime fiscal brasileiro se propôs aplicar, tão fidedignamente como possível, essa proposta de Burawoy (2005; 2007). O exercício corroborou, em grande medida, a tese do ímpar potencial encerrado em uma sociologia pública referenciada na sociedade diante do mercado e do Estado, em um país da semiperiferia. Os trabalhos de campo atestaram o potencial promissor desse entrelaçamento e, ademais, sugeriram a validade de complementos ou inflexões presentes em estudos que dialogaram com Burawoy.

Um exercício de nova sociologia fiscal no Brasil em crise

O caso que informa este artigo se deu em meio ao contexto social apresentado na introdução e cingiu-se a atividades ocorrentes entre outubro e dezembro de 2016, no contexto de debates e protestos realizados na cidade de Goiânia, localizada a 200km da capital federal, com população estimada em 1,4 milhão de habitantes e uma economia movimentada em grande medida pela propulsão do agronegócio exportador associado ao meio rural circundante à cidade, por um setor de serviços relativamente pujante e por alguma atividade industrial, em especial nos ramos têxtil e químico-farmacêutico.

Foram conduzidas práticas científico-participativas identificadas tanto com a sociologia pública tradicional, quanto com a orgânica (Burawoy, 2005). Em referência àquela, efetivaram-se as seguintes práticas:

- i.* participação e ministração de conferência em uma audiência pública na Câmara de Vereadores do município de Goiânia;
- ii.* participação em um debate ao vivo, em programa de TV aberta; e

iii. concessão de entrevista ao vivo, em programa de TV aberta.

Sob o prisma da sociologia pública orgânica, foram efetivadas as seguintes atividades:

i. ministração de quatro aulas públicas em unidades ocupadas por ativistas em prédios universitários dos cursos de economia, ciências sociais, artes visuais e educação; e

ii. ministração de conferência para sindicalistas, integrantes de ONGs e militantes de movimentos sociais, em auditório público, a convite do movimento “Comitê de Auditoria da Dívida Pública”.

A partir dessas práticas, foi possível implementar os argumentos a seguir.

A análise aqui proposta concentra-se, principalmente, nas práticas identificadas com a sociologia pública orgânica, uma vez que se enquadram mais claramente nos requisitos para a conformação de um caso extremo e, ademais, permitiram uma interação entre pesquisadores e público mais dialógica – o que não é possível em programas de TV ou audiências públicas. Ênfase maior é conferida ao caso das aulas públicas em unidades acadêmicas ocupadas, por se tratarem de espaços que mesclam público acadêmico e extra-acadêmico, além de permitirem uma manifestação fática do argumento de Craig Calhoun – adiante desenvolvido – segundo o qual o engajamento público da sociologia deve, antes de tudo, atentar-se para uma reconsideração crítica do próprio fazer universitário.

Estado, mercado e sociedade civil em um exercício de nova sociologia fiscal

Em meio às ocupações de unidades acadêmicas da Universidade Federal de Goiás, sob os intensos protestos contra a aprovação do novo regime fiscal no Brasil (à época, identificado como PEC 55), surgiu um escrito em um muro de uma faculdade ocupada que trazia a seguinte mensagem: “Morte ao Estado! Fora PEC 55!” Ao longo das interações nas aulas públicas e na conferência assistida por uma maioria de sindicalistas, argumentos correlatos à pichação em questão foram frequentes. Era um contexto enredado pela ação coletiva de setores descontentes da população, emanados da sociedade civil, assim definida na precisa conceituação de Ruy Braga e Marco Aurélio Santana, como

um campo de lutas onde as forças sociais do trabalho [...] enfrentam e resistem às investidas das forças sociais do capital (Braga e Santana, 2009: 225).

Aparentemente, as incontáveis falas que combatiam o regime fiscal redutor do aparato de um Estado contra o qual se insurgia e cuja legitimidade se questionava seriam contraditórias. Como explicar a conduta de pessoas que ingressam em uma conferência e proferem falas questionando a legitimidade do Estado, ao tempo em que exigem mais dispêndios do respectivo orçamento? Como interpretar os grupos de vinculação autonomista, que objetavam frontalmente o poder público, mas não aceitavam o teto dos respectivos gastos? A tentativa de se realizar uma sociologia fiscal de tipo público lançou luzes sobre esse cenário, de modo a indicar que havia complexidades, mas nunca contradições nessas atitudes.

Uma vez cotejada com a maneira como Burawoy caracteriza a “terceira onda de mercantilização”, própria ao século XXI, a ideia versada na irresignação da sociedade civil contra as investidas do mercado sobre o Estado se traduz como merecedora de mais profunda análise. Para Burawoy, o Estado, no atual cenário marcado por subtração de direitos do trabalho e sociais, além de uma crescente mercantilização da terra e da natureza, já não atuaria como vetor contrário à expansão dos mercados sobre as diferentes esferas da sociabilidade humana, mas como seu propulsor²⁰. É nesse sentido que o autor prevê a era de uma sociologia pública (fincada, portanto, na sociedade civil), em sucessão ao tempo da sociologia para políticas públicas (em que a academia se associou ao Estado contra os ímpetus totalizantes do mercado).

20. Para Burawoy o Estado atual seria “ainda um Estado regulador, mas, não obstante, é uma regulação para, antes de contra o mercado”. Assim, a sociedade estaria “sob um duplo assalto proveniente da economia e do Estado” (Burawoy, 2007: 365).

Por um lado, Burawoy e a primeira sentença da pichação mencionada (e das incontáveis falas que lhe acompanharam o sentido) expressam um cenário ostensivamente observado na economia política do mundo contemporâneo. Há vasta literatura a confirmar que os Estados se eximem de regular direitos e a um só tempo incrementam os meios de coerção e de criminalização da pobreza (Wacquant, 2009); engajam-se em competições para atraírem favores crescentes às inversões privadas, sacrificando as bases de arrecadação que lhes fornecem recursos para o custeio de direitos sociais e políticas públicas (Genschel & Schwarz, 2013); ou descaracterizam-se em sua lógica decisória democrática, de modo a reverterem suas decisões mais relevantes para espaços alheios ao controle popular e regidos por corporações (Crouch, 2004). Nesse sentido, o congelamento de gastos primários ocorrente no Brasil, de modo que as despesas públicas passam, por disposição constitucional, a ter como máxima prioridade o adimplemento do serviço da dívida pública (ou seja, dos interesses de credores privados associados às grandes corporações financeiras) acopla-se integralmente à ideia de “Estado regulador em favor, antes de contra, os mercados” (Burawoy, 2007: 365).

Por outro, a segunda frase consignada na pichação – e reverberada em inúmeras falas observadas em campo – também parece expressar uma ideia igualmente

te plausível, ao rechaçar um regime fiscal que impede aumento de gastos estatais. Com efeito, as interações entre pesquisadores vinculados à ciência política, à sociologia e à economia com pessoas mobilizadas contra o novo regime fiscal canalizaram-se, invariavelmente, para o compartilhamento de esclarecedoras informações próprias à sociologia fiscal. Assim, foi possível atestar que a suposta insolvência do Estado brasileiro – argumento utilizado em favor do congelamento de gastos – ocultaria um cenário de iniquidade tributária, antes de um problema no plano das despesas.

Em suma, o exame dos conflitos políticos associados à tributação, dos grupos sociais que são proporcionalmente mais onerados e dos efeitos macroeconômicos do sistema tributário brasileiro culminou, frequentemente, em direcionamentos normativos em favor da tributação de heranças, fortunas, dividendos e propriedades imobiliárias. O argumento, em geral, lastreava-se no dado empírico de sociologia fiscal e economia política segundo o qual o problema do Estado brasileiro não seria um excesso de gastos, mas uma perda de receitas. Ou seja, a interação entre academia e sociedade, em exercício de sociologia fiscal na modalidade pública, encontrou como síntese um entendimento em favor de mais tributos sobre o capital, para o custeio de mais direitos sociais.

A sociologia fiscal, desde as suas origens, entende os tributos como elementos que conectam o mercado (todo imposto é cobrado sobre uma ação realizada no campo privado, sujeito à livre iniciativa), o Estado (a autorização política para tributar é um elemento central nos processos de democratização) e a sociedade civil (as pessoas esperam que o fruto da tributação seja revertido em benefícios públicos e, frequentemente, protestam e se mobilizam por justiça fiscal). Nesse sentido, é possível perceber como, ao focar-se na sociedade civil em protesto, foi possível entender-se de modo mais complexo o conflito fiscal brasileiro e indicar-se como – corroborando Burawoy – o Estado do regime fiscal austero comporta-se como agente mercantil em oposição à sociedade civil. Por outro lado, diante de um quadro em que o saber acadêmico e a prática ativista convergiram quanto à pertinência técnica e a desejabilidade política de um regime tributário progressivo (o que altera o funcionamento do próprio mercado), para que o Estado gaste com direitos sociais (o que reconcilia Estado e sociedade civil), é possível perceber que a sociologia pública, quando exercida em um campo de estudos situado precisamente na confluência entre economia, política e sociedade (tal como é a sociologia fiscal) tem muito a ganhar com o complemento crítico que Craig Calhoun apresenta em seu diálogo com Burawoy, a propor que

nós deveríamos estar trabalhando para superarmos a divisão entre Estado, economia e sociedade civil que está espelhada [e dá

21. No original:
“The need for a stronger sociology of publics which Burawoy mentions (and which I endorse and even help along) is vital not only for the project of understanding the other arenas into which sociology may be introduced, but the contexts of our own work”.

origem a] divisão acadêmica entre ciência política, economia e sociologia (Calhoun, 2005: 361)²¹.

De fato, no caso em estudo, a divulgação de um saber sociofiscal por parte de pesquisadores originalmente vinculados aos campos da ciência política e da economia possibilitou, em grau de cooperação com o público, um desvelamento da “terceira onda de mercantilização” denunciada por Burawoy e, ao mesmo tempo, um restabelecimento, ao menos no plano normativo, do controle social do mercado a partir de um Estado responsivo à sociedade civil.

A investida em campo, no específico caso das aulas públicas, parece sugerir a plausibilidade – que pode, assim, ser entendida como ponto de partida para verificação em pesquisas vindouras, no esforço de criação de um campo da nova sociologia fiscal brasileira – da ideia de Craig Calhoun, segundo a qual os objetivos da sociologia pública demandam, mais do que uma mensagem direcionada para o público extra-acadêmico, o engajamento na transformação das próprias universidades.

Espaços escolares ocupados, regidos por dinâmicas não hierarquizadas entre docentes e discentes, em que estudantes identificavam-se menos como acadêmicos e mais como pessoas da sociedade civil em movimento de protesto, em que novos saberes foram gestados com vistas à mais profunda e crítica compreensão do novo regime fiscal brasileiro, parecem indicar, portanto, a plausibilidade da proposta de Craig Calhoun, segundo a qual

a necessidade de uma sociologia dos públicos que seja mais forte, à qual Burawoy se refere (e que endosso e espero ajudar a realizar), é vital não apenas para o projeto de se entender as outras arenas nas quais a sociologia pode ser introduzida, mas os contextos do nosso próprio trabalho (Calhoun, 2005: 360).

*Caminhos possíveis para uma nova sociologia fiscal brasileira.
Por uma sociologia pública e militante*

Um dos principais desafios da sociologia fiscal reside no enfrentamento da colossal complexidade técnica dos assuntos tributários e orçamentários. A compreensão das relações de poder simbólico e material enraizadas nas finanças públicas pressupõe, frequentemente, a crítica imanente de elementos imbuídos de detalhamentos jurídicos, econômicos e políticos pouco palatáveis ao público não especialista. O campo da sociologia fiscal se revela, nesse aspecto, como um privilegiado âmbito para se testar a plausibilidade de uma sociologia pública que, de fato, cumpra seus objetivos de interação entre academia e ambiente externo.

Ademais, a sociologia fiscal diferencia-se da economia, do direito tributário e da ciência política porquanto não se foca sobre o fenômeno das finanças públicas em sua objetividade. O objeto, de modo mais complexo e nuançado, recai sobre os conflitos sociais e as projeções culturais, institucionais e econômicas do fenômeno das finanças públicas. É o modo como tributos e orçamento delineiam as sociedades, antes da simples descrição das propriedades destes, que mais interessa à subdisciplina em questão. Assim, os processos de entendimento, crítica e desvelamento das relações de poder inscritas na dinâmica fiscal são potencialmente melhor realizáveis sob a perspectiva de uma sociologia pública. Antes de apenas compreender orçamentos e tributos, consegue-se a decifração, a denúncia e a eventual superação dos seus efeitos junto aos respectivos destinatários, o que se constitui, afinal, como o objetivo maior da sociologia fiscal – e, de modo congruente, da sociologia pública

As condições do caso estudado, como exposto, foram extremas. O público de ocupantes das universidades via-se, a um só tempo, desejoso de entender com urgência os meandros do novo regime fiscal contra o qual se mobilizava e limitado em razão das circunstâncias associadas aos repertórios de ação adotados.

Privação de sono, inadequação das instalações sanitárias para fins de habitação, ausência de silêncio, conflitos internos e iminência do cumprimento de mandados de reintegração de posse por meios coercitivos são alguns dos elementos que, paulatinamente, tornaram os espaços das ocupações pouco propensos à livre interlocução entre pessoas interessadas na compreensão crítica de noções complexas e tecnicamente desafiadoras, como “austeridade fiscal contractionista”, “receitas correntes líquidas” ou “medidas anticíclicas”, sempre associadas à apresentação de gráficos ou mesmo de elaborações algébricas mais sofisticadas.

O fato é que, na medida em que as semanas transcorriam, as aulas públicas se revelavam crescentemente difíceis e pouco proveitosas. Uma aula para estudantes de artes visuais (público extra-acadêmico para a sociologia fiscal, considerando-se sua falta de familiaridade com o tema) sem os efeitos do prolongado confinamento apresentou resultados mais promissores do que uma exposição para alunos de ciências econômicas (público acadêmico) submetidos a um período maior de exposição às inóspitas condições das ocupações. Este contexto traz à lembrança o chamado de Fernando Perlatto e João Marcelo Maia, para quem pensar

a noção de sociologia pública a partir da experiência histórica do Sul, qual seja, a brasileira, implica esforço de problematização

22. Para além da própria perspectiva de “pesquisa militante”, Fernando Perlatto identifica, após uma abrangente e profunda escavação sobre mais de 1800 obras sociológicas publicadas no Brasil desde 1940, um fazer sociológico no Brasil em que os chamados “problemas públicos” compõem com frequência e no compasso das grandes questões que afligem a sociedade brasileira. Com efeito, o propósito da pesquisa apresentada neste artigo residu em dar prosseguimento à ideia deste autor, para quem “pensar teoricamente esta categoria [a sociologia pública] a partir de um país periférico como o Brasil resulta em um movimento que contribui não somente para a elaboração mais cosmopolita de um conceito como o de “sociologia pública”, mas para formular um questionamento mais amplo sobre o próprio processo de produção e circulação de teorias entre ‘centros’ e ‘periferias’ no âmbito da sociologia global” (Perlatto, 2013: 26).

desta noção, não no sentido de abandoná-la, mas com o intuito de ampliar criticamente seu escopo analítico (Perlatto e Maia, 2012: 101).

Sob esse espírito, o caso trouxe dificuldades à sociologia pública não previstas na descrição original de Burawoy (2005), que se refere a possíveis “patologias” associadas aos riscos de se tornar a sociologia refém de forças externas, perdendo seu rigor profissional e sua capacidade crítica. Problemas como os expostos acima são de outra ordem e, portanto, suscitaram um complemento ao pensamento do autor, assim efetivado à luz as potencialidades de uma associação entre a sociologia fiscal de tipo público e a pesquisa militante na América Latina, na esteira de pensadores/ativistas como Anibal Quijano, Fals-Borda e Paulo Freire. Ao referir-se a estes dois últimos, Breno Bringel e Renata Varella destacam como a pesquisa militante pressupõe que o pesquisador se insira

na vida militante dos setores populares e problematize a construção de conceitos para melhor interferir e transformar a realidade ou, já em compasso com a obra freiriana, a pesquisa seria um momento de trabalhos de educação popular realizados junto, com e a serviço das comunidades (Bringel & Varella, 2016: 486)²².

Deu-se, portanto, um intercâmbio entre pesquisadores e público que transcendeu o tema disciplinar das aulas públicas, para repousar sobre conversas, acordos e decisões conjuntas sobre a própria organização das mobilizações. Nesse contexto, chegou-se a alimentar a sociologia pública tradicional a partir de ações orgânicas. Isto ocorreu quando os estudantes ocuparam o prédio onde funciona o canal de TV Universitária (transmitido em sinal aberto na cidade) e conquistaram uma anuência da respectiva equipe quanto à abordagem do novo regime fiscal na respectiva programação. Diante dos saberes obtidos nas aulas públicas, os estudantes decidiram levar os pesquisadores a um debate ao vivo na TV, o que de fato ocorreu. A interlocução militante transbordou-se, com efeito, para uma ampla coletividade, a partir de uma cooperação mais profunda e cúmplice entre academia e ativismo.

As potencialidades de uma sociologia fiscal pública interdisciplinar

O antológico discurso proferido por Burawoy em 2005 tem como desfecho a XI tese do autor sobre a sociologia pública, a dispor que cabe à sociologia, em oposição às demais ciências humanas ou sociais, a “defesa dos interesses da humanidade” (Burawoy, 2005: 24). Esta contundente ideia ancora-se no argumento de

que a economia estaria alicerçada na perspectiva do mercado, ao passo que o compromisso da ciência política seria com o Estado. Em tempos de tirania das forças de mercado e de despotismo estatal – sustenta o autor –, caberia à sociologia, mormente em sua variante pública, resistir em nome da sociedade civil (Burawoy, 2005; 2007).

Para chegar a um argumento tão assertivo, Burawoy providencia, em sua X tese sobre a sociologia pública, um inventário de premissas que, somadas, compõem uma leitura cética sobre a interdisciplinaridade e sobre os compromissos firmados por campos como a economia e a ciência política.

O entendimento acima poderia ser discutido sob o prisma filosófico e epistêmico, de modo a se detectar eventuais lacunas ou inconsistências em sua composição. Esta é, por exemplo, a abordagem de Craig Calhoun (2005), ao identificar em Burawoy o que seria um certo fetichismo da sociedade civil.

Associar-se, por exemplo, à sociedade civil em prol do interesse da humanidade, descartando-se Estado e mercado como necessariamente tirânicos ou despóticos, é uma empreitada que parece assumir a crítica marxiana às universalidades abstratas, mas não percebe – como se vê na linha que leva de Hegel a Marx – o modo como sociedade civil e mercado são indecomponíveis. Até mesmo um referencial que contempla tal separação e que prevê os riscos de colonização do “mundo da vida” (*Lebenswelt*) pela burocracia ou pelo mercado, não estabelece um caráter social ou politicamente superior à sociedade civil, uma vez que entende os sistemas da economia e do Estado como inerentes e necessários às complexas sociedades modernas, de tal modo que o Estado pode cumprir um papel emancipador – desde que democratizado – e a economia de mercado assegura a viabilidade material (desde que regulada por um Estado democrático). O que não aparece na vasta tradição da teoria crítica, com efeito, é o encadeamento lógico que justapõe sociedade civil com interesse da humanidade e, em seguida, a ciência que se debruça sobre este objeto como “o melhor terreno para a defesa da humanidade” (Burawoy, 2005: 25). Isto não se dá porquanto, de Marx aos contemporâneos, um traço comum às inúmeras variantes da teoria crítica reside no primado da crítica imanente, a estudar o Estado e o mercado por dentro, levando seus pressupostos e contradições ao limite.

Partir do argumento de Burawoy para se produzir um trabalho de nova sociologia fiscal compreende, de saída, uma perplexidade: esta é uma área destinada, exatamente, a preencher vácuos entre a economia, a sociologia e a política (Backhaus, 2002), de modo que se revela, por definição, como interdisciplinar. Burawoy ofer-

ta sólidos elementos para diferenciar a ciência política da sociologia política e a sociologia econômica da economia, ao propor que estas operam, respectivamente, com as bases sociais do Estado e do mercado, antes destes objetos enquanto tais. Assim, a leitura esquemática que Burawoy confere ao Estado e à economia, sem considerar em toda a medida necessária as ambivalências e nuances em sua relação com a sociedade civil, pressupõe uma revisão e mitigação, para que sua sociologia pública se revele compatível com um estudo de sociologia fiscal.

Como a exposição teórica compreendida na segunda seção procurou justificar, as relações sociais de tributação e de gastos públicos estão situadas, por seus próprios atributos, na interseção entre Estado, sociedade e mercado. Este é, aliás, o potencial identificado por autores como Goldscheid e Schumpeter na sociologia fiscal. Não há, portanto, como assinalar o campo de estudos em questão a uma noção de sociologia que esteja delineadamente oposta à economia e à ciência política – por conseguinte, de sociedade como nitidamente apartada do mercado e do Estado –, como sugere Burawoy em sua defesa da sociologia pública. Antes de prática não recomendável por razões meramente metodológicas, trata-se de uma impossibilidade decorrente da própria natureza do objeto estudado. Nesse sentido, nota-se que, do mesmo modo que a sociologia pública pode influenciar promissora a nova sociologia fiscal, os objetos de estudo e a perspectiva social desta também sugerem pertinentes aportes críticos, para o aprimoramento daquela, em especial na versão de Burawoy.

As possibilidades de uma nova sociologia fiscal pública em perspectiva interdisciplinar ficaram nítidas no caso que norteia este artigo. É certo que um único caso não permite uma generalização, mas, como anteriormente exposto, já sugere a plausibilidade de um rumo para as pesquisas vindouras e para os caminhos a serem percorridos por uma subdisciplina ainda em seus primeiros dias no Brasil. Os exemplos de situações narrados a seguir justificam esta constatação:

i. A mais recorrente polêmica a comparecer nas aulas públicas e na conferência organizada pelo “Comitê de Auditoria da Dívida Pública” cingiu-se à compatibilidade entre o regime democrático e o teto orçamentário pressuposto no novo regime fiscal. A questão só encontrou um enquadramento satisfatório quando enfocada não apenas a partir da justaposição de saberes pertencentes a diferentes ramos das ciências sociais, mas de um entrelaçamento de fôlego interdisciplinar. Como se sabe, modelos econométricos ou aferições quantitativas no âmbito das finanças públicas não se orientam a informar a qualidade democrática de um regime político. Igualmente, os mais

exigentes critérios para a definição de uma democracia não se direcionam a medir qual é o volume de recursos disponível para que os governos, uma vez eleitos, possam implementar os programas apresentados no contexto de uma disputa eleitoral. Foi, portanto, apenas por meio do entrelaçamento entre macroeconomia e ciência política que se alcançou – nas atividades públicas em questão – a tese da potencial nocividade de um regime de austeridade para a política democrática, assim entendida sob o prisma da oferta de políticas, antes dos procedimentos que vocalizam as demandas (Offe, 2013).

ii. Durante o debate ao vivo em canal de televisão universitária com sinal aberto, a controvérsia mais significativa centrou-se sobre o mercado como árbitro e medida do valor em uma sociedade individualizada e livre (tese defendida por um economista de orientação hayekiana, convidado para debater com os pesquisadores indicados pelos ativistas da ocupação). A questão, igualmente, pressupôs, de ambos os lados, o manejo de elementos associados à teoria social e às bases sociais do mercado. Em especial, o tema demandou dos críticos ao novo regime fiscal a construção de um conceito interdisciplinar de propriedade e de liberdade, a indicar, sobre bases sociológicas, econômicas e políticas, que não há propriedade sem um Estado para reconhecê-la e tampouco há direitos de liberdade sem tributos que os assegurem materialmente (Holmes & Susteim, 1999; Murphy & Nagel, 2005).

A nova sociologia fiscal é interdisciplinar por definição. No caso estudado, realizou-se, inobstante, como sociologia pública. Como os dois exemplos acima sugerem, entre um certo insulamento disciplinar preconizado por Burawoy (2005) e a tese da “sociologia pública como um retorno à economia política” (Streeck, 2016: 245), esta última linha de entendimento parece mais promissora aos desafios atuais para uma nova sociologia fiscal pública.

Observações finais

O Brasil, em um contexto de crise, promulgou um regime fiscal que traduz a mais intensa política de austeridade de toda a história, a se considerar os critérios da rigidez, da longevidade e da abrangência. Este contexto é propício para que se implementem, na ciência social do país, estudos voltados à compreensão das relações de poder simbólico e material a partir das finanças públicas. Em outros ter-

mos, é promissor o desenvolvimento mais detido e institucionalizado do campo subdisciplinar e interdisciplinar da nova sociologia fiscal no Brasil.

Este artigo propôs-se a uma breve discussão teórica acerca da ideia acima lançada, seguida da exposição de um estudo de caso que ratificasse ou negasse a respectiva plausibilidade. Concluiu-se que é factível e potencialmente venturosa a produção de um conhecimento sociofiscal de tipo público (em especial, orgânico) no Brasil. Ponderou-se que, ao menos com base na preliminar reflexão teórica apresentada e no caso que informou um exercício de efetivação da proposta acadêmica aqui lançada, a sociologia fiscal pública tem a ganhar, entre nós, com uma perspectiva

- i.* que se valha das nuances e imbricações entre Estado, mercado e sociedade;
- ii.* que considere o próprio meio acadêmico como um público de uma sociologia não convencionalmente profissional;
- iii.* que acrescente ao tipo público de sociologia uma perspectiva militante, própria à tradição latino-americana ou tocada pela “imaginação sociológica” relacionada aos “problemas públicos” brasileiros (Perlatto, 2013); e
- iv.* que se mantenha aberta à interdisciplinaridade.

Trabalhos posteriores de sociologia fiscal de tipo público no Brasil podem, ademais, na esteira das lacunas ou incompletudes aqui ocorrentes, avançarem sobre os seguintes aspectos:

- i. Aprofundarem sobre a interdisciplinaridade:* os diferentes espaços em que as atividades de pesquisa tiveram lugar indicam que o impulso interdisciplinar adotado não fora suficiente e demandaria mais aprofundamento e amplitude em trabalhos ulteriores. Validam esta constatação as observações de que, frequentemente, uma compreensão mais clara de estudos em comunicação e sociologia da comunicação permitiram um entendimento mais claro da relação entre os meios (televisão, falas em auditórios, falas em salas e aula etc.) e o modo como as mensagens circulam e são processadas. Igualmente, estudos sobre deliberação pública e espaços participativos seriam pertinentes para indicar-se as distinções e potenciais, tanto semióticos como político-democráticos, de espaços estatais abertos à participação da sociedade civil (a exemplo da audiência pública), movi-

mentos sociais organizados em esferas públicas temáticas (como o comitê de auditoria da dívida pública e os sindicatos), fluxos comunicativos em trânsito a partir dos meios de comunicação de massa (como a TV aberta) e espaços híbridos entre a política confrontacional transgressiva e a prestação de um serviço público educacional (como as ocupações de prédios universitários, onde aulas públicas, com todo o rigor acadêmico e toda a rigidez profissional devidos ao termo) foram realizadas .

ii. *Contornarem os riscos de “modismo” ou mimetização com os públicos*: a pesquisa aqui estampada sugere que a sociologia pública, ainda que na forma orgânica, tem muito a ganhar ao tratar de ambientes nos quais interlocuções críticas e de tom adversarial possam ocorrer. O debate em televisão aberta, ocorrente sob os claros limites de tempo e conformação semiótica do meio, mostrou-se especialmente rigoroso e apto a permitir à sociologia fiscal “intervir na disputa política da sociedade... sem abandonar, entretanto, o rigor acadêmico e a busca da objetividade científica” (Perlatto, 2013: 19), em razão de realizar-se em ambiente definido pela exposição de pensamentos rivais entre si.

A partir das conclusões provisórias e dos limites por se explorar aqui indicados, conclui-se que há um promissor potencial à continuidade dos estudos sociofiscais de tipo público no Brasil, em especial quando se constata que o novo regime fiscal e medidas afins de austeridade permanecem na agenda do Poder Executivo durante a gestão eleita para o quadriênio 2019-2022.

Referências

BACKHAUS, Jürgen G. Fiscal sociology: what for? In: BACKHAUS, J.; WAGNER, R. (Eds.). *Handbook of public finance*. London: Springer, 2002.

BELL, Daniel. The public household on “fiscal sociology” and the liberal society. *The Public Interest*, New York, 1974.

BICUDO, Hélio Pereira; REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína. *Denúncia*. 15 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2017.

BLYTH, Mark. *Austerity: the history of a dangerous ideia*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. Introdução. *Cadernos CRH*, v. 22, n. 5, 6, Maio/Ago. 2009.

BRASIL. Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017. Institui o regime de recuperação fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares número 101, de 4 de maio de 2000 e número 156, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp159.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2017.

———. Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 6 Abr. 2017.

———. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2017.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, n. 62, Jul./Set. 2013.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 3, n. 3, 2016.

BROWN, Dorothy A. Racial equality in the Twenty First Century: what's tax policy got to do with it? In: INFANTI, Anthony C.; CRAWFORD, Bridget J. *Critical taxation theory: an introduction*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BURAWOY, Michael. On uncompromising pessimism: response to my critics. *Global Issues*, v. 2, n. 1, 2011.

———. Public sociology vs. the market. *Socio-Economic Review*, v. 5, 2007.

———. ASA 2004 presidential address: for a public sociology. *American Sociological Review*, v. 70, 2005. Disponível em: <<http://burawoy.berkeley.edu/Public%20Sociology,520Live/Burawoy.pdf>>. Acesso em: 25 Jul. 2017.

BURAWOY, Michael; BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

CALHOUN, Craig. The promise of public sociology. *The British Journal of Sociology*, v. 56, n. 1, 2005.

CROUCH, Colin. *Post democracy*: Cambridge (UK): Polity, 2004.

DATAFOLHA. Manifestação na Avenida Paulista: 15 de março de 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

FLYVBJERG, Bent. *Making social science matter: why social inquiry failed and how it can succeed again*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2001.

GENSCHEL, Philipp; SCHWARZ, Peter. Tax competition and fiscal democracy. In: STREECK, W.; SCHÄFER, A. *Politics in the age of austerity*. Cambridge (UK): Polity, 2013.

GOLDSCHIED, R. A Sociological approach to problems of public finance. In: MUSGRAVE, Richard A.; PEACOCK, Alan T. (Eds.). *Classics in the theory of public finance*. London: MacMillan, 1958.

GROWN, Caren; VALODIA, Imraan (Eds.). *Taxation and gender equity: a comparative analysis of direct and indirect taxes in developing and developed countries*. London: Routledge, 2010.

HAFFERT, Lukas. Fiscal policy in comparative political economy. Página Pessoal de Lukas Haffert. 13 Mar. 2018. Disponível em: <http://www.mwpweb.eu/LukasHaffert/research_current_projects.html>. Acesso em: 25 Jun. 2018.

HAFFERT, Lukas; MEHRTENS, Philip. From austerity to expansion? Consolidation, budgets surpluses, and the decline of fiscal capacity. *MPIFG Discussion Paper*, 13/16. Köln (DE): Dezembro, 2013.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. *The cost of rights: why liberty depends on taxes*. London: Norton, 1999.

INFANTI, Anthony C.; CRAWFORD, Bridget J. *Critical taxation theory: an introduction*. New York: Cambridge University Press, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB Recua 3,6% e fecha ano em 6,3 trilhões. Rio de Janeiro: IBGE, 07 MAR. 2017. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3384&busca=1&t=pib-recua-3-6-2016-fecha-ano-r-trilhoes>>. Acesso em: 6 Abr. 2017.

LJUNGMAN, Gösta. Expenditure ceilings: a survey. *IMF Working Paper*, 08/282, Dez. 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1316750>. Acesso em: 8 Ago. 2017.

MARTELLO, Alexandro. *Brasil fecha 1,32 milhão de empregos formais em 2016*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-fecha-132-milhao-de-vagas-formais-em-2016.ghtml>>. Acesso em: 6 Abr. 2017.

MARTIN, Isaac Willian; PRASAD, Monica. Taxes and fiscal sociology. *Annual Review of Sociology*, n. 40, p. 331-45, 2014.

MARTIN, Isaac; MEHROTRA, Ajay; PRASAD, Monica; The thunder of history: the origins and development of the new fiscal sociology. In: MARTIN, Isaac; MEHROTRA, Ajay; PRASAD, Monica (Eds.). *The new fiscal sociology: taxation in comparative and historical perspective*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.

MCLURE, Michael. Fiscal sociology. *Discussion Paper: Economics Program, School of Economics and Commerce*, n. 3, University of Western Australia, 2003. Disponível em: <https://ecompapers.biz.uwa.edu.au/paper/PDF%20of%20Discussion%20Papers/2003/03_16_McLure.pdf>. Acesso em: 29 Out. 2017.

MELLO e SILVA, Leonardo. Touraine, Burawoy, Gramsci: do social ao político. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, Maio/Ago. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1996.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OFFE, Claus. Participatory inequality in the austerity State: a supply-side approach. In: SCHÄFER, A.; STREECK, W. (Eds.). *Politics in the age of austerity*. Cambridge (UK): Polity, 2013.

PERLATTO, Fernando. *Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicas*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

PERLATTO, Fernando; MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, v. 87, 2012.

PIERSON, Paul. From expansion to austerity: the new politics of taxing and spending. In: LEVIN, Martin A.; LANDY, Marc K.; SHAPIRO, Martin M. (Eds.). *Seeking the center: politics and policymaking in the new century*, p. 54-80. Washington (DC): Georgetown University Press, 2001.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. How progressive is the U.S. federal tax system? A historical and International perspective. *Journal of Economic Perspectives*, v. 21, p. 3-24, 2007.

ROBERTS, Michael L. *et alii*. Understanding attitudes toward progressive taxation. *Public Opinion Quarterly*, v. 58, n. 2, p. 165-190, summer 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. The crisis of the tax state. In: SWEDBERG, Richard (Org.). *Joseph A. Schumpeter: the economics and sociology of capitalism*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1991.

SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana; MALINA, Pedro. A polarização política brasileira analisada através do monitoramento de rede focado nos perfis do MBL e da CUT no Twitter. *Anais do XL Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2016.

SOLANO, Ester; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. 2016: o ano da polarização? *Análise*, n. 22, 2017.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end*. New York: Verso, 2016.

———. The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, n. 71, 2011.

STREECK, W; SCHÄFER, A. *Politics in the age of austerity*. Cambridge (UK): Polity, 2013.

TAVARES, F. M. M. De junho ao austericídio: um olhar sociofiscal sobre os conflitos políticos no Brasil contemporâneo. In: *A crise política e o futuro da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 15 Jun. 2018.

TAVARES, F. M. M; RORIZ, J. H; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, v. 22, n. 1, Campinas, Abr. 2016.

TILLY, Charles. *States, tax and proletarians*. Ann Arbor (MI): University of Michigan, 1980.

WACQUANT, L. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. London: Duke University Press, 2009.



Tradução

Teoria dos sistemas de exclusão: sobre o conflito entre o Estado de bem-estar social e a globalização dos sistemas funcionais*

Recebido: 02.07.18
Aprovado: 15.04.19

Rudolf Stichweh**

Resumo: Este artigo esboça, primeiramente, a distinção, sociologicamente orientada, entre inclusão e exclusão (exclusão da sociedade, e comunicação baseada em todos os acontecimentos). O artigo apresenta a diferenciação funcional da sociedade mundial como forma primária de diferenciação. Quando a sociedade é assim descrita, quais seriam então as causas principais para a ocorrência das exclusões? Duas dessas causas serão aqui discutidas: (1) O Estado de bem-estar social foi o instrumento central de promoção de inclusão e de acolhimento dos excluído, isso, porém, quando seu alcance permaneceu regionalizado e os demais sistemas funcionais asentam-se em contextos mundiais – sobre os quais o Estado de bem-estar não consegue intervir de maneira eficiente. A ocorrência de exclusões, hoje, com a globalização, torna-se muito mais provável. (2) As exclusões tornam-se mais frequentes quando dois ou mais sistemas funcionais entrelaçam suas operações pontualmente. Deste modo, as exclusões não mais permanecem localizadas e delimitadas funcionalmente à margem dos indivíduos, mas ficam relacionadas a um padrão sistemático através de diferentes sistemas funcionais.

Palavras chave: Inclusão. Exclusão. Estado de bem-estar social. Sistema funcional. Sociedade mundial.

Theory of exclusion systems: about the conflict between social welfare State and the globalization of functional systems

Abstract: The present essay first outlines the sociological guiding distinction between inclusion and exclusion (exclusion within society, communication based on all events). It presents the functional differentiation of world society as the primary form of differentiation. But if society is so described, what are the main causes of the occurrence of exclusion? Two of these causes are discussed in this text. First, the welfare state was the central instrument for promoting inclusion and absorption of exclusions. But if the welfare state's reach remains regional and the other functional systems rest on global contexts that the welfare state can no longer successfully intervene in, exclusions become more likely again. Second, exclusions increase when two or more functional systems intermesh in their operations. Then, exclusions are no longer localized and at the same time functionally limited edge positions of the individuals, but are linked to systematic patterns across several functional systems.

Keywords: Inclusion. Exclusion. Welfare State. Functional system. World society.

* Tradução de:
"Systemtheorie
der Exklusion: Zum
Konflikt von Wohl-
fahrtsstaatlichkeit
und
Globalisierung der
Funktionssysteme".
In: STICHWEH,
Rudolf. *Die
Weltgesellschaft
– Soziologische
Analysen*. Frankfurt
am Main: Suhrkamp
Taschenbuch. 2000.
Traduzido por:
Alisson Soares,
membro do
Observatório
Inovação, Cidadania
e Tecnocracia
(Incite) da
Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG), Belo
Horizonte, Minas
Gerais, Brasil.
Revisão da tradução:
Gerda Kilger.

** Rudolf Stichweh
é diretor do Forum
Internationale
Wissenschaft
e Dohrendorf
Professorship
de teoria da
sociedade moderna,
Universidade de
Bonn, Alemanha.

Exclusão e inclusão

1. Os termos *Leitdifferenzierung* ou *Leitdifferenz* já foram traduzidos em português como “diferenciação” ou “diferença-guia” bem como “diferenciação fundamental”; no espanhol como “*diferencias directrices*”, “*diferencia principal*”; e no inglês como “*guiding difference*” (n. do t.).

Na teoria dos sistemas, a questão da participação de indivíduos, bem como de grupos populacionais na sociedade é tratada pela diferenciação¹ entre inclusão e exclusão. Isto se associa, por um lado, ao catálogo de direitos sociais desenvolvido por Thomas H. Marshall em sua teoria do Estado de bem-estar social, da qual Talcott Parsons desenvolveu uma teoria da inclusão, no sentido de uma participação cada vez maior dos indivíduos no grande complexo funcional da sociedade moderna (sistema de ensino, economia, política) (Marshall, 1964 apud Parsons, 1978); por outro lado, também reflete a teoria dos papéis sociais de Siegfried Nadel (1957). Nadel é quem, pela primeira vez, sugeriu que a diferenciação de papéis sociais em sociedades mais simples (curandeiro, sacerdote etc.) é acompanhada por uma diferenciação correspondente na escala do público. Em relação à escala do público, justamente, há a possibilidade tanto de participação como de exclusão dos atores sociais.

Niklas Luhmann formulou sua teoria sistêmica da inclusão e da exclusão sociais com base em desenvolvimentos anteriores (Luhmann, 1977: 234-242; 1981: cap. 5; 1995; Luhmann & Schorr, 1979: 29-34; Stichweh, 1988; 1997), almejando, em aspectos relevantes, tomar o lugar de sucessor da teoria sociológica da desigualdade e da teoria sociológica da pobreza. Na teoria dos sistemas, a teoria da inclusão/exclusão ocupa um espaço da mesma relevância daquele ocupado pela teoria das formas de capital desenvolvida por Pierre Bourdieu (1983). Inclusão significa as circunstâncias pelas quais um indivíduo, ou uma população de um sistema social, é levado em consideração, é designado ou se torna objeto de interesse (Fuchs, 1997). Exclusão significa a circunstância oposta, quando essa indicação não ocorre. Exclusão pode ter tanto a forma de um não acontecimento (não aconteceu uma comunicação inclusiva), quanto a forma de uma rejeição explícita. Com a mudança das formas de diferenciação na evolução social (de segmentar para estratificada e desta para funcionalmente diferenciada), alteram-se também as formas de exclusão social, pois o conceito de exclusão relaciona-se inicialmente à forma de construção do sistema, que aceita o primado da diferenciação na sociedade, e isto, na modernidade, diz respeito aos subsistemas funcionalmente diferenciados da sociedade – como a economia, a política, a religião etc. Exclusão significa portanto o não levar em consideração o processo comunicativo em um ou vários destes sistemas, e os efeitos cumulativos deste não ser considerado.

O entendimento de inclusão e exclusão na teoria dos sistemas evidencia uma relação bastante próxima com a teoria social de Michel Foucault, que igualmente concebe uma teoria da inclusão e exclusão de pessoas alicerçada em estudos históri-

cos. Um ponto específico que aproxima a teoria dos sistemas a Foucault é a tese de que na sociedade moderna – desde a grande ruptura ocorrida no século XVII (*Epochenbruch*) –, a exclusão é frequentemente travestida de inclusão (Luhmann, 1995: 242). Este é o motivo pelo qual Foucault atribui grande significado à teoria da prisão (Foucault, 1976). A prisão é um lugar de exclusão da sociedade, ela aparta grande parte dos contatos sociais normais e, ao mesmo tempo, é entendida como instrumento de ressocialização – o que pode ser documentado em diversos direitos – que permite ao prisioneiro o estabelecimento (*Knüpfen*) e a manutenção de redes sociais (Ziemann, 1998). Foucault fala de “*exclusion sur place*” com relação à forma moderna de exclusão (Foucault, 1976: 590), pela qual quer dizer que não há mais barreira física da sociedade que poderia ser atravessada no momento da exclusão, mas que, ao contrário, a exclusão deve ocorrer no seio mesmo da sociedade². Isto vale cada vez mais em uma sociedade mundial na qual não há mais um lado de fora geográfico no planeta. “*Exclusion sur place*” pode significar ainda – e este é o significado primário pensado por Foucault – que a exclusão ocorre demonstrativamente, aos olhos de todos, a fim de ter o efeito de exibição (*Darstellungseffekts*). Na modernidade, ao contrário, há a tendência dominante de deixar os excluídos invisibilizados o máximo possível e, por isso mesmo, de eleger opções específicas para a exclusão, como a discriminação espacial (e às vezes também temporal), mesmo quando tem de ocorrer no seio mesmo da sociedade de forma inelutável³.

O próximo componente de um entendimento da teoria dos sistemas acerca de exclusão em uma sociedade baseada na comunicação trata da centralidade da comunicação. Exclusão não significa, primariamente, a privação de recursos materiais, mas sim ser deixado de fora (*herausfallen*) de processos comunicativos da sociedade pelos quais o acesso a recursos materiais também transcorre. Essa mudança de forma da exclusão⁴ tem o correlato subjetivo de experienciar-se a sociedade como processo corrente de autorreprodução através de atos comunicativos e de se observar a si mesmo como alguém que em aspectos relevantes não participa mais disso (como, por exemplo, alguém que não vê a possibilidade de recuperar sua capacidade financeira, ou pessoas que desistiram de procurar trabalho ou ainda indivíduos que não são mais capazes de imaginar novos relacionamentos pessoais).

A diferenciação funcional

A diferenciação funcional no sentido de uma diferenciação de grandes sistemas como a política, a economia, a ciência, o direito, o ensino etc. é a caracterização mais importante da sociedade moderna. É decisivo na análise da exclusão o

2. Desta forma, um desejo radical por exclusão tem como única possibilidade de se realizar o assassinato. Talvez esta impossibilidade de expulsão física seja um dos motivos pelo qual o genocídio na modernidade se torna um evento cada vez mais provável. Ver Gamson (1995).

3. Ver em Murray (1999) o interessante conceito de *custodial democracy*.

4. “No passado, pobreza significava casa com goteiras, esgoto a céu aberto, má nutrição e locais de trabalho insalubres e arriscados; as doenças dos pobres incluíam tuberculose, cólera e escarlatina. Hoje, a pobreza significa não ser capaz de entreter os amigos, não comprar roupas novas para as crianças, não poder comer fora ou não gozar férias. [...] Ser pobre, hoje, significa sentir-se impotente e excluído da sociedade” (Epstein, 1998: 28). No original: “*In the past poverty meant leaky roofs, exposed sewage, poor nutrition, and risky workplaces, and the diseases of poverty included tuberculosis, cholera, and scarlet fever. Today poverty means not being able to entertain friends, buy children new clothes, eat out, or have*

holidays. [...] being poor today means feeling powerless and excluded from society”.

5. O termo “*Leistung*” pode ser traduzido como desempenho (de um país, um candidato), rendimento (de uma máquina), execução/resultado/trabalho ou pode ser ainda “prestação de serviço público” (*öffentliche Leistungen*) ou benefício social (*staatliche Leistungen*) no caso do Estado (n. do t.).

desenvolvimento de uma compreensão mais precisa tanto empírica como teoricamente, e que leve em consideração o contexto da diferenciação funcional. A consequência direta da execução da diferenciação funcional é que a exclusão não deve mais ser percebida como simples exclusão da sociedade (*Kompaktausschluß*). Isto se tornará mais compreensível quando desenvolvermos o conceito complementar de inclusão.

Na sociedade moderna, a conduta dos indivíduos não está mais enclausurada em um sistema social hermético, como ocorreu na sociedade estratificada da antiga Europa. Os sistemas funcionais percebem, contudo, os indivíduos em comunicações específicas (*einzelnen*). Esses indivíduos são designados ou abordados em comunicações específicas do sistema funcional individual, de tal forma que o próximo ato comunicativo tenha a possibilidade de incluir um indivíduo mais, enquanto, na outra ponta, o indivíduo tenha a liberdade plena de recorrer, da próxima vez, a outro sistema funcional. Além do ato comunicativo específico, a inclusão estruturalmente assegurada na forma de complexos de expectativas pode ser denominada como papéis significativos (*sinvoll Rollen*). Luhmann (1981), apoiando-se na argumentação de Siegfried Nadel, diferencia aqui os papéis de desempenho (*Leistung*)⁵ e os papéis de público (Stichweh, 1988).

Os papéis de desempenho são papéis estratégicos que elaboram o que será percebido como desempenho que define o sistema também no contato externo do próprio sistema: políticos que preparam e tomam decisões; cientistas que apuram uma verdade presumida; sacerdotes (*Geistliche*) que interpretam a imanência de cada conduta de vida sob o ponto de vista de sua relevância transcendental etc. Caso fosse a inclusão possível apenas na esfera do desempenho de papéis, então seria acessível a cada indivíduo uma parcela muito pequena de inclusão: o indivíduo seria dotado de identidade monoinclusiva, como conhecemos os exemplos de personagens marcados por seu trabalho (e.g. o caixeiro viajante). Neste sentido é importante a ideia de papel do público. Os papéis do público asseguram a possibilidade de inclusão ou participação em todos os sistemas funcionais nos quais não se ocupa um papel de desempenho. Quando se decide por não ocupar um cargo de sacerdote, tem-se a possibilidade de participar como fiel e membro da comunidade religiosa; quando não se tem tempo de ajudar ativamente nas definições programáticas de um partido político, está-se então incluindo como simples eleitor, atento aos que prometem e tomam decisões, e como receptor de benefícios do Estado de bem-estar em diversos aspectos do sistema político. Afora isso, há historicamente utopias em todos os sistemas funcionais que tentam negar a diferença entre papéis de desempenho e de público, e assim, por exemplo, fala-se de um “sacerdócio universal” ou de um “sacerdócio de todos os crentes” (*all-*

gemeinen Priestertum), ou ainda de democracia direta. Mas o importante é que a diferença entre papéis de desempenho e de público torna possível a inclusão completa de todos os membros da sociedade em todos sistemas funcionais, mesmo quando isto não é mais provável⁶. Mas, quando a inclusão em vários sistemas funcionais se torna uma realidade para quase todos os indivíduos, então a individualidade não mais será estipulada através de referências concretas a sistemas funcionais individuais; a individualidade torna-se um fenômeno social, ou, como Luhmann (1989) o nomeou, “individualidade de exclusão” (*Exklusionsindividualität*), o que não rechaça que se desenvolvam formas especiais de comunicação no âmbito da sociedade com plena capacidade de tematizar comunicativamente esta forma incomum de individualidade (por exemplo, as relações privadas), e que se demonstre certa dependência em relação a estas formas de comunicação.

Outro ponto relevante a ser destacado diz respeito às diferentes inclusões nos distintos sistemas funcionais não estarem conectadas umas às outras. O fato de alguém dispor, por exemplo, de uma grande capacidade financeira (*Zahlungsfähigkeit*) e que por isso seja um considerável contribuinte, não o agracia com direitos de votos adicionais em uma democracia moderna; não se assegura a proteção através de uma jurisdição estamental para pessoas abastadas (ou com destacada projeção social), e isto não nos livra da obrigação de estudar na escola e na universidade, enquanto, nos primórdios da modernidade, podia-se comprar um título de doutor. Nos códigos binários de todos os sistemas funcionais, foram construídos mecanismos de bloqueio que asseguram que as diferenças são decorrentes tão só em razão da função exercida por cada um. Nas relações privadas modernas e individualizadas, construídas com base no amor ao próximo, uma elevação da renda, por exemplo, intensifica o receio e a desconfiança em relação à autenticidade e à lisura da afeição demonstrada pelo outro. É precisamente a independência das inclusões entre si que torna mais fácil para as pessoas, em certos aspectos, renunciar à autoinclusão. Os migrantes, quando minimamente integrados na sociedade em que se encontram, recorrem costumeiramente aos direitos de participação política que lhes são facultados. E é precisamente a individualidade levada ao extremo que, às vezes, leva à renúncia à família e aos relacionamentos reservados, por não mais se acreditar em uma capacidade comunicativa adequada para considerar os possíveis arranjos institucionais decorrentes de um tal arranjo. Nesse ponto, a exclusão entra em jogo, e isso de maneira interessante: o vínculo distendido das inclusões (*loose coupling*)⁷, a rejeição decorrente de uma vida individualista fazem com que a exclusão desponte como relativamente problemática.

Justamente, se o princípio do vínculo distendido também valer para exclusões, isto quer dizer que diversas exclusões são relativamente pouco arriscadas. Pode-se

6. Sobre a inclusão total, ver Stichweh (1988).

7. O termo *loose coupling* foi criado na computação e difundido na sociologia da burocracia por Karl E. Weick, em oposição ao modelo tradicional de burocracia centralizada, com seu rígido controle hierárquico, planejamento e controle de metas, que encontraria pouco respaldo empírico. Ao usar o exemplo de escolas, Weick argumenta que organizações se assemelhariam mais a vínculos distendidos, onde os seus elementos são independentes uns dos outros, e isso traria diversas vantagens, como, por exemplo, tornar possível e mais rápida adaptação local de um dos elementos, sem que outros elementos precisem tomar conhecimento ou tenham que agir coordenadamente (n. do t.).

com isso colocar de modo preciso a tarefa de uma sociologia da exclusão: trata-se da identificação dos pontos de partida, dos percursos e dos pontos de transição, nos quais a exclusão se torna repentinamente problemática e um vínculo relativamente próximo de redes de exclusões ocorridas de modo sequencial ou fortuito.

Estado de bem-estar social, Estado nacional e sistemas funcionais globalizados

O Estado de bem-estar social, o Estado nacional e a globalização dos sistemas funcionais são, provavelmente, os três parâmetros decisivos e as dimensões do desenvolvimento da sociedade que determinam como provavelmente será a exclusão e quais opções de percepção do fenômeno estarão disponíveis para o tratamento dessa matéria. É importante esclarecer esta tese.

Ao utilizarmos o conceito de “assistencialismo” (*Wohlfahrtsaatlichkeit*) de forma sistemática, estamos nos referindo às políticas inauguradas pelos Estados europeus ainda no início da Idade Moderna. A fórmula do bem comum, que a teoria política dos séculos XVI e XVII já havia celebrado, e as políticas de segurança pública, já atuantes nas primeiras organizações policiais urbanas do final do século XV, cobriam os diferentes territórios com grau cada vez maior de regulamentação administrativa⁸. Isto torna claro que o Estado do início da modernidade é um Estado intervencionista, que fica crescentemente responsável por cada vez mais áreas da vida – como, por exemplo, a regulamentação do vestuário e do tratamento da água –, e é também um Estado prestador de serviços (*Leistungsstaat*), que tem um tratamento de mão dupla em relação aos súditos de então, não sendo considerados apenas como sujeitos compelidos à obediência; esses são crescentemente considerados pessoas que podem esperar por prestações de serviços essenciais por parte do Estado. O Estado de bem-estar e o Estado securitário (*Versicherungstaat*) dos séculos XIX e XX são somente uma continuação e uma extensão deste padrão anteriormente estabelecido. Porém, sempre se refere em relação às prestações de políticas públicas e pelo fato de, a longo prazo, cada um – cada família e cada indivíduo – achar-se no direito de exigir esta prestação por parte do Estado.

Essas premissas foram consolidadas no âmbito do Estado nacional, que, desde o final do século XVIII, partiu novamente da Europa como forma-padrão das políticas públicas. A nação é, primeiramente, um conceito de inclusão (Stichweh, 1994). Este conceito identifica uma comunidade de iguais, iguais quando menos por princípio: são membros da nação e como tal é justificável anunciar exigências quanto ao provimento do Estado de bem-estar para todos, indistintamente.

8. Ver como panorama, Stolleis, (1988); Stichweh (1991, caps. VIII-X).

Naturalmente, são também impostas obrigações pelo Estado para os nacionais. Ser membro de uma nação pode ser ainda entendido num sentido de interesse comum étnico-cultural, mas também pode restringir-se à abstração que constitui em alternativas binárias, como, por exemplo, o sujeito é integrante da nação francesa (ou de outra qualquer) ou esta condição de integrante não foi – até o momento – alcançada.

Em paralelo a este desenvolvimento, transcorre a mudança radical rumo à diferenciação funcional. Enquanto o Estado de bem-estar de tempos anteriores integrava estamentos (*Stände*) e os supria com serviços diferenciais, o Estado de bem-estar moderno reage às circunstâncias da diferenciação funcional. Por um lado, o Estado de bem-estar nacional é ele mesmo um caso de sistema em diferenciação funcional; por outro, define-se em sua autoavaliação como complementar ao processo de diferenciação dos demais sistemas funcionais. Esta complementariedade pode ser bem descrita através do conceito de sistema intermediador da inclusão (*inklusionsvermittelnden System*) (Bommes & Halfmann, 1993). Sempre onde não ocorre, por dinâmicas próprias, a inclusão de grande parte da população em outros sistemas funcionais e esta exclusão se estabiliza ou ameaça ampliar-se, seria natural a intervenção do Estado de bem-estar social. Ele financia, por exemplo, desde o século XVIII, a construção de um sistema de educação pública – predominantemente sob o conceito de ensino público ou ensino nacional (*Nationalerziehung*)⁹, com grande sucesso na Europa, para todos aqueles que não podiam prover-se de ensino particular em estabelecimentos e escolas particulares. Quando, no século XX, com as exigências crescentes de formação escolar básica, há a ameaça de fracasso nos quesitos de desempenho no sistema de ensino de crianças socialmente desfavorecidas, o Estado de bem-estar financiou medidas compensatórias de formação. Outro exemplo de intervenção do Estado de bem-estar mediando a inclusão foi a prática do transporte escolar (*busing*)¹⁰ nos Estados Unidos das décadas de 1960 e 1970, quando se buscou combater a segregação étnica baseada na estratificação que ocorria no sistema de ensino (que teve efeitos de exclusão nos bairros menos favorecidos). Todas estas intervenções em outros sistemas funcionais não ferem a autonomia destes, já que, por exemplo, no caso do sistema de ensino, o núcleo pedagógico – a didática das aulas e a avaliação do desempenho – não é afetado.

Por detrás das exigências e do desempenho do Estado nacional de bem-estar que intermedeia a inclusão repousa uma premissa que hoje se tornou questionável: para que uma intervenção seja possível, deve-se pressupor que o Estado de bem-estar esteja apto a observar os efeitos da operação (*Operierens*) dos sistemas funcionais e que possa ainda medir de alguma forma e de maneira con-

9. O termo “ensino nacional” (*Nationalerziehung*) ou “pedagogia nacional” refere-se à socialização de valores, crenças tradições nacionais, seja através do Estado, seja através da família ou dos meios de comunicação de massa (n. do t.).

10. Além do provimento de ônibus para crianças em idade escolar, o *busing* para outros bairros promoveu uma forma de integração racial (ver: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/busing>>) (n. do t.).

fiável as consequências de sua própria intervenção. Isto pressupõe desempenho operacionalmente eficaz em diferentes sistemas funcionais ao longo das fronteiras do Estado nacional, bem como pela condição de pertencimento do sujeito a este mesmo Estado nacional. Deve-se conceber ainda uma diferenciação interna segmentar dos sistemas funcionais que realize o sistema econômico nacional, o sistema científico nacional, o sistema jurídico nacional etc. (Hahn, 1993). Em uma forma típico-ideal encontra-se o argumento da teoria da sociedade de Talcott Parsons, que, como é sabido, concebia ambos os subsistemas da sociedade orientados internamente (sistema social) como *política* e *comunidade social*, isto é, como comunidade de solidariedade de base nacional (Parsons, 1977; 1978). No caso da teoria parsoniana, isto obriga para todos os demais sistemas funcionais – que devem ser acomodados nas caixas e subcaixas restantes –, a conceber o mesmo alcance de orientação ou a mesma fronteira para a política e para a comunidade nacional. A origem durkheimiana do argumento é evidente, e é digno de nota observar como é extremamente extenso e fervoroso o debate francês acerca da exclusão – e que não foi tocado pela discussão sociológica –, que repousa em um inquestionável e manejado paradigma durkheimiano: a exclusão é pensada como crise da sociedade francesa, como ruptura da solidariedade nacional que pode ser prontamente restaurada (Silver, 1995; Merrien, 1996). Isto pode ser correto no que diz respeito às possibilidades de intervenção, pois, como veremos adiante, a exclusão sempre ataca localmente, mas não possibilita provavelmente nenhum esclarecimento acerca das exclusões na sociedade mundial contemporânea.

11. Este argumento, como será oportunamente destacado, é paralelo ao argumento que Wallerstein postulou sobre o surgimento da sociedade mundial. Este é fundado em uma não identidade da fronteira nascente entre economia e política que surgiu e se solidificou nos séculos XV e XVI (Wallerstein 1974). Com isso fica mais uma vez claro que o desempenho na integração do Estado de bem-estar nacional foi somente um curto interlúdio (*intermezzo*) na história da sociedade mundial.

Para encontrar uma explicação plausível sobre essa temática, é necessário adotar um argumento como o dos limites orientadores cada vez mais divergentes nos diferentes sistemas funcionais, quando comparados com os vínculos territorial e de adesão ao Estado de bem-estar nacional¹¹. Para esclarecer, gostaria de utilizar o exemplo já utilizado anteriormente da intervenção na educação nas escolas e nas universidades. Quando a desigualdade na educação universitária toma a forma de uma internacionalização da carreira dos estudos (*Studienwege*), quando, por exemplo, um jovem das classes privilegiadas quer evitar as universidades de seu país por uma suposta vantagem das universidades estrangeiras, não há, contra esta escolha (tão logo se trate de vantagens reais), senão estratégias de ação muito limitadas para o Estado de bem-estar social.

Pode-se estudar o mesmo fenômeno em relação ao exemplo da responsabilidade social da propriedade. Esta foi uma diligência de imposição, constitucionalmente fixada, de homogeneização das fronteiras do Estado social e de um propósito

de orientação sobre a conduta empresarial. No entanto, suprimiram-se todos os pressupostos estipulados quando da disseminação das empresas multinacionais (portanto, da forma organizacional que se tornaria dominante na economia mundial). Construiu-se assim uma nova autoimagem, como foi precisamente apresentada pelo presidente de uma multinacional alemã, há algum tempo:

A responsabilidade social do capital existe hoje, no entanto, devido ao mercado global no nível geral da empresa (*Gesamtkonzernebene*) não mais baseada no Estado nacional (Roben Koehler, SGL Cubon).

O Estado de bem-estar social pode, como ilustra este exemplo, não se basear mais na capacidade de coordenação de suas fronteiras com outros sistemas funcionais. O que chama atenção, sob estas circunstâncias, é que seus próprios recursos – que não mais são completados através de recursos das instâncias por ele coordenadas – satisfaz menos ainda do que antes a compensação das exclusões que outros contextos funcionais não podem ou querem compensar.

Nossa tese, portanto, é que a relação entre globalização e exclusão deve ser entendida essencialmente como causa do enfraquecimento da função intermediadora de inclusão do Estado de bem-estar social. Os sistemas funcionais globalmente operacionais geram aleatoriamente – talvez em razão de, nessa fase de seu processo de crescimento, não estar ainda em pauta um sistema de sociedade mundial – múltiplas exclusões. Por isso, já falta ao Estado, considerando sua histórica ambição intervencionista, a capacidade de observação e análise da situação, a possibilidade de controle causal e, acima de tudo, faltam os recursos para a intervenção. E sob tais circunstâncias, cabe aos indivíduos e às comunidades a mediação sobre os diferentes sistemas funcionais que levam à exclusão.

As causas de exclusão, no sentido aqui descrito, são evidentemente causas globais. Estamos falando sobre a dinâmica própria dos sistemas funcionais que se afirmam globalmente, e da capacidade cada vez mais insuficiente de observação, segurança de acesso e recursos disponíveis (*Ressourcenausstattung*) das instâncias locais de mediação do Estado de bem-estar. Chega-se ao mesmo diagnóstico quando se observa outras instâncias intermediadoras de inclusão. Em algumas análises da teoria dos sistemas, o serviço social (*Sozialarbeit*) e a assistência social (*Soziale Hilfe*) são tratados como se houvesse outro sistema, com função *sui generis*, por meio do qual o Estado de bem-estar realizaria seu próprio diagnóstico, apresentaria sua própria capacidade de intervenção, instância essa com uma função suplementar de intermediação de inclusão (Baecker, 1994; Fuchs, Buhrow

& Krüger, 1994; Fuchs & Schneider, 1995; Fuchs, 1997a). Este diagnóstico possivelmente não está correto, pois não leva em conta o fato de que justamente não ocorreu, no serviço social, uma autonomia ou uma evolução disciplinar no tratamento dos problemas e temas de seu domínio, tal como ficou caracterizado em outras profissões, como o direito, a religião e o ensino, na medida, precisamente, que a assistência social, como de costume, trabalha subordinada aos problemas de outras perspectivas funcionais (Stichweh, 2000). Porém, independentemente de como decidir esta questão, soa plausível que o serviço social tenha em comum a delimitação de aspectos característicos de recursos e de ações das instâncias intermediadoras de inclusão do Estado de bem-estar.

Não obstante suas causas só poderem hoje ser descritas como globais, a exclusão é sempre um fenômeno local ou regional, e isto ocorre a partir de duas perspectivas diferentes: primeiramente, não se pode falar de uma rede global de exclusão de regiões (*Exklusionsbereiche*). Nesse sentido, também não seria adequado tratar inclusão/exclusão como diferenciação da sociedade mundial¹². Exclusão é exatamente uma circunstância negativa, um não acontecimento, uma não ocorrência, um deixar de fora (*Ausschluß*). Assim, não se pode atribuir às exclusões a mesma força construtora de sistemas, como aquela atribuída às sínteses de problema (*Problemsynthesen*) dos sistemas funcionais. Certamente, deve-se partir do fato de as estruturas sociais de exclusão sempre terem se formado localmente e de modo peculiar, e esta seria uma tarefa central da pesquisa empírica acerca da exclusão: a de conhecer mais de perto estas estruturas locais de exclusão. Mas trata-se simplesmente de estruturas locais, que não se repetem em outros locais, de tal modo que se pode estudá-las como tipicidades, mas não como padrões que seriam característicos para a globalização.

12. Para uma opinião contrária, ver Luhmann (1995).

O segundo aspecto diz respeito aos fatores globais de exclusão, que sempre ocorrem em decorrência de uma constelação de fatores locais ou regionais. Um conceito-chave da teoria dos sistemas é conhecido como *acoplamento estrutural*. Os sistemas funcionais são autônomos e globais, porém, em sua evolução, é possível observar contiguidades não acidentais com relação a outros sistemas funcionais, e isto, novamente, varia em escalas local e regional. Para estas contiguidades não acidentais (*nichtzufälligen Kontiguitäten*) queremos utilizar esse conceito de acoplamento estrutural (Luhmann, 1993, cap. x). Será a partir destas configurações específicas (*Sonderkonstellationen*) que se poderá, provavelmente, construir um mapa descritivo da exclusão no mundo moderno. Para tanto, em minha opinião, deve-se introduzir um teorema adicional que diferencie aspectos estruturais e relevantes de carreiras de exclusão (*Exklusionskarrieren*), bem como permita distinguir as regiões da sociedade mundial.

Os três momentos estruturais de carreiras de exclusão que considero de grande relevância são: (i) *ponto de partida*, (ii) *mecanismos de aceleração* e (iii) mecanismos de acolhimento (*Auffangmechanismen*) de exclusões.

i. Como ponto de partida de carreiras de exclusão, prioritariamente, está em questão os sistemas funcionais específicos. Por exemplo, a economia e a família/relações privadas, mas também educação/ensino escolar – e, em todos os casos, deve-se diferenciar variação histórica e inter-regional.

ii. Outros sistemas funcionais se destacariam por disporem de mecanismos de captação ou de contenção (*Stopmechanismen*) para carreiras de exclusão. Poder-se-ia pensar aqui na política (como Estado de bem-estar), no direito e na religião. Também o sistema de saúde é um candidato (por exemplo, no sentido parsoniano da legitimação da segregação (*Ausscheidens*) temporária das obrigações dos papéis sociais).

iii. A terceira categoria seria a dos mecanismos de aceleração, que chamam a atenção por serem categorias de diferenciação social que são transversais à diferenciação funcional: espaço, diferenças étnicas e estratificação. Esses fatores podem intervir de uma forma tal que tornam mais provável uma carreira de exclusão já iniciada (devido ao empobrecimento infraestrutural de localidades urbanas e rurais, devido ao efeito adicional de preconceito sobre grupos étnicos etc.). Em casos particulares, porém, podem ainda atuar como oportunidade de acolhimento e possibilidade de ressocialização. O jornal *Le Monde* publicou, em 1999, artigo acerca da tendência crescente e inegável por parte dos excluídos na França, de partirem para as regiões montanhosas mais afastadas dos grandes centros (Besset, 1999). Esse fenômeno dos retirantes (*Ausscheiden*) da civilização não proporciona muitas possibilidades de reviravolta, os mecanismos de ressocialização – situação que, geralmente, significa estar inteiramente disposto a continuar a vida por conta própria – existem, mas apresentam-se a cada dia que passa de forma mais distante. Obviamente, em cada caso particular não se sabe de antemão qual das duas alternativas – regresso ao convívio social, afastamento – prevalecerá.

Caso se parta da suposição de que estes três aspectos de possíveis caminhos de exclusão sejam peculiares nas diferentes regiões do mundo, e que esta escolha se relacione com acoplamentos estruturais que oscilam regionalmente, torna-se

visível a perspectiva para o entendimento sistemático das variações possíveis nos padrões de exclusão.

Um exemplo de acoplamento estrutural importante de dois sistemas funcionais: o vínculo estreito entre política e direito, do qual, pode-se dizer que, ao se observar uma justiça politizada que não se fundamenta em procedimentos de decisão independentes, é de se supor que as motivações políticas de exclusão – sejam elas de natureza ideológica ou étnica – podem resultar em graves processos de exclusões relativamente diretas, sem possibilidade de apelação para uma justiça de certa forma efetiva e que portanto opera como importante mecanismo de correção ou cessação das exclusões. O problema será novamente intensificado nas comunidades onde a própria política não administre realmente seus próprios interesses de exclusão, e sim opere como mecanismo de implementação (*Durchlaufmechanismus*) de interesses econômicos e, em seu acoplamento estrutural com o direito, seja capaz precisamente de resguardar e consolidar estes interesses econômicos perante a lei.

Existem indicações de que esta constelação de três fatores (*dreistellige*) relacionados à economia, ao direito e à política descreve bem as situações latino-americanas, como aquela bem conhecida no Brasil, por exemplo¹³. Por outro lado, chama atenção, no caso latino-americano, e uma vez mais em especial no Brasil, o significado específico da religião como mecanismo de contenção das exclusões. E, neste caso, o Brasil como país de tradições católicas históricas, vem sofrendo profundas transformações com a entrada da concorrência agressiva de missionários pentecostais. Estes casos concretos de mecanismos de contenção têm a ver não com o acoplamento estrutural de dois sistemas funcionais, e sim com uma intensificação concorrencial – recrutamento em prontidão para inclusão – em um sistema funcional, o que intensifica localmente o significado da religião para a sociedade¹⁴.

Observa-se ainda que há regiões do mundo nas quais a diferenciação funcional só ocorreu de forma elementar. Nestes casos – e aqui se pensa, em especial, na África – soa plausível que a direção causal leva não do acoplamento estrutural aos padrões de exclusão locais, mas ao contrário, ao invés de os sistemas funcionais administrarem o discernimento entre inclusão e exclusão, os sistemas sociais também são responsáveis pelas restrições dominantes sobre a autonomia dos sistemas funcionais. Na medida em que nas regiões africanas grupos sociais perseguem uma estratégia de identidade e manutenção do poder que estabelece a política de inclusão/exclusão de potenciais novos membros do grupo – como,

13. Ver o caso da persistência do escravismo no Brasil em Moffett (1999).

14. Outro tema de estudo interessante sobre o acoplamento estrutural de sistemas funcionais diz respeito à autoimagem/autodescrição de relações familiares/privadas. Ali onde a individualidade foi orientada a determinado desempenho e, ademais, expectativas foram sistemicamente constituídas em relação a seus familiares e relacionamentos privados, o acoplamento estrutural entre economia e família/relações privadas é colocado de forma tal que a exclusão entra inevitavelmente em pauta. Quando as famílias constroem um meio de contatos e de valores completamente autônomo, estes funcionam como mecanismo de proteção ou barreiras contra a exclusão. A referência aqui ao sul da Europa é evidente. Ver, para a Itália, Mingione & Morlicchio (1993).

por exemplo, relações de descendência ou associações étnicas –, eles impõem um limite estreito para a autonomia operativa dos sistemas funcionais (Berry, 1989). Inclusões e exclusões não ocorrem como efeitos colaterais das operações dos sistemas funcionais, pelo contrário, são tomadas como decisões estratégicas de agrupamentos relevantes da sociedade, que definem essa formação de grupos, ao tempo em que definem suas possibilidades de participação nas comunicações dos sistemas funcionais, expandem em casos individuais, assim como limitam essa participação.

A referência última é uma constelação extrema, sua relevância analítica é incontestável, o que a coloca em destaque na sociedade mundial. Em escala global – na minha opinião –, deve-se conduzir a investigação pelo caminho causal (*Kausalpfad*), onde justamente se encontra o centro das preocupações deste texto: isso nos leva à inclusão total estruturalmente almejada e parcialmente realizada nos Estados nacionais, nos séculos XIX e XX, para o posterior enfraquecimento desta forma de construção estrutural e mediação da inclusão como consequência da proliferação de sistemas funcionais globalizados. É provável que ocorram exclusões nos sistemas funcionais individuais, porque para os sistemas funcionais globais um postulado mundial de inclusão total parece, pelo menos momentaneamente, irrealista. Exclusões como efeito de acumulação em sistemas mais funcionais – e essas são as formas drásticas reais de exclusão – que a literatura sobre exclusão coloca em destaque, seriam esperadas como concentrações locais/regionais de exclusão, onde os acoplamentos estruturais locais/regionais de sistemas funcionais lhes proporcionam o caminho. Para uma descrição e explicação satisfatórias dos contextos locais/regionais de exclusões, é necessária a instrumentalização de pontos de partida característicos, de mecanismos de aceleração e, finalmente, de mecanismos de impulso voltados para a exclusão e, ademais, os apreenda em sua variação regional da sociedade global.

Referências

BAECKER, Dirk. Soziale Hilfe als Funktionssystem der Gesellschaft. *Zeitschrift für Soziologie*, v. 23, p. 93-110, 1994.

BERRY, Sara. Social Institutions and Access to Resources. *Africa*, n. 559, p. 41-55, 1939.

BESSET, Jean Paul. Les exclus convergent vers les zones rurales démunies. *Le Monde*, p. 8, 09 Jan. 1999.

BOMMES, Michael; HALLMANN, Jost. Migration und Inklusion. Spannungen zwischen Nationalstaat und Wohlfahrtsstaat. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v. 46, p. 406-424, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapitals. In: KRECKEL, Reinhard (Org.), *Soziale Ungleichheiten*, p. 133-198, Göttingen: Auflage, 1983.

EPSTEIN, Helen. Life & death on the social ladder. *New York Review of Books*, v. 45, n. 12, p. 26- 30, Jul. 1998.

FOUCAULT, Michel. La vérité et les formes juridiques. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits, 1954-1988*. v. 2, 1970-1975. Paris: Gallimard, 1994.

———. *Überwachen und Strafen. Die Geburt des Gefängnisses*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976 [1975].

FUCHS, Peter. Adressabilität als Grundbegriff der soziologischen Systemtheorien. *Soziale Systeme*, v. 3, p. 57-79, 1997a.

———. Weder Herd noch Heimstatt – Weder Fall noch Nichtfall. Doppelte Differenzierung im Mittelalter und in der Moderne. *Soziale Systeme*, v. 3, p. 413-437, 1997b.

FUCHS, Peter; BUHROW, Dietrich; KRÜGER, Michael. Die Widerständigkeit von Behinderten. Zu Problemen der Inklusion/Exklusion von Behinderten in der ehemaligen DDR. in: FUCHS, Peter; GÖBEL, Andreas (Orgs.). *Der Mensch – das Medium der Gesellschaft*, p. 239-263. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1994.

FUCHS, Peter; SCHNEIDER, Dietrich. Das Hauptmann – von-Köpenick-Syndrom. Überlegungen zur Zukunft funktionaler Differenzierung. *Soziale Systeme*, v. 1, p. 203-204, 1995.

GAMSON, William A. Hiroshima, the Holocaust, and the Politics of Exclusion. *American Sociological Review*, v. 60, p. 1-20, 1995.

HAHN, Alois. Identität und Nation in Europas. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 3, p. 193-203, 1993.

LUHMANN, Niklas. Inklusion und Exklusion. In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 6*, p. 237-264. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1995.

———. *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.

———. Individuum, Individualität, Individualismus. in: LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*, p.149-258. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

———. *Politische Theorie im Wohlfahrtsstaat*. München und Wien: Verlag, 1981.

———. *Funktion der religion*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

LUHMANN, N.; SCHORR, K. E. *Reflexionsprobleme in Erziehungssysteme*. Stuttgart: Klett-Cotta Verlag, 1979.

LUHMANN, Niklas. MARSHALL, T. H. *Class, citizenship, and social development*. Garden City (NY): Doubleday, 1964.

MERRIEN, Francois-Xavier. État-providence et lutte contre l'exclusion. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion: l'état des savoirs*, p. 417-417. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

MINGIONE, Enzo; MORLICCHIO, Enrica. New forms of urban poverty in Italy: risk path models in the North and the South. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, p. 413-417, 1993.

MOFFETT, Matt. Slavery continues to haunt humanity at end of millennium. *The Wall Street Journal Europe*, p. 1-12, 14 Jan. 1999.

MURRAY, Charles. And now for the bad news. *The Wall Street Journal Europe*, p. 6, 03 Februar 1999.

NADEL, Siegfried F. *The theory of social structure*. Abingdon (UK): Routledge, 1957.

PARSONS, Talcott. *Action theory and the human condition*. New York: Free Press, 1978.

———. *Social systems and die evolution of action theory*. Abingdon (UK): Routledge, 1971.

SILVER, Hilary. Reconceptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion. In: RODGERS, Gerry et alii (Org.). *Social exclusion: rhetoric, reality. responses*. Genève: OIT, 1995.

STICHWEH, Rudolf. Professionen im System der modernen Gesellschaft. In: MERTEN, Roland (Org.). *Systemtheorie Sozialer Arbeit. Neue Ansätze und veränderte Perspektiven*, p. 29-38. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 2000.

———. Inklusion/Exklusion, funktionale Differenzierung und die Theorie der Weltgesellschaft. *Soziale Systeme*, n. 3, p. 123-136, 1997

———. Nation und Weltgesellschaft. In: ESTEL, Bernd; MAYER, Tilman (Orgs.). *Das Prinzip Nation in modernen Gesellschaften. Länderdiagnosen und theoretische Perspektiven*, p. 83-96. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 1994.

———. Zur Theorie der politischen Inklusions. *Berliner Journal für Soziologie*, n. 8, p. 539- 547, 1993.

———. *Der frühmoderne Staat und die europäische Universität. Zur Interaktion von Politik und Erziehungssystem im Prozeß ihrer Ausdifferenzierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.

———. Inklusion in Funktionssysteme der modernen Gesellschafts. In: MAYNTZ, Renate et alii (Orgs.). *Differenzierung und Verselbständigung. Zur Entwicklung gesellschaftlicher Teilsysteme*, p. 261-293. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

STOLLEIS, Michael. *Geschichte des öffentlichen Rechts in Deutschland*. Bd. 1: "Reichspublizistik und Policywissenschaft 1600-1800". München: Verlag C. H. Beck, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the european world – economy in the Sixteenth Century*. Oakland (CA): University of California Press, 1974.

ZIEMANN, Andreas. Die eingeschlossenen Ausgeschlossenen. Zur Problematik funktionaler Totalinklusion im Rahmen des Strafvollzugsgesetzes. *Soziale Systeme*, v. 4, p. 31-57, 1998.

Referências da tradução

BACHUR, J. P. A diferenciação funcional da religião na teoria social de Niklas Luhman. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 76, Jun. 2011.

LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Coleção "Sociologia". Petrópolis (RJ): Vozes, 2016.

———. *La Sociedad de la sociedad*. Mexico (DF): Universidad Iberoamericana, 2006.

———. *Social systems*. Palo Alto (CA): Stanford University Press, 1996.

———. *La ciencia de la sociedad*. México: Universidad Iberoamericana; Iteso; Anthropos, 1996.

RIBEIRO, P. H. Luhmann “fora do lugar”? Como a “condição periférica” da América Latina impulsionou deslocamentos na teoria dos sistemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, p. 105-237, Out. 2013.

STICHWEH, Rudolf. *Bringing sociology to international relations. World politics as differentiation theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2013.

WEICK, Karl E. Educational organizations as loosely coupled systems. *Administrative Science Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 1-19, Mar. 1976.



Comentário

Um comentário sobre o artigo: “Pluralidade e diversidade das ciências sociais. Uma contribuição para a epistemologia da ciência”*

Recebido: 07.08.18
Aprovado: 20.03.19

Elton Bernardo Bandeira de Melo**

Introdução

Pensar a natureza do conhecimento, a validade dos saberes e a demarcação do que hoje se considera ciência é um exercício tão instigante quanto fadado a controvérsias. Sobretudo quando esse pensamento avança até as pontes entre a epistemologia e a metodologia científica, onde um teor normativo dificilmente deixa de se apresentar. Este comentário tem como objetivo compartilhar impressões e inquietações suscitadas pela leitura do texto em epígrafe, e está dividido em duas partes. Na Seção 2, opino acerca do enquadramento com o qual os autores discutem as relações entre as ciências sociais e as ciências naturais e pontuo diferenças entre os dois subcampos científicos que podem justificar certo distanciamento epistêmico entre ambos. Em seguida, na Seção 3, volto meus comentários à proposta dos autores de uma estrutura básica da argumentação sociológica. Saúdo, nesse caso, que tenham optado por uma prescrição relativamente flexível, a qual deixa a cargo de cada “comunidade epistemológica” a avaliação da cientificidade dos argumentos que se lhes apresentam, prezando pela criatividade e a liberdade dos sociólogos. Nesse sentido, uma concepção ampliada desse tipo de comunidade parece ganhar importância para as ciências contemporâneas.

Sobre as relações entre ciências sociais e ciências naturais

As relações entre ciências naturais e ciências sociais são, historicamente, objeto de controvérsia e interesse por parte da comunidade acadêmica. Parece não haver dúvidas quanto ao diálogo e às influências recíprocas entre um e outro campo de pesquisas, e não é incomum que uma mesma pessoa se dedique a

* DAL ROSSO, S.; BANDEIRA, L.; COSTA, A. T. Pluralidade e diversidade das ciências sociais: uma contribuição para a epistemologia da ciência. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, p. 231-246, 2002.

** Elton Bernardo Bandeira de Melo é doutorando do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0001-6806-1481. <elton.bandeira@gmail.com>.

produzir conhecimento em ambos. Há paradigmas filosóficos e culturais que subjazem tanto às ciências naturais quanto às ciências sociais, e transformações em quaisquer dessas áreas, ou na própria filosofia, podem alterar esses paradigmas, produzindo *insights* ou mesmo provocando alterações profundas na forma como o homem representa a si e ao mundo, com repercussões que extrapolam essa ou aquela área do conhecimento – penso em Newton, Darwin e Marx, por exemplo. Ademais, para além dos interesses no conhecimento da natureza, das sociedades e de si, os agentes das diversas disciplinas científicas e também dos saberes não chancelados pela ciência travam entre si relações de poder, com disputas e competições. Tudo isso torna ainda mais complexo o posicionar-se quanto à relação entre ciências naturais e sociais.

As formas de demarcar as fronteiras entre as ciências da natureza e as ciências sociais, e suas relações com a filosofia, a epistemologia, a matemática e outras disciplinas produzem controvérsias extensas que não serão aqui mencionadas ou referenciadas. Atento, porém, para alguns aspectos que julgo mais discutíveis no texto supracitado, sobretudo quanto ao paralelo traçado entre as concepções de certeza e determinação em ambos os subcampos de investigação e, em seguida, quanto ao tipo de relação projetado entre eles.

Se tomamos uma comparação entre as formas mais convencionais da física e da sociologia, por exemplo, pode-se perceber que, mesmo quando são aplicadas terminologias semelhantes, uma diferença entre essas disciplinas se dá pelo grau de recurso à linguagem matemática, a qual pressupõe uma idealização dos objetos modelados. Assim, categorias como incerteza, caos, informação, universo, instabilidade e memória podem divergir significativamente em seus conteúdos entre as duas áreas. O caos, por exemplo, que pode remeter à desordem, à anomia e ao indeterminismo na sociologia, na física remete a um tipo específico de sistema dinâmico regido por certos tipos de equações diferenciais, que por sinal são “deterministas, como o são as leis de Newton” (Prigogine, 1996a: 33). A incerteza, que no tempo histórico pode produzir insegurança, reações e efeitos imprevisíveis, nas ciências exatas pode ser medida, modelada e tratada probabilisticamente (Morin, 1996: 248). Decerto é possível traçar correspondências entre noções aqui e lá, e a comunicação entre os diversos campos é não apenas possível como desejável. Mas, por outro lado, as diferenças – mesmo quando aparentemente sutis – podem produzir confusão e desentendimento, ou levar a conclusões equivocadas.

Há, também, diferenças entre os métodos geralmente aplicados às ciências sociais e às ciências naturais que, parece-me, nem sempre estão claras nas discussões que buscam relacioná-las. Por exemplo, há diferenças decorrentes da aplicação

de modelos matemáticos e estatísticos, bem como da forma como pesquisadores de ambas as áreas lidam com o *tempo*. Nas ciências naturais, os modelos, os experimentos e as observações buscam certo controle do tempo; o tempo é recortado de acordo com os interesses da pesquisa, não é o tempo do pesquisador. Isso ocorre mesmo quando se analisam sistemas caóticos, longe do equilíbrio, portanto, com memória – quando se apresenta a flecha do tempo, nos termos de Prigogine. Em geral, as chamadas leis da natureza – incluindo a do caos – são analisadas pelos físicos a partir de experimentos e simulações que podem, para os interesses da investigação, ser repetidas tantas vezes quanto necessário. Um laboratório de ciências naturais, em geral, é um ambiente onde o tempo vai e volta repetidas vezes – e pode até ser eventualmente congelado para análise –, até que os cientistas capturem os fenômenos que desejam. Além disso, não há tanta dificuldade em submeter ao tempo de análise, o tempo do evento, a contingência a ser investigada. E isso independe de os experimentos se basearem em modelos deterministas, como as leis de Newton e Einstein, em modelos estatísticos como as leis da termodinâmica, em modelos caóticos, ou de sistemas longe do equilíbrio. Acontece, porém, que tal relação com o tempo, em geral, não é permitida às ciências sociais.

Com efeito, se o século XX presenciou uma revolução associada à transição de um mundo de certezas para outro de possibilidades, há impactos dessa mudança na forma como o homem se relaciona com o tempo, alterou-se o paradigma da determinação – seja em termos individuais ou estatísticos (Prigogine, 1996b). Essa revolução, contudo, não implicou em mudanças significativas nas diferentes formas do fazer das ciências sociais e das ciências naturais. Para efeitos de investigação das ciências sociais, a flecha do tempo apresenta-se de uma forma tal que é inviável fazer o tempo retroceder em seus laboratórios e, comumente, as análises apenas sucedem (ou raramente antecedem) as contingências do tempo histórico analisado. As transformações sociais, culturais, econômicas, políticas etc. não permitem, em geral, que os cientistas sociais lancem mão do mesmo tipo de relação com o tempo que aplicam os cientistas naturais. Os eventos sociais, em regra, não podem ser repetidos em ambiente controlado. E essa diferença dificulta uma série de paralelos e aproximações, bem como acentua certas disputas e controvérsias.

Isso posto, penso que o diálogo entre as ciências sociais e naturais é saudável e profícuo. Contudo, a tentativa de associar as ciências – como se umas pudessem vir a englobar as outras – e, sobretudo, de hierarquizar-las, em termos de seus supostos graus de cientificidade ou de precedência epistêmica, não nos leva a um debate frutífero. Ressalto que não se trata de reforçar dicotomias, nem de

rejeitar a discussão sobre as relações entre os diversos subcampos científicos. Pelo contrário, quanto mais os especialistas puderem compreender e transitar entre as diversas linguagens (incluindo a matemática) e as formas de argumentar da física, da sociologia, da biologia, da etnografia etc., mais poderemos avançar em uma compreensão fecunda do homem e da natureza, e mais seremos capazes de mitigar riscos ao mundo e à humanidade. Essa articulação, contudo, não parece pressupor qualquer tipo de incorporação ou fusão dos subcampos. Nesse sentido, parecem mais frutíferas as abordagens que buscam reconhecer as particularidades e limitações de cada subcampo, e que busquem sua complementaridade, combinando-os a outras disciplinas para um melhor suporte à tomada de decisões de grande impacto social, e que, em geral, envolvem mais de uma área do conhecimento, grandes complexidades e incertezas, conflitos éticos e choques de valores, como são os casos abordados pela ciência pós-normal (Funtowicz & Ravetz, 2000).

Sobre os métodos das ciências sociais

As tentativas de fixar um conjunto de métodos e prescrevê-lo como única via válida para a produção de conhecimento na academia, usualmente esbarram em restrições à liberdade e criatividade dos pesquisadores. Ademais, deve ser esperada, e quiçá desejável, a emergência de novos padrões para a produção de conhecimento, o que depõe contra prescrições metodológicas rígidas ou exaustivas a serem aplicadas a quem quer que deseje produzir conhecimento. Por outro lado, é compreensível a preocupação para que argumentos manifestamente frágeis, produzidos sem o mínimo rigor necessário a um debate racional, não sejam levados a público com a chancela da ciência. Nesse sentido, soa razoável preestabelecer critérios mínimos para que os trabalhos possam ser aceitos em determinada comunidade científica, não no sentido de impor uma espécie de gabarito metodológico para as diferentes áreas do conhecimento, objetos e linhas de pesquisa, mas para que haja certo balizamento e alinhamento das expectativas quanto à avaliação dos trabalhos.

Assim, parece razoável a proposta de estruturação mínima da argumentação sociológica em três partes: (i) afirmação, (ii) evidências empíricas que sustentam esta afirmação e, por fim, (iii) fundamentos teóricos que relacionam as evidências às afirmações dos autores. Na sociologia, ao menos, ao partir de uma tal estruturação – vista de forma ampla e submetida à avaliação de membros da *comunidade epistêmica*¹ que lida com o tema –, o pesquisador dificilmente teria sua liberdade de investigação e publicação severamente constrangida. Nesse caso, ao tempo que seria possível discernir entre o trabalho sociológico e o não

1. E aqui não distingo o termo “comunidade epistemológica”, tal como usado pelos autores, do termo “comunidade epistêmica”, mais comum na literatura referenciada.

sociológico, tampouco se silenciariam estudos que poderiam ser considerados cientificamente válidos, a despeito de apresentarem formato ou conteúdo à margem do convencional. Essa estrutura mínima dotaria a respectiva *comunidade epistêmica* da capacidade de avaliar a qualidade das conexões lógicas entre a base teórica, as evidências empíricas e as afirmações autorais, isto é, a qualidade da argumentação apresentada.

Mas o que seria uma *comunidade epistêmica*? Segundo Davis Cross (2013), a origem desse conceito remonta à noção de *comunidade científica*, de Thomas Kuhn (1962), ao que Ludwik Fleck (1981) chamou de *pensamento coletivo*; e à adaptação que Foucault (2007) faz do grego *epistémê*. Na sociologia, o termo surge com Burkart Holzner (1972), e sua noção avançou bastante no estudo das relações internacionais, primeiramente com Ernst Haas *et alii* (1977) e John Ruggie (1975) e, posteriormente, com Peter Haas (1992), que assim a define:

Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com conhecimentos e competências reconhecidos em um determinado domínio ou área de problemas. Embora uma comunidade epistêmica possa ser composta por profissionais de uma variedade de disciplinas e origens, eles compartilham: (i) um conjunto de crenças normativas e princípios que fornecem uma fundamentação baseada em valores para a ação social dos membros da comunidade; (ii) crenças causais, derivadas da análise prática de seus domínios e que conduzem ou contribuem para um conjunto central de problemas-base para elucidar as múltiplas ligações entre as possíveis ações políticas e os resultados desejados; (iii) noções de veracidade e validade – isto é, critérios intersubjetivos, definidos internamente para ponderar e validar o saber em suas áreas de especialização –; e (iv) uma iniciativa política, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas a um conjunto de problemas aos quais sua competência profissional é dirigida, presumivelmente pela convicção de que o bem-estar humano será melhorado como consequência (Haas, 1992).

Para haver o debate científico é necessário não apenas um conjunto de pressupostos compartilhados no seio da comunidade epistêmica, mas também divergências – ainda que estas se situem no plano das expectativas ou das interpretações possíveis sobre os resultados de uma pesquisa. Convém observar que a definição de Haas (1992) se insere no debate sobre coordenação de políticas internacionais, mas o que importa notar aqui é que ele amplia o conceito de comunidade epistêmica para além do que seria um conjunto de cientistas que compartilham um método como forma de produzir verdades (Holzner, 1972), ou um estilo de pensar (Fleck, 1981), ou mesmo um paradigma (Kuhn, 1962). Sua

concepção enfoca a aceitação e aplicabilidade de certas formas de saber, ou de certas verdades, e pode inspirar aplicações em outras áreas do saber. No contexto da sociologia, é de se esperar que o conhecimento produzido seja avaliado por uma comunidade composta não exclusivamente por sociólogos e sociólogas de formação, mas eventualmente também por diferentes profissionais que lidam com o objeto investigado, e que compartilham crenças acerca da importância prática do conhecimento em análise, bem como noções quanto à fundamentação e validação desse saber. Talvez essa seja uma definição mais ampla do que seria uma comunidade epistêmica capaz de avaliar uma argumentação sociológica e julgar a pertinência das conexões traçadas entre base empírica, base teórica e afirmações autorais.

Contudo, em que pese a razoabilidade da proposta apresentada no artigo comentado, dado o seu caráter normativo, também se apresentam riscos. Por exemplo, o de constranger ou homogeneizar a imaginação sociológica, vedando a inovação ou excluindo das publicações trabalhos valorosos. Por outro lado, uma vez que a argumentação envolve necessariamente aspectos objetivos e subjetivos, e é elaborada por pessoas com paixões, crenças e interesses, há também a possibilidade de que estes se sobreponham às evidências. Entretanto, não seria ilusória a tentativa de manter afastados esses traços subjetivos das avaliações de cientificidade? Na linha defendida pelo artigo, entendo que se buscou uma prescrição metodológica equilibrada para o momento, tendo em vista uma dada – ou projetada – comunidade epistêmica apta a dar seguimento às pesquisas sociológicas. Assim, por exemplo, haveria espaço tanto para pesquisas orientadas pelo ideal de neutralidade axiológica, quanto para aquelas que se orientam pela impossibilidade de separar os resultados da pesquisa das condições do pesquisador, uma vez que ambos estão inseridos em uma cultura específica, intersectados por opressões de raça, gênero, classe, sexualidade, nação etc. (Collins, 2000; Haraway, 1995; Harding, 1993).

Ao fim e ao cabo, se uma argumentação, para ser considerada como sociológica, deve se referir a uma estrutura mínima e atender às expectativas de uma dada comunidade epistêmica, é importante refletir quanto à composição, aos princípios organizativos e às inclinações dessas comunidades. Quanto mais ampla a comunidade – no sentido de se submeter ao escrutínio dos diversos interessados, colocados a partir de diferentes “lugares de fala” (Ribeiro, 2017), e sensibilizando agentes vinculados a diferentes correntes teóricas e a diferentes visões de mundo –, mais imune ela seria aos vieses introduzidos pela desigualdade nas distribuições de capitais entre os diferentes segmentos sociais, e maior deveria a ser seu impacto. Assim como numa abordagem pós-normal as comunidades de pares devem

ser ampliadas na medida dos impactos sociais de suas decisões, incorporando os sujeitos e as perspectivas implicados (Funtowicz & Ravetz, 2000).

Decerto, as fraudes, as ocultações e os falseamentos de informações não podem ser tolerados em uma comunidade científica; por outro lado, dificilmente esse controle pode ser feito *ex ante*, pela introdução de gabaritos mais rígidos aos trabalhos e aos pesquisadores. Ademais, parece razoável defender que, a despeito de sua orientação metodológica, nada contribui mais para a refutação de um argumento frágil que sua exposição ao debate em uma comunidade ampla e plural. Em última instância, resta apostar no processo coletivo e contínuo de publicação, debate público, citação, crítica e refutação como principal responsável por afastar paralogismos, dogmatismos, falácias e outras impropriedades que porventura sejam aceitos num primeiro momento por uma dada comunidade epistêmica.

Referências

- COLLINS, P. H. *Epistemologia feminista negra*. New York; London: Routledge, 2000.
- DAL ROSSO, S.; BANDEIRA, L.; COSTA, A. T. Pluralidade e diversidade das ciências sociais : uma contribuição para a epistemologia da ciência. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, p. 231-246, 2002.
- DAVIS CROSS, M. K. Re-thinking epistemic communities twenty years later. *Forthcoming Review of International Studies*, v. 39, n. 1, p. 137-160, 2013.
- FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1981.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. *La ciencia posnormal: ciencia com la gente*. Barcelona (ES): Icaria Editorial, 2000.
- HAAS, E.; WILLIAMS, M.; BABAI, D. *Scientists and world order*. Berkeley (CA): University of California Press, 1977.
- HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination Peter M . Haas. *International Organization*, "Knowledge, power, and international policy coordination", v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (Eds.). *Feminist epistemologies*, p. 49-82. New York: Routledge, 1993.

HOLZNER, B. *Reality construction in society*. Cambridge (MA): Schenkman, 1972.

KUHN, T. *The structure of scientific revolution*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1962.

MORIN, E. Complexidade e liberdade. In: MORIN, E.; PRIGOGINE, I. (Orgs.). *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996a.

———. *O reencantamento do mundo*. In: MORIN, E.; PRIGOGINE, I. (Orgs.). *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996b.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RUGGIE, J. G. International responses to technology: concepts and trends. *International Organization*, v. 3, n. 29, p. 569-570, 1975.



Resenha

Sobre como um país se deixa manipular pela elite

Recebido: 23.09.18
Aprovado: 18.04.19

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Rio de Janeiro: Leya; Casa da Palavra: 2015.

Rosendo Freitas de Amorim*
& Néelson Filice de Barros**

* Rosendo Freitas de Amorim Amorim é professor titular do Programa de Pós Graduação em Saúde coletiva e do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará, Brasil.
Orcid: 0000 0003 1498 8999.
<rosendo@unifor.br>.

Pensamos que os argumentos centrais de Jessé Souza são pertinentes e que não temos conseguido confrontar a enorme “violência simbólica” instalada na sociedade brasileira, que “torna possível desigualdade tão abissal e concentração de renda tão grotesca em um país formalmente democrático como o Brasil de hoje” (p. 10). Além disso, concordamos que a imensa maioria dos intelectuais presta serviços para a manutenção dessa iniquidade ao desenvolver reflexões “colonizadas até os ossos”, sustentando a oposição entre sociedades avançadas do centro e atrasadas da periferia, por meio de um “racismo cultural” e da ideia força do mercado virtuoso e do Estado corrupto.

** Néelson Filice de Barros é pós-doutor pela Universidade de Leeds (UK) (2006-2007) e pela Universidade de Londres (2017), mestre e doutor em saúde coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da área de ciências sociais do Programa de Saúde Coletiva da (FCM/Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.
Orcid: 0000 0002 2389 0056.
<nelfel@uol.com.br>.

No país dos bacharéis, a locomotiva da *intelligentsia* conservadora nacional concentra-se no campo jurídico, como se o judiciário fosse o poder da República. A crescente judicialização da política tem contribuído para um empoderamento imperativo do Judiciário, historicamente de direita e resistente às mudanças necessárias à efetivação de um Estado social, menos desigual, mais justo e solidário. É um paradoxo que essa elite, “guardiã da Constituição e do cumprimento da lei” tenha mantido e fortalecido privilégios, sob a alegação de que são prerrogativas de seus cargos e funções públicas.

Com as noções de “culturalismo” e “economicismo” são construídas as duas primeiras partes do livro. O autor argumenta que Max Weber tem sido mal utilizado pelos pensadores brasileiros que reiteram uma visão distorcida, conformista e superficial sobre o sociólogo alemão. Ilustra esta afirmação com elementos das teses de Gilberto Freyre (“mestiço is beautiful”) e Sérgio Buarque (“homem cordial”), que reforçam certo primitivismo, a pessoalidade e a corrupção em oposição à modernidade, impessoalidade e confiança, naturalizando a desigualdade, a exclusão e as ações dos “especialistas sem espírito” e “sensualistas sem coração”.

Para desnaturalizar o pensamento social brasileiro – sempre segundo Jessé –, deve-se investigar a singularidade dos padrões culturais dominantes a partir da escravidão, exatamente em oposição ao “liberalismo conservador dominante contemporâneo”, que idealiza os Estados Unidos como nação modelo de justiça e igualdade de oportunidades; universaliza o homem cordial como moralmente inferior, indigno de confiança e tendencialmente corrupto; classifica as relações sociais a partir da noção de mercado virtuoso e Estado vicioso; empreende o anties-tatismo em favor dos interesses do mercado; e constrói um “racismo de classe”.

O autor analisa o livro *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, para explicitar como a tese do patrimonialismo do Estado brasileiro sustentou a representação do “liberalismo conservador”, no qual se evidencia a “ação intrinsecamente demoníaca do Estado contraposto à ação intrinsecamente virtuosa do mercado” (p. 53). Jessé Souza explora na sequência o pensamento de Roberto Da Matta, com o fim de demonstrar como também ele reproduziu ideias-força conservadoras: “o comportamento prático das pessoas é explicado por ‘heranças culturais’, sem qualquer relação com as instituições que comandam nossa vida” (p. 76), escondendo assim as verdadeiras causas da desigualdade, do privilégio e os “jeitinhos” de todas as sociedades em que relações pessoais decidem o destino de pessoas concretas. É construída uma relação entre a forma como o patrimonialismo foi tratado sociologicamente no pensamento social brasileiro, produzindo violência simbólica que oculta os conflitos sociais fundamentais da desigualdade, invisibiliza o “racismo de classe” e as assimetrias morais entre os mais “inteligentes, melhores e mais virtuosos” e os “carentes de capital social e confiança”.

Na segunda parte do livro, centra reflexão no reducionismo economicista desenvolvido por Francisco de Oliveira ao opor as lógicas econômica e simbólica, como se a primeira não fosse constitutivamente perpassada pela segunda. Em seguida, explora o pensamento de Fernando Henrique Cardoso e critica seu enfoque descritivo da correlação de forças políticas por não avançar as explicações da inter-relação entre economia, política e sociedade. Jessé enaltece a sociologia de Florestan Fernandes por ele ter “colocado a sociologia brasileira em outro patamar de sofisticação” (p. 122), na medida em que constrói a relação das transformações da sociedade brasileira com as novas funções estatais de grande porte. No entanto, para Jessé, falta-lhe “a dimensão da ação social consubstanciada na tematização dos grupos e classes suportes do processo de mudança social” (p. 127).

Na terceira parte do livro, o autor busca uma “teoria crítica da modernização” que reduza o déficit de capacidade explicativa da ciência moderna, que “se transformou em uma espécie de ideologia que ajuda a manipular e legitimar privilégios

em uma espécie de ‘equivalente funcional’ das grandes religiões do passado” (p. 145), apoiada em uma hierarquia valorativa opaca com a qual se estabelecem distinções sociais. Os capitais econômico e cultural estruturam a hierarquia social de todas as sociedades contemporâneas, não havendo “qualquer diferença na forma como a ‘violência simbólica’ encobre, distorce e permite a legitimação da dominação social no capitalismo tardio nas sociedades avançadas e periféricas” (p. 154). No entanto, Jessé aponta importante limite no pensamento bourdieusiano construído em reflexões contextuais e sem salto generalizante para outras sociedades. Para discutir estes fenômenos o autor apoia-se na “teoria do reconhecimento social”, assentada na “pressuposição hegeliana da existência de um contexto ético e moral subjacente a toda ação humana” (p. 174).

Compreender o reconhecimento exige: a “*reconstrução histórica e institucional das fontes morais do mundo moderno*”, para identificar o processo como as ideias morais tornam-se eficazes, institucionalizadas e incorporadas, a partir do “princípio da dignidade”, que é uma estrutura psicossocial composta por disposições sociais, como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo; “*a realidade concreta e empírica das fontes morais*”, onde autor identifica fragilidades teóricas e traz o conceito de “poder disciplinar” de Foucault, para explicar a “penetração de uma lei heterônoma no corpo que produz o ‘automatismo disciplinar’” (p. 193) e a naturalização objetiva, universal e ubíqua do disciplinamento; “*o problema da dignidade humana em perspectiva comparada*”, complementado com o conceito de *habitus*, de Bourdieu, para problematizar a noção de digno na contemporaneidade, como “todo aquele passível de ser utilizado produtivamente pelas organizações do mercado e do Estado” (p. 195); “*a linha invisível da dignidade*”, na qual operam hierarquias opacas efetivas de um “*‘habitus precário’*, incapaz de incorporar as disposições que perfazem a dignidade” (p. 204).

Na última parte, propõe o autor uma ciência social crítica como “arma poderosa para a reconstrução da realidade opaca e uma intervenção inteligente na realidade”, para compreender a “nova classe média”, as “jornadas de junho” e o golpismo passado e presente no Brasil. Para Jessé, tanto o conceito de classe social como a percepção de ascensão dos estratos médios são equivocadamente desenvolvidos por Márcio Pochmann e Marcelo Neri, por não se atualizarem em relação à teoria dos capitais de Bourdieu, associando inadequadamente o aumento do capital econômico à elevação de capital cultural, embaraçando o processo social de produção de privilégios e a explicação do porquê alguns ascendem socialmente e outros não. Análises pouco acuradas, segundo Jessé, foram também produzidas acerca da “primavera brasileira” de 2013, por explorarem certa vilania do Estado e o “bom mocismo” da sociedade engajada e politizada, ocultando que até o mo-

mento apenas as forças mais conservadoras, associadas às classes médias, colheram frutos com aqueles movimentos.

Essa obra instigante descortina uma possibilidade raramente oferecida ao leitor, porquanto propicia uma reflexão profunda sobre as nossas raízes ao tempo que descortina uma compreensão lúcida da conjuntura nacional hodierna. O trágico reside em reconhecer que a sociedade brasileira se encontra noutra encruzilhada histórica. Se na última, tratava-se de superar a herança autoritária de uma ditadura militar, na atual, urge lutarmos para manter a rota em direção às conquistas sociais, culturais e econômicas dos últimos anos, ameaçadas por forças conservadoras. No país dos bacharéis, os “donos do poder” sacrificaram a democracia ao preço de tentar retomar as rédeas e os destinos do país.



Tradução

Ayrton Senna, herói de uma nação: a reconstrução sociológica de um mito nacional

Felipe dos Santos Tartas

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva Farias

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 20.03.2019

Os novos acordos comerciais realizados na “Nova República” pretendem inserir no mercado brasileiro uma série de bens de consumo internacionais, antes não presentes pela proibição de importações imposta no regime anterior. Isso significa a penetração de novas marcas e, através do consumo, novos signos adentram o território nacional. Essas modificações não se dão sem causar dúvidas sobre os sentidos da identidade nacional brasileira. No âmbito da esfera internacionalizada, por onde transitam uma série de signos relacionados à composição das identidades nacionais, agentes e instituições que ocupam posição privilegiada neste espaço iniciam novos processos de ressignificação dessa mesma unidade de sentido de pertencimento e identificação coletiva. Adquiriu centralidade nesse processo a emergência de figurações personalistas – ídolos, celebridades, entre outros –, tomando-as como representações de modelos da nova identidade brasileira. Os feitos e realizações dessas pessoas passam a ocupar uma espécie de agenda da vida cotidiana do país, em que se constrói a importância de conhecimento das práticas das vidas dessas pessoas. Princípios são então estabelecidos para reger a quem se deve dar mais atenção e quem deve ser inserido dentro dessa agenda. Um dos principais expoentes do ementário é Ayrton Senna. Há uma espécie de afinidade eletiva entre as disposições corporais de Ayrton Senna e aqueles então novos protocolos arquitetados de identidade nacional brasileira moderna. Ayrton Senna, imerso nesse processo, tendo uma trajetória social perpassada e atravessada pelas instituições às quais se vinculavam os interessados nas redefinições da nacionalidade brasileira, não apenas apresenta as características mais exemplares, como também compete vitoriosamente em espaços sociais internacionais em que são constituídos sentidos de nacionalidade, neste caso, a Fórmula 1. Assim, Ayrton Senna mostrou-se capaz de realizar presencialmente em sua prática o processo de ressignificação da nação brasileira. Este é o mito que a

prática de Ayrton Senna expressa. A narrativa a vir a ser desenhada depende do acionamento de estruturas corporificadas.

Palavras-Chave: Ayrton Senna. Brasil. Fórmula 1. Mito. Esporte. Identidade nacional. Modernidade. Corporificação.

Reconhecimento da identidade quilombola entre jovens nas comunidades Laranjituba e África em Abaetetuba (PA): a percepção do “ser quilombola”

Danilo Mourão dos Santos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sayonara de Amorim Gonçalves Leal

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.04.2018

Esta dissertação parte das disputas semânticas e seus desdobramentos políticos em torno da categoria de quilombola no Brasil. Interessamo-nos pelos aspectos do reconhecimento político social da identidade étnica de populações negras rurais residentes no norte do país. Nosso objeto de estudo é a percepção da identidade quilombola e sua gestão entre jovens das comunidades Laranjituba e África em Abaetetuba (PA) e as transformações nas relações associativas e comunitárias após o reconhecimento jurídico desses grupos. Temos como objetivo geral descrever o processo sociopolítico em que essas comunidades se tornam quilombolas, apreendendo o impacto dessa nova classificação identitária na organização social dessas comunidades, registrando aspectos valorativos desses sujeitos, principalmente dos jovens e suas concepções sobre o que é ser quilombola. Para isso, a teoria do reconhecimento – em seus aspectos cognitivo-moral – formulada por Axel Honneth e Charles Taylor é invocada enquanto pressuposto interpretativo. Dito em outras palavras, parte-se da exterioridade dos conflitos sociais da luta por reconhecimento para compreender a identidade étnica quilombola como conjunto valorativo de ideias constantemente construídas por esses sujeitos, a partir das interações sociais de gerenciamento da identidade quilombola enquanto *status* social garantidor de direitos sociais e civis. Trata-se de uma investigação qualitativa de caráter etnográfico que se inspira no cruzamento entre os métodos etnometodológico e fenomenológico, adotando como técnicas de coleta de dados: observação direta, entrevistas abertas, semiestruturadas e narrativas. A respeito de ser jovem quilombola, registrou-se a identidade

coletiva quilombola como imagem-de-si positiva, expressão de autoconfiança e autorrespeito. Entretanto, é importante mencionar que esses jovens tiveram poucas experiências no gerenciamento do *status* quilombola, salvo quando confrontados com situações que demandam confirmação e comprovação identitária, o que justifica essa generalidade positiva de ser quilombola.

Palavras-chave: Identidade quilombola. Etnicidade. Organização social. Luta por reconhecimento.

Redes de relación y repertorios: el caso de tres movimientos ambientales en Colombia

Diana Yizel Goyes Valencia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 28.09.2018

Este estudo identificou a ação coletiva de três grupos ambientais na Colômbia: O Comitê Ambiental em Defesa da Vida (CADV), o Movimento Semearando Ando (MSA) e a Agenda Ambiental em Movimento (AAM) através das redes de relação construídas entre seus agentes e os principais repertórios e efeitos destes no contexto sociopolítico. Os três movimentos objeto de estudo desta pesquisa responderam à tomada de decisões descentralizada, à heterogeneidade e à diversidade. Eles se desenvolveram através da relação com seus contextos, mantendo sua organização básica. Do mesmo modo, estes movimentos criaram redes de relação com entidades hierárquicas, como partidos políticos, corporações e instituições estatais. Essas diferenças e multiplicidades de atores deram origem à heterogeneidade dos movimentos em questão. Em segundo lugar, este trabalho explorou os diferentes repertórios a partir dos quais o CADV, o MSA e a AAM articularam demandas. Esses repertórios foram analisados a partir desses processos de conexão e contexto em que foram desenvolvidos. No contexto dos repertórios, verificou-se que os movimentos não só responderam a um conjunto de performances individuais, mas através de um processo conector com diferentes organizações e instituições e actantes deram distintos formatos aos seus repertórios. Nesse sentido, embora os movimentos tenham sido influenciados pelo contexto, não só esperaram um evento favorável ou desfavorável para agir, a partir de suas conexões estratégicas com outros agentes, mas criaram também suas próprias possibilidades de ação. Deste modo, observou-se que os três grupos em estudo nesta pesquisa envolveram conexões que colaboraram na criação, desenvolvimento e inovação de seus repertórios e que estes foram combinados com outras formas de repertórios. Assim, atores-rede heterogêneos, com diferentes cores políticas, de diferentes setores sociais, com diferentes experiências

participativas e organizacionais conseguem articular-se inovando a ação de seus movimentos e, ao tempo, sendo influenciados pelos mesmos.

Palavras chave: Redes de relações. Repertórios. Agências. Contexto.

Desigualdades na academia: determinantes para publicação em periódicos de impacto na sociologia

Rodolfo Carneiro Nóbrega

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Murta Collares

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 31.08.2018

Este estudo investiga quem são os autores que publicam nos periódicos de alto impacto em sociologia e quais os determinantes que possibilitam que este perfil majoritário publique academicamente. Para a pesquisa, produzimos informações de dez periódicos de sociologia no intervalo de 2004 até 2016. As revistas selecionadas aceitam artigos sobre qualquer tema sociológico de qualquer país. Cinco delas foram escolhidas conforme posicionamento em indicadores de impacto (*American Journal of Sociology*, *American Sociological Review*, *European Sociological Review*, *Sociology* e *The British Journal of Sociology*) e as demais foram sorteadas (*Current Sociology*, *Sociological Inquiry*, *Sociological Perspectives*, *Sociological Spectrum* e *The Sociological Review*) para serem usadas como parâmetro de comparação. Os determinantes considerados para análise são: publicação em coautoria; país e região da instituição do autor; *ranking* de instituição; temática do artigo. Para análise do resultado foram utilizadas a regressão logística, a análise de discurso e análises descritivas. A hipótese principal é de que a posição, no *ranking* de universidades, da instituição de ensino a que o autor pertence é o que mais impacta a publicação de artigos nos periódicos de destaque. Hipóteses alternativas também foram propostas:

- i. trabalhos com metodologia quantitativa aumentam a chance de publicação nessas revistas, por serem mais visados por esses periódicos de destaque, pois são aqueles que provavelmente possibilitam maior número de citações em curto prazo;
- ii. estudos locais do Sul/periferia tem menor chance de publicação nessas revistas.

Os resultados confirmam as hipóteses propostas. A chance de publicação é maior para autores da Europa e Estados Unidos. Estar filiado às instituições do topo do *ranking* de universidades aumenta consideravelmente as chances de publicação. Além disso, determinantes como publicar em coautoria, embasar o estudo em uma análise quantitativa e publicar sobre a Europa aumentam a possibilidade de publicação nos periódicos de destaque. Em contrapartida, os resultados confirmam que a chance de publicação diminui se o artigo abordar apenas os países do Sul/periferia. A publicação ainda está muito concentrada em certas regiões, gerando uma desigualdade intrarregional e inter-regional na difusão do conhecimento sociológico. Acreditamos que as descobertas desse estudo podem ser razoavelmente generalizadas para diversas outras áreas do conhecimento acadêmico.

Palavras-chave: *Rankings* de classificação de universidades. *Rankings* de classificação de periódicos. *World-Class Universities*. Revistas científicas de sociologia. Publicação. Bibliometria. Desigualdade. Difusão do conhecimento científico.

Gestão prisional e minorias sexuais: o caso da penitenciária masculina do Distrito Federal

Samuel Araújo Alves dos Santos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Analia Soria Batista

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 24.09.2018

A presente dissertação visa à compreensão se, de alguma forma, a gestão penitenciária reconhece as identidades de minorias sexuais no contexto prisional masculino do Distrito Federal. Em sua proposta empírica, o trabalho se ocupará de entender as narrativas sobre as práticas institucionais desenvolvidas no cárcere por meio dos variados atores sociais envolvidos nas dinâmicas da instituição em função da implementação de políticas sexuais e identitárias recentes, voltadas para a proteção da população de mulheres trans, travestis e homossexuais no contexto penitenciário masculino. Em especial, a Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD) apresenta as bases para uma tal verificação. Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com agentes penitenciários, cinco entrevistas com professores do sistema prisional e cinco com mulheres transexuais e travestis, que estiveram na prisão. Soma-se a essas a entrevista com um policial civil, ex-diretor adjunto na penitenciária, um ex-interno heterossexual e outro homossexual, e por fim, o presidente do Conselho de Direitos Humanos do Distrito Federal. É possível perceber que a natureza da gestão na Penitenciária Masculina do DF tem como meta a criação de um ambiente que valorize determinadas premissas institucionais, dentre elas a ordem, a vigilância e o controle. É nesse contexto que a segurança no Complexo Penitenciário Masculino do Distrito Federal é vista como um polo, onde todas as demais questões devem orbitar à sua volta. Nesse escopo, estão as demandas que efetivam reconhecimento às minorias sexuais. As novas formulações encontram nesse espaço o trabalho técnico e burocratizado realizado cotidianamente pelos agentes penitenciários; esses agentes inquiram determinados princípios

normativos a partir de um saber fundado tão só na experiência do trabalho. O reconhecimento das identidades está condicionado aos princípios de segurança da instituição.

Palavras-chave: Segurança pública. Prisão. Travestis. Transexuais. Agentes penitenciários. Ordem.

Mulheres que abandonam a carreira profissional: uma análise da ocorrência do fenômeno *opt-out* entre brasileiras

Simone Almeida Franco

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lourdes Maria Bandeira

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 31.08.2018

Esta dissertação de mestrado é um estudo de caso sobre o fenômeno chamado *opt-out*, ou seja, sobre mulheres com alta qualificação que abandonam o mercado de trabalho. O objetivo central da pesquisa é entender as motivações que levam as profissionais brasileiras a essa prática, bem como mapear as possíveis consequências dessa ação para as mesmas. Para tanto, além de promover um diálogo teórico entre sociologia do trabalho e estudos de gênero, foram produzidos dados a partir de pesquisa de campo, por meio da técnica de entrevistas em profundidade. A análise está centrada na narrativa de 13 brasileiras de elevadas formação e qualificação profissional que desempenhavam atividades profissionais nas áreas jurídica, da saúde, da educação e das ciências exatas. Dentre os principais achados, destaca-se o impacto da vida conjugal no processo de tomada de decisão. A maioria das entrevistadas afirmou ter como motivação central para saída do mercado de trabalho a viabilização ou a manutenção do relacionamento conjugal, ainda que tivessem nível educacional maior ou igual ao dos respectivos cônjuges e, em alguns casos, atuassem no mesmo campo profissional e recebessem salários equiparados. A maternidade foi mencionada como causa principal por apenas 38% das entrevistadas. Foi identificada uma importante correlação com o modelo da família de origem. As entrevistadas, majoritariamente, tinham mães dona de casa e pais provedores. Dentre as consequências apontadas, ressaltam-se impactos emocionais, a dependência financeira e o isolamento social. Como resultados positivos, a maioria apontou a possibilidade de dedicar-se exclusivamente à maternidade. Em linhas gerais, o estudo evidenciou que mulheres profissionais abrem mão de suas aspirações de carreira em benefício dos homens e da família.

Palavras-chave: Trabalho. Mulheres profissionais. Casamento. Maternidade. Brasil. *Opt-out*.

O pensamento indisciplinado de Walter Benjamin: teoria crítica, messianismo judaico e o teatro épico nos escritos de 1930 a 1940

Wanderson Barbosa dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 25.09.2018

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo compreender sociologicamente como são apropriados e articulados os diálogos e as inspirações advindas da teoria crítica da sociedade, do messianismo judaico e do teatro épico no pensamento de Walter Benjamin em sua obra tardia, investigando, para tanto, os escritos do período de 1930 a 1940. Nessa perspectiva, abordou-se a trajetória intelectual do autor para examinar seu posicionamento em face dos debates intelectuais referentes ao papel da teoria social e à tentativa de criação de uma unidade entre as visões de mundo supracitadas. Para esse fim, buscou-se entender o diálogo com essas correntes de pensamento a partir das correspondências e dos ensaios produzidos pelo autor durante o decênio de 1930. A investigação acompanha o itinerário de contatos intelectuais de Benjamin, com um olhar especial voltado à sua relação com o Instituto de Pesquisa Social, sobretudo no que concerne a Max Horkheimer e Theodor Adorno; aos diálogos com o dramaturgo alemão Bertolt Brecht e, por fim, com o historiador da mística judaica, Gershom Scholem.

Palavras-chave: Teoria crítica. Messianismo judaico. Teatro épico. Walter Benjamin. Visões de mundo.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br [facebook.com/solunb](https://www.facebook.com/solunb)

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

